

PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA DO RIO PUTUMAYO-IÇÁ

MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL
Versão 2

AGÊNCIA EXECUTORA REGIONAL
Sociedade de Conservação da Vida Selvagem - WCS

Dezembro de 2022 - Atualização em janeiro de 2026

O documento original foi escrito em espanhol. Para sua tradução, foi utilizada a plataforma DeepL com assinatura.

Índice

Abreviaturas e siglas	6
1. Introdução	8
2. Objetivos da Estrutura de Gestão Ambiental e Social	8
2.1 Objetivo geral	8
2.2 Objetivos específicos	8
3. Descrição do Projeto Bacia Putumayo-Içá	9
3.1 Objetivo	9
3.2 Componentes e atividades	9
3.2.1 Componente 1. Fortalecimento da governança e da capacidade para a tomada de decisões informadas para a gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH).	9
3.2.2 Componente 2. Melhoria das intervenções de gestão para uma GIRH compartilhada. .	15
3.2.3 Componente 3. Gestão do projeto, monitoramento e avaliação.	18
4. Quadro normativo, político e institucional	21
4.1 Regulamentações nacionais	21
4.2 Regulamentações internacionais.	31
4.3 Acordos vinculativos.	32
4.4 Políticas do Banco Mundial	35
4.5 Políticas da WCS	36
5. Linha de base ambiental e social	39
5.1 Caracterização ambiental da área de implementação	39
5.1.1 Hidrologia	42
5.1.2 Meteorologia	43
5.1.3 Geologia e relevo	44
5.1.4 Ecossistemas	44
5.1.5 Fauna	46
5.1.6 Flora	52
5.1.7 Áreas protegidas e locais importantes para a biodiversidade	54
5.1.8 Passivos ambientais	57
5.2 Características sociais	59
5.2.1 Unidades político-administrativas	59
5.2.2 Características demográficas e socioeconômicas	60
5.2.3 Atividades produtivas/econômicas predominantes	65
5.2.4 Dinâmicas socioculturais	68
5.2.5 Dinâmicas de segurança	71

5.2.6 Considerações de gênero	72
5.2.7 Povos indígenas, comunidades afrodescendentes e suas organizações de base	74
6. Participação das partes interessadas	76
6.1. Identificação das partes afetadas e outras partes interessadas	76
6.2. Partes afetadas.....	76
6.3 Outras partes interessadas no projeto.....	81
6.4 Grupos vulneráveis e desfavorecidos identificados como partes interessadas	94
6.5 Participação das partes interessadas no projeto	96
6.6 Participação durante a implementação do projeto.	97
6.6 Mecanismo de atendimento a solicitações, reclamações e queixas	98
7. Avaliação ambiental e social	102
7.1 Definição de riscos e impactos e gestão de medidas de prevenção e mitigação.	103
7.2 Identificação e classificação de riscos sociais e ambientais.....	103
7.3 Avaliação social	106
7.3.1 Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 1	106
7.3.2 Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 2	108
7.3.3 Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 3 e medidas de mitigação propostas	109
7.4 Avaliação ambiental	110
7.4.1 Riscos e impactos ambientais potenciais do Componente 1 e medidas de mitigação propostas.....	110
7.4.2 Riscos e impactos ambientais potenciais do Componente 2 e medidas de mitigação propostas.....	110
7.5 Análise da capacidade institucional atual para a implementação	112
7.6 Arranjo institucional.....	115
8. Quadro de Gestão Ambiental e Social - MGAS	117
8.1 Objetivos do MGAS	117
8.1.1 Objetivo geral.....	117
8.1.2 Objetivos específicos.....	118
8.2 Diretrizes gerais.....	118
8.2.1 Estrutura organizacional	118
8.2.2 Plano de capacitação.....	119
8.2.3 Relatórios do projeto	119
8.3 Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS	119
8.3.1 Objetivos do PGAS.....	120
8.3.2 Estratégia social e medidas de gestão de riscos e impactos sociais	120

8.3.3 Estratégia ambiental e medidas de gestão de riscos e impactos ambientais	128
8.3.4 Estratégia de socialização e divulgação do PGAS.....	131
8.3.5 Relatórios de conformidade do PGAS	132
8.3.6 Estrutura institucional para a gestão social e ambiental	132
8.3.7 Cronograma da gestão social e ambiental	133
8.3.8 Orçamento da Gestão Ambiental e Social	133
8.3.9 Lista de exclusão.....	134
8.4 Quadro de Processos (MP).....	135
8.5 Quadro de planejamento para povos indígenas (MPPI)	135
8.6 Plano de Participação das Partes Interessadas (PPPI)	136
8.7 Plano de Gestão Trabalhista (PGL)	136
8.8 Plano de Gestão de Resíduos (PGR)	137
8.9 Medidas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST)	137
8.10 Guia sobre Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Banco Mundial (GMAS)	138
8.11 Processo de gestão e prevenção de incidentes e acidentes	138
8.11.1 Processo de Gestão e Relatório de Incidentes	139
9. Sistema de Monitoramento e Avaliação	142
Anexos.....	144
Anexo 1. Exercício de priorização de áreas de intervenção.....	144
Anexo 2. Espécies ameaçadas de acordo com o índice IBA.....	144
Anexo 3. Espécies em categorias de proteção no âmbito do projeto.	146
Anexo 4. Áreas protegidas da bacia do Putumayo – Ica.	167
Anexo 5. Formato do Relatório de Mitigação Ambiental (EMR) da WCS.	136
Anexo 6. Termos de Referência da equipe da Unidade de Gestão e Apoio ao Projeto - PMU...	141
Anexo 7. Quadro do Processo.	141
Anexo 8. Quadro de Planejamento dos Povos Indígenas.	141
Anexo 9. Plano de Participação das Partes Interessadas.	141
Anexo 10. Plano de Gestão Trabalhista (PGL).....	141
Anexo 11. Plano de Gestão de Resíduos (PGR).....	141
Anexo 12. Medidas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST)	141
Anexo 13. Guia sobre Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Banco Mundial (GMAS)	141

Abreviaturas e siglas

AAO	Andes Amazônia Orinoquia
ACR	Área de Conservação Regional
AIDSEP	Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana
AP	Área protegida
ASGM	Mineração artesanal e em pequena escala de ouro
BM	Banco Mundial
BRA	Brasil
BTEX	Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xileno
CAN	Comunidade Andina
CIDH	Tribunal Internacional de Direitos Humanos
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Silvestres
CLPI	Conservação baseada em direitos e no consentimento livre, prévio e informado
CMNUCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CNTI	Comissão Nacional de Territórios Indígenas
COF	Estruturas Orgânicas Covalentes
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COICA	Coordenação Indígena da Bacia Amazônica
COL	Colômbia
CONAIE	Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador
CORPOAMAZONIA	Corporação para o Desenvolvimento Sustentável do Sul da Amazônia
CORPONARIÑO	Corporação Autônoma Regional de Nariño
DPLF	Fundação para o Devido Processo Legal
ECA	Executor do Contrato de Administração
ECU	Equador
EUA	Estados Unidos
EPA	Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos
EPT	Elementos potencialmente tóxicos
ERP	Planejamento de Recursos Empresariais
ESP	Precipitação eletrostática
FECOIBAP	Federação das Comunidades Indígenas do Baixo Putumayo
FECONAFROPU	Federação das Comunidades Nativas Fronteiriças do Putumayo
FEINCE	Nacionalidade Cofán
FWA	Garantia Federal Ampla
GOREL	Governo Regional de Loreto
GRS	Serviço de Reparação de Agravios
HAP	Hidrocarboneto aromático policíclico
HTP	Hidroxitriptofano
IBA	Local de importância para as aves e a biodiversidade
IBR	Inventários Biológicos Rápidos
IRB	Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Institutional Review Board)
KBA	Área importante para a biodiversidade
LDH	Hidróxidos duplos em camadas
MADS	Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia
MAE	Ministério do Meio Ambiente
MAQR	Mecanismo de Atendimento a Reclamações e Queixas
MGAS	Estrutura de Gestão Ambiental e Social

MINAM	Ministério do Meio Ambiente do Peru
MOF	Estruturas Metálico-Orgânicas
MPC	Mesa Permanente de Concertação
MRA	Mecanismo Global de Reparação de Danos
MTBE	Éter metil tert-butílico
ONG	Organização Não Governamental
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONIC	Organização Nacional dos Indígenas da Colômbia
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OXFAM	Comitê de Oxford para o Alívio da Fome (Oxford Committee for Famine Relief)
OZIP	Organização Zonal Indígena do Putumayo
PANE	Subsistema Patrimônio de Áreas Naturais do Estado
PBT	Substâncias persistentes, bioacumulativas e tóxicas
PCAS	Plano de Compromisso Ambiental e Social
PCB	Policlorobifenilos (bifenilos policlorados)
PER	Peru
PNN	Parque Nacional Natural
POP	Poluentes Orgânicos Persistentes
PPCP	Produtos farmacêuticos e de higiene pessoal
RSC	Comitê Diretor Regional
SAP	Programa de Ação Estratégica
SEP	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
SERNANP	Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (Peru)
SFF	Santuário de Fauna e Flora
SNAPP	Parceria Ciência para a Natureza e as Pessoas
SSMT	Equipe de Gestão de Salvaguardas Sociais
TPH	Total de Hidrocarbonetos de Petróleo
UCP	Unidade de Coordenação do Projeto
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
WCS	Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem
WFGD	Desulfurização úmida de gases de combustão
WWTP	Estações de Tratamento de Águas Residuais

1. Introdução

O presente documento expõe o Quadro de Gestão Ambiental e Social (MGAS) para as atividades propostas pelo projeto “Gestão Integrada da Bacia do Rio Putumayo-Içá”, como parte do processo de cumprimento das Normas Sociais e Ambientais do Banco Mundial (BM) pela Wildlife Conservation Society (WCS), como agência executora regional.

No âmbito da EAS 1, foram preparados os seguintes instrumentos: uma Avaliação Ambiental e Social (EAS) para identificar possíveis riscos e impactos ambientais e sociais e o Quadro de Gestão Ambiental e Social (MGAS) em linha com os Padrões Ambientais e Sociais (EAS) do Banco Mundial. Nesse contexto, a EAS e o MGAS incluem a descrição e os antecedentes do projeto, a situação social e ambiental da área de intervenção, o quadro jurídico e institucional dos países onde o projeto será desenvolvido, o quadro institucional das agências executoras e implementadoras, e estabelecem os princípios, diretrizes e procedimentos para a gestão ambiental e social do projeto, identificando os potenciais impactos ou riscos associados às atividades de implementação. Além disso, contém a proposta de medidas para reduzir, mitigar e/ou compensar os impactos negativos e potencializar os positivos, definindo os órgãos e instituições responsáveis pela gestão ambiental e pelo monitoramento. É importante destacar que, com base nas análises inicialmente realizadas pela equipe de gestão de riscos ambientais e sociais da WCS no âmbito da formulação do projeto, não se prevê impactos ambientais e sociais negativos significativos como resultado da implementação do projeto, e os potenciais impactos negativos identificados são de natureza limitada, localizada e reversível. Nesse sentido, o MGAS identifica as medidas de prevenção, mitigação e monitoramento desses potenciais impactos negativos e, adicionalmente, estabelece o caminho para a participação, concertação e implementação das atividades com as partes interessadas, com atenção especial à proteção e ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas nas decisões que podem beneficiar ou afetar seus territórios.

Durante a execução do projeto, as missões de acompanhamento, os Comitês Diretivos Regionais, Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho identificaram novas ações, atores, mudanças na regulamentação, etc., que devem ser levados em consideração para a implementação dos Padrões Ambientais e Sociais. Nesse sentido, é importante mencionar que este documento é uma atualização da primeira versão do MGAS, com data de não objeção por parte do Banco Mundial de 19 de dezembro de 2022. As novas atividades propostas no âmbito da reestruturação do Projeto não implicam novos riscos ambientais e sociais, nem serão desenvolvidas em novas áreas de implementação.

2. Objetivos do Quadro de Gestão Ambiental e Social

2.1 Objetivo geral

Estabelecer os princípios, normas, diretrizes e procedimentos para a gestão ambiental e social do projeto, de acordo com a natureza e magnitude dos riscos identificados no projeto.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar e avaliar os impactos potenciais ou riscos ambientais e sociais associados às atividades de implementação do projeto.

- Definir a proposta de medidas, incluindo instrumentos estratégicos, para reduzir, mitigar e/ou compensar os impactos negativos e potencializar os positivos.
- Definir os órgãos e instituições responsáveis pela gestão ambiental e social e pelo monitoramento.

3. Descrição do Projeto Bacia Putumayo-Içá

3.1 Objetivo do Projeto Bacia Hidrográfica Putumayo-Içá

O projeto busca melhorar a capacidade do Brasil, Colômbia, Equador e Peru de trabalhar coletivamente para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos hídricos e hidrobiológicos, mobilizando ações locais, subnacionais, nacionais e multinacionais para uma intervenção integral que fortaleça o conhecimento e a governança na Bacia do Putumayo-Içá. Destaca-se que as ações relacionadas ao conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisões terão alcance bacias hidrográficas, no entanto, serão realizados pilotos de investimentos por meio de subprojetos em locais que foram priorizados tecnicamente, mas cuja localização exata será determinada no projeto.

3.2 Componentes e atividades

3.2.1 Componente 1. Fortalecimento da governança e da capacidade para a tomada de decisões informadas para a gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH).

O projeto fortalecerá as condições para a gestão compartilhada dos recursos hídricos da Bacia através de estruturas de governança aprimoradas e um sistema de gestão do conhecimento projetado e implementado para melhorar as informações acessíveis que respondem à natureza multicultural, multigeracional e multisetorial da bacia. Este componente conta com dois subcomponentes que são apresentados a seguir:

Subcomponente 1.1. Conhecimentos tradicionais e científicos. O projeto melhorará o acesso ao conhecimento relevante para apoiar uma melhor tomada de decisões e informar ações colaborativas para a GIRH. Um elemento essencial será o projeto e desenvolvimento de um sistema de gestão do conhecimento que compile, sistematize, gere e compartilhe o conhecimento relevante produzido em diferentes escalas e que seja acessível a diversos públicos e partes interessadas. Em geral, o projeto e a implementação do sistema de gestão do conhecimento serão altamente participativos e levarão em consideração ferramentas tecnológicas e inovadoras para coletar, organizar e analisar as informações de forma que sejam acessíveis e disponíveis. Serão realizadas atividades de capacitação para que as partes interessadas relevantes tenham acesso e utilizem os conhecimentos, informações e dados. O sistema também contribuirá e será fortalecido pela plataforma regional integrada de informações da bacia amazônica sobre recursos hídricos que foi identificada no Programa de Ação Estratégica (PAE) para a região amazônica acordado pelos países participantes para ser implementado pela OTCA. A WCS facilitará o projeto e o funcionamento do sistema, e o manual operacional fornecerá detalhes sobre a participação das organizações parceiras em nível nacional e outras partes interessadas e principais beneficiários. As atividades e ações associadas a este subcomponente são:

1.1.1 Estabelecer e acordar princípios orientadores inclusivos para a gestão da informação.

Modelo conceitual para o sistema de gestão do conhecimento. O projeto aperfeiçoará um modelo conceitual para o sistema de gestão do conhecimento no qual será identificado o conhecimento necessário, de uma perspectiva científica e tradicional, para a GIRH no Putumayo-Içá. Este modelo especificará as dimensões do conhecimento que devem ser incluídas no sistema (por exemplo, hidrologia, conectividade, qualidade da água e recursos hidrobiológicos), as informações específicas dentro de cada dimensão (por exemplo, variáveis) e os dados específicos necessários para cada variável. Através de um processo participativo com as comunidades locais e as estruturas de governança local, serão identificadas as necessidades de informações adicionais.

Análise de lacunas de conhecimento. O projeto realizará uma análise para identificar o que existe e o que falta, incluindo uma avaliação do conhecimento, informações e dados disponíveis em plataformas, tecnologias, bancos de dados e outros. Também avaliará a capacidade geral, os pontos fortes e fracos das plataformas existentes e sua interoperabilidade para gerenciar e divulgar a diversos públicos o conhecimento prioritário para a GIRH em Putumayo-Içá.

Princípios orientadores para a gestão da informação. Com base na análise das lacunas de conhecimento e através do diálogo entre as partes interessadas no projeto, em particular os tomadores de decisão que utilizarão a informação (comunidades indígenas e locais, agências governamentais e organizações da sociedade civil), serão desenvolvidas diretrizes para garantir que os conhecimentos, a informação e os dados prioritários estejam disponíveis através das plataformas e dos mecanismos de intercâmbio de conhecimentos existentes.

1.1.2 Sistematização e análise do conhecimento relevante existente para a GIRH

Sistematização e síntese do conhecimento existente. Serão feitos avanços na compilação do conhecimento prioritário para a tomada de decisões sobre GIRH que atualmente está disperso ou indisponível, incluindo literatura acadêmica, relatórios cinzentos, bancos de dados institucionais, etc., que poderiam se beneficiar de estar disponíveis através do Sistema de Gestão do Conhecimento do projeto. Também inclui a recuperação endógena dos conhecimentos tradicionais pelas comunidades indígenas, no que se refere à gestão sustentável dos recursos, e serão promovidas discussões interculturais e interdisciplinares para recuperar, valorizar, reconhecer e integrar o conhecimento tradicional nas atividades de gestão sustentável dos recursos.

Processamento e análise de informações. As informações e os dados coletados serão processados e analisados para se tornarem conhecimentos estratégicos nos processos de tomada de decisão. Além disso, serão realizados análises e modelos adicionais e mais completos para gerar uma maior compreensão, a nível da bacia hidrográfica, das dimensões do conhecimento identificadas como prioritárias, tais como hidrologia, conectividade, qualidade da água/contaminantes e recursos hidrobiológicos, com ênfase específica no apoio às atividades do projeto.

1.1.3 Estudos e análises em escala de bacia hidrográfica relevantes para a GIRH.

Compilação sistemática de informações relevantes. O projeto apoiará a coleta e sistematização de informações e dados identificados como prioritários para o sistema de gestão da informação e que ainda não existem nas plataformas atuais. Isso abrangerá informações e dados que são necessários apenas uma vez (informações de referência), bem como informações que serão necessárias de

forma recorrente para rastrear mudanças e tendências. A atividade incluirá tanto pesquisas e estudos científicos quanto conhecimentos tradicionais, envolvendo as comunidades locais na coleta e análise de dados. Além disso, será essencial empoderar as comunidades para que realizem pesquisas relacionadas aos ecossistemas onde vivem e aos recursos naturais dos quais dependem. Por outro lado, com base na experiência da WCS com a Aliança Águas Amazônicas (AAA) e o projeto Ciência Cidadã para a Amazônia, buscar-se-á alinhar protocolos e desenvolver guias e metodologias para monitoramento e pesquisa dentro e entre os quatro países; socializar e capacitar os atores e autoridades locais na implementação do monitoramento sistemático; e analisar e divulgar os resultados do acompanhamento em todos os níveis.

Determinação da contaminação e dinâmica dos contaminantes na bacia. Os níveis atuais de contaminação por mercúrio e outros compostos químicos serão definidos com base em análises em áreas prioritárias da bacia. Isso será realizado assim que as diretrizes da Convenção de Minamata forem produzidas e as ferramentas e protocolos harmonizados forem preparados. Por fim, o projeto utilizará soluções e tecnologias inovadoras para medir o mercúrio e outros contaminantes.

Análise da dinâmica da comercialização do mercúrio. Esta análise considerará a demanda, a oferta e o comércio de mercúrio que ocorre na bacia com base nos estudos disponíveis realizados pela WCS e outros parceiros. A análise se baseará principalmente em estudos sobre o comércio de mercúrio em nível regional e nacional e será ajustada com informações específicas obtidas com a participação de atores-chave da bacia. Para a demanda, serão identificadas as atividades legais de mineração de ouro e estimado o uso de mercúrio. Além disso, serão revisados os relatórios oficiais de mineração e as operações registradas. Essa análise será fundamental para informar os tomadores de decisão e políticos sobre a eficácia das normas e regulamentos para o controle do mercúrio e será estratégica para identificar ações de fortalecimento da gestão institucional.

Análise georreferenciada das atividades que causam a contaminação da água. O projeto implementará um sistema contínuo de georreferenciamento das atividades que potencialmente estão gerando contaminação da água na bacia. As fontes de informação incluem principalmente informações secundárias, cadastros de mineração e petróleo, dados coletados por instituições públicas relevantes e utilizam tecnologias de teledeteção, como as identificadas pela ConservationX Labs. A análise georreferenciada funcionará de forma integrada com o Sistema de Gestão do Conhecimento e o Sistema de Alerta Precoce desenvolvidos pelo projeto. É importante ressaltar que as políticas de privacidade e segurança serão cumpridas para salvaguardar as informações e a integridade das pessoas.

Avaliação dos impactos socioeconômicos e sanitários. O projeto apoiará a avaliação dos impactos multidimensionais da contaminação da água nas áreas priorizadas. Isso permitirá relacionar as fontes de contaminação da água com os receptores sensíveis (humanos e ambientais) e quantificar seus efeitos nas condições econômicas, ambientais e sociais. Com essas informações, espera-se estabelecer impactos significativos e projetar intervenções para mitigar os efeitos negativos dos impactos da contaminação. Além disso, serão realizados estudos e es para avaliar os impactos econômicos e na saúde humana da contaminação da água na bacia.

1.1.4 Desenvolver eventos de troca de conhecimentos

Eventos de intercâmbio de conhecimentos. Serão apoiados eventos para fortalecer o diálogo entre os beneficiários do projeto e outras partes interessadas e parceiros em temas-chave priorizados,

por meio de eventos virtuais e presenciais que incluem workshops, estágios, atividades conjuntas de pesquisa, webinars e conferências.

Intercâmbio de conhecimentos comunitários. Será promovido o diálogo e o intercâmbio entre as comunidades indígenas da bacia, para discutir temas de interesse comum, fortalecer os valores culturais, apoiar o intercâmbio de conhecimentos intergeracional e fortalecer suas capacidades; garantindo que esses espaços respondam às necessidades e ao contexto local, promovam o bem-estar social, a sobrevivência cultural e a conservação do território dos povos indígenas amazônicos. A atividade contribuirá para abordar a questão de que o conhecimento tradicional está desaparecendo a um ritmo alarmante com a migração dos jovens e o falecimento dos idosos (atualmente agravado pela COVID-19).

Fortalecimento das capacidades locais para a gestão do conhecimento. Trabalharemos com as partes interessadas relevantes, em particular tomadores de decisão, comunidades locais e povos indígenas, para melhorar as capacidades existentes para a gestão do conhecimento. O desenvolvimento de capacidades envolverá treinamentos na forma de workshops ou cursos sobre a interpretação das informações e seu uso para a tomada de decisões. Poderá ser admitido hardware apropriado (por exemplo, smartphones, tablets, conferências online, software, assinaturas de dados, entre outros) para melhorar o acesso e a conectividade.

Subcomponente 1.2. Governança para a gestão integrada dos recursos hídricos. Este subcomponente terá como objetivo fortalecer a governança multinível, multissetorial e multissetorial como uma condição facilitadora fundamental para a GIRH da bacia hidrográfica e promover o acesso equitativo para mulheres e outras populações vulneráveis. O projeto ajudará as comunidades indígenas, camponesas e ribeirinhas, bem como instituições locais, autoridades ambientais, organizações, setor público e instituições de pesquisa a se organizarem e se reunirem periodicamente para discutir em grupos de trabalho desafios comuns e tomar decisões informadas para a GIRH regional. Esses processos também envolverão representantes de outros setores que influenciam os resultados ambientais da bacia. O diálogo e os acordos por meio dos grupos de trabalho resultarão em um plano de ação estratégico acordado para a bacia hidrográfica que reflita a visão compartilhada. Como parte desse plano de ação, o projeto apoiará avaliações mais detalhadas dos marcos legais, institucionais e políticos e dos instrumentos de planejamento que conduzem à GIRH, a fim de preparar propostas para a harmonização dos marcos legais e políticos que permitam a gestão compartilhada (por exemplo, no uso de espécies-chave). Dentro do plano estratégico, o projeto também apoiará análises de sustentabilidade financeira para estimar os custos de médio e longo prazo para sua implementação, avaliando as fontes de financiamento existentes e potenciais.

Além disso, o subcomponente promoverá e apoiará acordos setoriais para o uso sustentável dos recursos hídricos na bacia, e serão fornecidas recomendações e diretrizes ambientais para a adoção de melhores práticas de gestão em indústrias de setores específicos que estão sendo uma fonte de poluentes. Além disso, o projeto promoverá o desenvolvimento de diretrizes e informações para fortalecer o planejamento ambiental territorial, a fim de incorporar elementos da abordagem regional integrada dos recursos hídricos, em linha com a visão compartilhada, bem como aumentar a capacidade de aplicar os marcos normativos para deter atividades ilegais e insustentáveis. Por fim, a governança será fortalecida com o apoio à implementação de acordos multinacionais relevantes, incluindo as Convenções de Minamata e Estocolmo, o Plano de Ação Pucallpa 2019 e o Pacto Leticia

2019 para a gestão ambiental regional, entre outros que envolvem a colaboração entre mais de um dos países participantes.

1.2.1 Estabelecimento e/ou fortalecimento de mesas de trabalho e mesas redondas temáticas multissetoriais e regionais para acordar atividades conjuntas e propostas alinhadas com uma visão comum.

Mapeamento de atores, iniciativas e estruturas de governança. Será atualizada a análise realizada durante a preparação do projeto, incluída no Plano de Participação das Partes Interessadas, sobre as partes interessadas relevantes e as iniciativas e estruturas de governança existentes em torno de temas relevantes para o projeto. Esse mapeamento permitirá apoiar a criação e/ou fortalecimento de grupos de trabalho temáticos.

Estabelecimento e fortalecimento de grupos de trabalho temáticos. Esta atividade facilitará a criação e operacionalização de grupos de trabalho temáticos sobre temas relevantes para o projeto, como espaços para orientar o processo em direção a uma visão compartilhada da bacia e discutir ações conjuntas. Dependendo do tema específico, os grupos de trabalho integrarão representantes do setor privado, autoridades ambientais, institutos de pesquisa, governos municipais, líderes indígenas e líderes de associações de produtores; promovendo a participação indígena, o equilíbrio de gênero e o empoderamento das mulheres representantes.

1.2.2 Elaboração do Plano de Ação Estratégico para a bacia, incluindo:

Propostas para a harmonização de marcos legais e políticos para permitir a gestão compartilhada e o uso sustentável dos recursos hídricos na bacia.

Análise de sustentabilidade financeira.

Ampliação do processo em andamento para uma visão regional compartilhada. Esta atividade apoiará o processo regional em andamento que vem sendo desenvolvido entre o Peru e a Colômbia desde 2017 para o estabelecimento de uma visão em torno de um corredor cultural e biológico para a bacia, que resultou em um plano de ação binacional entre comunidades indígenas, agências governamentais, ONGs e instituições de pesquisa para a conservação da bacia do Putumayo. O fortalecimento desse processo, com a participação do Brasil e do Equador, buscará consolidar o compromisso na construção da visão compartilhada, facilitando as ações acordadas na região. Essa atividade incluirá a concepção e implementação de uma série de eventos e workshops orientados por metodologias participativas que reconhecem o ambiente multicultural e multissetorial da bacia.

Lacunas normativas e políticas para o manejo integrado de bacias hidrográficas. Com base em uma avaliação do marco legal, institucional e político e dos instrumentos de planejamento, esta atividade identificará lacunas e áreas de melhoria para os tomadores de decisão e as políticas, fornecendo recomendações de ajustes para uma melhor gestão da bacia hidrográfica em nível nacional, multinacional ou regional.

Apoio à harmonização dos marcos legais e políticos. Com base na análise das lacunas normativas e políticas, esta atividade incorporará nas tarefas dos grupos de trabalho uma série de discussões, lideradas por representantes das autoridades relevantes e outros membros dos grupos temáticos, para sugerir ajustes que conduzam a uma melhor gestão da bacia. Isso considerará propostas para a harmonização dos instrumentos de planejamento e gestão para áreas protegidas selecionadas para atividades conjuntas de conservação e em linha com a visão compartilhada da bacia. O projeto

também fornecerá assessoria jurídica para garantir a relevância e aplicabilidade das propostas resultantes.

Análise de sustentabilidade financeira. Será financiado um estudo que estimará os custos de médio e longo prazo da continuação das atividades do projeto para o manejo integrado da bacia hidrográfica e avaliará as fontes de financiamento existentes e potenciais.

Ambiente regulatório favorável ao uso de espécies-chave com interesse comercial. Será apoiada a análise e harmonização de regulamentações para melhorar as práticas de uso de espécies-chave, incluindo, entre outras, peixes (*Arapaima gigas*, *Osteoglossum bicirrhosum*), tartarugas (*Podocnemis unifilis*) e produtos florestais não madeireiros prioritários (PFNM). Será realizado um diagnóstico regional da regulamentação vigente para as espécies-chave e, com base nos resultados, serão propostas ajustes e fornecidas informações aos tomadores de decisão. Da mesma forma, será apoiado o fortalecimento e a implementação da regulamentação da gestão pesqueira dentro da bacia, de modo que cada país participante tenha regulamentação compatível em temas-chave como: i) tamanho mínimo dos peixes para captura, consumo e comercialização (por espécie); ii) tipo de arte de pesca permitida; iii) temporadas e períodos de defeso da pesca.

1.2.3 Promoção de acordos setoriais de boas práticas e planejamento territorial em linha com a visão compartilhada

Apoio a acordos setoriais para GIRH: Serão apoiados acordos setoriais para fortalecer o planejamento ambiental territorial para a GIRH, promovendo o diálogo e a coordenação intersetorial para incluir considerações ambientais em setores-chave que estão impulsionando a poluição da água na bacia e influenciando o planejamento do uso da terra. O projeto apoiará discussões técnicas e o desenvolvimento de diretrizes para melhorar as práticas selecionadas existentes, incluindo a redução da poluição na fonte, descargas zero de água, tecnologias de baixa poluição e melhores práticas de gestão da água. Além disso, o projeto promoverá o desenvolvimento de diretrizes e informações para fortalecer o planejamento ambiental territorial para a gestão dos recursos naturais e aplicar os marcos normativos para deter práticas ilegais e insustentáveis em áreas-chave, incluindo sistemas de áreas protegidas e outras estratégias de conservação (terras indígenas, entre outras).

1.2.4 Atividades para avançar na implementação de acordos multinacionais relevantes, incluindo as Convenções de Minamata e Estocolmo.

Apoio à implementação de acordos multinacionais selecionados. Esta atividade apoiará a análise e a discussão entre as partes interessadas relevantes com relação à implementação e inclusão de considerações de gestão de recursos hídricos em toda a bacia em acordos selecionados, como meio fundamental para facilitar, apoiar e incentivar a adoção da visão compartilhada da bacia e a tomada de decisões informadas.

Apoio aos planos de ação de Minamata e outras iniciativas oficiais relacionadas. Serão geradas informações essenciais a nível da bacia hidrográfica que servirão de base aos grupos de trabalho criados para desenvolver e implementar planos de ação nacionais para a implementação da Convenção de Minamata. Esta atividade contribuirá para incorporar considerações especificamente relacionadas a contextos específicos, como o de Putumayo-Içá, nos planos de ação nacionais. Isso,

por sua vez, fortalecerá a capacidade multissetorial para implementar a Convenção e promoverá ações coordenadas entre os países.

3.2.2 Componente 2. Melhoria das intervenções de gestão para uma GIRH compartilhada.

O projeto promoverá diferentes abordagens para enfrentar os possíveis efeitos da contaminação da água por mercúrio e outros contaminantes derivados de atividades legais e ilegais; e identificará e fortalecerá a gestão sustentável dos recursos hídricos e ecossistemas, incluindo abordagens baseadas no mercado e não baseadas no mercado. Apoiará igualmente as comunidades cujos meios de subsistência foram afetados por doenças e/ou medidas de distanciamento social para evitar a propagação da Covid-19, através de atividades geradoras de emprego/meios de subsistência, tais como vigilância comunitária e sistemas produtivos.

Subcomponente 2.1 Contaminação da água e do ambiente associada ao mercúrio e outros contaminantes. O subcomponente irá conceber e apoiar a implementação de uma estratégia regional para a prevenção e controle da contaminação da água por mercúrio e outros contaminantes libertados por atividades legais e ilegais ao longo da bacia hidrográfica, através de projetos-piloto em locais selecionados. A concepção da estratégia e a implementação dos projetos-piloto basear-se-ão no sistema de gestão do conhecimento do projeto e nos esforços de colaboração existentes na bacia hidrográfica e incluirão atividades para fortalecer a capacidade das autoridades ambientais de realizar ações conjuntas de prevenção e controle, entre elas: vigilância, trabalho comunitário e capacitação em assuntos relacionados à contaminação da água e seus impactos. O projeto não prevê trabalhar diretamente com as operações de mineração para formalizar e/ou melhorar suas técnicas, uma vez que a mineração, em particular a extração de ouro, é considerada ilegal na maior parte da bacia. A aplicação da lei será fortalecida através do desenvolvimento da capacidade dos órgãos de acordo com o quadro institucional e as competências respectivas em cada país, e oferecendo informações e ferramentas para melhor fazer cumprir e processar o uso ilegal de mercúrio.

Como ferramenta para as atividades de prevenção e controle, será projetado um sistema de alerta precoce que permitirá identificar rapidamente eventos como derramamentos de petróleo ou produtos químicos que alterem a qualidade da água e afetem a disponibilidade de recursos associados para as comunidades locais. Além disso, a estratégia permitirá que as comunidades locais identifiquem mudanças na qualidade da água utilizando equipamentos de detecção básicos confiáveis, de baixo custo e baixa manutenção, e protocolos de monitoramento participativo. Por fim, a estratégia também incluirá a implementação de projetos-piloto de remediação em áreas prioritárias. Os critérios detalhados para a implementação dos projetos-piloto serão incluídos no manual operacional, mas as técnicas selecionadas serão aquelas que:

- Minimizem a produção de resíduos comuns e perigosos
- Considerem a remediação do mercúrio por cianetação
- Demonstrem ser seguras para os habitantes e animais das áreas tratadas, bem como para o pessoal que as aplica
- Evitem atividades relacionadas à exploração de qualquer espécie vegetal ou animal e/ou que impliquem uma conversão ou degradação significativa dos habitats naturais ou críticos.
- Evitar a introdução ou promoção de espécies invasoras não nativas da área de intervenção
- Evitar a conversão ou degradação significativa de habitats naturais críticos ou de outro tipo

- Evite atividades que não tenham sido devidamente socializadas e que possam causar danos a locais ou recursos considerados sagrados para os povos indígenas e outros grupos
- Não prejudiquem os meios de subsistência sustentáveis ou a segurança alimentar das comunidades locais
- Garantir o cumprimento da regulamentação aplicável nas áreas de intervenção

2.1.1 Esforços conjuntos para prevenção e controle.

Plano de ação regional conjunto de prevenção e controle: O projeto apoiará as autoridades ambientais na realização de ações conjuntas de prevenção e controle, incluindo vigilância, assistência técnica, trabalho comunitário e capacitação em temas relacionados à contaminação da água e seus impactos. Essas ações conjuntas serão desenvolvidas para áreas prioritárias e incluirão áreas protegidas e reservas indígenas. Por fim, será elaborado um plano de ação regional para a prevenção e o controle da contaminação da água, alinhando os esforços e compromissos existentes de cada país.

2.1.2 Capacitação para a aplicação da lei e o julgamento.

O projeto apoiará as autoridades ambientais, bem como outros tipos de organizações, na realização de ações conjuntas de prevenção e controle, incluindo vigilância, assistência técnica, trabalho comunitário e capacitação em temas relacionados à contaminação da água e seus impactos. O desenvolvimento de capacidades para melhorar a coordenação e a ação conjunta entre as forças da ordem e outras autoridades com competência na bacia hidrográfica apoiará esses esforços.

2.1.3 Estabelecimento de um sistema de alerta precoce de contaminação da água em locais prioritários.

Como resultado do plano de ação regional para a prevenção e o controle da contaminação da água, e a partir dos dados coletados e sistematizados, será estabelecido um sistema de alerta precoce para identificar rapidamente a presença de hidrocarbonetos na água (derramamentos de petróleo), considerando a cor, o odor e outras características facilmente identificáveis pelos sentidos. A confirmação da presença de hidrocarbonetos na água será comunicada aos órgãos de gestão de emergências locais e regionais, que, por sua vez, devem iniciar planos de contingência e, acima de tudo, priorizar a atenção às comunidades locais localizadas a jusante. Para sua implementação bem-sucedida, a promoção de acordos com as empresas petrolíferas fará parte das atividades incluídas no componente 2. Além disso, o sistema de alerta precoce será projetado de forma a permitir que as comunidades locais identifiquem mudanças na qualidade da água utilizando equipamentos de detecção básicos confiáveis, de baixo custo e baixa manutenção, e com protocolos de monitoramento participativo.

2.1.4 Atividades de mitigação e remediação da contaminação da água.

Concepção e implementação de projetos-piloto de remediação, restauração e mitigação: Os projetos-piloto serão concebidos com base nas informações recolhidas noutras atividades do projeto e na caracterização participativa dos locais contaminados. Para a seleção dos locais, serão utilizados critérios de importância, urgência e oportunidade, incluindo o potencial de replicação, os benefícios para as comunidades locais, a adaptabilidade às condições locais, a viabilidade de adoção e implementação pelas comunidades locais e a sustentabilidade. Essas atividades serão consultadas e acordadas com as comunidades locais para garantir sua participação.

Fortalecimento da capacidade de resposta da comunidade local à contaminação da água: Para garantir a utilização e o benefício do sistema de alerta precoce para as comunidades, para que estas possam tomar medidas preventivas em caso de alerta de contaminação, o projeto fortalecerá a capacidade das comunidades locais para adotar e implementar práticas para mitigar os impactos potenciais. Além disso, serão desenvolvidos materiais informativos sobre as melhores práticas para mitigar os impactos potenciais da exposição a diversos contaminantes, como parte de uma campanha integrada de educação que será projetada para as comunidades mais expostas e vulneráveis a eventos de contaminação.

Subcomponente 2.2. Manejo sustentável e cadeias de valor para recursos naturais selecionados.

Serão promovidas práticas de manejo sustentável e cadeias de valor para recursos hidrobiológicos selecionados em locais piloto. Além disso, será apoiado o desenvolvimento de atividades-chave para a segurança alimentar das comunidades locais, tais como parcelas agrícolas locais (chagras), pequenas pisciculturas com espécies nativas, entre outras, buscando assim compensar os efeitos negativos da pandemia da COVID-19.

2.2.1 Elaboração de planos de manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), pesca e tartarugas

Elaboração de planos/acordos de ordenamento pesqueiro: Será apoiada a criação, o fortalecimento e a implementação de planos de manejo pesqueiro em áreas estratégicas da bacia, com foco em planos de gestão local que incluam acordos entre associações e comunidades em pelo menos mais de um país. As espécies prioritárias atualmente identificadas são o pirarucu (*Arapaima gigas*) e a arawana prateada (*Osteoglossum bicirrhosum*). Além disso, o projeto desenvolverá uma avaliação das cadeias de valor atuais para os produtos pesqueiros na região, incluindo uma análise de seus pontos fortes e fracos na cadeia de valor (por exemplo, conectividade, infraestrutura estabelecida, associações pesqueiras formalizadas).

Elaboração de estratégias de conservação e manejo sustentável de tartarugas: O projeto apoiará o estabelecimento de estratégias participativas de conservação e uso sustentável para tartarugas, com foco em *Podocnemis unifilis*, *Podocnemis expansa* e *Chelonoidis denticulata*. Com esse objetivo, serão sistematizadas as experiências de manejo de tartarugas na bacia e analisadas, de acordo com critérios biológicos, socioeconômicos e normativos, as oportunidades para melhorar a conservação e o manejo sustentável dessas espécies. Além disso, será realizada uma análise do impacto da pandemia da Covid-19 no consumo de fauna silvestre e na comercialização de tartarugas nos mercados nacionais e internacionais. Por fim, para fortalecer o monitoramento e o controle do uso de tartarugas, serão fortalecidas as capacidades das agências governamentais e comunidades envolvidas no monitoramento participativo.

Elaboração de planos de manejo de produtos florestais não madeireiros (PFNM): Será prestado apoio ao desenvolvimento de planos regionais de manejo para PFNM selecionados como Camu camu (*Myrciaria dubia*), Copaíba (*Copaifera officinalis*), Aguaje (*Mauritia flexuosa*), Andiroba (*Carapa guianensis*), Açaí (*Euterpe oleracea*), entre outros, como alternativas econômicas para as comunidades locais; e serão formulados planos de manejo com enfoque regional para os produtos priorizados como insumo para fortalecer as cadeias de valor.

2.2.2 Fortalecimento das capacidades das comunidades e dos principais stakeholders na gestão dos recursos naturais

O projeto fortalecerá as capacidades das partes interessadas na gestão sustentável dos recursos para as espécies prioritárias de peixes, tartarugas e PFM, com ênfase no desenvolvimento de capacidades para gerar associatividades dentro das comunidades. Além disso, apoiará o fortalecimento das habilidades das agências governamentais para monitorar e controlar o uso dos recursos naturais.

2.2.3 Atividades para impulsionar cadeias de valor regionais de pesca e PFM

O projeto fornecerá infraestrutura menor e assistência técnica a associações e comunidades para fortalecer as cadeias de valor dos produtos pesqueiros prioritários que atualmente são comercializados na bacia do Putumayo-Içá e a partir dela. De acordo com os projetos-piloto que serão implementados, o projeto fortalecerá aspectos específicos ao longo da cadeia de valor, incluindo armazéns e a infraestrutura necessária para armazenamento refrigerado, equipamentos de valor agregado e transporte. Além disso, serão prestados serviços de pesquisa, tecnologia e inovação para agregar valor aos produtos selecionados. O projeto também terá como objetivo facilitar rodadas de negócios regionais entre associações de produtores e empresários para criar condições de mercado com um preço diferenciado que reflita a origem e as práticas sustentáveis dos produtos selecionados.

Por outro lado, o projeto fortalecerá as cadeias de valor piloto para os PFM priorizados, promovendo a articulação com outras iniciativas para fortalecer os esforços existentes, especialmente em cadeias que envolvam mais de um país. Com esse objetivo, também será fornecida infraestrutura menor e assistência técnica, conforme necessário, bem como serviços de pesquisa, tecnologia e inovação para agregar valor aos produtos selecionados.

2.2.4 Meios de subsistência alternativos para a segurança alimentar na Bacia.

O projeto apoiará atividades que forneçam fontes de proteínas e nutrientes essenciais às comunidades locais e/ou apoiará programas nutricionais especialmente relevantes para recuperar as economias locais impactadas pela Covid-19. Nesse sentido, o projeto fortalecerá as parcelas agrícolas locais, conhecidas como chagras, pequenas culturas piscícolas e outras atividades sustentáveis para garantir a segurança alimentar da população mais vulnerável. Em áreas específicas da bacia, serão projetados cultivos piscícolas piloto de espécies nativas de ciclo curto, como o paco (*Piaractus brachipomus*), a gamitana (*Colossoma macropomum*) e o sábalo (*Brycon amazonicus*). Além disso, será prestado apoio por meio de: i) fortalecimento das capacidades organizativas e e es (capacitação de líderes comunitários para o manejo de espécies em cativeiro); ii) assessoria técnica em parceria com institutos de pesquisa e agências pesqueiras; e iii) construção da infraestrutura necessária.

3.2.3 Componente 3. Gestão do projeto, monitoramento e avaliação.

Este componente apoia atividades transversais destinadas a fortalecer a coordenação, comunicação, gestão e monitoramento e avaliação (M&A) do projeto. Seu objetivo é garantir a eficiência e eficácia do projeto através do estabelecimento de um sistema de gestão satisfatório e da manutenção dos mecanismos de participação e consulta do projeto.

Isso inclui o desenho e a implementação da Estratégia de Comunicação, que visa garantir que o conhecimento gerado pelo projeto chegue ao público-alvo, por meio de linguagens e formatos apropriados, levando em consideração abordagens étnicas e de gênero, com o objetivo de servir como insumo para o planejamento, a gestão e a formulação de políticas e a tomada de decisões. Essa estratégia de comunicação consistirá em três linhas de ação:

- i. comunicação interna, dirigida à equipe de implementação e aos parceiros do projeto em cada um dos países, com o objetivo de mantê-los atualizados sobre o andamento dos diferentes componentes;
- ii. comunicação comunitária, dirigida aos beneficiários do projeto com o objetivo de gerar apropriação tanto do projeto quanto das ações de conservação propostas, promovendo espaços e canais de comunicação gerenciados por e para as comunidades locais para a socialização do progresso do projeto. A comunicação comunitária será participativa e inclusiva, buscando adicionalmente capacitar os beneficiários em técnicas e ferramentas de comunicação para melhor transmitir suas atividades e processos;
- iii. comunicação externa, dirigida a um público universal relacionado ou não diretamente com o projeto, como comunidades locais e outros usuários da bacia, setor privado, instituições governamentais, entre outros, com o objetivo de divulgar informações para conscientizar sobre questões-chave, como a importância dos recursos hídricos e sua gestão sustentável, os ecossistemas associados, os conhecimentos tradicionais, os impactos sobre os habitats e a saúde humana devido à contaminação da água por mercúrio e outros contaminantes; entre outros aspectos.

Na estruturação com o BM para o desenvolvimento dos componentes e atividades mencionados acima, foram determinadas as categorias de desembolso sob as quais as informações financeiras seriam reportadas. Essas categorias são um instrumento de orientação e acompanhamento que permite planejar o uso dos recursos a partir da definição das atividades técnicas do projeto. Nesse sentido, de acordo com o GA, o orçamento por categorias de desembolso é estabelecido na seção III do SCHEDULE 2 da seguinte forma (modificação aprovada em dezembro de 2025):

Categoria de desembolso	TOTAL USD
(1) Bens, pequenas obras, serviços de consultoria, serviços não relacionados à consultoria, treinamentos e custos operacionais dos Componentes 1 e 2 do Projeto	5.762.522
(2) Subprojetos	4.875.306
(3) Bens, pequenas obras, serviços de consultoria, serviços não relacionados à consultoria, treinamentos e custos operacionais do componente 3	2.206.209
TOTAL	12.844.037

Os subprojetos foram identificados na estratégia de aquisições e no PAD¹ como uma modalidade de execução a ser realizada por *diferentes organizações*, que implementarão ações dos componentes 1 e 2, com um intervalo definido em valores:

- >USD 10.000 - <= USD40.000: Subprojetos de menor valor.
- >= a 40.000 até USD 300.000: Subprojetos, em geral

¹ PAD Anexo 1, ponto 13 *Subprojetos*

Se, durante a execução do projeto, for necessária uma atualização dos intervalos de alocação dos subprojetos, esta será ajustada dentro da estratégia de aquisições do projeto e o MOP tomará como referência os novos valores estabelecidos nesta, uma vez aprovados pelo BM.

O montante orçamentado para o financiamento de subprojetos é de US\$ 4.875.306. Da mesma forma, os temas financiados por componente, de acordo com o definido no PAD e no acordo de doação, são:

- Componente 1 – Subcomponente 1.1, nas ações:
 - Coleta, sistematização, pesquisa e análise de conhecimentos científicos relevantes para promover a MIRH compartilhada
 - Pesquisa por e para as comunidades indígenas
- Componente 2 - Subcomponente 2.1, nas ações:
 - Prevenção e controle da contaminação – Apoio às comunidades selecionadas legalmente registradas para realizar MAPE.
 - Fortalecimento dos esforços conjuntos das autoridades e das OSC para prevenir e controlar a poluição.
 - Desenvolvimento de capacitação institucional sobre questões ambientais, especificamente o uso de contaminantes e seus impactos nas comunidades e nos ecossistemas.
 - Mitigação, recuperação ou remediação e restauração em pequena escala da contaminação da água
- Componente 2 - Subcomponente 2.2, nas ações:
 - Concepção, fortalecimento e implementação de planos-piloto de gestão sustentável e cadeias de valor para recursos hidrobiológicos selecionados.
 - Meios de subsistência alternativos em pequena escala
 - Atividades destinadas a capacitar as principais partes interessadas, incluindo, entre outras, os órgãos públicos associados e as comunidades, na gestão dos recursos naturais para melhorar os mecanismos de divulgação e o acompanhamento participativo.

Os subprojetos de menor valor, que poderão trabalhar nos mesmos temas, são o resultado de conversas com comunidades indígenas e locais, que os veem como uma oportunidade de fortalecimento e desenvolvimento das ações que vêm realizando; esta proposta de execução foi apresentada pela WCS, como executora do Projeto, e foi aprovada na Missão de Avaliação Intermediária do BM (dezembro de 2025). Como resultado, foi definido que a avaliação das propostas desse tipo de subprojeto será realizada em duas fases:

- Uma fase inicial que avaliará a ideia proposta e as informações fornecidas no formato básico incluído nos Termos de Referência da convocatória e nos anexos audiovisuais, para avaliar o cumprimento dos requisitos mínimos da organização e do projeto proposto (objetivo, alinhamento das linhas de trabalho com a convocatória, local de execução proposto e principais resultados esperados);
- As propostas que forem avaliadas positivamente serão convidadas a desenvolver uma proposta detalhada (fase 2). A equipe do projeto prestará o apoio técnico necessário para sua consolidação e sistematização nos formatos projetados para esse fim. A revisão dessa proposta detalhada será realizada pela equipe da Unidade de Gestão do Projeto, para verificar sua coerência com os procedimentos legais, de aquisições e de padrões ambientais

que se aplicam a todos os subprojetos; para isso, levarão em consideração, além disso, as recomendações dos avaliadores da proposta básica apresentada na primeira fase.

4. Marco normativo, político e institucional

A seguir, é apresentado um contexto geral do quadro normativo legal nacional e internacional, incluindo acordos bilaterais ou multilaterais, no que se refere ao planejamento e ordenamento territorial, gestão da biodiversidade e áreas protegidas, mudanças climáticas, povos indígenas, informação e transparência, que regulam as atividades do projeto, bem como as políticas e procedimentos estabelecidos pela WCS e pelo BM.

Posteriormente, em matéria institucional, é apresentada a análise da capacidade institucional da WCS, na qualidade de agência executora, e o arranjo institucional definido para a implementação do Projeto.

4.1 Regulamentações nacionais

Os países da bacia do Putumayo-Içá contam com um amplo marco regulatório sobre questões ambientais, no qual os recursos naturais são reconhecidos como um bem público que deve ser protegido para garantir sua integridade ecológica e contribuir para o bem-estar das populações humanas. Destacam-se a Política Nacional Ambiental Geral do Brasil (Lei 6938 de 1981), a Lei 99 de 1993 na Colômbia, a Lei de Gestão Ambiental do Equador (1999), especificamente a Codificação 19 (2004), e a Lei Geral do Meio Ambiente do Peru (Lei 28611, 2005), que estabelecem os princípios, normas e instituições responsáveis pela gestão dos recursos naturais.

A legislação e os regulamentos específicos desses países incluem diretrizes para a gestão dos recursos hídricos e da diversidade biológica e cultural, ações de governança e monitoramento, geração e intercâmbio de informações, educação ambiental, compromisso e participação da população em ações ambientais sustentáveis, entre outros.

Por outro lado, a legislação, os regulamentos específicos, bem como os planos e programas que complementam as leis e políticas gerais e que são estratégicos para os componentes do Projeto Putumayo-Içá são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Legislação e regulamentação que orientam o desenvolvimento dos componentes do Projeto Putumayo-Içá.

País	Políticas / Legislação / programas / plano / estratégias	Descrição
Brasil	Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia	O plano tem como objetivo reduzir as taxas de desmatamento e criar condições para uma transição para um modelo de desenvolvimento sustentável na região. Suas ações giram em torno da posse da terra e do ordenamento territorial; monitoramento e controle ambiental; e fomento da produção sustentável.
	Programa “Amazonas Mais Verde”	Lançado em setembro de 2020. Inclui atividades para a prevenção e controle do desmatamento, apoio a atividades de produção sustentável e regularização da posse da terra. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti) coordenará o programa. Ele será executado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amazonas (Sema) e pela Secretaria de Cidades e Territórios (Secti).
	Programa Nacional de Conectividade da Paisagem.	Tem como objetivo promover a conectividade dos ecossistemas e a gestão da paisagem por meio de uma combinação de políticas públicas integradas para promover o desenvolvimento sustentável, reforçando as sinergias entre a conservação da natureza, a manutenção dos processos ecológicos e a prosperidade social, econômica e cultural, buscando contribuir adicionalmente para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. A Amazônia é um de seus biomas prioritários.
	Programa Nacional de Diversidade Biológica	Estabelecido pelo Decreto nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994, com o objetivo de coordenar a implementação dos compromissos nacionais no âmbito da CDB.
	Comissão Nacional de Biodiversidade	Em 2003, o Decreto nº 4.703 modificou o Pronabio para adequá-lo aos princípios e diretrizes do Programa Nacional de Biodiversidade e criou a Comissão Nacional de Biodiversidade - Conabio, encarregada de coordenar, monitorar e avaliar as ações do Pronabio.
	Lei 9.985 de 2000	Estabelece o Sistema Nacional de Gestão de Áreas Protegidas (SNUC).
	Resolução CONAMA 357/2005	Estabelece diretrizes para o estabelecimento de condições e padrões relacionados às emissões de efluentes.
	Decreto 8.425 de 2015	Regula os critérios para inscrição no Registro Geral de Atividades Pesqueiras e para concessão de autorização, permissão e licença para atividades pesqueiras com base nos artigos 24 e 25 da Lei 11.959 (2009).
	Resoluções n.º 344, 2004 e n.º 420, 2009	As resoluções recomendam os limites máximos aceitáveis de mercúrio em sedimentos e solo, estabelecendo como

País	Políticas / Legislação / programas / plano / estratégias	Descrição
		limite de mercúrio no nível de sedimento 1: 0,170 mg/kg e para o nível 2: 0,486 mg/kg. No solo, o valor de referência é de 0,05 mg/kg.
	Política Nacional de Mudanças Climáticas (2009)	Estabelece o compromisso de reduzir as emissões projetadas de gases de efeito estufa dentro de limites que variam de 36,1% a 38,9% até 2020. Seus principais objetivos são compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a proteção do sistema climático e promover a redução das emissões de GEE, incentivando o uso de energias limpas. O documento também abre caminho para a implementação de medidas de adaptação e mitigação dos efeitos do clima pelos níveis federal, estadual e municipal. As ferramentas para implementar a política são o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas e a Comunicação Nacional Brasileira da CMNUCC.
	Política de Serviços Ambientais na Amazônia (Lei nº 4.266/2015).	Propõe a criação de sete programas, entre os quais se encontra o Programa de Regulação Climática e Carbono.
	Estratégia Nacional REDD + (2015)	Tem como objetivo reduzir o desmatamento ilegal; conservar e restaurar os sistemas florestais; e gerar co-benefícios econômicos, sociais e ambientais.
Colômbia	Visão Amazônia	Lançada em 2013 pelo governo colombiano como uma iniciativa que promove um modelo de desenvolvimento de baixo carbono. A iniciativa está estruturada em cinco pilares: (i) melhoria da governança florestal, (ii) desenvolvimento e planejamento setorial sustentável, (iii) desenvolvimento agroambiental, (iv) governança ambiental com populações indígenas e (v) atividades facilitadoras.
	Decreto nº 1076 de 2015. Decreto Único Regulamentar do Setor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	Este decreto é uma compilação das normas vigentes emitidas até 2015 pelo Governo Nacional em matéria ambiental, permitindo identificar onde localizar a regulamentação ambiental e setorial. Tendo em conta este objetivo, este decreto não contém nenhuma disposição nova, nem modifica as existentes. Os temas regulatórios abordados neste decreto são: Biodiversidade, Gestão ambiental, Águas não marítimas, Águas marítimas, Ar, Resíduos perigosos, Gestão institucional, Instrumentos financeiros, econômicos e tributários e Regime sancionatório.
	Sentença da Suprema Corte de Justiça da	A sentença reconhece a Amazônia colombiana como um “sujeito de direitos” por seu valor intrínseco e, portanto, uma região com direito legal à proteção, conservação,

País	Políticas / Legislação / programas / plano / estratégias	Descrição
	Colômbia - STC 4360-2018	manutenção e restauração. Esta sentença ordenou a elaboração de um Plano de Ação governamental que definirá medidas preventivas, educativas, obrigatórias e corretivas, a nível nacional, sub-regional e local, para reduzir a desflorestação líquida a zero e garantir a estratégia de desenvolvimento com baixas emissões de carbono do Governo da Colômbia.
	Plano de Ação Institucional "Amazonas Vivas 2020-2023" Corpoamazonia	Os objetivos incluem: (i) fazer cumprir a legislação ambiental; (ii) dinamizar o ordenamento territorial ambiental; (iii) apoiar o conhecimento sobre os recursos naturais e seu potencial; (iv) dinamizar o desenvolvimento produtivo sustentável; (v) ativar a inclusão social e a abordagem diferenciada da gestão ambiental.
	Decreto 2372 de 2010	Regulamenta o que se refere ao Sistema Nacional de Áreas Protegidas
	Documento de Política Nacional - Conpes 3680	Fornece as diretrizes para que o Sistema Nacional de Áreas Protegidas seja ecologicamente representativo e administrado de forma eficiente, de modo a contribuir para os objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável.
	Lei de Uso da Água (Decreto 3.930 de 2010)	Estabelece diretrizes relacionadas ao uso e gestão dos recursos hídricos, bem como ao descarte de resíduos nos recursos hídricos e no esgoto.
	Planos Estratégicos de Macrobacias	Constituem uma ferramenta de planejamento ambiental de longo prazo que fornece a estrutura para a concepção, ajuste e/ou execução dos diferentes instrumentos de política, planejamento e gestão de cada uma das macrobacias. O Plano Estratégico para a Macrobacia Amazônica foi desenvolvido sob a liderança do instituto SINCHI.
	Plano Nacional de Aquicultura Sustentável	Tem como objetivo (i) apoiar o desenvolvimento de sistemas de produção sustentável que protejam o meio ambiente; (ii) fortalecer as instituições, a articulação institucional e ajustar o quadro legal; (iii) promover a pesquisa científica, a inovação, o desenvolvimento tecnológico, a capacitação e a transferência de tecnologia; (iv) apoiar o produtor de poucos recursos na formalização, organização e melhoria técnica e econômica.
	Lei Geral e Agrária para o Desenvolvimento da Pesca (Lei 101 de 1993)	Tem como objetivo proteger o desenvolvimento das atividades agrícolas e pesqueiras e estimular a melhoria da renda e do bem-estar dos produtores rurais.
	Decreto 2372 (1º de julho de 2010)	Regula a gestão e o uso integral dos recursos pesqueiros para garantir sua sustentabilidade.

País	Políticas / Legislação / programas / plano / estratégias	Descrição
	Plano Nacional de Mercúrio	Estabelece diretrizes para a transferência de tecnologia, a utilização de energia limpa, o desenvolvimento de capacidades e a conscientização sobre o uso de mercúrio e produtos que o incluem, minimizando seu impacto e protegendo a saúde humana e ambiental. A meta proposta é reduzir e eliminar progressivamente o uso de mercúrio em nível nacional e na mineração até julho de 2018, e em todos os processos industriais e produtivos até julho de 2023.
	Plano de ação ambiental setorial para o mercúrio	Tem três programas principais: (i) fortalecimento das instituições ambientais; (ii) gestão ambiental institucional; e (iii) acompanhamento e avaliação do plano. Sentença T- 106/25. Direito a um ambiente saudável. Contaminação do território e das fontes de água pela atividade mineira com mercúrio.
	Política de Crescimento Verde	O objetivo da política é apoiar, até 2030, um aumento da produtividade e competitividade do país, garantindo ao mesmo tempo o uso sustentável do capital natural e a inclusão social. Tem cinco eixos estratégicos: (i) incentivar atividades econômicas baseadas no capital natural; (ii) otimizar o uso dos recursos naturais; (iii) capital humano; (iv) ciência, tecnologia e inovação; (v) coordenação institucional e gestão do conhecimento para a formulação de políticas.
	Documento de Política Nacional para a articulação de políticas e ações de mudança climática - Conpes 3700, 2011	O objetivo é facilitar e promover a formulação e implementação de políticas, planos, programas, incentivos, projetos e metodologias relacionados com as alterações climáticas, a fim de incluir variáveis climáticas na concepção e planejamento de atividades de desenvolvimento através da configuração de um esquema de articulação intersetorial, por meio de ações-chave como: o desenvolvimento do Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, a estratégia de desenvolvimento de baixo carbono e a Estratégia Nacional REDD +, entre outras.
Equador	Código Orgânico Ambiental (2017)	O objetivo é garantir o direito das pessoas de viver em um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, bem como proteger os direitos da natureza para o bem-estar da população humana.
	Plano Integral para a Amazônia (2016)	Expressa a visão da Amazônia até 2035 como um modelo de desenvolvimento sustentável que prioriza a conservação ecológica e cultural, o fortalecimento das capacidades locais e a diversificação dos sistemas produtivos.

País	Políticas / Legislação / programas / plano / estratégias	Descrição
	Lei Orgânica para o Manejo Sustentável e dos Recursos Naturais (Lei 26821)	Seu objetivo é apoiar e regular o uso sustentável dos recursos naturais, renováveis e não renováveis, estabelecendo um marco adequado para incentivar o investimento sustentável, buscando um equilíbrio dinâmico entre o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente e o desenvolvimento integral das populações humanas.
	Lei de Florestas e Conservação de Áreas Naturais e Vida Selvagem (2004) - Codificação 17 (2004)	Define as terras florestais e as áreas naturais nacionais (por exemplo, parques nacionais, reservas ecológicas, áreas de vida selvagem, reservas biológicas) no país, determina a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente de conservar e garantir uma gestão sustentável das florestas e dos recursos naturais.
	Codificação 21 (2004)	A lei estabelece que a biodiversidade biológica é um bem nacional de uso público; que o Estado equatoriano tem o direito de utilizar seus recursos de acordo com sua política ambiental e que o uso comercial da diversidade biológica está sujeito à legislação vigente e deve respeitar os direitos dos povos indígenas e afro-equatorianos.
	Plano Nacional de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos em bacias e microbacias do Equador	Seu objetivo é promover a gestão integrada dos recursos hídricos (com base em um diagnóstico em nível de bacia e microbacia) que promova sua conservação, uso sustentável e redistribuição equitativa dos recursos hídricos, constituindo-se em uma contribuição fundamental para os planos de ordenamento territorial dos governos subnacionais.
	Regulamentação ambiental para atividades de hidrocarbonetos (2010)	Regula atividades relacionadas a hidrocarbonetos, como exploração, desenvolvimento e produção, armazenamento, transporte, industrialização e comercialização de petróleo bruto, gás natural e outros, que possam ter impactos ambientais na área de influência direta, com base no estudo que deve ser realizado. O artigo 12 estabelece a necessidade de realizar um acompanhamento ambiental periódico de suas emissões na atmosfera, descargas líquidas e sólidas e remediação de solos e piscinas contaminadas.
	Estratégia Nacional de Qualidade da Água (2016-2030)	Possui três eixos estratégicos: (i) diagnóstico da qualidade da água dos recursos hídricos; (ii) prevenção do impacto, controle e melhoria da qualidade da água e (iii) conservação e proteção da qualidade da água.
	Plano de Ação REDD + (2016) “florestas para o bem viver” 2016-2025	O objetivo principal é contribuir para a redução do desmatamento e da degradação florestal por meio da conservação, do manejo florestal sustentável e da otimização de outros usos do solo para reduzir a pressão sobre as florestas e contribuir para a redução de GEE.

País	Políticas / Legislação / programas / plano / estratégias	Descrição
Peru	Lei Nacional de Áreas Protegidas (26.834)	Define ações relacionadas ao manejo de áreas naturais protegidas e sua conservação, considerando o artigo 68 da Constituição Nacional do Peru.
	Portaria Regional N° 03-2018-GRL-CR	Esta portaria regional reconheceu o Sistema Regional para a Conservação da Diversidade Biológica na Região de Loreto.
	Lei de Florestas e Vida Selvagem 29763, 2011	Estabelece os princípios para o manejo das florestas e da vida selvagem, que são: (i) governança das florestas e da vida selvagem (harmonização de políticas); (ii) participação no manejo dos recursos florestais; (iii) consulta prévia, livre e informada; (iv) equidade e inclusão social; (v) interculturalidade, conhecimentos tradicionais e cosmovisão; (vi) abordagem por ecossistemas; (vii) manejo sustentável, entre outros.
	Plano Nacional de Recursos Hídricos (2015)	O objetivo do Plano é definir diretrizes e programas relacionados à política hídrica no Peru e coordenar o planejamento para a gestão da água.
	Planos de Gestão dos Recursos Hídricos na Bacia	Os Planos são desenvolvidos com a participação de entidades públicas relevantes, organizações de usuários de água e operadores de água com o objetivo de equilibrar a dinâmica de demanda/oferta entre os usuários e atribuir responsabilidades aos atores-chave na implementação de ações coordenadas para a conservação e proteção dos recursos hídricos.
	Regulamento da Lei de Recursos Hídricos (Lei nº 29338)	Regula o uso e a gestão dos recursos hídricos que compõem a água continental: superficial e subterrânea e os bens a ela associados. Além disso, regulamentou o papel do Estado e da sociedade civil na gestão, de acordo com o estabelecido na Lei de Recursos Hídricos (Nº 29338).
	Lei das Organizações de Usuários de Água (30.157, 2014)	O objetivo da lei é regular a estrutura e o funcionamento das organizações de usuários de água mencionadas na Lei de Recursos Hídricos.
	Lei de Desenvolvimento e Apoio à Aquicultura (27.460) (2001)	A lei regula e promove a aquicultura em águas costeiras e continentais como fonte de alimento, emprego, renda e otimização dos benefícios econômicos, em harmonia com a preservação do meio ambiente e a conservação da biodiversidade.
	Diretrizes da política pesqueira para o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura (1997)	Contém 16 diretrizes de política, entre as quais se encontram: apoio à investigação científica; reforço das capacidades das instituições relevantes do setor; fomento à cooperação técnica e econômica em nível nacional e internacional para o desenvolvimento do setor; promoção da pesca responsável orientada para satisfazer as necessidades alimentares da população e a geração de emprego; desenvolvimento e implementação de Planos de

País	Políticas / Legislação / programas / plano / estratégias	Descrição
		Manejo da Pesca e da Aquicultura; apoio ao desenvolvimento e à diversificação da pesca artesanal para aumentar o nível socioeconômico dos pescadores artesanais; e incentivo à aquicultura de subsistência, entre outros.
	Decreto n.º 012-2019-MINAM	Aprova os critérios para a gestão de locais contaminados, com o objetivo de orientar o seu manejo, incluindo a avaliação de impacto e remediação para proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente.
	Decreto n.º 004-2017-MINAM	Aprova a Norma de Qualidade Ambiental da água e estabelece considerações adicionais. As categorias a serem avaliadas incluem: (i) população e recreação; (ii) extração, cultivo e outras atividades; (iii) irrigação e água para animais; e (iv) conservação dos recursos hídricos.
	Estratégia Nacional de Florestas e Mudanças Climáticas (incluindo REDD) até 2030	A Estratégia tem um enfoque baseado na gestão de paisagens sustentáveis. O objetivo geral é reduzir o desmatamento e a degradação florestal e melhorar a resiliência dos ecossistemas, com ênfase nos povos indígenas e camponeses.

Por outro lado, atendendo à importância de reconhecer e consolidar a participação ampla e informada dos povos indígenas nas diferentes ações a serem implementadas pelo Projeto Putumayo-Içá, apresenta-se o diagnóstico do marco legal do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, no que se refere à proteção dos direitos dos povos indígenas (Tabela 2). É importante destacar que, a partir da aprovação da Convenção 169 da OIT (1989), os países reconhecem um conjunto de direitos dos povos indígenas, para participar e ser consultados sobre suas terras, territórios e recursos naturais, além de direitos de caráter linguístico e cultural; embora existam lacunas notáveis na implementação das normas. Da mesma forma, a jurisprudência gerada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) tem contribuído para a proteção desses direitos.

Tabela 2. Marco normativo e político em cada país para a proteção dos direitos dos povos indígenas.

País	Órgão que aprova	Normas que reconhecem os direitos dos povos indígenas	
Brasil	Assembleia Nacional Constituinte	Constituição Política – 1988	Reconhece e protege a diversidade cultural indígena e reconhece seus direitos sobre a terra
	Congresso Nacional	Decreto Legislativo N° 143/2002	Ratifica a Convenção 169 da OIT
	--	Protocolos autonómicos de consulta	Protocolos de consulta desenvolvidos pelos povos indígenas, com base nos seus direitos à autonomia e à autodeterminação

País	Órgão que aprova	Normas que reconhecem os direitos dos povos indígenas	
	Presidência da República	Lei N° 13123/2015	Lei de Acesso e Participação nos Benefícios Derivados dos Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Conexos ()
Colômbia	Assembleia Nacional Constituinte	Constituição Política – 1991	Contém disposições sobre os direitos dos povos indígenas
	Congresso da República	Lei 21/1991	Aprova a Convenção 169
	Congresso da República	Lei Geral Ambiental (Lei nº 99/1993)	Leis setoriais sobre participação, consulta e acesso à informação. Reconhecem e regulamentam a consulta aos povos indígenas em processos que envolvem a exploração de recursos naturais em seus territórios.
	Congresso da República	Lei 70/1993	
	Presidente da República	Lei Decreto N° 1320	
	Presidente da República	Decreto nº 1397/1996	Cria a Comissão Nacional de Territórios Indígenas e a Mesa Permanente de Concertação (MPC).
	Presidente da República	Diretiva Presidencial nº 001/2010	Estabelece as ações que requerem consulta, as que não requerem e os mecanismos para realizá-la.
	Presidente da República	Decreto 2613/2013	Regulamenta indiretamente a consulta prévia
	Presidente da República	Diretiva Presidencial 10/2013	
	----	Protocolos dos povos indígenas e comunidades afrodescendentes para o relacionamento	Abrangem estratégias para o exercício dos direitos de consulta.
Colômbia	Presidente da República	Decreto 488 de 2025	Pelo qual são estabelecidas as normas fiscais necessárias e outras relativas ao funcionamento dos territórios indígenas e sua coordenação com as demais entidades territoriais.
Equador	Assembleia Nacional Constituinte	Constituição Política do Equador	Reconhece a diversidade de povos e nações, bem como o caráter plurinacional do Estado,

País	Órgão que aprova	Normas que reconhecem os direitos dos povos indígenas	
			e inclui um conjunto de direitos do bem viver.
	Congresso Nacional	Resolução n.º 304/1998	Ratifica a Convenção 169
	Presidente da República	Decreto 1247/2012	Estabelece o regulamento para a execução da consulta prévia livre e informada nos processos de licitação e atribuição de áreas e blocos hidrocarboníferos. A análise realizada (DPLF, OXFAM, 2018) ² indica que é incompatível com as normas internacionais, entre outras coisas, porque limita a consulta a um instrumento de participação e informação.
	Assembleia Nacional	Lei Orgânica de Recursos Hídricos, Usos e Aproveitamento da Água	Normas e regulamentos setoriais que reconhecem o direito à consulta
	Assembleia Nacional	Lei Orgânica de Participação Cidadã	
	Assembleia Nacional	Lei de Mineração	
	Assembleia Nacional	Código Orgânico de Organização Territorial	
	Presidente da República	Decreto 1040	
	Pleno da Corte Constitucional	CrITÉrios estabelecidos pela Corte Constitucional (março de 2010)	Incluem o caráter público e informado da consulta; a definição como um processo sistemático de diálogo entre os representantes legítimos das partes
Peru	Congresso Constituinte Democrático	Constituição Política do Peru (1983)	Reconhece os direitos dos povos indígenas
	Congresso da República	Resolução Legislativa N° 26253/1993	Aprova a Convenção 169
	Congresso da República/Poder Executivo	Lei n.º 29785/2011 e Decreto Legislativo n.º 001-2012-MC/2012	Lei sobre o direito à consulta prévia aos povos indígenas ou originários e seu Regulamento

² Fundação para o Devido Processo, OXFAM. 2018. Implementação da Consulta e Consentimento Prévio Livre e Informado. Experiências comparadas na América Latina e discussões sobre uma lei de consulta no México. Consultado em 6 de novembro de 2020, site da Fundação para o Devido Processo: http://www.dplf.org/sites/default/files/informe_sobre_consulta_y_cpli_mexico_final_web.pdf

País	Órgão que aprova	Normas que reconhecem os direitos dos povos indígenas	
	Congresso da República	Lei n.º 27811/2011	Estabelece o regime de proteção dos conhecimentos coletivos dos povos indígenas relacionados aos recursos biológicos
	Congresso da República	Lei n.º 29735/2011	Regula o uso, a preservação, o desenvolvimento, a recuperação, a promoção e a difusão das línguas originárias do Peru
	Governo de facto	Decreto-Lei nº 22175/1978	Lei das Comunidades Nativas e do Desenvolvimento Agrário da Selva e da Ceja da Selva, tem como objetivo que as populações dessas zonas alcancem níveis de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana
	Conselho Executivo do Poder Judiciário	Resolução Administrativa nº 266-2010-CE-PJ (Conselho Executivo do Poder Judiciário)	Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade

4.2 Regulamentações internacionais.

Os quatro países assinaram uma série de **instrumentos internacionais em matéria ambiental, através dos quais os governos ratificaram seu compromisso com a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais**. A Tabela 3 apresenta os principais acordos, convenções ou tratados que foram ratificados por todos os quatro países da bacia do Putumayo-Içá por meio de sua regulamentação.

Tabela 3. Regulamentações internacionais

Instrumento	Descrição
Acordo de Paris (2016)	Estabelece uma meta global que consiste em aumentar a capacidade de adaptação, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas.
Convenção Americana sobre Direitos Humanos	Compromete os Estados a respeitar os direitos e liberdades reconhecidos nela e a garantir seu livre e pleno exercício a todas as pessoas sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação.
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CMNUCC)	Busca a estabilização das concentrações de GEE na atmosfera em um nível que impeça interferências antropogênicas perigosas no sistema climático.
Convenção sobre a Conservação das Espécies	Busca conservar as espécies da fauna silvestre que migram entre fronteiras nacionais por meio do desenvolvimento e implementação de acordos cooperativos, da proibição da

Instrumento	Descrição
Migratórias de Animais Selvagens	extração de espécies ameaçadas, da conservação do habitat e do controle e de fatores adversos que colocam em risco essas espécies
Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Silvestres (CITES)	Tem como objetivo garantir que o comércio internacional de espécimes de animais e plantas selvagens não constitua uma ameaça à sua sobrevivência.
Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural	Reconhece a obrigação das partes signatárias de identificar, proteger, conservar, reabilitar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural localizado em seus territórios
Convenção sobre Diversidade Biológica	Tem como objetivo a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a participação justa e equitativa nos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos
Convenção RAMSAR	Convenção relativa às zonas úmidas de importância internacional, especialmente como habitat de aves aquáticas. Visa conservar e garantir o uso adequado das zonas úmidas
Protocolo de Nagoya sobre Acesso aos Recursos Genéticos	Seu objetivo é a participação justa e equitativa nos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos
Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais (Convenção OIT nº 169) Países: Peru, Brasil, Equador, Colômbia	Busca que os países garantam o direito dos povos indígenas e tribais de decidir suas próprias prioridades de desenvolvimento. Indica que os povos interessados devem ser consultados, por meio de procedimentos apropriados e, em particular, por meio de suas instituições representativas, sempre que forem previstas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los diretamente
Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas Países: Peru, Equador, Colômbia, Brasil	Estabelece os padrões mínimos de respeito aos direitos coletivos e individuais dos povos indígenas, especialmente seus direitos às suas terras, bens, recursos vitais, territórios e recursos, à sua cultura, identidade e língua, ao emprego, à saúde, à educação, à consulta prévia e à livre determinação de sua condição política e seu desenvolvimento econômico

4.3 Acordos vinculativos.

Existem acordos multilaterais e bilaterais que demonstram os esforços iniciais de colaboração transfronteiriça para a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, exigindo sua implementação (Tabela 4).

Tabela 4. Acordos vinculativos.

Acordo	Tema dos compromissos/mandatos
Declaração de Pucallpa Ano: 2019 Países: Peru e Colômbia.	Eixo 1. Assuntos sociais e de governança
	Eixo 2. Assuntos ambientais e minerais energéticos
	Eixo 3. Comércio, desenvolvimento econômico e turismo
	Eixo 5. Assuntos fronteiriços e migratórios

Acordo	Tema dos compromissos/mandatos
Pacto de Leticia Ano: 2019 Países: Brasil, Peru, Equador, Colômbia, Bolívia, Guiana, Suriname	Eixo I: Reflorestamento, conservação, uso sustentável das florestas e da biodiversidade e promoção da bioeconomia
	Eixo II: Segurança Amazônica
	Eixo III Gestão da informação e do conhecimento.
	Eixo IV: Empoderamento das mulheres e dos povos indígenas.
	Eixo V: Financiamento e cooperação internacional
Tratado de Cooperação Amazônica Ano: 1978 Países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela	Promove o desenvolvimento coordenado da Amazônia: (iii) Gestão da informação e do conhecimento (iv) Empoderamento das mulheres e dos povos indígenas (v) Financiamento e cooperação internacional.
Acordo de Cartagena Ano: 1969 Países: Colômbia, Equador e Peru	Estabelece que os países membros realizarão ações para o desenvolvimento integral da região e criou a Comunidade Andina (CAN)
Memorando de Entendimento para a execução do programa trinacional de conservação e desenvolvimento sustentável do corredor de áreas protegidas PNN La Paya – ZR Gueppí – RPF Cuyabeno. Países: Equador, Colômbia, Peru	Assinado no âmbito da OTCA e da CAN. Define as seguintes linhas de gestão: 1. Gestão das áreas protegidas e suas zonas de influência 2. Participação social 3. Fortalecimento das capacidades institucionais
Comissão Binacional de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias Transfronteiriças entre o Equador e o Peru Ano: 2018 Países: Equador, Peru	Gestão integrada dos recursos hídricos das bacias hidrográficas transfronteiriças.
Declaração Presidencial Conjunta - VII Gabinete Binacional Equador – Colômbia Ano: 2018 Países: Equador, Colômbia	Eixo de questões ambientais
	Plano Binacional de Integração Fronteira
Declaração Presidencial de Tumbes Ano: 2019 Países: Peru, Colômbia	Eixo Assuntos ambientais e gestão sustentável das florestas. * Gestão ambiental transfronteiriça * Áreas naturais protegidas * Recursos florestais e fauna silvestre
	Eixo. Gestão integrada dos recursos hídricos em bacias hidrográficas transfronteiriças * Gestão transfronteiriça dos recursos hídricos
	Eixo Gestão ambiental das bacias transfronteiriças
	O Plano Estratégico 2016-2021, em desenvolvimento do Objetivo estratégico 1, busca contribuir para a gestão da
Memorando de Entendimento para estabelecer a Rede de Gestão	

Acordo	Tema dos compromissos/mandatos
Binacional de Áreas Protegidas do sul do Equador e norte do Peru Ano: 2014 Países: Peru, Colômbia	Rede Binacional de Áreas Protegidas e sua zona de influência, promovendo a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. Objetivo estratégico 2. Promover, desenvolver e monitorar atividades de conservação e conectividade. Objetivo estratégico 3. Fortalecer os mecanismos concertados de ação binacional, intercâmbio de experiências e boas práticas para a consolidação da Rede. Objetivo estratégico 4. Promover a participação e o empoderamento dos atores sociais e institucionais na gestão da Rede Binacional.
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente do Peru e o Ministério do Meio Ambiente do Brasil sobre cooperação na promoção do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental. Ano: 2014. Países: Peru, Brasil	Áreas de cooperação: - Gestão coordenada de áreas naturais protegidas vizinhas ou adjacentes. - Manejo sustentável dos recursos naturais, com ênfase em florestas, recursos florestais, fauna <i>in situ</i> e biodiversidade amazônica. - Mudanças climáticas, desertificação e seca. - Remediação ambiental. - Avaliação econômica do patrimônio natural. - Inventário e avaliação do patrimônio natural. - Zoneamento Ecológico Econômico / Ordenamento Territorial (políticas públicas voltadas para o desenvolvimento integral do território). - Mecanismos de incentivo à conservação dos ecossistemas. - Estratégias de combate aos ilícitos ambientais nas regiões fronteiriças. - Gestão dos recursos hídricos. - Impacto ambiental da mineração ilegal na Amazônia. - Intercâmbio de informações sobre os ODS. - Programas de conservação e controle do comércio de espécies ameaçadas. - Estratégias de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. - Recuperação e utilização de áreas degradadas. - Proteção e consumo sustentável.
Convenção de Minamata. Ano: 2013. Entrou em vigor em 16 de agosto de 2017 e conta com 123 partes, entre as quais se encontram Brasil, Colômbia, Equador e Peru.	Estabelece que, na data de sua entrada em vigor: - É proibida a nova mineração primária de mercúrio. - É estabelecido um período de 15 anos para encerrar a mineração primária de mercúrio existente. - O mercúrio da mineração primária só poderá ser utilizado para usos permitidos em alguns produtos e processos de fabricação (de acordo com os artigos 4 e 5 da Convenção, respectivamente), ou será eliminado como resíduo (de acordo com o artigo 11 da Convenção).

Acordo	Tema dos compromissos/mandatos
	- O artigo 7º estabelece que as Partes em cujo território sejam realizadas atividades de extração e tratamento artesanal e em pequena escala de ouro utilizando amálgama de mercúrio adotarão medidas para reduzir e, quando viável, eliminar o uso de mercúrio e compostos de mercúrio. Além disso, deverão elaborar planos de ação nacionais no prazo de três anos após a entrada em vigor da Convenção. - O artigo 12 estabelece que cada Parte procurará elaborar estratégias adequadas para identificar e avaliar os locais contaminados com mercúrio ou compostos de mercúrio. - Em aspectos relacionados à saúde (Art. 16 da Convenção), promove-se a elaboração e execução de estratégias e programas que sirvam para detectar e proteger as populações em situação de risco, especialmente as vulneráveis.

4.4 Políticas do Banco Mundial

Os Padrões Ambientais e Sociais (EAS) do Banco estabelecem os requisitos que os mutuários devem cumprir em relação à identificação e avaliação dos riscos e impactos ambientais e sociais associados aos projetos apoiados pelo Banco (Tabela 5). O Banco considera que a aplicação dos EAS permitirá melhorar as ações voltadas para a não discriminação, a transparência, a participação, a prestação de contas e a governança; e melhorar os resultados do desenvolvimento sustentável por meio da participação contínua das partes interessadas, entre outros aspectos (Banco Mundial, 2016).

Tabela 5. EAS do BM, relevantes para a operação do Projeto Bacia Putumayo-Içá,

EAS	Escopo e objetivo
EAS 1	Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais. É obrigatório para todos os projetos e inclui o desenvolvimento de uma Avaliação Ambiental e Social e do Plano de Compromisso Ambiental e Social.
EAS 2	Promove a segurança e a saúde no trabalho, neste caso associadas ao potencial impacto na saúde humana pela exposição direta ao mercúrio durante monitoramentos e amostragens. As medidas de Segurança e Saúde Ocupacional aplicáveis ao projeto serão estipuladas no acordo legal e no PCAS.
EAS 3	Tem como objetivo evitar ou minimizar os impactos adversos à saúde humana e ao meio ambiente, reduzindo ou evitando a contaminação proveniente das atividades do projeto associadas à georreferência de atividades contaminantes, coleta e armazenamento de amostras de água, projeto e implementação de pilotos de mitigação, remediação e restauração.
EAS 4	Reconhece que as atividades, os equipamentos e a infraestrutura dos projetos podem aumentar a exposição da comunidade a riscos e impactos, neste caso associados à georreferência de atividades poluidoras, implementação do sistema de alerta precoce

EAS	Escopo e objetivo
	de contaminação da água, projeto e implementação de pilotos de restauração e remediação.
EAS 5	Reconhece que as restrições ao uso da terra relacionadas ao projeto podem ter impactos adversos nas comunidades e nas pessoas, gerando deslocamento econômico ou físico e perda de acesso a fontes de renda ou meios de subsistência, por exemplo, ao implementar os pilotos para desenvolver cadeias de valor da pesca, projetar estratégias de conservação e manejo de tartarugas, projetar planos/acordos de ordenamento pesqueiro e o Plano de ação regional de prevenção e controle conjunto.
EAS 6	Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos. Reconhece que a proteção e conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos naturais são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, reconhece-se a importância de manter as funções ecológicas centrais dos habitats, incluindo as florestas, e a biodiversidade que eles sustentam. O EAS 6 também aborda a gestão sustentável da produção primária e da coleta de recursos naturais vivos, e reconhece a necessidade de considerar os meios de subsistência das comunidades afetadas pelos projetos, incluindo os povos indígenas, cujo acesso à biodiversidade ou aos recursos naturais vivos, ou cujo uso da biodiversidade ou desses recursos, possa ser afetado por um projeto.
EAS 7	A norma reconhece que os povos indígenas têm identidades e aspirações que diferem das dos grupos sociais predominantes nas sociedades nacionais, e que seu status econômico, social e legal frequentemente limita sua capacidade de defender seus direitos às terras, territórios e recursos naturais e culturais, bem como seus interesses nesses direitos, territórios e recursos, e pode restringir sua capacidade de participar de projetos de desenvolvimento e se beneficiar deles. Inclui a obtenção do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) dos povos indígenas afetados e a realização de uma consulta significativa projetada para os povos indígenas. Atividades do projeto associadas Ampliar o alcance do processo em andamento para uma visão regional compartilhada.
EAS 8	Promove a consulta significativa às partes interessadas em relação ao patrimônio cultural tangível e intangível, neste caso associado ao fortalecimento das capacidades locais para a gestão do conhecimento e elaboração de planos de ordenamento pesqueiro.
EAS 10	Reconhece a importância da interação aberta e transparente entre o Mutuário e as partes interessadas e afetad ³ , e compreende a disposição para a participação durante a formulação e execução do projeto, bem como o mecanismo de atendimento de reclamações e queixas. Inclui a elaboração e implementação do SEP, do mecanismo de atendimento de reclamações e queixas e a implementação das medidas de mitigação do PCAS.

4.5 Políticas da WCS

A WCS considera que a conservação da natureza e dos recursos naturais é essencial para a vida na Terra, o futuro da humanidade e o bem-estar e as identidades culturais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e locais. As políticas e procedimentos empregados pela WCS no campo

³ Refere-se a indivíduos ou grupos que: a) são afetados ou podem ser afetados pelo projeto (partes afetadas pelo projeto) e b) podem ter interesse no projeto (outras partes interessadas) (Banco Mundial, 2016).

com parceiros de comunidades, governos e o setor privado são projetados para garantir que as ações de conservação sejam consistentes com as melhores práticas de salvaguarda social e cumpram os padrões internacionais de direitos humanos (ver <https://www.wcs.org/about-us/literature/conservation-and-human-rights>).

A Tabela 6 abaixo resume as políticas e procedimentos da WCS para garantir o cumprimento das normas internacionais de direitos humanos, tais como o [Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial](#), [a Declaração de Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas](#), [a Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) e [o Relatório Belmont](#) sobre os princípios éticos e diretrizes para a proteção dos seres humanos na investigação.

Tabela 6. Políticas e procedimentos da WCS relevantes para o Projeto Putumayo Içá, em matéria de direitos humanos.

Política	Descrição
Código de Conduta da WCS	Adotado em fevereiro de 2019. Determina os padrões de conduta para o pessoal da WCS, independentemente da sua localização, cargo e nível de responsabilidade, bem como para aqueles que atuam em nome da WCS. Exige o cumprimento de um conjunto de princípios e políticas organizacionais, incluindo o respeito aos direitos humanos, a proteção de crianças e adultos vulneráveis, o combate ao tráfico de pessoas, o respeito no local de trabalho e a proteção aos denunciantes. O não cumprimento do Código de Conduta e suas salvaguardas sociais específicas está sujeito a medidas disciplinares, incluindo a rescisão do contrato de trabalho.
Conservação baseada em direitos e no consentimento livre, prévio e informado (CLPI)	O compromisso de longo prazo da WCS inclui a criação de alianças eficazes e duradouras com os povos indígenas e as comunidades locais, aderindo às normas internacionais para garantir sua plena participação, por meio do processo de CLPI, nas decisões relacionadas ao desenvolvimento e à gestão dos recursos naturais regidos pelo Estado, incluindo todas as categorias de áreas de conservação, e garantir que não sejam deslocados involuntariamente, seja física ou economicamente.
Participação das partes interessadas	Em 2009, a WCS aprovou o documento “Conservação e Direitos Humanos: Um Marco de Ação” , afirmando seu compromisso com um conjunto de princípios sobre o respeito e a promoção dos padrões mundiais de direitos humanos no curso de seu trabalho de conservação, destacando a participação das partes interessadas como um componente fundamental.
Política sobre deslocamento humano	Estabelece que o deslocamento físico e econômico deve ser tratado como último recurso e que, quando for necessário, deve ser realizado de acordo com os mais altos padrões internacionais. Na prática, isso significa cumprir os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Deslocamento Interno (E / CN.4 / 1998/53 / Add.2) e as melhores práticas no campo (por exemplo, Padrões Ambientais e Sociais do Banco Mundial 5).
Mecanismo Global de Reparação de Danos	Permite que partes interessadas externas, bem como funcionários da WCS, comuniquem qualquer denúncia feita de boa-fé sobre um projeto ou atividade executado ou patrocinado pela WCS que seja razoavelmente considerado como contribuindo para abusos dos direitos humanos ou causando-os, para a violação dos direitos humanos de pessoas ou comunidades, ou para a violação de outras salvaguardas sociais. Este

Política	Descrição
	mecanismo global pode ser complementado por procedimentos adicionais, baseados no local e adaptados localmente, desenvolvidos pelos programas e projetos de cada país, conforme apropriado.
Revisão interna da investigação com seres humanos	A WCS assinou uma Garantia Federal Ampla (Federal Wide Assurance, ou FWA), na qual se garante que todo o pessoal envolvido na coleta de dados sobre seres humanos deve primeiro completar o treinamento sobre pesquisa com seres humanos e que todas as pesquisas com seres humanos devem ser aprovadas pelo Comitê de Revisão Institucional da WCS.
Treinamento e capacitação	Incorporar treinamento e capacitação adequados em todos os seus programas, incluindo treinamento especializado em direitos humanos para guardas florestais e outros funcionários responsáveis pela aplicação da lei, nos casos em que apoiamos áreas protegidas, e para funcionários que trabalham com povos indígenas e comunidades locais, nos casos em que participamos de programas e projetos comunitários.
Segurança e proteção	Os Padrões de Segurança da WCS e o Plano de Gestão de Crises WCS-GCP indicam que, quando o local onde a WCS trabalha apresenta desafios em termos de segurança e proteção, como zonas de conflito ativas, zonas onde existe uma governança fraca e áreas remotas com instalações médicas ou de transporte limitadas, os gerentes da WCS têm a responsabilidade de ter um planejamento de segurança e proteção adequado e disponibilizar os recursos e equipamentos necessários para a proteção do pessoal sob sua supervisão. Em nível individual, a responsabilidade inclui cumprir as recomendações, diretrizes e protocolos de saúde, segurança e proteção; participar de treinamentos quando necessário ou obrigatório; estar atento à segurança e às ameaças no ambiente em que trabalhamos; e tomar decisões prudentes que não coloquem em risco irracional a vida ou a integridade física.
Trabalho infantil	A Política de Salvaguarda da WCS estabelece o compromisso da WCS com a proteção das pessoas — em particular crianças, adultos vulneráveis e comunidades — contra o abuso ou a exploração que poderia ser causado pelo seu contato com o trabalho e os programas da WCS. Em relação a menores de idade (abaixo de 18 anos), a WCS não tolera abuso físico ou emocional, abuso sexual, abandono, exploração ou qualquer outra atividade que possa causar danos à saúde, segurança, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade de qualquer pessoa.

Além disso, como instrumento de gestão ambiental de projetos, a WCS conta com o Relatório de Mitigação Ambiental (EMR, na sigla em inglês), que busca, por meio de um formulário (Anexo 5), identificar os impactos ambientais associados às atividades realizadas no curso das atividades de conservação da WCS, apoiar a definição de medidas de mitigação apropriadas e monitorar a implementação dessas medidas.

Finalmente, como parte de seu Código de Conduta, a WCS honra os princípios dos direitos humanos, obedece às leis de direitos humanos e respeita as culturas, estruturas e costumes das comunidades e países onde trabalha, com o devido respeito pelo conhecimento tradicional, recursos genéticos e expressões culturais tradicionais. Os Princípios de Direitos Humanos adotados afirmam os seguintes compromissos no contexto do trabalho da WCS em conservação:

- Respeitar os direitos humanos proclamados internacionalmente e garantir não ser cúmplice nem contribuir para abusos dos direitos humanos.
- Apoiar e promover a realização dos direitos humanos dentro da abordagem dos programas de conservação da WCS.
- Apoiar a melhoria dos sistemas de governança que podem contribuir para garantir os direitos dos povos locais no contexto da conservação e uso dos recursos naturais.

5. Linha de base ambiental e social

5.1 Caracterização ambiental da área de implementação

O projeto será implementado na bacia do rio Putumayo-Içá, o décimo afluente mais longo do rio Amazonas, com aproximadamente 2.000 km. Sua bacia abrange 118.000 km² (aproximadamente 1,7% da bacia do Amazonas), nos países da Colômbia, Equador, Peru e Brasil, onde deságua no rio Amazonas, conectando assim as montanhas dos Andes com uma intrincada rede de rios, lagos e florestas alagadas (Figura 1). Ao longo de seu curso, o Putumayo-Içá recebe águas dos rios Yaguas e Cotuhé, duas das bacias hidrográficas mais biodiversas do mundo. Dos grandes rios da Amazônia, o Putumayo-Içá é provavelmente o único que permaneceu como um rio de fluxo livre, considerando a inexistência de planos de hidrelétricas em seu curso.

A fim de poder descrever melhor as diferentes características da bacia, foi estabelecido um marco de referência geográfico, de acordo com diferentes parâmetros, incluindo geofísicos e ecossistêmicos (Figura 2). Alguns dos critérios utilizados para fazer a divisão são os seguintes:

- Delimitação das sub-bacias do nível 6 (Marco Espacial do Ecossistema Aquático Amazônico SNAPP - WSC Amazon Waters Initiative), sem fragmentar as sub-bacias dos afluentes diretos do rio Putumayo-Içá.
- Geomorfologia: declive e curvas de nível (altitude acima do nível do mar).
- Conectividade dos setores e locais-chave de operação e logística (centros populacionais).
- Localização das fronteiras triplas (Colômbia-Ecuador-Peru e Colômbia-Peru-Brasil) em seções únicas, respectivamente.
- Não há fragmentação das áreas protegidas.

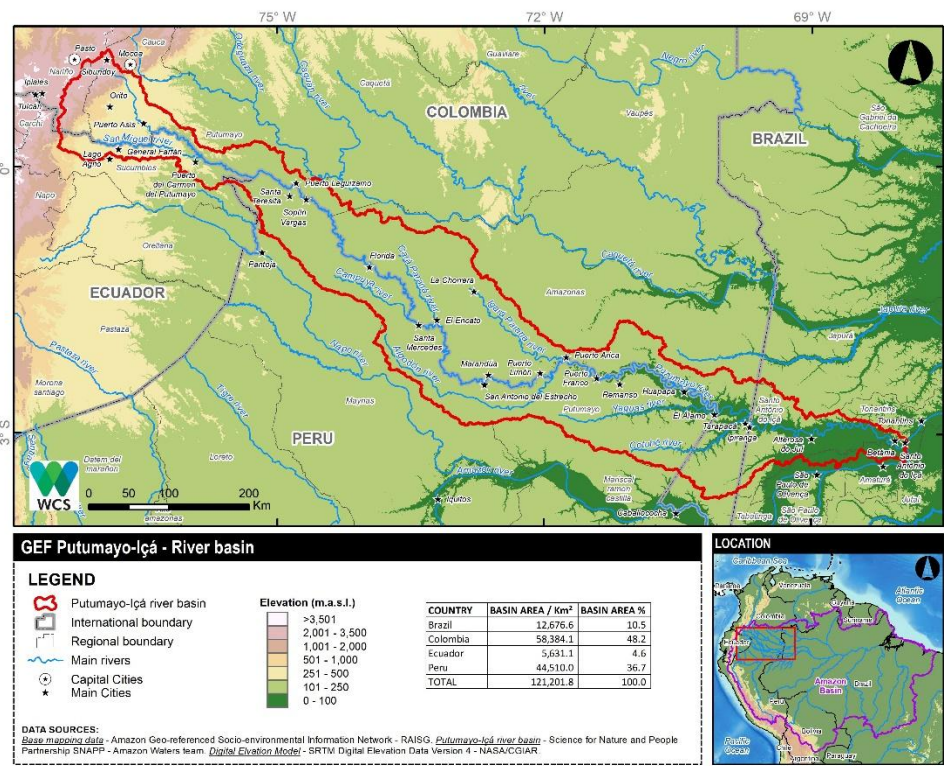


Figura 1. Bacia do rio Putumayo-Içá. Fonte: WCS, 2020.

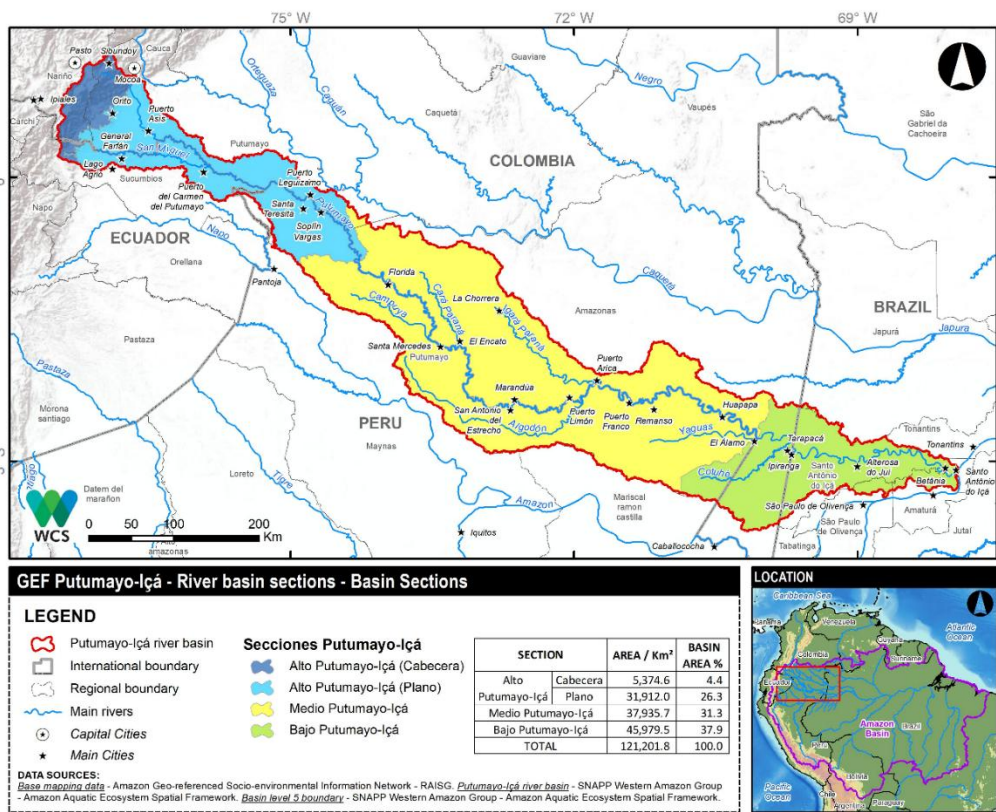


Figura 2. Divisão da bacia do rio Putumayo-Içá de acordo com critérios geofísicos e ecossistêmicos definidos. Fonte: WCS, 2020.

- Consideração dos núcleos de pressões, atividades e ameaças antrópicas, bem como o contexto e a dinâmica do setor.
- Presença de pelo menos dois países em cada seção.

A seguir, é apresentada uma descrição de cada uma das seções em que a bacia foi dividida:

- **Alto Putumayo-Içá.** Estende-se desde a divisão das águas na Cordilheira dos Andes, rio abaixo, aproximadamente até a localização da comunidade quíchua Nueva Angusilla (Peru), a meio caminho entre Soplín Vargas e Florida (Peru). Em seu interior, encontra-se a tríplice fronteira COL-ECU-PER; a Reserva Ecológica Cofán Bermejo e parte da Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno (Equador); e o Parque Nacional Güeppí-Sekime e as Reservas Comuns Humeki e Airo Pai (Peru). Caracteriza-se por uma alta concentração de pressões antrópicas, tais como: infraestrutura rodoviária, densidade populacional, concessões mineradoras, desmatamento e geração de poluentes, entre outras. Dentro desta área, foi feita uma subdivisão para distinguir a cabeceira do rio, que é um setor único e se caracteriza por declives superiores a 12% com um gradiente altitudinal de 500 a 4.035 metros acima do nível do mar, o que lhe confere a presença de ecossistemas únicos, como o páramo, bem como áreas de recarga de aquíferos.
- **Meio Putumayo-Içá.** Estende-se aproximadamente desde a localização da comunidade quechua Nueva Angusilla (Peru), a meio caminho entre Soplín Vargas e Florida (Peru), até a foz do rio Yaguas, junto à localidade de Yaguas (Peru). Apenas há presença da Colômbia e do Peru, e é caracterizada por apresentar declives inferiores a 3%, ecossistemas inundáveis, alta integridade florestal e pressão de atividades mineradoras e pesqueiras ilegais. Em seu interior encontram-se as localidades de El Encanto, La Chorrera, Marandúa, Puerto Arica e Puerto Limón (Colômbia); e Florida, Huapapa, Puerto Franco, Remanso, San Antonio del Estrecho, Santa Mercedes e Yaguas (Peru), bem como o Parque Nacional de los Yaguas (Peru).
- **Baixo Putumayo-Içá.** Estende-se desde a foz do rio Yaguas, junto à cidade de Yaguas (Peru), até a foz do rio Putumayo-Içá no rio Amazonas (Brasil). Presença dos países Colômbia, Peru e Brasil (trapézio amazônico), e caracteriza-se por declives inferiores a 3%, ecossistemas altamente inundáveis e alta integridade florestal, e a pressão das atividades mineradoras e pesqueiras ilegais (especialmente a conexão direta com o rio Amazonas). Na bacia baixa encontram-se as cidades de Tarapacá (Colômbia) e Santo Antônio do Içá, Betânia, Alterosa do Juí e Ipiranga (Brasil), bem como o Parque Nacional Amacayacu (Colômbia).

Por outro lado, com o objetivo de estabelecer um quadro de referência geográfico que facilite a identificação das zonas onde o projeto realizará as ações correspondentes aos diferentes subprojetos, foi realizado um exercício de priorização das áreas de interesse de acordo com cada uma das atividades que serão realizadas nos diferentes componentes do projeto (Anexo 1). A partir desse exercício, que foi socializado com os parceiros do projeto, a Figura 3 apresenta o mapa com as áreas preliminarmente identificadas para a implementação das diferentes atividades do projeto. Ajustes posteriores nessa priorização serão igualmente socializados com os parceiros e os ajustes necessários serão realizados nos documentos associados ao projeto.

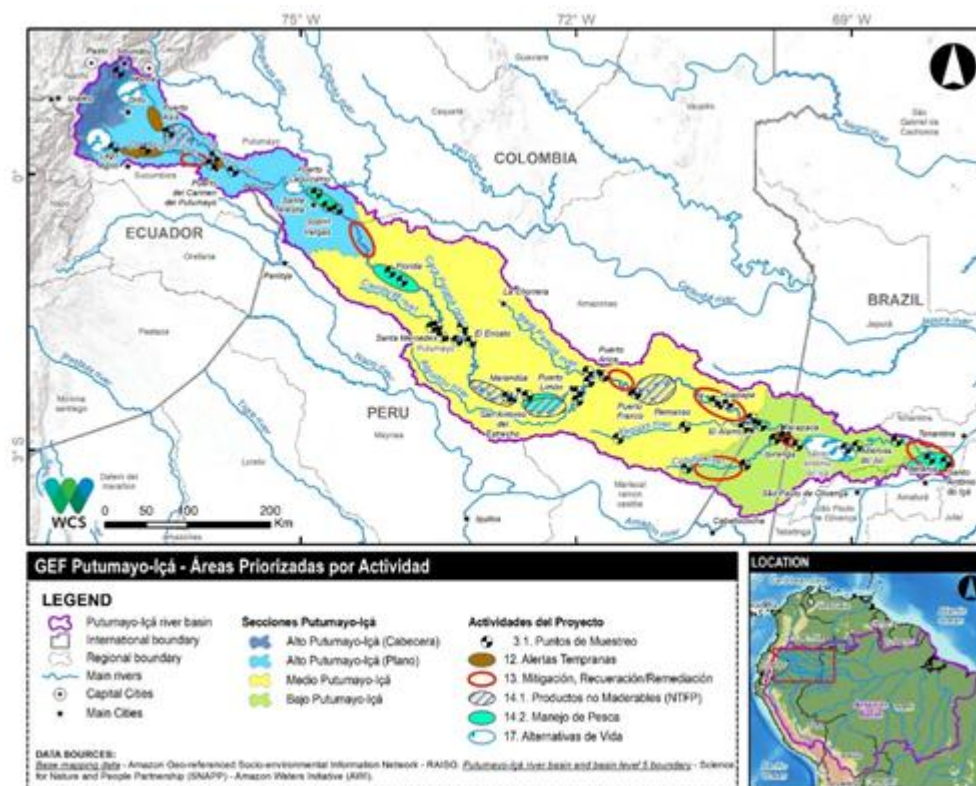


Figura 3. Mapa com as áreas selecionadas para a implementação das atividades do projeto. Fonte: WCS, 2020.

5.1.1 Hidrologia

O rio Putumayo-Içá nasce nos Andes Ocidentais, no Nudo de los Pastos, e corre em direção sudeste por cerca de 2.000 km até sua foz no Amazonas (Solimões, no Brasil), sendo a cabeceira da bacia uma área prioritária para a recarga de aquíferos. Perto da localidade de Puerto Asís (Colômbia), ele se torna um rio navegável, mantendo em geral condições de navegabilidade durante todo o ano.

Em seu curso superior, o primeiro afluente é o rio Gamués, que nasce na Laguna La Cocha (Colômbia), e o segundo é o rio San Miguel, que nasce no sopé da cordilheira oriental, a noroeste da província de Napo, e desagua no Putumayo perto da localidade de Puerto El Carmen del Putumayo (Equador), servindo de fronteira internacional entre o Equador e a Colômbia. Outro afluente, o rio Gueppi, é um rio de origem amazônica de águas negras e representa a fronteira internacional entre o Peru e o Equador, desaguando no Putumayo perto da localidade de Tres Fronteras (Peru).

Outros afluentes importantes são os rios Campuya, Algodón, Yaguas, Cará Paraná e Igará Paraná. No Brasil, o rio recebe o nome de Içá. Neste trecho, recebe o rio Cotuhé, de alta prioridade e importância para a recarga de aquíferos, e, rio abaixo, o rio Puruté. Sua bacia se torna cada vez mais estreita e extensa em um trajeto próximo a 320 km até sua foz pela margem esquerda do rio Amazonas ou Solimões, na altura da população de Santo Antônio do Içá.

5.1.2 Meteorologia

Ao longo da bacia, o regime de precipitação é diferenciado nas partes alta, média e baixa da bacia. Nas cabeceiras, na região do rio Guames, na Colômbia, o clima é extremamente úmido, o padrão de precipitação é de uma única estação úmida, com uma variação de precipitação entre 2.000 e 3.800 mm, com chuvas mais intensas entre abril e agosto e mais leves em dezembro. Nas Serranías Cofán, também nas cabeceiras do lado equatoriano, o clima é persistentemente úmido. A precipitação anual varia entre 2.500 e 6.000 mm, com valores máximos nas elevações intermediárias, mas o padrão de precipitação é complexo devido à topografia do terreno. Chove durante todo o ano, com curtos períodos de estações secas, mais acentuadas em janeiro e fevereiro, que correspondem ao hemisfério norte, mas também pode haver períodos secos, curtos e imprevisíveis, com maior probabilidade em agosto, que corresponde à estação seca do hemisfério sul. Desde a área do rio Güepi e toda a parte média da bacia, a precipitação se mantém relativamente constante, com valores que chegam a 3.200 mm, e na parte baixa da bacia a precipitação chega a 2.600 mm.

O gradiente médio de temperatura na área do projeto é amplo e aumenta à medida que descemos em altitude. De acordo com a Corporação Autônoma Regional de Nariño (Corponariño, 1994), na área do rio Guames, na cabeceira, a temperatura varia entre 8º e 12º C, com uma média de 11,6º C. A 2.000 metros acima do nível do mar, a temperatura sobe para 15 °C, a 1.000 metros para 20 °C e nas florestas das encostas baixas atinge uma média de 25 °C durante todo o ano. Na região do rio Güepi, a temperatura média mensal varia entre 25,9 e 27,08 °C, mantendo-se relativamente constante ao longo da parte média e baixa da bacia. Entre os meses de junho e agosto, ocorrem ondas de ar frio e seco que atravessam a Amazônia e são acompanhadas por ventos fortes que podem fazer com que as temperaturas caiam até 10 °C.

Devido à sua localização e características hidrológicas descritas, o déficit hídrico calculado na bacia é muito baixo, com valores de 0 nas cabeceiras escarpadas e cerca de 100 mm no resto da bacia⁴. No entanto, há zonas com risco de seca nos municípios colombianos de Ipiales, Potosí, Puerres e Puerto Asís. O risco de inundações está presente em grande parte da bacia, associado ao aumento das precipitações e do caudal do rio Putumayo, e aos subsequentes transbordamentos. Os danos registrados envolvem vidas humanas, habitações, áreas de cultivo e infraestrutura de serviços, como escolas e pontes. No lado peruano, o risco é muito alto e alto nas áreas próximas ao leito do rio, ao longo de toda a província de Putumayo. Na Colômbia, o risco se apresenta nos municípios de Tagua, Funes, Ipiales, Puerres, Pasto, no departamento de Nariño; e em todos os municípios de Amazonas e Putumayo. No Equador, o risco de inundação se apresenta na paróquia de Santa Rosa de Sucumbíos, com nível alto; em Pueblo Libre, com nível médio; e nos cantões de Cuyabeno e Putumayo. No Brasil, o risco está presente no município de Amaturá.

Os incêndios florestais associados a secas e queimadas agrícolas são registrados na Colômbia nos municípios de Pasto, Ipiales, Puerres, Potosí, Córdoba e Tangua em Nariño; Leticia em Amazonas; Colón, Leguízamo; Mocoa, Santiago, Sibundoy, Guamuez em Putumayo. No Peru, o risco é principalmente baixo, e em frente às cidades de Puerto Leguízamo e El Refugio, o risco é médio. As queimadas aumentam nos meses de verão e quando há maior aumento dos ventos, ocorrendo isso entre os meses de julho a setembro para alguns setores e em outros locais, entre os meses de novembro e dezembro, e entre janeiro e março.

⁴ Estimativas realizadas utilizando a plataforma Earth Map.

5.1.3 Geologia e relevo

⁵Nas cabeceiras da bacia do Putumayo, a geologia da bacia alta do rio Guamués é caracterizada pela presença das rochas mais antigas do departamento de Nariño, que são rochas ígneas metamórficas, ígneas intrusivas e efusivas com origens no Pré-Cambriano até o Quaternário tardio. O relevo é muito acidentado, com inclinações entre 12 e 100%.

Ao redor da paisagem de Bermejo, há uma mistura de diferentes formações geológicas e tipos de rochas. Grande parte da rocha é da era cretácea, mas há formações jurássicas e até pré-cambrianas mais antigas que pontilham a paisagem. Os diferentes grupos de rochas incluem estratos individuais que variam de xistos a conglomerados, calcários e arenitos, que conferem características particulares aos solos. A topografia é muito variada. Nas terras baixas, a maioria dos blocos geológicos se elevou sem grande inclinação, resultando em terraços planos ao norte dos rios Bermejo e Aguarico. Mais perto do corpo principal dos Andes, ao redor do cerro Sur Pax e do rio Cofanes, encontram-se barrancos escarpados e⁶.

Mesmo na parte alta da bacia, na paisagem Cuyabeno-Güepí, a formação Maraño se sobrepõe às formações Pebas e Curaray. Pebas é a formação que fornece grande parte dos sais e nutrientes da região, por exemplo, as colpas. A paisagem é dominada por um mosaico de terraços, colinas e pântanos. Os solos argilosos fazem com que a água flua dos cumes das colinas para os riachos de águas claras ou fique estagnada nos vales e pântanos mais baixos. No meio do Putumayo, estão expostas cinco formações geológicas: Pebas, Bajo Nauta, Alto Nauta, sedimentos e⁷. As formações Alto e Bajo Nauta dominam a zona e ocupam atualmente as maiores elevações da região. Ao contrário de Pebas, as formações Nauta contêm poucos sais e produzem solos pobres⁸. Os rios Putumayo e Algodón têm grandes planícies aluviais ativas onde depositam sedimentos (argila, lodo e areia) e turfa. Essas planícies promovem o desenvolvimento de pântanos e o acúmulo de matéria orgânica nas turfeiras.

Associado à geologia da região, foi identificado o risco de deslizamentos de terra nos municípios de Ipiales e Pasto, em Nariño; no município de Leticia, em Amazonas; com alta frequência nos municípios de Mocoa, Colón e San Francisco, em Putumayo, e com menor frequência em outros municípios desta província, todos na Colômbia. No Equador, esse risco está presente nos cantões de Sucumbios, Cuyabeno e Putumayo, e no Brasil, no município de Amaturá.

5.1.4 Ecossistemas

Na parte escarpada da cabeceira da bacia concentram-se os níveis alto e muito alto de diversidade de ecossistemas naturais, encontrando-se pequenas extensões de até 28 tipos de ecossistemas (Figura 4). Na seção plana da cabeceira, predominam as florestas da planície sedimentar e do oeste da Amazônia (50%), seguidas de longe pelas florestas da planície sedimentar do noroeste da Amazônia (18%). 21% da superfície são áreas degradadas ou convertidas.

⁵ <https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO1047RIS.pdf>

⁶ IBR Equador: Serranías Cofán-Bermejo, Sinangoe. Field Museum, 2001

⁷ IBR Peru: Meio Putumayo – Algodón. Field Museum, 2016

⁸ Durante o IBR realizado em Medio Algodón (Field Museum, 2016), foi medida a concentração de sais em riachos que drenam as terras altas e as planícies aluviais desta região, e foram registrados os valores mais baixos para a bacia do Amazonas e do Orinoco.

A seção média da bacia apresenta níveis baixos e muito baixos de abundância de ecossistemas, exceto em ambas as margens entre os povoados de Puerto Franco e El Álamo, onde a abundância é de nível médio. O ecossistema predominante corresponde às florestas da planície sedimentar do oeste da Amazônia (85%) e, em porcentagem muito menor, encontram-se as florestas inundáveis da planície aluvial dos rios de águas brancas do oeste da Amazônia (7%), bosques bem drenados de terraços de rios de águas brancas do noroeste da Amazônia (5%), entre outros ecossistemas presentes em pequenas extensões. 0,06% corresponde a áreas convertidas ou degradadas.

Na parte baixa da bacia, a diversidade é média, com predominância de florestas da planície sedimentar do oeste da Amazônia (55%), florestas aluviais da planície aluvial dos rios de águas brancas do oeste da Amazônia (33%) e outros ecossistemas em pequenas extensões. A superfície da área degradada é pouco significativa (0,04%).

Por outro lado, a diversidade de zonas úmidas é de alta prioridade em toda a bacia, com áreas de média e alta prioridade, principalmente na parte média. Os ecossistemas inundáveis representam 15% da superfície da bacia, com áreas de inundação sazonal na parte média e baixa e áreas de inundação permanente, principalmente na parte média (Figura 5).

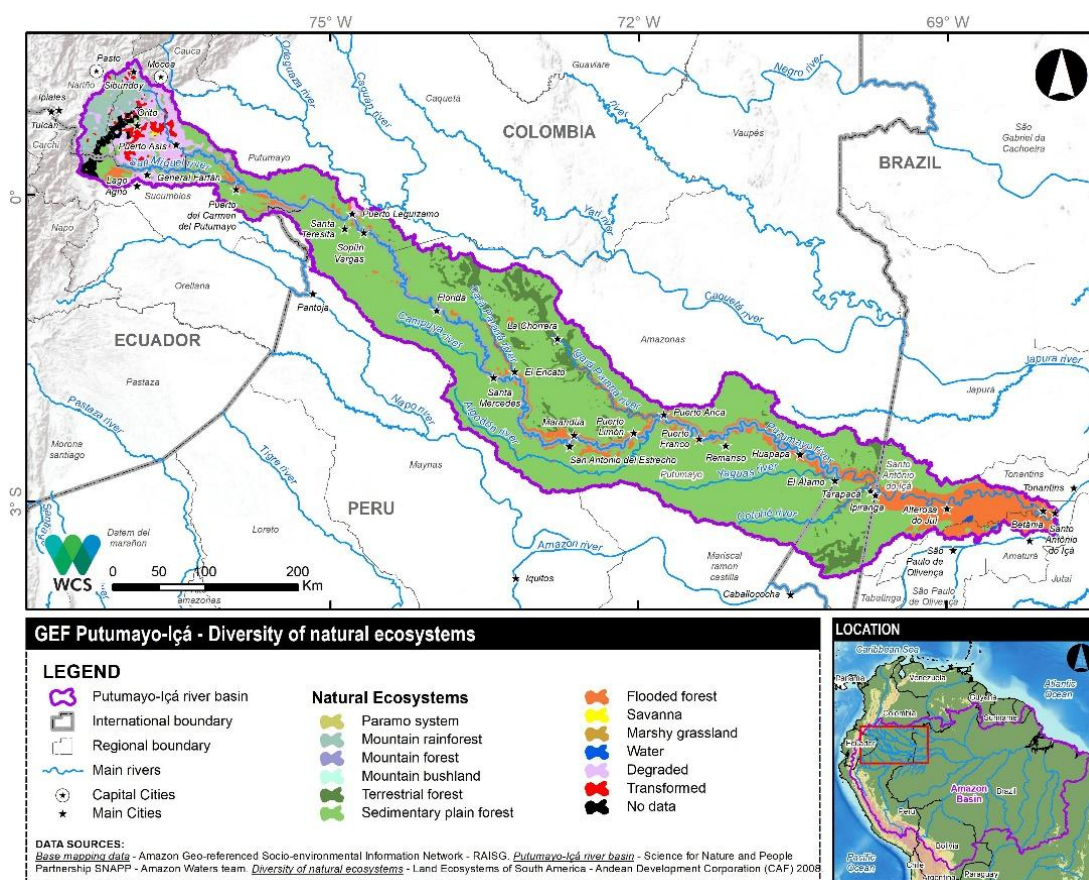


Figura 4. Diversidade de ecossistemas naturais. Fonte: Land Ecosystems of South America - Corporação Andina de Fomento (CAF), 2008, adaptado pela WCS, 2020.

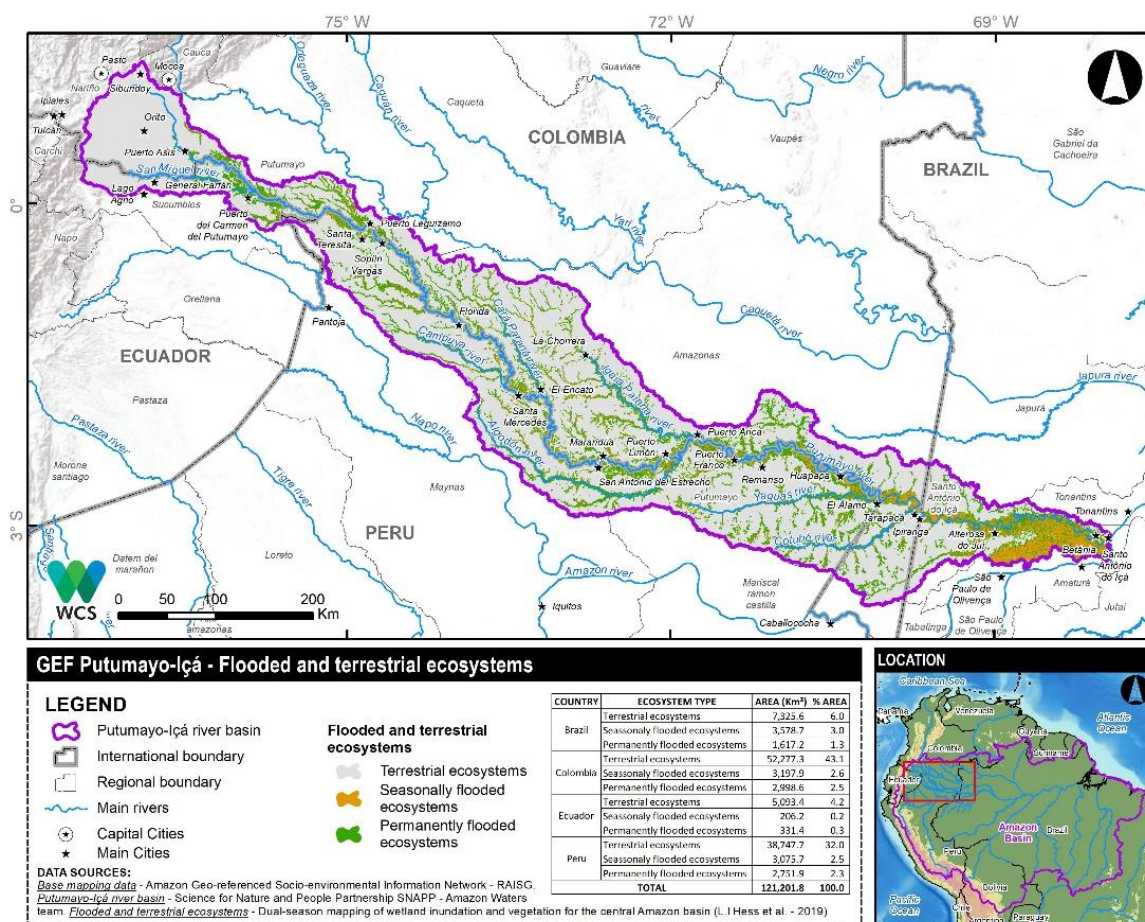


Figura 5. Ecosistemas terrestres e inundáveis. Fonte: Mapeamento de duas estações da inundação e vegetação das zonas úmidas da bacia central da Amazônia (L.I Hess et al. - 2019), adaptado pela WCS, 2020.

5.1.5 Fauna

A riqueza da fauna terrestre é notavelmente maior na margem direita do rio Putumayo, desde a cabeceira até a parte baixa da bacia, atingindo níveis muito altos e altos de prioridade; enquanto na margem esquerda a riqueza é menor (Figura 6). Em relação às espécies de fauna terrestre ameaçadas, a zona escarpada da cabeceira da bacia até a confluência do rio San Miguel com o Putumayo apresenta os níveis mais altos de riqueza, e as seções média e baixa em ambas as margens apresentam níveis baixos e muito baixos (Figura 7; IUCN, 2020)⁹.

⁹ Fonte: Lista Vermelha da UCIN, em <https://www.iucnredlist.org/es/>

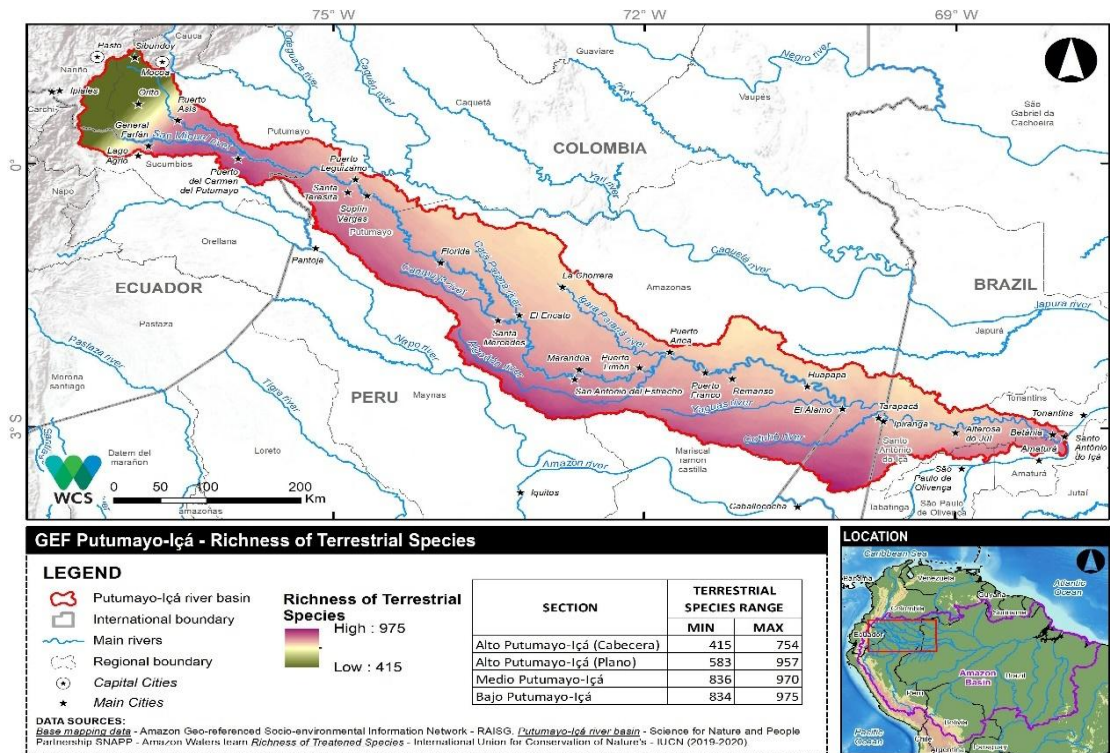


Figura 6. Riqueza de espécies terrestres. Fonte: IUCN (2020), adaptado pela WCS, 2020.

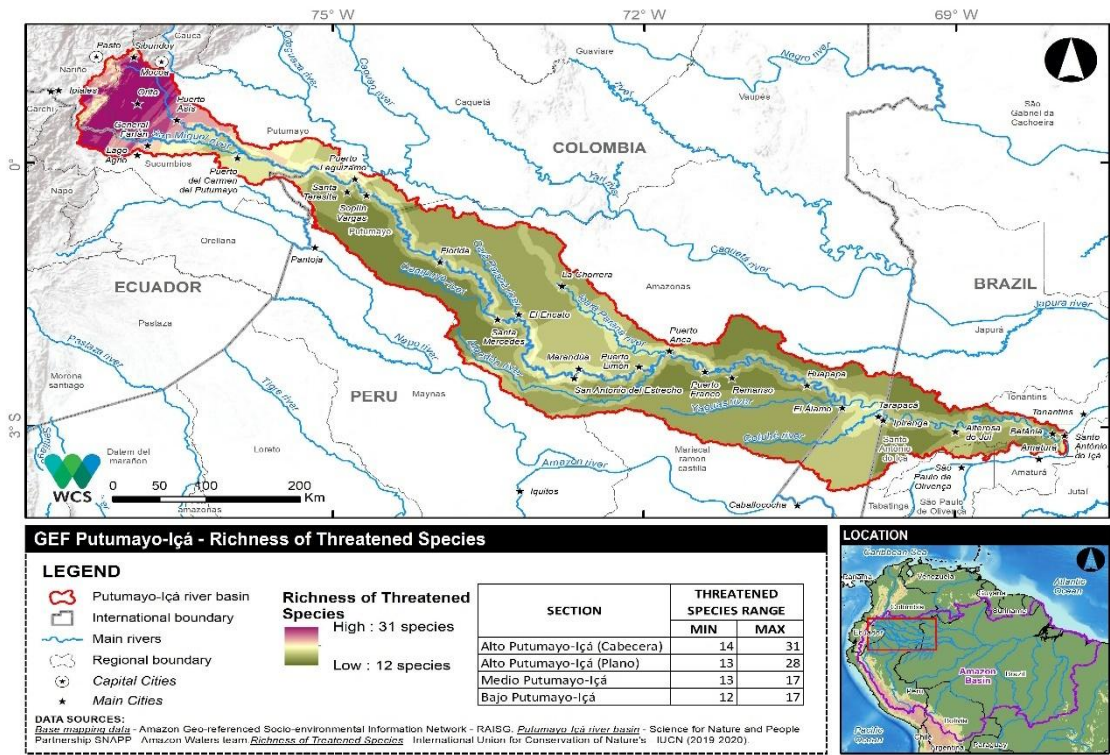


Figura 7. Riqueza de espécies ameaçadas. Fonte: IUCN (2020), adaptado pela WCS, 2020.

Por outro lado, a riqueza de espécies aquáticas atinge seus níveis mais altos na parte central da bacia, e na área do PN Yaguas é muito alta; enquanto na cabeceira é principalmente de nível médio,

e na parte baixa é principalmente baixa. A seguir, apresentamos mais detalhes sobre as espécies presentes na bacia, em nível de grupo taxonômico.

Peixes

Para o Putumayo, há um registro total aproximado de 564 espécies de peixes (Amazon Fish Database, 2016), e observa-se que as informações de inventários recentes do lado peruano não foram incorporadas nas estimativas regionais¹⁰. Na cabeceira, nos Humedales Laguna de la Cocha, registra-se a presença do capitão (*Eremophilus mutisii*) e da guapucha (*Grandulus bogotensis*), bem como de quatro espécies de trutas¹¹. Na paisagem Güepi – Cuyabeno, ainda na cabeceira, foram registradas 184 espécies de peixes, representando 61% da diversidade conhecida do rio Putumayo, e estima-se que existam de 260 a 300 espécies. Vinte e três espécies são novos registros para o Peru ou Equador, e três parecem ser novas para a ciência. Foram registradas populações abundantes de espécies de importância comercial, como paiche (*Arapaima gigas*), arahuana (*Osteoglossum bicirrhosum*), tucunaré (*Cichla monoculus*) e acarahuzú (*Astronotus ocellatus*); e espécies pequenas altamente exploradas na pesca ornamental dos gêneros *Hyphessobrycon*, *Carnegiella*, *Corydoras*, *Apistogramma* e *Mesonauta*¹².

De acordo com o estudo realizado pelo Field Museum no meio Putumayo, na região do rio Algodón¹³, a diversidade varia de uma zona para outra, sendo Yaguas a zona mais diversificada (294 espécies), seguida pelas proximidades do rio Algodón (232 espécies), e estima-se que apenas a bacia do Algodón abrigue 450 espécies de peixes. Nesta zona foram encontradas 7 espécies novas para o Peru (*Copella* cf. *nattereri*, *Nannostomus unifasciatus*, *Metynnis altidorsalis*, *Myloplus asterias*, *Serrasalmus hollandi*, *Amblydoras affinis* e *Satanoperca acuticeps*) e 12 espécies possivelmente não descritas nos gêneros *Hyphessobrycon*, *Hemigrammus*, *Moenkhausia*, *Pimelodella*, *Satanoperca* e *Aequidens*. A zona é dominada por diversos gêneros (*Hemigrammus*, *Hyphessobrycon*, *Moenkhausia*) de peixes pequenos adaptados a águas negras com baixo teor de nutrientes ou correntes de água clara. No leito principal do rio Algodón predominam outras espécies de Characiformes (*Potamorhina* spp., *Triportheus* spp., *Hemiodus atranalis*, *Anodus elongatus*). Outras espécies de importância ecológica e econômica incluem arapaima (*Arapaima* sp.), arahuana prateada (*Osteoglossum bicirrhosum*), *Cichla monoculus* e os bagres *Pseudoplatystoma punctifer*, *Phractocephalus hemiliopterus*, *Aguarunichthys torosus* e *Platynemichthys notatus*. Na parte baixa da bacia, no Sítio RAMSAR Complexo de Humedales de Tarapoto, adjacente à área do projeto, foram descritas mais de 131 espécies de peixes (Jiménez, 1994), várias das quais são endêmicas da Colômbia e do Peru, como o pintadillo (*Pseudoplatystoma punctifer*), o dorado (*Zungaro zungaro*) e o pirabutón (*Brachyplatystoma vaillantii*). Outras espécies sofreram uma redução drástica no tamanho mínimo de captura, como o baboso (*Brachyplatystoma platynemum*), o tigre (*Pseudoplatystoma tigrinum*), a pirahiba (*Brachyplatystoma filamentosum*), a arahuana (*Osteoglossum bicirrhosum*) e o pirarucú ou paiche (*Arapaima gigas*)¹⁴.

¹⁰ IBR Peru: Meio Putumayo – Algodón. Field Museum, 2016

¹¹ <https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO1047RIS.pdf>

¹² IBR Equador, Peru: Cuyabeno – Güepi, 2008

¹³ IBR Peru: Meio Putumayo – Algodón. Field Museum, 2016

¹⁴ https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO2336RIS_1806_es.pdf?language=es

Répteis e anfíbios

A riqueza de anfíbios na bacia hidrográfica apresenta os valores mais baixos na zona escarpada da cabeceira, aumentando até atingir os valores mais altos perto da tríplice fronteira entre Equador, Peru e Colômbia, para se manter relativamente constante até a parte baixa¹⁵.

Na Reserva Cofán Bermejo foram registradas 31 espécies (17 anfíbios, 6 serpentes, 5 lagartos, 1 salamandra e 1 cecílico); (Pitman et al. 2002), incluindo também espécies potencialmente novas do gênero *Dactyloa*. Na paisagem Güepi – Cuyabeno foram registradas 107 espécies (59 anfíbios, 48 répteis) e estima-se que existam 150 espécies (90 anfíbios, 60 répteis). O estudo realizado pelo Field Museum¹⁶ revelou 19 registros para a Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno; novos registros de sapos para o Equador (*Pristimantis delius*) e para o Peru (*Allobates insperatus*); e uma espécie potencialmente nova para a ciência, um sapo do gênero *Rhinella*. Também foram registradas espécies de importância comercial e ameaçadas mundialmente, como o jacaré-preto (*Melanosuchus niger*), o jacaré-branco (*Caiman crocodilus*), a tartaruga-de-pescoço-verde (*Podocnemis unifilis*), a tartaruga-de-patas-amarelas ou motelo (*Chelonoidis denticulata*) e a jibóia-arbórea (*Corallus hortulanus*). No meio Putumayo, foi registrada uma diversidade maior do que em outras zonas: 142 espécies (90 anfíbios e 52 répteis) típicas das florestas das terras altas amazônicas, florestas de planícies aluviais e pântanos; e estima-se entre 150 e 200 espécies de anfíbios e entre 150 e 200 espécies de répteis. Os registros notáveis incluem o primeiro registro no Peru do sapo *Pristimantis librarius*, a segunda população peruana conhecida até o momento do sapo *Ameerega bilinguis* e duas espécies de sapos não descritas nos gêneros *Osteocephalus* e *Synapturanus*. Também foram encontradas várias espécies pouco conhecidas, como *Cochranella resplendens*, *Pristimantis aaptus* e *Ecnomihyla tuberculosa*. Entre os répteis ameaçados a nível mundial, registrou-se a presença do jacaré-preto (*M. niger*), do jacaré-anão (*Paleosuchus trigonatus*), do motelo (*C. denticulata*), da tartaruga-de-pescoço-curto (*Podocnemis expansa*) e da tartaruga-de-pescoço-longo (*P. unifilis*) e d¹⁷.

Aves

A riqueza de aves na bacia apresenta valores médios em uma pequena porção no início da zona escarpada da cabeceira, atingindo seus valores máximos e mantendo-se relativamente constante até a parte baixa¹⁸.

Na bacia do Putumayo, são reconhecidas quatro IBAs (Áreas de Importância para Aves e Biodiversidade): a Reserva Ecológica Cofán-Bermejo, a Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno, o Parque Nacional Natural La Paya e o Parque Nacional Natural Amacayacu. Além disso, dois locais foram designados como RAMSAR, devido à sua importância na prestação de serviços ecossistêmicos em nível internacional, entre eles o fornecimento de habitat para espécies de aves migratórias. São eles o Humedal Laguna de la Cocha (Colômbia) e o Complejo de Humedales Cuyabeno Lagartococha Yasuní¹⁹ (Equador), localizados na cabeceira da bacia. No Humedal Laguna de la Cocha foram registradas 52 espécies em 22 famílias próprias dos páramos azonais. No lado esquerdo do humedal

¹⁵ Carrasco, F. (s.d.). Remando juntos pela conservação do Putumayo: Iniciativa do Corredor Biológico e Cultural do Putumayo. Field Museum, IBC, Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável

¹⁶ IBR Equador, Peru: Cuyabeno – Güepi, 2008

¹⁷ IBR Peru: Meio Putumayo – Algodón. Field Museum, 2016

¹⁸ Carrasco, F. (s.d.). Remando juntos pela conservação do Putumayo: Iniciativa do Corredor Biológico e Cultural do Putumayo. Field Museum, IBC, Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável.

¹⁹ https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/EC2332RIS_1806_es.pdf

foram registradas aves aquáticas da família Anatidae: a zarceta vermelha, endêmica da zona, e a zarceta azul (, *Anas cyanoptera*) e a zarceta amarela (*Anas flavirostris*). No lago Guamués, foi registrada a presença de espécies em perigo de extinção, entre elas o mergulhão (*Podiceps occidentalis*), endêmico da zona, e o pato (*Anas niceforoi*), o pato-de-bico-dourado (*Anas georgica*) e o pato-mergulhão (*Oxyura jamaicensis ferruginea*)²⁰. Também na cabeceira da bacia, o estudo realizado na Reserva Cofán Bermejo²¹ indica que podem ser encontradas até 700 espécies de aves na área. A área é habitat da espécie endêmica do Equador *Tinamus osgoodi* e uma das poucas onde habita *Myiopagis olallai*. Há também populações importantes de espécies pouco conhecidas, de distribuição restrita ou ameaçadas de extinção, como *Ara militaris*, *Touit stictoptera*, *Aegolius harrisi* e *Eriocnemis alinae*. Em toda a área, e particularmente nas elevações mais altas, há grandes populações de espécies vulneráveis à caça, incluindo o paujil de Salvin (*Crax salvini* ou *Mitu salvini*) e a pava carunculada (*Aburria aburri*). De acordo com o monitoramento realizado em 2005 para o local IBA, este está altamente ameaçado (Anexo 2).

Na paisagem Güepi – Cuyabeno, o estudo realizado pelo Field Museum²² registrou 437 espécies de aves e estima-se que existam 550 espécies, incluindo a avifauna da floresta e uma diversidade de aves aquáticas, especialmente garças, martins-pescadores e sungrebes. Foram registradas dez extensões de alcance; duas aves aquáticas raras, o calamoncillo celeste (*Porphyrio flavirostris*) e o crake garganta de cinza (*Porzana albicollis*); e nove espécies endêmicas do noroeste da Amazônia. Ao longo das margens dos rios e lagos e em Tres Fronteras, foram registradas espécies migratórias boreais entre maçaricos, maçaricos-de-patas-amarelas (*Tringa flavipes* e *T. melanoleuca*), maçaricos-solitários (*Tringa solitaria*) e maçaricos-de-cauda-longa (*Actitis macularius*); espécies de andorinhas migratórias, como a andorinha-preta (*Hirundo rustica*), andorinha-das-barreiras ou andorinha-ribeira (*Riparia riparia*) e andorinha-de-riscos ou andorinha-risquera (*Petrochelidon pyrrhonota*); e tiranos do norte (*Tyrannus tyrannus*). As aves migratórias associadas à floresta que foram registradas incluem o pibí oriental (*Contopus virens*), o zorzal de Swainson (*Catharus ustulatus*), a piranga vermelha (*Piranga rubra*) e um registro de reinita collareja ou do Canadá (*Wilsonia canadensis*), rara na região. Também foram relatadas populações sustentáveis de aves regularmente caçadas, especialmente o pavão ou paujil de Salvin (*Mitu salvini*), que também é encontrado em Cofán Bermejos, trompetistas e perdizes; grandes populações de papagaios, incluindo grandes araras e amazonas ou auroras (*Amazona* spp.); grandes populações de garças e outras aves; e populações de gaviões grandes e águias, incluindo a águia harpia (*Harpia harpyja*), cuja presença requer florestas intactas. Foi registrada a presença do paujil carunculado (*Crax globulosa*), que está ameaçado em nível mundial, embora sua presença no Equador não tenha sido confirmada com certeza²³. De acordo com o monitoramento IBA realizado em 2003, o local se encontra com um nível muito alto de ameaça, embora em nível de espécies tenham sido registradas muito poucas ameaçadas (Anexo 2).

Contíguo à paisagem Güepi Cuyabeno, no Parque Nacional Natural La Paya, o monitoramento IBA realizado em 2017 indica que o local se encontra em estado de ameaça muito alta. As espécies registradas foram águia harpia, pomba vermelha (*Patagioenas subvinacea*), monita parda (*Nonnula brunnea*), tucano-de-bico-canelado (*Ramphastos vitellinus*), periquito-de-cabeça-preta (*barrabandi*), espatulilla-alidorada (*Poecilatriccus calopecterus*) e cacique-equatoriano (*Cacicus*

²⁰ <https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO1047RIS.pdf>

²¹ Museu Field de História Natural (Schulenberg 2002). <http://datazone.birdlife.org/site/factsheet/reserva-ecol%C3%B3gica-cof%C3%A1n-bermejo-iba-ecuador/text>

²² IBR Equador, Peru: Cuyabeno – Güepi, 2008

²³ <http://datazone.birdlife.org/site/factsheet/14559>

sclateri) (Anexo 2). Na região de Putumayo, no lado peruano, na área do rio Algodón, foram registradas 349 espécies de aves, com uma estimativa de cerca de 500 espécies. Os registros de especial interesse para a conservação incluem a águia-harpia (*Harpia harpyja*), cuja presença é registrada desde a cabeceira em Güepi Cuyabeno. Também um grupo de seis especialistas, entre eles uma espécie não descrita do gênero *Herpsilochmus*, o saltarín de coroa laranja (*Heterocercus aurantiivertex*) e o bienparado rufo (*Nyctibius bracteatus*). Quatro das espécies registradas são consideradas ameaçadas em nível mundial, e duas são vulneráveis no Peru. Também houve referências não confirmadas de uma população de *Crax globulosa* e d²⁴.

Na parte baixa da bacia, na área do Parque Nacional Natural Amacayacu, foram registradas quase 500 espécies de aves. O monitoramento do índice IBA realizado em 2008 indica que o local se encontra em um nível de ameaça baixo. As espécies registradas e associadas a este índice são: beija-flor branco-oliva (*Leucippus chlorocercus*), águia-de-crista (*Morphnus guianensis*), cuja presença também foi registrada na Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno, jacamar-de-orelha-branca (*Galbalcyrhynchus leucotis*), caique-de-cabeça-preta (*Pionites melanocephalus*), tororoí-do-Napo (*Grallaria dignissima*), mosquero-de-garganta-amarela (*Conopias parvus*), soterillo-de-colarinho (*Microbates collaris*) e²⁵. Complementarmente, na área do complexo de Humedales de Tarapoto, adjacente à área do projeto e parcialmente sobreposta ao Parque Amacayacu, foram registradas entre 118 e 153 espécies de aves, principalmente aquáticas, das famílias Ardeidae, Scolopacidae e Tyrannidae, espécies de habitat ribeirinho das famílias Tyrannidae e Accipitridae, e espécies restritas à floresta inundada, tais como *Busarellus nigricolis*, *Cerlye torquata*, *Heliornis fulica* e²⁶.

Mamíferos

A riqueza de mamíferos é relativamente constante em toda a bacia, com valores relativamente menores na zona escarpada da cabeceira²⁷.

Nas cabeceiras, especificamente no Sítio RAMSAR Complexo de zonas úmidas Laguna de la Cocha²⁸, foram registradas cerca de 11 espécies de mamíferos pertencentes às famílias Canidae, Cervidae, Didelphidae, Felidae, Leporidae, Muridae, Mustelidae, Tapiridae e Ursidae. Entre as espécies em perigo de extinção ou vulneráveis, foi registrada a presença da anta andina (*Tapirus pinchaque*), do urso andino ou urso-de-óculos (*Tremarctos ornatus*) e do pudu do norte ou veado-coelho (*Mephistophiles pudu*). Na Reserva Cofán Bermejo, foram registradas 42 espécies de grandes mamíferos, das quais mais da metade são espécies raras ou ameaçadas mundialmente (Anexo 3). Vinte e cinco espécies da lista estão incluídas nos Apêndices I ou II da CITES, como a lontra neotropical (*Lontra longicaudis*), a onça-pintada (*Panthera onca*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), o cão-do-mato (*Speothos venaticus*), o tapir (*Tapirus terrestris*), o catitu (*Tayassu pecari*) e o urso-de-óculos (*Tremarctos ornatus*). Um dos registros mais notáveis foi o do cão-de-orelhas-curtas (*Atelocynus microtis*) na altitude mais elevada (1.200 m) registrada para esta espécie. Também é notável a presença de 12 espécies de primatas, entre elas *Lagothrix lagothricha* e *Ateles belzebuth*, e de outros mamíferos de grande porte, como javalis (*Tayassu tajacu*), e possíveis novas espécies, como a esquilo cinza grande. Além disso, há referências locais da presença de outras

²⁴ IBR Peru: Meio Putumayo – Algodón. Field Museum, 2016

²⁵ <http://datazone.birdlife.org/site/factsheet/14433>

²⁶ https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO2336RIS_1806_es.pdf?language=es

²⁷ Carrasco, F. (s.d.). Remando juntos pela conservação do Putumayo: Iniciativa do Corredor Biológico e Cultural do Putumayo. Field Museum, IBC, Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável.

²⁸ <https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO1047RIS.pdf>

espécies novas para a ciência, incluindo uma raposa e um macaco chorongo pequeno²⁹. Entre as espécies vulneráveis de importância para o Sítio RAMSAR Complexo de Humedales Cuyabeno Lagartococha Yasuní encontram-se o leoncillo (*Cebuella pygmaea*), o tití cuellinegro ou pichico de cuello negro (*Saguinus nigricollis*), o mono choro ou mono lanudo plateado (*Lagothrix lagotricha*), raposa de cauda peluda (*Glironia venusta*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), onça-pintada (*Panthera onca*), tatu-canastra (*Priodontes maximus*), catitu (*Tayassu pecari*), sachavaca (*Tapirus terrestris*), cão-do-mato (*Speothos venaticus*), boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*), boto-cinza (*Sotalia fluviatilis*), lobo-do-rio (*Pteronura brasiliensis*), lontra (*Lontra longicaudis*) e peixe-boi-amazônico (*Trichechus inunguis*)³⁰. Na parte baixa da bacia, no PNN Amacayacu, foi registrada a presença de cerca de 150 espécies de mamíferos (Castaño-Urbe e Cano 1998).

5.1.6 Flora

Na cabeceira da bacia, na área do Complexo de zonas úmidas Laguna de la Cocha, há formações vegetais como os páramos azonais, com turfeiras onde se encontram musgos (*Esfagno* sp.), samambaias (*Blechnum loxense*), frailejón (*Espeletia cochensis*), palha de páramo (*Calamagrostis effusa*), entre outros. Outras plantas aquáticas importantes nos sistemas lóticos e lênticos são as Cyperaceae, totora (*Scirpus californicus*) e, em menor medida, a totorilla (*Juncus bogotensis*). Existem florestas primárias, onde o estrato arbóreo dominante é o uraco (*Ocotea guianensis*) e o carvalho (*Weinmannia pubescens*); no estrato arbustivo, predominam o amarelo (*Miconia* sp. e *Miconia harlineii*) e o feto espinhoso (*Ascotrichyum arborium*); e no estrato herbáceo, predominam o feto cuy (*Polipodio* sp.), a horqueta (*Anthurium* sp.) e o uvo (*Cavendishia* sp.). Entre as espécies ameaçadas de extinção está o pinheiro hayuelo (*Podocarpus oleifolius*). Outras espécies que perderam populações em várias áreas são a laranjeira (*Ocotea* sp.) e o amarelo (*Nectandra* sp.). Além disso, existem na região muitas espécies de orquídeas, como *Masdevallia cucullatta*, *M. ensifera*, *M. rosea*, *Odontoglossum crispum lehmanii*, *O. cristatellum* e *O. ramosissimum*³¹.

Avançando na bacia, a área da Reserva Ecológica Cofán Bermejo é uma zona de transição entre a flora da selva amazônica baixa e a dos bosques andinos, ao longo de um grande gradiente altitudinal entre 2200 e 400 metros acima do nível do mar. Estudos realizados n³², relatam a existência de pelo menos 800 espécies de plantas, com uma estimativa de 2.000 a 3.000 espécies. Pelo menos 15 das espécies de plantas registradas no IBR são endêmicas do Equador, particularmente das famílias Orchidaceae, Bromeliaceae, Gesneriaceae e Araceae. Foi descoberta uma nova espécie da família Bromeliaceae, aparentemente preferida por *Tremarctos ornatus*. Além disso, o local pode ser um centro de diversidade para a família Rubiaceae, e metade das palmeiras conhecidas na região oriental foram encontradas ali. A paisagem é formada por florestas de encostas baixas (400-950 m), com famílias e gêneros de plantas próprias da Amazônia e semelhantes às encontradas na Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno, onde as palmeiras são uma família dominante, em particular *Iriartea deltoidea*, juntamente com fabáceas, meliáceas e miristicáceas. Nas paredes de argila vermelha, características do rio Bermejo, foram registradas espécies não encontradas em outros lugares, como *Humiriastrum diguense*. Nas florestas das encostas altas (950-1.500 m) é onde se começa a apreciar a mudança nas espécies de acordo com a faixa altitudinal, a riqueza de árvores começa a diminuir, enquanto aumenta a diversidade de ervas terrestres e epífitas. Há presença de

²⁹ IBR Equador: Serranías Cofán-Bermejo, Sinangoe. Field Museum, 2001

³⁰ https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/EC2332RIS_1806_es.pdf

³¹ <https://rsis Ramsar.org/RISapp/files/RISrep/CO1047RIS.pdf>

³² IBR Equador: Serranías Cofán-Bermejo, Sinangoe. Field Museum, 2001

flora característica de solos ácidos, com espécies como *Purdiaea nutans* (Cyrillaceae), cuja distribuição no Equador era considerada restrita às montanhas ácidas das províncias do sul. Foi registrada uma nova espécie de bromélia terrestre do e o gênero *Pitcairnia* (J. M. Manzanares, com. pers.) e foi feito o primeiro registro para o Equador do gênero *Basistemon* (Scrophulariaceae). Acima de 1.500 m estão as florestas montanhosas, onde a flora muda definitivamente e encontram-se famílias como Podocarpaceae, Brunelliaceae, Cunoniaceae e Clethraceae. O dossel da floresta é notavelmente mais baixo e úmido, com abundância de orquídeas, samambaias e aráceas, e o solo é coberto por musgo. Foi registrada uma nova espécie de bromélia *Guzmania terrestre* (J. M. Manzanares, com. pers.), muito comum nesta área.

Na área da paisagem Güeppi – Cuyabeno, podem ser observadas zonas pantanosas com água durante todo o ano ou sazonalmente inundadas, que correspondem a diferentes tipos de aguajales dominados por *Mauritia flexuosa* associada a outras espécies de palmeiras como huasaí (*Euterpe precatoria*), árvores de grande porte como cumala (*Iryanthera* spp.), lagarto caspi (*Calophyllum brasiliense*) e catahua (*Hura crepitans*), e outras com caules e raízes ramificadas como *Ficus* sp., comumente chamada de renaco³³. Também podem ser observadas colinas baixas e terraços que raramente ou nunca podem ser inundados, e colinas altas que às vezes têm terraços altos. Foi nesta última categoria que ocorreu a maior diversidade florística. Nas planícies aluviais, há populações de espécies madeireiras como cedro (*Cedrela odorata*) e tornillo (*Cedrelinga cateniformis*). Estima-se que existam de 3.000 a 4.000 espécies de flora. Os registros notáveis são um novo gênero de Violaceae, vários gêneros novos para o Equador (*Chaunochiton*, *Thyrsodium*, *Condylocarpon*, *Neoptychocarpus*) e Peru (*Ammandra*, *Clathrotropis*) e até 14 espécies aparentemente novas³⁴. Entre as espécies em categorias de proteção, além do cedro e do tornillo, registram-se *Pollalesta bicolor*, *Caryodendron orinocense*, entre outras³⁵.

Na parte central do Putumayo, no lado peruano, o estudo realizado entre o ACR Maijuna e a quebrada Mutún³⁶ apresenta uma paisagem em mosaico com florestas de terras altas que ocupam a maior parte da superfície (82%), florestas de planícies aluviais, pântanos de turfeiras e outras zonas úmidas. As zonas úmidas em solos ricos em matéria orgânica, como as turfeiras, constituem importantes reservas de carbono que ainda não foram quantificadas até o momento. A composição florística dessas florestas varia de acordo com a formação geológica onde se encontram. Os tipos de vegetação mais chamativos crescem sobre profundos depósitos de turfa, desde a floresta pantanosa alta com *Mauritia flexuosa* e uma comunidade diversificada de outras árvores como (*Coussapoa trinervia*, *Virola pavonis*, *Socratea exorrhiza*, *Ficus* spp.), até florestas anãs atrofiadas semelhantes às encontradas em Yaguas – Cotuhé, conhecidos como varillales e chamizales. Nestes últimos habitam espécies adaptadas a condições extremas de umidade e seca, como *Tabebuia insignis* var. *monophylla*, *Pachira brevipes* e *Mauritiella armata*. Estima-se que existam pelo menos 3.000 plantas vasculares na área. Os registros notáveis incluem um novo gênero de ervas para o Peru (*Saxo-fridericia* sp. Nov., Rapateaceae) e um novo gênero de árvores para o Peru (*Monopteryx uaucu*, Fabaceae).

A bacia do rio Algodón e o PNN Amacayacu apresentam habitats semelhantes, como florestas de terra firme, várzea, igapó e varillales, mas com uma abundância e composição de espécies diferentes. Por exemplo, as florestas de terra firme em Amacayacu apresentam maior abundância

³³ Diagnóstico do PN Güeppi – Sekime 2014 - 2019. SERNANP.

³⁴ IBR Equador, Peru: Cuyabeno – Güeppi, 2008

³⁵ <http://datazone.birdlife.org/site/factsheet/reserva-de-produccion-de-c3%B3n-faun%C3%ADstica-cuyabeno-iba-ecuador/text>

³⁶ IBR Peru: Meio Putumayo – Algodão. Field Museum, 2016

de espécies como cedro vermelho (*Cedrela odorata*), huacrapona ou pona barrigona (*Iriarte deltoidea*) e cumala llorona ou puná (*Osteophloeum platyspermum*), bem como menor abundância de ungurahui ou milpesos (*Oenocarpus bataua*). As zonas aluviais de várzea em Amacayacu apresentam uma predominância de espécies arbóreas como a ceiba ou lupuna (*Ceiba pentandra*), cachicamo ou lagarto caspi (*Calophyllum brasiliense*), capinurí (*Maquira coriacea*) e ovos (*Spondias mombin*). As florestas de varillal, em Amacayacu, são dominadas por espécies como o asaí de varillal ou huasaí de varillal (*Euterpe catinga*) e a surba ou leite huayo (*Couma macrocarpa*), que estão ausentes dos varillales sobre turfa presentes ao longo do rio Algodón. Da mesma forma, os varillales de Amacayacu apresentam uma maior abundância de musgos, epífitas e espécies de inhame selvagem ou sacha papa (*Dioscorea* spp.), ao contrário dos varillales do rio Algodón, onde se observa um domínio da família Clusiaceae ao nível arbustivo e da família Cyperaceae no solo, ao nível herbáceo e d³⁷. Em Amacayacu, foram documentadas 1.362 espécies de plantas, entre elas a espécie emblemática *Victoria amazônica*, restrita à região biogeográfica; e a Carana bravo (*Itaya amicum*), que foi relatada como a única espécie desse gênero no Parque (Forero et al. 2014)³⁸.

5.1.7 Áreas protegidas e locais de importância para a biodiversidade

Na bacia foram declaradas 18 áreas protegidas (AP) criadas sob a regulamentação de cada país (Figura 8; Tabela 7). Na área de intervenção correspondente ao Brasil não há presença de AP. Quatro dessas áreas são reconhecidas como Áreas Importantes para a Biodiversidade (KBA) e Locais Importantes para Aves e Biodiversidade (IBA): a Reserva Ecológica Cofán Bermejo, a Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno, o Parque Natural Nacional La Paya e o Parque Natural Nacional Amacayacu. No Peru, Equador e Colômbia, as AP são gerenciadas sob o conceito de sistemas de conservação³⁹, compostos por áreas de diferentes categorias de manejo⁴⁰ que vão desde a proteção estrita até o uso direto dos recursos naturais (Anexo 4). De acordo com as diretrizes da IUCN para homologar as categorias de AP dos países⁴¹, na bacia hidrográfica encontram-se áreas de proteção estrita correspondentes às categorias II e IV, e áreas naturais para a conservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais correspondentes à categoria VI.

Tabela 7. Áreas protegidas da bacia do Putumayo – Içá. Fonte: WCS, 2025.

Área protegida	País	Categoria IUCN	Nível de gestão	Órgão de gestão
Parque Nacional Güepi Sekime	Peru	II	Nacional	SERNANP
Parque Nacional Yaguas	Peru	II	Nacional	SERNANP
Reserva Ecológica Cofán Bermejo	Equador	Não relatado	Comunal	MAE/Direção Nacional de Biodiversidade e FEINCE
PNN La Paya	Colômbia	II	Nacional	PNN
PNN Amacayacu	Colômbia	II	Nacional	PNN

³⁷ IBR Peru: Meio Putumayo – Algodón. Museu Field, 2016

³⁸ <http://datazone.birdlife.org/site/factsheet/14433>

³⁹ Peru: Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado – SINANPE, Colômbia: Sistema Nacional de Áreas Protegidas - SINAP, Brasil: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, Equador: Sistema Nacional de Áreas Protegidas do Equador - SNAP

⁴⁰ Colômbia: <https://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/sistema-de-parques-nacionales-naturales/categorias-de-areas-protegidas/> Equador: <http://areasprotegidas.ambiente.gob.ec/es/content/categor%C3%ADas-de-manejo> Brasil: https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao16122010111031.pdf

Peru: <https://www.sernanp.gob.pe/el-sinanpe>

⁴¹ <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/PAPS-016-Es.pdf>

Área protegida	País	Categoria IUCN	Nível de gestão	Órgão de gestão
Reserva de produção de fauna Cuyabeno	Equador	VI	Estatal	MAE - Direção Nacional de Biodiversidade
Sítio RAMSAR Complexo de Zonas Húmidas Cuyabeno Lagartococha Yasuní	Equador	II	Internacional	Administração do Parque Nacional Yasuní, Direção Provincial do Meio Ambiente de Orellana, MAE
Reserva Comunal Huimeki	Peru	VI	Nacional	SERNANP e ECA
Reserva Comunal AiroPai	Peru	VI	Nacional	SERNANP e ECA
Reserva Comunal Bajo Putumayo Yaguas	Peru	Não relatado	Nacional	SERNANP e ECA
Área de Conservação Regional Meio Putumayo Algodón	Peru	Não relatado	Nacional	GOREL
Área de Conservação Regional Maijuna Kiwcha	Peru	VI	Regional	GOREL
Área de Conservação Regional Ampiyacu Apayacu	Peru	VI	Regional	GOREL
Santuário de Flora Plantas Medicinais Orito Ingi Ande	Colômbia	IV	Nacional	PNN
Parques Naturais Regionais Páramo de las Ovejas – Tauso	Colômbia	II	Nacional	CORPONARIÑO
Reservas Florestais Protetoras Nacionais Laguna La Cocha Cerro Patascoy	Colômbia	VI	Nacional	MADS
SFF Ilha de La Corota	Colômbia	IV	Nacional	PNN
Sítio RAMSAR Laguna de la Cocha	Colômbia	Não relatado	Internacional	CORPONARIÑO

Por outro lado, duas zonas úmidas foram designadas como Sítios RAMSAR, devido à sua importância internacional para a prestação de serviços ecossistêmicos (Figura 8). Por um lado, está o Complexo de zonas úmidas Laguna de la Cocha, na Colômbia, que se sobrepõe parcialmente ao Santuário de Fauna e Flora Isla de la Corota e às Reservas Florestais Protetoras Nacionais Laguna La Cocha Cerro Patascoy, e está sob a administração da CORPONARIÑO. Neste complexo encontram-se várias espécies em perigo de extinção ou vulneráveis, como a anta andina (*Tapirus pinchaque*), o pudu do norte (*Pudu mefistófeles*) e o urso-andino (*Tremarctos ornatus*). Quanto às aves, o mergulhão-prateado (*Podiceps occidentalis*), o pato-de-bico-dourado (*Anas georgicaspicauda*), a marrecavermelha (*Anas cyanoptera*) e o pato-mergulhão (*Oxyura jamaicensis ferruginea*) são importantes e todos endêmicos da região. Quanto à vegetação da região, existem importantes formações vegetais de floresta montanhosa muito úmida e páramo azonal com pântanos e espécies endêmicas como o frailejón (*Espeletia cochensis* e *E. schultesiana*). A região de La Cocha foi ocupada em parte pela etnia Quillacinga, e a população atual é composta por descendentes dessa etnia. Esta zona é de importância arqueológica, pois existem vestígios relacionados com a distribuição de cerâmicas do complexo Piartal nos arredores de La Cocha e no Vale de Atriz. Também há desenhos rupestres que mostram a arte rupestre de Quillacinga. La Cocha é considerada um local sagrado de purificação e fertilidade pelas outras culturas indígenas da zona.

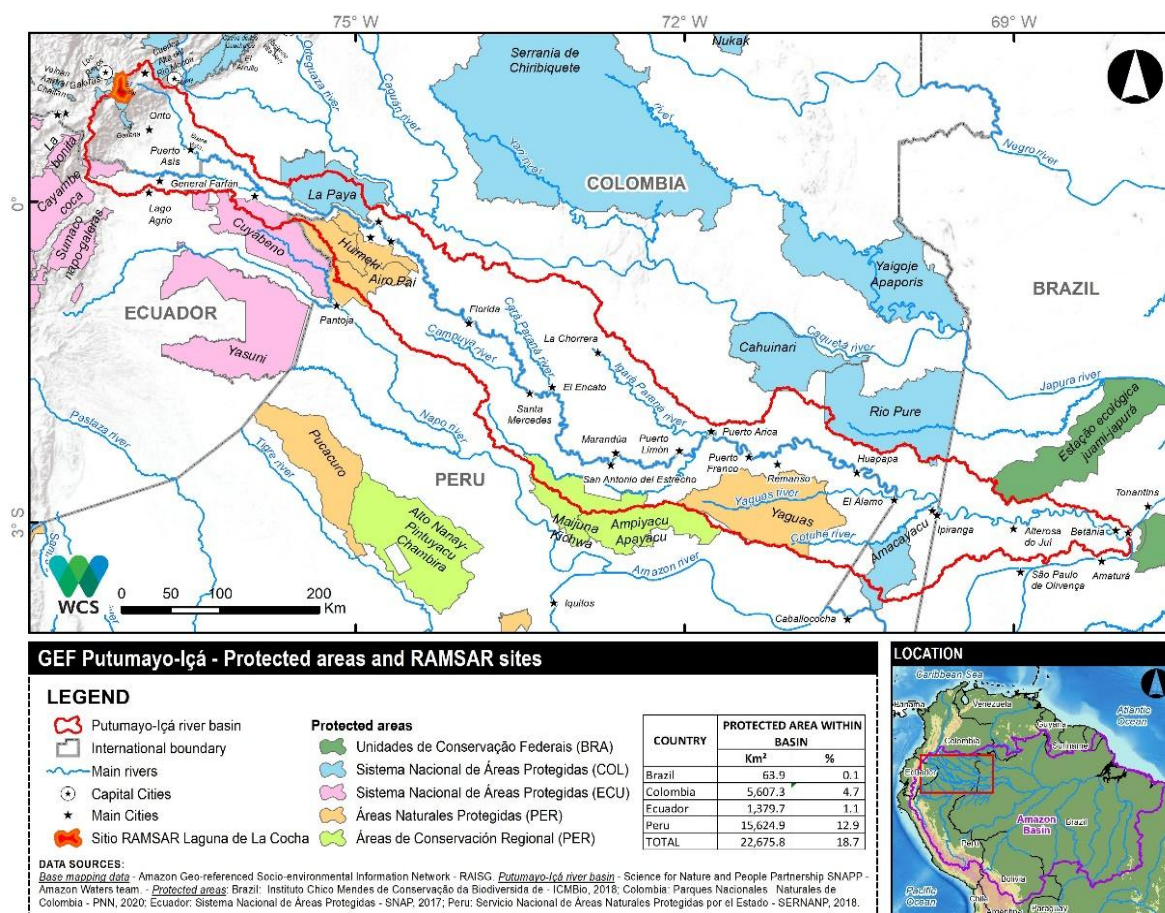


Figura 8. Áreas protegidas e locais Ramsar. Fonte: WCS, 2020.

O segundo local Ramsar na Bacia é o Complexo de Zonas Úmidas Cuyabeno Lagartococha Yasuní, no Equador, que se sobrepõe à Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno e está sob a administração do Parque Nacional Yasuní, Direção Provincial do Ambiente de Orellana do MAE. Este complexo se estende por uma área de 773.668 ha nas províncias de Sucumbios e Orellana, Equador, perto da fronteira internacional com o Peru. Pertence à bacia do rio Napo, sub-bacia dos rios Aguarico e Cuyabeno. Ele se sobrepõe à Reserva de Produção Faunística Cuyabeno e sua área de amortecimento, até fazer fronteira com o Parque Nacional Yasuní. Faz parte da Ecorregião “Florestas Úmidas do Napo” da Amazônia do Equador, uma área exclusiva com condições edáficas e geológicas incomuns que contém os níveis mais altos de endemismos e diversidade do mundo, característicos do refúgio pleistocênico Napo-Putumayo (Dinerstein et al., 1995). Foram registradas pelo menos 50% das espécies de mamíferos do Equador (167), mais de 30% das espécies de aves do país (518) (Albuja & Arcos, 2007; Tirira, 2007; Campos, 2011) e abriga cerca de 1.500 espécies de plantas (9% do total nacional). Há presença de comunidades ecológicas ameaçadas de Palma del Moriche ou Morete (*Mauritia flexuosa*), populações de camu camu (*Myrciaria dubia*) consideradas como uma das mais densas, espécies de plantas endêmicas e vulneráveis como *Besleria*, *Columnnea*, *Cremosperma*, *Nautilocalyx*, *Reldia*. Destaca-se a presença de mamíferos aquáticos ameaçados, como o peixe-boi amazônico (*Trichechus inunguis*), lontras gigantes (*Pteronura brasiliensis*) e botos (*Inia geoffrensis* e *Sotalia fluviatilis*). Foram registradas cerca de 135 espécies de herpetos (81

anfíbios e 54 répteis), estimando-se 470 espécies de peixes de 225 gêneros (Stewart et al., 1987). Somente em Lagartococha foram relatadas 76 espécies de 57 gêneros (The Field Museum, 2008). Fornece recursos para o autoconsumo das comunidades Cofán, Kichwa, Huaorani, Shuar, Secoyas e Siona; e suas principais ameaças são a exploração e perfuração de petróleo e gás natural, caça e pesca, a presença de espécies invasoras e mudanças no uso do solo.

A gestão das APs presentes na bacia hidrográfica é de responsabilidade de instâncias nacionais ou locais. No Peru, a gestão das áreas nacionais é de responsabilidade do Serviço Nacional de Áreas Naturais do Estado (SERNANP), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MINAM). No caso das Reservas Comunais, elas são gerenciadas sob um regime especial de administração⁴² denominado cogestão, que envolve a participação das comunidades beneficiárias das Reservas, organizadas em um Executor de Contrato de Administração (ECA). A gestão das Áreas de Conservação Regional é de responsabilidade do Governo Regional de Loreto (GOREL). No Equador, as áreas estatais fazem parte do Subsistema Patrimônio de Áreas Naturais do Estado – PANE e estão sob a tutela do Ministério do Meio Ambiente (MAE) através da Direção Nacional de Biodiversidade. A Reserva Ecológica Cofán-Bermejo é a única área protegida administrada em conjunto com as populações indígenas, representadas pela Federação Indígena da Nacionalidade Cofán do Equador (FEINCE), e a Direção Nacional de Biodiversidade do MAE. Na Colômbia, as áreas do Sistema de Parques Nacionais Naturais, como os Parques Nacionais Naturais e os Santuários de Flora e Fauna, são administradas por uma Unidade Administrativa Especial denominada Parques Nacionais Naturais (PNN), de âmbito nacional. O Parque Natural Regional Páramo de las Ovejas – Tauso tem uma administração subnacional que cabe à Corporação Autônoma Regional de Nariño (Corponariño). As Reservas Florestais Protetoras Nacionais são administradas pelo Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADS).

5.1.8 Passivos ambientais

A partir da revisão bibliográfica e da análise nas seções anteriores, infere-se que os passivos ambientais na bacia estão associados ao narcotráfico, à mineração e à atividade de hidrocarbonetos.

Narcotráfico.

Em 2015, os departamentos de Nariño e Putumayo estavam entre os departamentos com maior densidade de cultivos de coca na Colômbia (Gutiérrez, 2018). No nível da bacia hidrográfica, as plantações para uso ilícito se estendem com maior prioridade na cabeceira até Puerto Leguízamo e em áreas próximas ao curso do Putumayo: entre a vila de Soplín Vargas até a foz do Campuya, rio acima das vilas de San Antonio del Estrecho e Marandúa, na cabeceira do Igará Paraná pela vila de La Chorrera, e entre a confluência deste rio com o Putumayo e a foz do rio Yaguas. Na parte baixa da bacia, essas plantações se estendem pelo rio Cotuhé. Os passivos ambientais do narcotráfico estão associados à desflorestação na etapa de preparação do terreno para o cultivo; à degradação do solo associada ao uso de fertilizantes nitrogenados sintéticos, fungicidas, herbicidas e inseticidas, e a processos erosivos; e à contaminação de cursos d'água, águas subterrâneas e solo por substâncias químicas altamente tóxicas, como ácido sulfúrico, óxido de cálcio, permanganato de

⁴² Resolução da Intendência N° 019-2005-INRENA-IANP que aprova o Regime Especial de Administração das Reservas Comunais

potássio e combustível, durante o processamento e erradicação da droga⁴³. Estudos do Field Museum relatam a contaminação do rio San Miguel, nos arredores de Cofán Bermejos, no Equador.

Mineração aluvial.

Em 2018, a maior parte das concessões mineradoras está localizada na parte alta da bacia e, em proporção muito menor, na parte baixa e média, no Equador, Brasil e Colômbia, respectivamente. A mineração ilegal se desenvolve praticamente ao longo de todo o curso do rio Putumayo-Içá, aproximadamente desde a tríplice fronteira entre Colômbia, Equador e Peru até sua foz no rio Amazonas e no rio Cotuhé. Da mesma forma, existem inúmeros registros ao longo dos rios Yaguas (Peru) e Cotuhé (Colômbia). Os passivos ambientais da atividade de mineração aluvial estão associados ao mercúrio utilizado na extração do ouro, que é posteriormente liberado no meio ambiente e finalmente depositado no solo; e no meio aquático é transformado pela ação de microrganismos em um composto neurotóxico chamado metilmercúrio. Esse composto adere ao organismo e se concentra nas cadeias alimentares⁴⁴.

O Field Museum (2001) relata a contaminação associada à mineração no vale inferior do rio Bermejo e do rio Cofanes. Um estudo realizado pela SINCHI (2015) nos rios Amazonas, em setores próximos a Leticia, Putumayo, em Puerto Leguízamo, e Tarapacá, relata que várias espécies de peixes apresentam concentrações de mercúrio superiores ao valor máximo permitido para a Colômbia (0,5 mg/kg), com as maiores concentrações do metal em Puerto Leguízamo, em peixes de alto nível trófico que, por sua vez, são migratórios (conforme citado em Gómez, 2018). Da mesma forma, Cano, A. (2016) aponta que os resultados da avaliação de traços de mercúrio no rio Cotuhé indicaram níveis representativos de mercúrio que excedem o valor máximo aceitável para consumo humano e para a preservação da fauna e da flora (conforme citado em Gómez, 2018). Um estudo realizado em comunidades indígenas de Tarapacá relata que o nível médio geral de T Hg para todas as amostras foi de $10,6 \pm 0,4 \mu\text{g/g}$, com valores que oscilam entre 0,61 e 31,1 $\mu\text{g/g}$, sendo 1,0 $\mu\text{g/g}$ o valor máximo permitido recomendado pela EPA⁴⁵.

Embora não existam dados oficiais, a UNODC e registros de ONGs mostram uma expansão no número de balsas, dragas e maquinário a partir de 2022, com aumentos muito significativos em comparação com períodos anteriores.

Exploração e exploração petrolífera.

As concessões para exploração e exploração petrolífera estão localizadas na parte alta da bacia do Putumayo, na Colômbia e no Equador. De acordo com o Programa de Reparação Ambiental e Social (PRAS), os passivos ambientais da atividade petrolífera estão associados a derramamentos, construção de piscinas sem projeto técnico, despejo de águas de formação e queima de gás. O Plano Nacional para o Bem Viver 2013-2017 do Equador indica que, em 2011, conseguiu-se eliminar 19%

⁴³ Bernex, N. (2009). O impacto do narcotráfico no meio ambiente. As plantações ilícitas de coca. Um crime contra os ecossistemas e a sociedade. Acessado em 22 de novembro de 2020. Fonte: Pontifícia Universidade Católica do Peru: http://repositorio.pucp.edu.pe/index/bitstream/handle/123456789/39934/4_impacto_meioambiente.pdf?sequence=4&isAllowed=y

⁴⁴ Gómez, Y. (2018). Análise sobre a viabilidade de regulamentar o uso, a mobilização e o transporte das principais máquinas pesadas e equipamentos utilizados na mineração ilegal de ouro na jurisdição da CORPOAMAZONIA. Fonte: https://www.corpoamazonia.gov.co/images/2018/Consultas/20181207_tecnico.pdf Acessado em 22 de novembro de 2020.

⁴⁵ Alcalá, M; Caballero, K; Olivero, J. 2019. Avaliação da exposição ao mercúrio em comunidades indígenas da aldeia de Tarapaca, rios Cotuhe e Putumayo, Amazônia colombiana. Ciência Ambiental e Pesquisa sobre Poluição.

das fontes geradoras de passivos ambientais. Da mesma forma, estudos do Field Museum (2001) relatam a contaminação do vale inferior do rio Bermejo, do rio Cofanes e seus afluentes e do rio San Miguel.

A análise de hidrocarbonetos totais de petróleo (TPH) em diversos pontos de amostragem ao longo da bacia no lado peruano⁴⁶ mostra valores abaixo do valor de intervenção de 5000 mg/kg, de acordo com o Guia dos Países Baixos (New Dutchlist - 2000). Em 9 pontos de monitoramento, foram registradas concentrações de TPH acima do valor ideal de 50 mg/kg, com os maiores valores no rio San Pedro (180,7 mg/kg), rio Güepi (136,30 mg/kg) e rio Algodón (76,20 mg/kg) (Tabela 8).

Tabela 8. Concentração de HTP em locais de amostragem no lado peruano. Fonte: ANA. 2019.

Ponto de amostragem	Concentração de HTP mg/kg
Rio Güepi	136,30
Localidade Três Fronteiras	44,30
Rio Penaya	35,70
Localidade Soplín Vargas	48,10
Rio Angusilla	71,00
Localidade Nueva Angusilla	42,20
Localidade Urco Miraño	74,80
Rio Yubinetto	52,60
Localidade Pampa Hermosa	36,00
Rio Campuya	31,30
Localidade Santa Mercedes	44,90
Quebrada Campana Cocha	28,20
Quebrada Ere	62,10
Localidade de San Antonio de El Estrecho	--
Quebrada Sabalazo	65,80
Rio Algodón	76,20
Localidade Bufo	65,10
Localidade Remanso	--
Rio San Pedro	180,70
Localidade San Martín Libertador	26,60
Rio Yagua	--
Cocha Huapapa	--

5.2 Características sociais

Nesta seção, é apresentada uma descrição detalhada das características sociais das áreas de interesse do projeto.

5.2.1 Unidades político-administrativas

Em termos político-administrativos, a bacia compreende quatro (4) Estados Nacionais: Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Dependendo da organização político-administrativa de cada país, a área envolvida no projeto afeta de alguma forma quatro departamentos, cinco províncias e, no nível local, quatro distritos, 29 municípios, 6 cantões e 17 paróquias (Tabela 9).

⁴⁶ ANA. 2019. Segundo monitoramento da qualidade da água superficial e dos sedimentos da bacia do rio Putumayo. Relatório Técnico N° 008-2019-ANA-ALA-IQUITOS/EJDG

Tabela 9. Unidades político-administrativas na Bacia do Putumayo-Içá

País	Unidades político-administrativas
Brasil	Municípios: Amaturá, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença.
Colômbia	Municípios: El Encanto, La Chorrera, Leticia, Puerto Alegría, Puerto Arica, Puerto Nariño, Puerto Santander, Tarapacá, Córdoba, Funes, Ipiales, Potosí, Puerres, Pasto, Colón, Mocoa, Orito, Puerto Asís, Puerto Caicedo, Puerto Leguizamo, San Francisco, San Miguel, Santiago, Sibundoy, Valle del Guamuéz, Villagarzón.
Equador	Paróquias: El Dorado de Cascales, Santa Rosa de Sucumbios, Sevilha, Cuyabeno, Puerto Libre, Dureno, General Farfan, Jambeli, Nueva Loja, Pacayacu, Santa Cecilia, Palma Roja, Puerto Bolívar, Puerto el Carmen del Putumayo, Puerto Rodríguez, Santa Elena, Rosa Florida.
Peru	Distritos: Putumayo, Rosa Panduro, Tenente Manuel Clavero, Yaguas.

5.2.2 Características demográficas e socioeconômicas

A densidade populacional geral da bacia é <14 pessoas/km². As densidades mais altas⁴⁷ ocorrem nos quatro municípios colombianos do alto Putumayo, e as densidades mais baixas são registradas em Amazonas (Colômbia) e na província peruana de Putumayo, com 1 habitante a cada 7 km² e 1 habitante a cada 10 km², respectivamente⁴⁸. A Tabela 10 apresenta a densidade ao nível dos departamentos, províncias ou municípios dos 4 países.

Tabela 10. Densidade populacional por unidade político-administrativa nos quatro países.

Unidade político-administrativa		País	Densidade - hab/km ²
Departamento	Nariño	Colômbia	51,9
Departamento	Putumayo	Colômbia	13,6
Província	Sucumbíos	Equador	12,5
Município	Amaturá	Brasil	2,4
Município	São Paulo de Olivença	Brasil	2
Município	Santo Antônio do Içá	Brasil	1,8
Departamento	Amazonas	Colômbia	0,7
Província	Putumayo	Peru	0,1

As condições socioeconômicas e a dinâmica da bacia variam ao longo da região. A maior parte da bacia hidrográfica é uma área quase totalmente sem estradas, com exceção da rede rodoviária nos trechos superiores do Equador e da Colômbia, que dá suporte a cidades maiores e à exploração e exploração de petróleo. Há voos ocasionais para as principais cidades nas partes média e baixa da bacia. A maioria das comunidades está localizada ao longo das margens dos rios que são navegáveis durante todo o ano, o que garante fácil acesso a ambos os lados da fronteira entre o Peru e a Colômbia, e da fronteira entre o Peru, a Colômbia e o Equador, bem como rio abaixo em direção ao

⁴⁷Plano de Ordenamento e Gestão da Bacia Alta do Rio Putumayo; Corporação para o Desenvolvimento Sustentável do Sul da Amazônia - CorpoAmazonia, 2009. Ministério do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial.

⁴⁸Ver, por exemplo, os Inventários biológicos e sociais rápidos do Field Museum # 25 (Pitman, N., E. Ruelas Inzunza, C. Vriesendorp, DF Stotz, T. Wachter, Á. del Campo, D. Alvira, B. Rodríguez Grández, RC Smith, AR Sáenz Rodríguez e P. Soria Ruiz, eds. 2013. Peru: Ere-Campuya-Algodón. Relatório rápido de inventários biológicos e sociais 25. The Field Museum, Chicago.) E # 28 (Pitman, N., A. Bravo, S. Claramunt, C. Vriesendorp, D. Alvira Reyes, A. Ravikumar, Á. Del Campo, DF Stotz, T. Wachter, S. Heilpern, B. Rodríguez Grández, AR Sáenz Rodríguez e RC Smith, editores. 2016. Peru: Meio Putumayo-Algodón. Relatório rápido de inventários biológicos e sociais 28. The Field Museum, Chicago. Observe que os dados estão disponíveis apenas parcialmente para a bacia, devido à sua distância, bem como aos conflitos em algumas das áreas que pertencem à Colômbia.

Brasil. As comunidades geralmente obtêm sua água potável de rios, lagos, poços e córregos próximos. A iluminação pública está disponível apenas em algumas comunidades, e a eletricidade geralmente está disponível apenas em clínicas de saúde e nas casas das poucas famílias que possuem seus próprios geradores. A parte média da bacia hidrográfica tem mais tráfego e comércio de recursos naturais (por exemplo, peixe, madeira e produtos não madeireiros) e produtos agrícolas do que a parte baixa.

Peru - Província de Putumayo:

De acordo com os Censos Nacionais de 2007: XI da População e VI da Habitação, a população da província de Putumayo é de 5.638 habitantes, o que corresponde a 0,5% da população do departamento de Loreto. A maior porcentagem (56,9%) é composta por homens; a maioria tem entre 15 e 64 anos (58,5%) e 51,5% vive na área urbana. Estima-se que a população indígena seja de 5.239 habitantes⁴⁹ distribuídos em 57 comunidades, representando 93% da população provincial. A Tabela 11 apresenta os valores por variável demográfica na província de Putumayo.

Tabela 11. Valores absolutos e percentuais por variável demográfica na província de Putumayo - Peru

Variável demográfica	Habitantes da província de Putumayo	
	Valor absoluto	Porcentagem
População recenseada	5638	10
Homens	3207	56,9
Mulheres	2431	43,1
População por grandes faixas etárias		
00-14	2168	38,5
15-64	3300	58,5
65 e mais	170	3
População por área de residência		
Urbana	2902	51,5
Rural	2736	48,5
População por origem étnica*		
Indígena	5239	93,0

Fonte: INEI - Censos Nacionais 2007: XI da População e VI da Habitação

* WCS (2020). Diagnóstico de Comunidades. Projeto GEF Putumayo.

De acordo com o Mapa de Pobreza Monetária Provincial e Distrital 2018⁵⁰, em parte da província de Putumayo correspondente aos distritos de Putumayo e Yaguas, a pobreza monetária aumentou entre 10 e 19 pontos no período 2013-2018, e nos distritos de Rosa Panduro e Teniente Manuel Clavero, a pobreza diminuiu de 20 a mais pontos no mesmo período.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH 2019 (Tabela 12) da província de Putumayo (0,3989) está abaixo do IDH nacional (0,5858), refletindo as lacunas que as populações amazônicas enfrentam principalmente em relação à conclusão do ensino médio (27%) e à renda familiar per capita para satisfação das necessidades (S/. 679) em comparação com os valores nacionais, 67% e

⁴⁹ WCS (2020). Diagnóstico de Comunidades. Projeto GEF Putumayo.

⁵⁰ INEI (2018). Mapa de Pobreza Monetária Provincial e Distrital 2018. Consultado no site do INEI: http://inei.inei.gob.pe/inei/srieha/Descarga/DocumentosMetodologicos/2018-87/3_Documento_Mapa_de_Pobreza_2018.pdf

S/. 1032, respectivamente. A nível distrital, Yaguas apresenta o maior IDH (0,4723) e Teniente Manuel Clavero o menor valor (0,3023).

Tabela 12. IDH da província de Putumayo em comparação com os valores nacionais

Nível		População		IDH		Esperança de vida ao nascer		Com ensino secundário completo (população com 18 anos)		Anos de escolaridade (população com 25 anos ou mais)		Re
		Habitantes	Classificação	IDH	Classificação	Anos	Classificação	%	Classificação	Anos	Classificação	
Nacional	Peru	31.296,14		0,585		75,42		67,6		9,14		1.0
Provincial	Putumayo	8.006	188	0,398	110	78,08	34	27,3	193	5,71	142	6
Distrital	Yaguas	1.091	1576	0,472	579	76,63	559	27,2	1796	5,41	1256	1.1
	Putumayo	2.611	1163	0,455	645	75,82	670	34,9	1656	6,73	800	8
	Rosa Panduro	444	1813	0,365	1048	78,32	368	12,8	1871	6,02	1034	7
	Teniente Manuel Clavero	3.859	962	0,302	1411	76,60	567	17,2	1864	5,07	1389	4

Fonte: PNUD

Colômbia – Departamentos de Nariño, Putumayo e Amazonas:

A população dos três departamentos ascende a 1.690.512 habitantes, sendo 79% em Nariño, seguido por Putumayo (17%) e Amazonas (4%). Em média, mais de 60% têm entre 15 e 64 anos; e, no contexto nacional, Amazonas e Putumayo estão entre os departamentos com maior porcentagem de população jovem. Nos três casos, as mulheres representam mais de 50% da população por departamento; e, em média, mais de 52% é população urbana (capitais municipais)⁵¹.

A população indígena nos departamentos de intervenção ascende a 295.279 habitantes e representa 17% da população total dos três departamentos. Está localizada principalmente em Nariño, porém, para este departamento, representa apenas 16%, ao contrário de Amazonas, onde a população indígena representa mais de 86%. As variáveis de sexo e faixa etária majoritária mantêm a mesma tendência que o nível departamental. Da mesma forma, o índice de envelhecimento de Nariño, o maior em nível nacional, parece se repetir no nível da população indígena deste departamento.

A população afrodescendente nos departamentos de intervenção ascende a 243.810 habitantes e representa 14% da população dos três departamentos. Eles estão localizados principalmente em Nariño, sendo 49,7% homens e 50,3% mulheres (Tabela 13). A pobreza multidimensional do grupo NARP nacional é de 30,6%, ou seja, 11,0 pontos percentuais acima da pobreza nacional para este domínio; e Nariño é um dos departamentos onde a pobreza multidimensional deste grupo é maior do que a do total departamental, com uma diferença de 23,4 p.p.⁵².

⁵¹ DANE (2018). Resultados do Censo Nacional de População e Habitação 2018. Governo da Colômbia. Acessado em 26 de novembro de 2020 no site do DANE: <https://www.dane.gov.co/files/censo2018/informacion-tecnica/cnpv-2018-presentacion-3ra-entrega.pdf>

⁵² DANE (2019). População negra, afrocolombiana, raizal e palenquera Resultados do Censo Nacional de População e Habitação 2018.

Tabela 13. Valores absolutos e percentuais por variável demográfica nos departamentos de Amazonas, Nariño e Putumayo – Colômbia.

Variável demográfica	Habitantes por departamento					
	Amazonas		Nariño		Putumayo	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
População recenseada	66.056,0	100	1.335.521,0	100	283.197,0	100
Homens		47,9		49,0		49,5
Mulheres		52,1		51,0		50,5
População por grandes grupos etários						
00-14	23.342,0	35,3	2998819,0	22,4	76.490,0	27,0
15-64	39.887,0	60,4	906.514,0	67,9	189.001,0	66,7
65 e mais	2.827,0	4,3	130.188,0	9,7	17.706,0	6,3
População por área de residência						
Sede municipal	34.596,0	52,4	647.595,0	48,5	158.643,0	56,0
Centros populacionais	15.966,0	24,2	162.497,0	12,2	24198,0	8,5
Rural disperso	15.494,0	23,5	525.429,0	39,3	100356,0	35,4
População por origem étnica						
População indígena	38130,0	86,22	206.455,0	16,34	50.694,0	23,95
População NARF	486,0	0,69	233.062,0	14,1	10.262,0	3,21
População indígena por sexo						
Mulheres		48,3		50,7		50,3
Homens		51,7		49,3		49,7
População indígena por grandes faixas etárias						
00-14		38		26,1		30,5
15-64		57,9		66		64
65 e mais		4,1		7,9		5,5

Fonte: DANE - Censo Nacional de População e Habitação 2018

Equador – Província de Sucumbíos:

A população da província de Sucumbíos é de 176.472 habitantes, a maioria localizada no cantão de Lago Agrio (52%). A população é majoritariamente masculina (52,6%), e o grupo populacional com mais habitantes tem entre 15 e 64 anos⁵³. A população se identifica como mestiça (75%), indígena (13%) e, em porcentagens menores, afro-equatoriana, negra, mulata, montubia e branca (Tabela 14). A maior porcentagem da população da província de Sucumbíos vive na área urbana (59%).

Tabela 14. Valores absolutos e percentuais por variável demográfica na província de Sucumbíos – Equador.

Variável demográfica	Habitantes da província de Sucumbíos	
	Valor absoluto	%
População recenseada	176.472,0	100

⁵³ INEC (s/d). Resultados do Censo 2010 de População e Habitação no Equador. Fascículo Provincial Sucumbíos. Consultado em 26 de novembro de 2020 no site do Instituto Nacional de Estatística e Censos: <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/wp-content/descargas/Manu-lateral/Resultados-provinciales/sucumbios.pdf>

Variável demográfica	Habitantes da província de Sucumbíos	
	Valor absoluto	%
Homens	92.824,3	52,6
Mulheres	83.647,7	47,4
População por grandes faixas etárias		
0	64.512,0	36,6
15-64	105.407	59,7
65 e mais	6553	3,7
População por área de residência*		
Urbana	104442	59,18
Rural	72.030	40,82
População por origem étnica (autoidentificação)*		
Branca	8015	4,5
Mestiço	132.354	75,0
Indígena	23684	13,4
Montubio	1682	0,95
Afro-equatoriano	4281	2,43
Negro	2269	1,29
Mulato	3801	2,15
Outros	386	0,22

Fonte: INEC – Censo 2010 de População e Habitação no Equador

* GAD Sucumbíos (2015) – Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial

Brasil – Municípios de Amaturá, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá:

A população dos três municípios soma 65.370 habitantes, localizados principalmente em São Paulo de Olivença (48%) e Santo Antônio do Içá (37%). Nos três casos, mais de 50% da população é masculina e, em Amaturá e Santo Antônio do Içá, a população é predominantemente urbana. Não foram encontradas informações disponíveis sobre o número de habitantes por etnia (Tabela 15).

Tabela 15. Valores absolutos e percentuais por variável demográfica nos municípios de Amaturá, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá – Brasil.

Variável demográfica	Habitantes por município					
	Amaturá		São Paulo de Olivença		Santo Antônio do Içá	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
População recenseada	9467		31.422		24.481	
Homens		51,8		51,8		51,4
Mulheres		48,2		48,2		48,6
População por grandes grupos etários						
00-14		39,0		41		43
15-64		56		53		53
65 e mais		5		6		4
População por área de residência						

Variável demográfica	Habitantes por município					
	Amaturá		São Paulo de Olivença		Santo Antônio do Içá	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
Urbana		52,4		45,4		52,9
Rural		47,6		54,6		47,1
População por origem étnica (autoidentificação)						
Branca	s/i		s/i		s/i	
Mestiço (Pardo)	s/i		s/i		s/i	
Indígena (Indígena)	s/i		s/i		s/i	
Negro (Preta)	s/i		s/i		s/i	
Amarelo	s/i		s/i		s/i	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados do Universo.

5.2.3 Atividades produtivas/econômicas predominantes

A economia do Putumayo-Içá tem sido muito dinâmica e geralmente determinada por um produto ou atividade em expansão: quinina (1616-1885), borracha (1880-1912), peles (início da década de 1960), coca (1980 até o presente) e petróleo (de 1957 até o presente). Essas atividades determinaram em grande medida o tipo e o nível de pressão exercida sobre os recursos naturais, incluindo a conversão de áreas naturais. A indústria extrativa foi fundamental para definir a dinâmica da população e a configuração da paisagem da bacia alta, por meio de atividades como a abertura de estradas e o estabelecimento e expansão de assentamentos. Mais recentemente, outras atividades produtivas, como agricultura, pecuária, mineração e extração madeireira, particularmente nas partes superiores, contribuíram significativamente para as economias locais.

Exploração e exploração de hidrocarbonetos.

A atividade petrolífera concentra-se na cabeceira da bacia, no Equador e na Colômbia. A Agência Nacional de Hidrocarbonetos da Colômbia indica que a bacia do Putumayo é uma das que apresenta maior atividade exploratória (33 concessões), existindo ainda 12 concessões em exploração operadas por 4 empresas. No Equador, o território abrangido pela intervenção faz parte de uma zona muito atraente em termos econômicos devido ao grande potencial de desenvolvimento petrolífero⁵⁴, existindo 28 concessões em exploração operadas por quatro empresas, incluindo a petrolífera estatal.

Mineração.

As concessões mineradoras para extração de ouro concentram-se na cabeceira da bacia, sendo 63 em exploração e 2 em exploração, bem como 158 solicitações, principalmente na Colômbia, de empresas e pessoas físicas. Na parte média da bacia, no lado colombiano, há 3 pedidos de uma empresa; e na parte baixa, no Brasil, 22 pedidos de concessão minera, principalmente de 2 cooperativas. Conforme descrito na seção de passivos ambientais, a atividade mineradora ilegal se desenvolve ao longo de todo o curso do rio Putumayo, desde a trílice fronteira entre Equador, Peru

⁵⁴ PETROECUADOR (2013). O petróleo no Equador O petróleo: sua formação, desenvolvimento e mercado. Consultado em 25 de novembro de 2020 no site da PETROECUADOR: <https://www.eppetroecuador.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/03/El-Petr%C3%B3leo-en-el-Ecuador-La-Nueva-Era.pdf>

e Colômbia até a parte baixa da bacia, incluindo seus afluentes Yaguas e Cotuhé. Essa atividade é desenvolvida principalmente por imigrantes, com jangadas e dragas no rio (Field Museum, 2020).

Na bacia, a população local desenvolve atividades tradicionais de subsistência para garantir sua soberania alimentar e atividades com fins comerciais nas pequenas áreas urbanas e n⁵⁵, para ter acesso a recursos econômicos que lhes permitam cobrir suas despesas familiares. Destacam-se a pesca, a caça, a extração de madeira e recursos não madeireiros e a agricultura. No Alto Putumayo, setor Güeppi-Cuyabeno, a economia familiar é complementada com a criação de pequenos animais (principalmente aves) e porcos e pecuária em pequena escala, que são comercializados em Puerto Leguizamo, na Colômbia (Field Museum, 2008).

Por outro lado, no Baixo Putumayo, destaca-se a existência de associações produtivas dedicadas à pesca, extração de madeira e comércio de produtos não madeireiros, que têm formalizado suas atividades para ter acesso a programas ou apoio do Estado (Field Museum, 2020).

Pesca.

A pesca é organizada principalmente por meio de acordos informais entre comunidades, implícitos para o acesso a corpos d'água para fins de subsistência e explícitos quando a exploração é para fins comerciais, por exemplo, para a captura de arahuana e paiche no meio Putumayo Algodón e no setor Yaguas – Cotuhé, e também para a exploração de corpos d'água na outra fronteira. No meio Putumayo, existe uma única organização, a Associação de Pescadores San Antonio de El Estrecho (ASPES). Em Yaguas Cotuhé, no setor peruano, as Associações de Pescadores e Processadores Artesanais (APPAs) realizam a exploração de seus recursos ictícolas por meio da implementação de um Programa de Manejo Pesqueiro (PROMAPE) e têm um acordo formal por escrito com o Aquário de Iquitos para vender os alevinos de arahuana. Em Tarapacá, Colômbia, existem duas associações de pesca, a Associação de Pescadores de Tarapacá (ASOPESTAR), que não está em funcionamento, e a Associação Piscícola Produtora de Peixes Ornamentais e Artesanais de Tarapacá Amazonas (APIPOATA), formada recentemente para o aproveitamento e comercialização de espécies de uso ornamental. No trecho do rio Putumayo, desde a comunidade nativa de Puerto Franco até o rio Cotuhé, no lado colombiano, não há esquemas formais de manejo de peixes nem associações; a pesca é para subsistência e venda a intermediários (Field Museum, 2020)⁵⁶.

Extração de madeira.

A atividade é realizada em toda a bacia. Em Güeppi – Cuyabeno, a extração comercial de madeira é antiga, e algumas espécies, como o cedro, foram devastadas. Em 2008, a atividade estava ressurgindo com a extração de espécies mais variadas, como açúcar huayo, huimba, granadillo e cahuiche. (Field Museum, 2008). No Médio Putumayo, setor Algodón, observa-se que a extração pode ser formal, com o apoio do PEBDIP, ou ilegal, causando, neste último caso, o empobrecimento constante dos recursos madeireiros da zona. O volume de extração é variável e concentra-se em poucas espécies de alto valor comercial, como cedro (*Cedrela* sp.), açúcar huayo (*Hymenaea* spp.), shihuahuaco ou charapilla (*Dipteryx micrantha*), tornillo ou achapo (*Cedrelinga cateniformis*) e granadillo (*Platymiscium pinnatum*). O principal centro de comercialização é El Estrecho (Field Museum, 2016). No setor de Yaguas – Cotuhé, o corte é geralmente seletivo e em

⁵⁵ Como Orito, Puerto Asís, Puerto Leguizamo, El Estrecho, Tarapacá, San Antonio de Içá.

⁵⁶ Jarrett, C., Alvira, D., Salazar, A. (2020). Uso de Recursos Naturais e Economia Familiar na Região do Baixo Putumayo-Yaguas-Cotuhé.

pequena escala, aproveitando-se tornillo (*Cedrelinga cateniformis*), fono negro e mari mari (*Lecythidaceae* sp.), arenillo (*Erismia uncinatum*), creolino (*Monopterix uauacu*) e cumala (*Virola sebifera* aubl), entre outras espécies. A maior parte da extração é informal, com pouco controle dos governos devido à fraca presença do Estado nas zonas de fronteira. As Declarações de Manejo concedidas às comunidades no Peru são muitas vezes utilizadas para avaliar madeira ilegal. No lado colombiano desta região, o aproveitamento legal da madeira é realizado dentro da Reserva Florestal da Lei Segunda por meio de licenças de aproveitamento florestal persistente (com validade de cinco anos) e licenças para árvores isoladas (com validade de seis meses), levando em consideração o zoneamento da Reserva. Um bom exemplo de manejo florestal comunitário é desenvolvido pela Associação de Produtores de Madeira de Tarapacá – ASOPROMATA (Field Museum, 2020). A ASOPROMATA evoluiu de uma iniciativa incipiente, documentada pelo Field Museum, para uma referência tecnológica em Manejo Florestal Comunitário no Peru. Para 2025, a associação não apenas garante a extração legal e sustentável de madeira, mas também utiliza ferramentas digitais avançadas para garantir a rastreabilidade e a proteção da biodiversidade no coração do Putumayo.

Caça.

É uma atividade principalmente de subsistência, com um papel relevante no fornecimento de proteína animal e fonte de recreação cultural para os povos indígenas, e não é considerada uma ameaça para a saúde do território (Field Museum, 2020). No setor médio de Putumayo – Algodón, as espécies mais apreciadas, e provavelmente com maior pressão de caça, são Huangana/Puerco (*Tayassu peccari*), sajino/cerrillo (*Pecari tajacu*), majaz/borugo (*Cuniculus paca*), sacha vaca/danta (*Tapirus terrestris*) e em Yaguas Cotuhé também o paujil (*Mitu sp.*). A caça é geralmente realizada em torno dos centros populacionais e, ocasionalmente, dentro de AP, como no PN Yaguas, cuja legislação permite a caça para fins de subsistência. Na Colômbia, é possível obter licenças de caça, mas geralmente elas não são solicitadas e, nos casos de sobreposição entre reservas indígenas e áreas protegidas, existem acordos para o uso de recursos para fins de subsistência. Existem acordos informais intercomunais no Peru; acordos formais entre reservas indígenas na Colômbia, com regulamentações sobre a quantidade de caça e locais de caça; e acordos entre populações de diferentes lados da fronteira entre a Colômbia e o Peru.

Produção agrícola.

A produção agrícola na bacia é de baixa escala, principalmente para autoconsumo, e é realizada em pequenas propriedades agrícolas ou chagras, onde se intercalam diversos cultivos, como abacaxi (*Ananas comosus*), mandioca (*Manihot esculenta*), hortaliças, frutas, plantas medicinais, entre outros. O tamanho das chacras varia de acordo com o tipo de cultura e a disponibilidade de mão de obra, para a região de Putumayo – Algodón e Yaguas – Cotuhé oscila entre 0,25 e 1,5 hectares.

Na região de Putumayo – setor Algodón, observa-se que as fazendas são menos diversificadas em relação a outras zonas da Amazônia (Field Museum, 2016). Algumas comunidades desenvolvem sistemas agroflorestais com o apoio do PEBDIP. No setor de Yaguas-Cotuhé, são apontadas diferenças importantes entre as propriedades rurais das comunidades indígenas, da população urbana de Tarapacá e da população israelita. Por exemplo, a maior parte da produção comercial corresponde às comunidades israelitas, que se tornaram os principais fornecedores de hortaliças, laticínios e carne de animais domésticos na zona. Além disso, como a maioria das comunidades no Peru está localizada em terras baixas, elas têm fazendas no lado colombiano, além das que possuem em seus territórios (Field Museum, 2020).

Extração de recursos não madeireiros.

Aproveitam-se frutos, sementes, fibras, raízes, óleos, resinas, entre outros, tanto cultivados como silvestres. Atualmente, a maioria destes produtos é utilizada para autoconsumo e comércio local. No setor médio de Putumayo – Algodón, foi registrado o uso de 63 espécies silvestres (Field Museum, 2016). Entre as experiências que se destacam no setor de Yaguas – Cotuhé, menciona-se o aproveitamento, a transformação e a comercialização de camu camu (*Myrciaria dubia*), copazú (*Theobroma grandifolium*), abacaxi (*Ananas comosus*), arazá (*Eugenia stipitata*) e pomarrosa (*Syzygium jambos*) pela Associação de Mulheres Comunitárias de Tarapacá – ASMUCOTAR.

Captura de tartarugas aquáticas e terrestres.

Na região de Putumayo-Algodón, as comunidades coletam ovos de tartarugas para consumo local e comercialização, como os da tartaruga-de-seis-tubérculos (*Podocnemis sextuberculata*), da tartaruga-charapa (*Podocnemis expansa*) e da tartaruga-taricaya (*Podocnemis unifilis*), e relatam uma diminuição drástica nas populações dessas espécies (Field Museum, 2016) devido à coleta de ovos e captura de fêmeas reprodutoras sem regulamentação de manejo, para serem vendidos a comerciantes peruanos e colombianos. A coleta de motelo (*Chelonoidis denticulata*) é uma atividade complementar à caça ou extração de madeira e, de acordo com os resultados do IBR do Field Museum, a população é abundante.

5.2.4 Dinâmicas socioculturais

As expressões culturais dos povos indígenas que habitam a bacia são descritas a partir das informações dos Inventários Biológicos Rápidos (IBR) realizados pelo Field Museum em diferentes setores da bacia. A Tabela 16 detalha o setor do inventário e os povos indígenas abordados em cada caso.

Tabela 16. Áreas e povos indígenas abordados no estudo do Field Museum.

Setor do IBR	Povos indígenas
Cabeceira - Santuário de Plantas Medicinais Orito Ingi Ande	Cofán, Inga, Siona, Kamentsa e Coreguaje
Güepi Cuyabeno	Secoya, Kichwa, Huitoto e população mestiça
Meio Putumayo Algodón	Murui, Kiwcha, Ocaina, Bora, Maijuna, Tikuna, Kukama, Yagua
Yaguas Cotuhé	Kichwa, Yagua, Bora, Huitoto e Tikuna e população mestiça na comunidade de Huapapa

Conhecimentos locais e uso integral da floresta.

Uma constante em todas as comunidades que participaram dos estudos é o amplo conhecimento sobre a diversidade agrícola, botânica e ictiológica de seus territórios, sobre as épocas ou épocas adequadas para o plantio das culturas, a colheita de frutos da floresta, a extração e a de madeira, a caça e a pesca, e percepções sobre mudanças climáticas que lhes permitem identificar eventos incomuns, como por exemplo em Yaguas – Cotuhé, as comunidades indicam ter identificado migrações incomuns de peixes e mudanças no ciclo hidrológico. Outro aspecto que se destaca é a constante transferência oral desses conhecimentos ecológicos tradicionais de pais para filhos, indígenas ou mestiços.

Em Güeppi – Cuyabeno, as comunidades Airo Pai mantêm um comportamento migratório em seu território ancestral, o que tem levado ao deslocamento de famílias para fora de seu território titulado e à preocupação das comunidades vizinhas. Neste setor, observou-se o uso de artefatos e ferramentas tradicionais na vida cotidiana e o uso da cushma pelos homens Airo Pai. Também foi identificado o uso de técnicas tradicionais de manejo, como chacras diversificadas, rotação de purmas, proibições de caça e pesca e normas de autocontrole por meio de mitos e relatos orais (Field Museum, 2008). Nas comunidades localizadas entre os rios Yaguas, Cotuhé e Putumayo, destaca-se o profundo conhecimento dos ecossistemas aquáticos (lagoas, riachos e rios) e dos organismos que os habitam e, assim como em Güeppi Cuyabeno, destaca-se o grande conhecimento de técnicas de manejo tradicional compatíveis com a conservação, plantações e hortas familiares diversificadas e rotação de floresta secundária.

Medicina tradicional.

Na cabeceira da bacia hidrográfica, os povos indígenas do sopé da Amazônia, entre os quais se destacam os povos Cofán, Inga, Siona, Kamentsa e Coreguaje, mantêm o “Yagué”, também conhecido como ayahuasca, como uma das tradições xamânicas mais fortes que existem atualmente no planeta. Atualmente, esse ritual se espalhou para o público urbano como uma alternativa terapêutica ou de cura com um importante componente espiritual e voltada especialmente para pessoas não indígenas.

Na região de Putumayo, o conhecimento sobre plantas medicinais é muito difundido entre homens e mulheres e é transmitido oralmente. Durante o IBR, foram registradas 120 plantas utilizadas para o tratamento de uta, malária, picada de cobra, picada de arraia, feridas, entorses, fraturas ósseas, dores de estômago, febre, etc.; entre as quais se mencionam urtiga, aloe vera, sangue de grau, unha de gato, orégano, manjerição, malva, piri-piri, kión, chuchuhuasha, ajos sachá, ojé, limão, cocona, tabaco e coca. Para o tratamento de males complexos, são coletadas árvores, lianas e samambaias, e são praticadas orações, aparentemente para complementar os efeitos da planta. Também foi registrado o uso de argilas e barros para cerâmica, para fins recreativos/culturais e para fins medicinais. O uso mais comum é na cerâmica; no entanto, a prática está se perdendo porque agora se tem acesso a utensílios de metal. Os usos culturais/recreativos incluem a pintura facial nos carnavais. O uso medicinal das argilas é para o tratamento de febre, inflamações e inchaços, para absorver venenos de picadas de animais como arraias ou cobras e para dores na cintura.

Mitos e lendas.

Em Güeppi – Cuyabeno, foram identificados 26 locais sagrados; tanto os Airo Pai, Naporuna, Murui e mestiços os apontam como zonas proibidas ou áreas intangíveis. Como parte de sua cosmovisão, os animais, árvores e corpos d'água são representados por uma mãe ou dono, que se apresentam como espíritos, com a forma de enormes animais raros, ou como duendes. Para acessar os produtos desses locais, são necessários rituais especiais ou a ajuda de um xamã. Por exemplo, os e o Airo Pai respeitam as lagoas encantadas e as “chacras das pessoas que comem olhos”, chamadas Nacuano'a.

No meio Putumayo, as comunidades referem a presença de seres que regulam o uso da floresta, conduzem ao cuidado de locais importantes como lagoas encantadas, cabeceiras de riachos e floresta primária, e punem de diferentes formas as pessoas que depredam os recursos. As histórias mais contadas referem-se ao yashingo, que aparece na floresta com a aparência de um conhecido

e engana a pessoa até que ela se perca na floresta, podendo mantê-la em cativeiro por longos períodos de tempo. O yanapuma, semelhante ao puma negro, cuida da floresta, dos animais e dos lagos, e lhe são atribuídas propriedades mágicas e curativas. As boas mães dos lagos (anacondas) podem gerar chuvas torrenciais e grandes ventanias quando ficam zangadas e podem adoecer as pessoas. Essas histórias são transmitidas oralmente e são muito valorizadas por adultos e jovens nas comunidades.

Reciprocidade e sistemas de ajuda.

Nas comunidades de Güeppi – Cuyabeno existem relações de reciprocidade, por exemplo, compartilham os produtos da colheita, da caça e da pesca entre seus membros. Essas relações são sustentadas pelo parentesco, no entanto, nas comunidades mestiças, onde o parentesco não é tão forte como vínculo social, a reciprocidade também é praticada. Em Yaguas - Cotuhé, os mecanismos de reciprocidade e redes de apoio vão além da comunidade e permitem manter um sistema de igualdade entre os moradores e a mão de obra para diferentes atividades. Em ambos os setores, também foi identificada a prática da minga, por exemplo, para trabalhar nas plantações.

Com relação à participação das mulheres, em Güeppi – Cuyabeno e Yaguas – Cotuhé, observou-se que a participação das mulheres é ampla na tomada de decisões no âmbito familiar e comunitário, com uma participação notável nas Assembleias. Na Colômbia, destacam-se as seguintes organizações de mulheres:

- i. Grupo de sabedoras Nímaira Uaii Jagiyi Nímaira Uaii Jagiyi, da etnia Uitoto, originárias de La Chorrera, que praticam a cura e a medicina através da palavra da coca, do tabaco e da mandioca doce;
- ii. Associação de Mulheres Indígenas Ariana da Comunidade de Puerto Nuevo, em Tarapaca, promovendo uma vocação produtiva da chagra, sem perder os métodos rotativos da agricultura tradicional, nem as tradições da etnia Tikuna à qual pertence a maioria das sócias. Entre seus principais projetos, está a consolidação de uma cadeia de valor para a farinha de forma associativa e comunitária,
- iii. Associação de Mulheres Comunitárias de Tarapacá – ASMUCOTAR, formada por 30 mulheres focadas principalmente no trabalho com frutas amazônicas, como o camu-camu.
- iv. Associação de Mulheres Indígenas ASOMI⁵⁷, que busca contribuir para a construção da paz territorial no Departamento de Putumayo, a partir do fortalecimento da medicina indígena, do resgate da chagra medicinal e do reconhecimento das mulheres da Amazônia colombiana.

Por outro lado, no Brasil, encontram-se a Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT) de Porto Cordeirinho, a Associação dos Witotas do Alto Solimões, a Organização Geral das Mulheres Indígenas Tikuna do Alto Solimões e a MOWACTHA - Associação de Mulheres Indígenas Ticuna da Comunidade de Paranapara I⁵⁸. No Peru, destaca-se a Organização Nacional das Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru (ONAMIAP), focada em promover a participação das mulheres indígenas e o cumprimento de seus direitos individuais e coletivos, por meio do fortalecimento das organizações de base, da revalorização de seus conhecimentos ancestrais e da incidência na agenda

⁵⁷ Ortiz, Claudia E. 2019. Associação de Mulheres Indígenas Chagra da Vida ASOMI. Uma referência na construção da paz territorial no departamento de Putumayo. Universidade Nacional da Colômbia. 60 p. Em: <http://www.bivipas.unal.edu.co> Data de consulta: 11 de novembro de 2020.

⁵⁸ Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Lista_de_organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas Data de consulta: 11 de novembro de 2020.

pública local, regional, nacional e internacional. No caso do Equador, não foram encontradas informações sobre organizações ou associações de mulheres indígenas estabelecidas na Bacia Putumayo-Içá. Nesse sentido, o Projeto buscará identificar e compilar essas informações durante as primeiras fases de sua implementação.

5.2.5. Dinâmicas de segurança

O principal conflito armado na bacia ocorre na Colômbia, tendo começado após a segunda metade do século XX. Desde as décadas de 1970 e 1980, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) começaram a exercer influência direta nos departamentos de Caquetá, Putumayo e Amazonas. O esquecimento do Estado, a falta de interesse político na Amazônia, em grande parte devido à baixa densidade populacional, aliada à falta de estradas e infraestrutura de transporte e à ruptura na comunicação com o interior do país, proporcionaram condições propícias para que as FARC consolidassem nesta região suas estruturas militares subversivas⁵⁹.

A partir de 1982, as FARC repensam suas ações militares, sua principal fonte de financiamento volta-se para o narcotráfico e elas iniciam um processo de expansão. Após o processo constituinte em 1991, são criados na Amazônia departamentos com autonomia administrativa e orçamentária, e os indígenas são reconhecidos como sujeitos coletivos e merecedores de proteção especial do Estado por serem uma minoria étnica. Apesar dessas mudanças, a influência das FARC não permitiu melhorias no panorama socioeconômico da região, e a dinâmica do narcotráfico aumentou, tornando-se uma ameaça regional e nacional, a par da consolidação política, militar e econômica das FARC. A década de 1990 foi o período de maior escalada e intensidade do conflito armado.

A partir de 2006, surgiram gangues criminosas e sua consolidação no território disputado com as guerrilhas. Em 2011, o narcotráfico era considerado “a principal fonte de renda de um grande número de indígenas e colonos da região, que mantêm seus cultivos de folha de coca” (Trujillo, 2014). A implementação do Plano Colômbia para combater o narcotráfico enfraqueceu a produção extensiva de coca, gerando um aumento no desemprego, o deslocamento de populações, além de impactos ambientais associados à pulverização aérea com o herbicida glifosato. No entanto, em 2012, não havia efeitos na redução da área cultivada.

O período de 2013 a 2016 representa o maior desaceleramento do conflito armado, fruto da negociação do Estado com a guerrilha, registrando no final desse período os níveis mais baixos de intensidade das ações armadas. Em 2016, a guerrilha assina o Acordo de Paz e inicia uma agenda cuja implementação tem sido um desafio para todas as partes, envolvendo a entrega das armas (), a reintegração dos combatentes à vida civil e produtiva e os mecanismos para a consolidação de um movimento político a partir do que antes era a guerrilha armada (⁶⁰). A partir deste ano, surgem novas formas de violência associadas às estruturas residuais das FARC que não aderiram ao acordo de paz, a outros grupos armados e a cartéis de narcotráfico. Aumenta o número de homicídios pela disputa e controle de territórios fornecedores de recursos associados ao narcotráfico, mineração ilegal e contrabando. Echandía, C. e Cabrera apontam que “o narcotráfico... assim como a extração ilegal de recursos minerais e outras economias criminosas, constituíram-se, em conjunto, uma

59 Trujillo, H. (2014). Realidades da Amazônia Colombiana: Território, Conflito Armado e Risco Socioecológico. Vol. 34, N°48, (63 - 81). Universidade de San Buena Ventura. Consultado em 23 de novembro de 2020 em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4792071.pdf>

60 Salas, G., Wolff, J., Camelo, F. (2018). Dinâmicas territoriais da violência e do conflito armado antes e depois do acordo de paz com as FARC-EP. Estudo de caso: Município de Tumaco, Nariño. Documento de Trabalho. Consultado em 24 de novembro de 2020 no site do Instituto Colombo-Alemão para a Paz (CAPAZ): <https://www.instituto-capaz.org/wp-content/uploads/2018/11/Capaz-7-baja.pdf>

verdadeira ameaça à consolidação do acordo de paz alcançado com essa guerrilha” (conforme citado em Salas, G., 2018). O não cumprimento da implementação do Acordo de Paz de 2016 gerou um vácuo de poder na bacia do Putumayo, acelerando a desflorestação, o auge das economias ilícitas e a violação dos direitos humanos em uma das regiões com maior biodiversidade do mundo.

Essas novas dinâmicas geraram implicações ambientais e sociais relacionadas à falta de controle e monitores ambientais e às novas economias ilícitas. A falta de controle transformou a bacia em um corredor para atividades extrativas altamente destrutivas.

5.2.6 Considerações de gênero

O Índice Global de Desigualdade de Gênero do Fórum Econômico Mundial mede o progresso dos países em direção à paridade de gênero em (i) participação econômica e oportunidades, (ii) realização educacional, (iii) saúde e sobrevivência e (iv) empoderamento político. O relatório de 2018 coloca a Colômbia na 40ª posição, seguida pelo Equador (41), Peru (52) e Brasil (95), de acordo com a ponderação do desempenho nas quatro dimensões. A Tabela 17 apresenta os detalhes para os quatro países⁶¹.

Tabela 17. Índice global para a disparidade de gênero para os países da Bacia do Putumayo Içá.

País	Índice global		Posição			
	Posição	Pontuação	Participação econômica e oportunidades	Realização educacional	Saúde e sobrevivência	Empoderamento político
Colômbia	40	0,73	39	1	1	59
Equador	41	0,73	82	59	58	35
Peru	52	0,72	94	89	65	36
Brasil	95	0,68	92	1	1	112

O diagnóstico de gênero realizado pela PRO-AMAZONÍA (2020) aponta as barreiras ao empoderamento das mulheres na Amazônia equatoriana: a) Na dimensão física, os números de violência de gênero são superiores aos nacionais. Em relação à saúde sexual e reprodutiva, a taxa de mães adolescentes é de 70,1, superando em 25 pontos a taxa nacional; e a taxa de acesso a serviços de saúde na Amazônia (2,01) é metade da taxa nacional (4,03). b) Na dimensão econômica, o setor onde as mulheres vivem (urbano/rural) e o grupo étnico com o qual se identificam são determinantes para não ter acesso a um emprego formal. As mulheres indígenas apresentam maiores e condições de desigualdade no acesso e na estabilidade do emprego; dedicam quatro vezes mais tempo do que os homens a trabalhos não remunerados e destinam menos tempo do que os homens à educação, ao lazer, à participação política e ao cuidado próprio. No acesso à propriedade da terra, 88,2% dos produtores homens são proprietários, contra 11,9% das mulheres; e, em nível comunitário, a propriedade está sob o domínio dos homens em sua maioria. Em relação ao controle da renda, as mulheres estão em desvantagem, pois não são proprietárias da terra e têm menos oportunidades de acesso a empregos formais. c) Na dimensão sociopolítica, as mulheres amazônicas participam de diversos espaços da esfera pública, mas com poder de decisão limitado. Sua participação em instâncias de decisão de políticas públicas é marginal e, nos espaços comunitários, sua inserção está sujeita às condicionantes de seu papel reprodutivo, socialmente

⁶¹ Fórum Econômico Mundial (2018). Relatório Global sobre a Desigualdade de Gênero 2018. Relatório de insights. Acessado em 23 de novembro de 2020 no site do WEF: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf

atribuído. Na esfera do poder político, há um domínio masculino na composição dos cargos eletivos seccionais⁶².

Em Loreto (Peru), o diagnóstico de gênero realizado pela USAID (2013) identifica como uma das maiores lacunas o acesso à identidade, que, por sua vez, limita o acesso das mulheres a serviços e programas do Estado, ao sistema financeiro, à participação formal em organizações, à assunção de cargos públicos, entre outros. Da mesma forma, existe uma demanda insatisfeita por serviços de saúde para mulheres, e a taxa de gravidez na adolescência e entre meninas é 200% superior à média nacional, constituindo um problema de saúde pública. Com relação à violência contra as mulheres, há uma alta incidência de abuso psicológico, e a violência física apresentou uma tendência ascendente no período de 2007 a 2009. Com relação à educação, observa-se uma lacuna importante nos níveis de analfabetismo, em detrimento das mulheres⁶³.

Na Colômbia, a ONU Mulheres, o UNFPA e o PNUD (2017) analisam as disparidades de gênero no âmbito do cumprimento dos ODM. Em relação à erradicação da pobreza extrema e da fome (Objetivo 1), enquanto no país a pobreza foi reduzida em quase 21 pontos percentuais, assim como para os homens, para as mulheres atingiu 20,3. Em 2014, a taxa de desemprego evidenciava uma diferença de 5 pontos percentuais a favor dos homens, o que reflete a dificuldade das mulheres em acessar um emprego, e os níveis de informalidade entre as mulheres afetam mais de 50% da população ocupada.

Na conquista da educação primária universal (Objetivo 2), enquanto na educação básica a diferença entre mulheres e homens é inexistente, no ensino médio essa diferença é de quase 15 pontos a favor das mulheres. Em relação ao analfabetismo, para o período 2008-2014, persiste uma diferença a favor delas. O Objetivo 3 sobre igualdade de gênero e autonomia das mulheres, para o período de 2000 a 2014, aponta um aumento na porcentagem de mulheres no Congresso⁶⁴. Quanto ao Objetivo 5 sobre saúde reprodutiva, para o período 2005-2010, verifica-se que os departamentos da bacia hidrográfica apresentam porcentagens mais altas de necessidades não atendidas em matéria de planejamento familiar. Verificou-se também que o critério que representa maior diferença é o nível de escolaridade, uma vez que as mulheres sem escolaridade têm quase dois filhos a mais do que desejam, enquanto as que têm escolaridade têm os filhos que desejam. Por outro lado, os números de violência contra as mulheres são altíssimos nos departamentos amazônicos, com porcentagens acima de 40%⁶⁵.

No período de 2005 a 2015, a violência no contexto do conflito armado na Colômbia afetou em maior proporção as mulheres, e cerca de 90% das denúncias de atos de vitimização (abandono, desapropriação forçada de terras, deslocamento e crimes contra a liberdade e a integridade sexual) correspondem a denúncias de mulheres. As mulheres pertencentes a grupos indígenas e

⁶² PROAmazonia (2020). Diagnóstico da Situação das Mulheres Amazônicas. Acessado em 24 de novembro de 2020 no site da PROAmazonia: <https://www.proamazonia.org/wp-content/uploads/2020/07/Diagnostico-de-mujeres-Amazonicas-3.pdf>

⁶³ USAID (2013). Diagnóstico de Gênero na Amazônia: Amazonas, Loreto, Madre de Dios, San Martín e Ucayali. Acessado em 24 de novembro de 2020. Em: https://www.researchgate.net/publication/258510530_Diagnostico_de_Genero_na_Amazonia_Amazonas_Loreto_Madre_de_Dios_San_Martin_e_Ucayali

⁶⁴ ONU Mulheres (2016). Na Colômbia, a capacitação leva mais mulheres à política. Acessado em 24 de novembro de 2020 no site da ONU Mulheres: <https://lac.unwomen.org/es/noticias-y-eventos/articulos/2016/06/in-colombia-training-ushers-more-women-into-politics>

⁶⁵ ONU Mulheres UNFPA PNUD (2017). Lacunas de gênero e desigualdade: dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Acessado em 23 de novembro de 2020 em <https://colombia.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/PDF%20WEB%20BRECHAS%20DE%20GÊNERO%20E%20DESIGUALDADE.pdf>

afrocolombianos foram afetadas de forma desproporcional; dos 3.445 casos de homicídios de indígenas e afrocolombianos, 65,5% eram mulheres.

5.2.7 Povos indígenas, comunidades afrodescendentes e suas organizações de base

Os povos indígenas habitam a bacia há milhares de anos e atualmente vivem principalmente na parte média e baixa da bacia. Na segunda metade do século passado, a parte superior da bacia recebeu grandes fluxos de outros grupos indígenas (por exemplo, Nasa, Awá, Pasto, Emberá-Chami, Emberá-Katio e Yanakona) e colonos (comunidades camponesas e afrocolombianas), que migraram após serem deslocados de seus próprios territórios em regiões adjacentes. Atualmente, aproximadamente 45% da superfície da bacia corresponde a territórios indígenas dos povos Murui Muina, Murui, Bora, Miraña, Ocaina, Kichwa, Yagua, Tikuna, Maijuna, Secoya, Cofan, Cocama, Resigaró, Witoto, Tupi-Guaraní, Pebá-Yagua, Quechua e Tucano; organizados em 153 comunidades (55 no Brasil, 19 no Equador e 79 no Peru) e 60 reservas na Colômbia. Parte das comunidades é representada por 27 organizações indígenas locais (1 no Brasil, 7 no Peru, 17 na Colômbia e 2 no Equador), que são a base de organizações nacionais: AIDESEP no Peru, ONIC na Colômbia, CONAIE no Equador e COIAB no Brasil; e que, em nível regional, são representadas pela Coordenadora Indígena da Bacia Amazônica (COICA)⁶⁶.

A população afrodescendente está localizada principalmente na Colômbia, e estima-se que seja de 14.654 habitantes, sendo representada por 19 organizações de base⁶⁷.

Em termos gerais, para os quatro países, foram identificadas um total de 72 organizações de base que representam povos indígenas, comunidades afrodescendentes, artesãos, mulheres e pescadores (Tabela 18). Em relação às comunidades indígenas, o Plano de Participação das Partes Interessadas responderá aos níveis de organização das comunidades e reservas, tendo como objetivo alcançar as organizações de primeiro nível (nível comunitário), por meio da socialização e consulta, envolvendo também os níveis superiores da organização (Tabela 19). É importante destacar que a execução do Projeto será baseada no respeito aos povos indígenas e afrodescendentes da Bacia e aos seus líderes tradicionais por meio de Conselhos de Anciãos, Governos Territoriais, entre outros, responsáveis pela representação na tomada de decisões em assuntos que envolvam seus territórios e recursos naturais.

⁶⁶ WCS (2020). Plano de Envolvimento das Partes Interessadas – Projeto de Gestão Integrada da Bacia do Rio Putumayo - Içá.

⁶⁷ Idem.

Tabela 18. Número de organizações de base por setor que representam por país.

Tipo de ator social	País				
	Brasil	Colômbia	Equador	Peru	Total
Povos indígenas	4	17	2	6	29
Povo afrodescendente		19			19
Pescadores	4	3		7	14
Mulheres	4	4	1		9
Artesãos	1 ⁶⁸				1
Total	13	43	3	13	72

Tabela 19. Níveis de organização das comunidades e reservas indígenas.

País	Níveis orgânicos			
	Primeiro nível	Segundo nível	Terceiro nível	Total
Brasil	55			55
Colômbia	15	1	44	60
Equador		19		19
Peru	32	47		79
Total	102	67	44	213

Na área do projeto, as organizações que representam um maior número de comunidades ou reservas por país são: FECONAFROP e FECOIBAP, no Peru; OZIP, OPIAC na Colômbia e FEINCE no Equador. É necessário considerar que muitas comunidades não são representadas por essas organizações e que será necessário chegar até elas, uma vez que são afetadas pelas ações do projeto, considerando essa característica. Por outro lado, em nível regional, as organizações indígenas vinculadas ao projeto do Peru, Brasil, Colômbia e Equador são representadas pela Coordenadora Indígena da Bacia Amazônica (COICA). Em cada país, as organizações que representam os povos indígenas são: AIDSESP (Peru), ONIC (Colômbia), CONAIE (Equador) e COIAB (Amazônia Brasileira, com coordenação regional para o Alto Solimões). Esses sistemas de governança constituem o canal do processo de envolvimento até chegar às organizações de primeiro nível.

No caso da Colômbia, o Decreto-Lei 1275 de 2024 estabelece as normas para o funcionamento ambiental dos territórios indígenas na Colômbia. Reconhece suas competências em conservação, ordenamento territorial e manejo de recursos naturais, integrando suas cosmovisões ao Sistema Nacional Ambiental (SINA). Promove a coordenação efetiva com as autoridades estaduais, o respeito à diversidade cultural e a sustentabilidade ecológica. As autoridades tradicionais indígenas, as autoridades próprias dos territórios indígenas, os conselhos indígenas e outras estruturas semelhantes de autogoverno em seus reservados indígenas, os territórios indígenas e as áreas possuídas pelos povos indígenas nos termos do artigo 4º do presente decreto fazem parte do Sistema Nacional Ambiental e exercem competências em matéria de ordenamento ambiental territorial, determinação de mecanismos regulatórios, de gestão e governo com fins de preservação, conservação, restauração, proteção, cuidado, uso e manejo dos recursos naturais, de acordo com o estabelecido no artigo 15 da Convenção 169 da OIT, seus elementos ou recursos, de acordo com seus sistemas de conhecimento, Direito Maior, Direito Próprio, Lei de Origem, Lei Natural, Palavra de Vida, em conformidade com o marco constitucional e as normas aqui estabelecidas.

⁶⁸ Centro de Artesanato Indígena Tikuna Içaense.

No exercício de suas competências, as autoridades indígenas previstas nesta norma e as demais autoridades ambientais do Estado estabelecerão conjuntamente mecanismos diretos que permitam a devida aplicação dos princípios de coordenação, concorrência, complementaridade e subsidiariedade, respeitando a autonomia e os sistemas de conhecimento dos povos indígenas, com o objetivo de garantir a proteção harmoniosa dos ecossistemas e territórios

6. Participação das partes interessadas

6.1. Identificação das partes afetadas e outras partes interessadas

De acordo com o EAS 10 do BM (Banco Mundial, 2016), entende-se por “parte interessada” indivíduos ou grupos que:

- a) são afetados ou podem ser afetados pelo projeto (**partes afetadas pelo projeto**), incluindo as partes que provavelmente serão afetadas por impactos reais ou riscos potenciais em seu ambiente físico, saúde, segurança, práticas culturais, bem-estar ou meios de subsistência. Essas partes interessadas podem incluir indivíduos ou grupos, bem como comunidades locais,
- b) são mais suscetíveis de serem afetadas pelos impactos do projeto ou que podem estar mais limitadas do que outras em sua capacidade de aproveitar os benefícios do projeto (**grupos vulneráveis e menos favorecidos**),
- c) possam ter interesse no projeto (**outras partes interessadas**), o que pode ser devido à sua localização, características, impactos ou aspectos relacionados ao interesse público. Podem incluir, por exemplo, entidades reguladoras, funcionários públicos, o setor privado, a comunidade científica, acadêmicos, organizações de mulheres, outras organizações da sociedade civil e grupos culturais.

6.2. Partes afetadas e

Foram identificadas um total de 83 organizações de base que representam povos indígenas, afrodescendentes, artesãos, mulheres e pescadores (Tabela 20). De acordo com o estipulado no Plano de Participação das Partes Interessadas do Projeto, o projeto responderá aos níveis de organização das comunidades com o objetivo de alcançar as organizações de primeiro nível (nível comunitário) e respeitará a organização das comunidades e afrodescendentes da Bacia, que contam com uma liderança tradicional para a tomada de decisões em seus territórios por meio de seus Conselhos de Anciãos, Governos Territoriais, entre outros, que serão identificados e caracterizados durante os diálogos mantidos nos processos de socialização e execução das atividades do projeto.

Tabela 20. Número de organizações de base por setor que representam por país.

Tipo de ator social	País				
	Brasil	Colômbia	Equador	Peru	Total
Povos indígenas	13	17	2	6	38
Povo afrodescendente		19			19
Pescadores	7	3		7	17
Mulheres	3	4	1		8

Tipo de ator social	País				
	Brasil	Colômbia	Equador	Peru	Total
Artesãos	1 ⁶⁹				1
Total	24	43	3	13	83

Na área do projeto, as organizações que representam um maior número de comunidades ou reservas por país são: FECONAFROPU, FECOIBAP e ORPIO, no Peru; OZIP e OPIAC na Colômbia e FEINCE no Equador (Tabela 21). Considerando que muitas comunidades não estão formalmente organizadas ou representadas pelas organizações existentes, o Projeto envidará esforços para identificar e envolver essas comunidades, na medida em que interajam ou sejam afetadas pelo projeto.

Tabela 21. Lista de organizações indígenas por país.

País	Organizações indígenas
Colômbia:	Em nível nacional: - OPIAC: Organização dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana - ONIC: Organização Nacional Indígena da Colômbia No departamento de Amazonas: - COINPA: Conselho Indígena de Puerto Alegría - ACIMA: Associação de Capitães Indígenas do Mirití Amazonas - ACITAM: Associação de Conselhos Indígenas do Trapézio Amazônico - ACIYA: Associação de Capitães Indígenas de Yaigojé-Apaporis - AIPEA: Associação de Autoridades Indígenas de Pedrera Amazonas - AIPEA: Associação de Autoridades Indígenas de Pedrera Amazonas - AIZA: Associação de Autoridades Indígenas da Zona de Puerto Arica - AIZA: Associação Indígena da Zona de Arica - ASOINTAM: Associação de Autoridades Indígenas de Tarapacá Amazonas - AZCAITA: Associação de Conselhos e Autoridades Indígenas de Tradição Autóctone – Trapézio Amazônico - AZICATH: Associação Zonal Indígena de Conselhos e Autoridades Tradicionais de La Chorrera - CIMPUM: Conselho Indígena Maior do Povo Murui - CIMTAR: Conselho Indígena Maior de Tarapacá - CRIMA: Conselho Regional Indígena do Médio Amazonas - OIMA: Organização Indígena do Povo Muruy do Amazonas

⁶⁹ Centro de Artesanato Indígena Tikuna Içaense.

País	Organizações indígenas
	- PANI: Associação de Autoridades Indígenas dos Povos Miraña e Bora da Amazônia Central No departamento de Putumayo: - ACILAP: Associação dos Conselhos Indígenas de Leguízamo e Alto Predio Putumayo - ACIMVIP: Associação de Conselhos Indígenas do Município de Villagarzón Caicedo - ACIPAP: Associação dos Conselhos Indígenas do Povo Awá - ASCIPS: Associação dos Conselhos Indígenas do povo Siona - ASCINVAGUA: Associação dos Conselhos Indígenas do Vale do Guamuéz - ASOCIPCA: Associação dos Conselhos Indígenas do Município de Puerto Caicedo - ASOINGA: Associação dos Conselhos Inga do Município de Puerto Guzmán - ASONEWESH: Associação dos Conselhos Indígenas do Povo Páez - ASOPPASTOS: Associação de Autoridades Indígenas de Pastos - CAIOP: Conselho das Autoridades Indígenas de Orito - KIPARA: Associação dos Conselhos Indígenas do Povo Embera - ÑUGPA YUYAY: Associação dos Conselhos Indígenas Inga de Mocoa - OCIMPA: Organização das Comunidades Indígenas do Município de Puerto Asís - OPKAC: Organização dos Povos Kichwa da Amazônia Colombiana - OZIP: Organização Zonal Indígena do Putumayo
Equador:	Em nível nacional: - CONAIE: Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador - CONFENIAE: Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana Em nível regional/local: - FONAKISE: Federação da Nacionalidade Kichwa da Província de Sucumbíos do Equador. - FEPCESH-S: Federação Provincial dos Centros Shuar de Sucumbíos. - FEINCE: Federação Indígena da Nacionalidade Cofán do Equador. - ONISE: Organização da Nacionalidade Indígena Siona do Equador. - NASIEPAI: Organização da Nacionalidade Siekopai. - FCAE: Federação dos Centros Awá do Equador. - FOAES: Federação das Organizações Afro-equatorianas de Sucumbíos.
Peru:	FIKAPIR: Federação Indígena Kichwa do Alto Putumayo Inti Runa

País	Organizações indígenas
	• OISPE: Organização Indígena Secoya do Peru • OIMPRA: Organização Indígena do Meio Putumayo e Algodón • FECONAFROPU: Federação das Comunidades Nativas Fronteiriças do Rio Putumayo • FIKIMMEP: Federação Indígena Kichwa Muruy do Médio Putumayo • FECOYBAP: Federação das Comunidades Indígenas do Baixo Putumayo • OCIBPRY: Organização das Comunidades Indígenas do Baixo Putumayo e Rio Yaguas • SEIKO PAI: Executor do Contrato de Administração SEIKO PAI • ÑUKANCHIPA SUMAK SACHA: Executor do Contrato de Administração ÑUKANCHIPA SUMAK SACHA
Brasil:	• APIB: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil • COIAB: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira • FOIRN: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro • Organização Toru Dü'ugü

A nível regional, as organizações indígenas são representadas pela Coordenadora Indígena da Bacia Amazônica (COICA) e, a nível nacional, encontram-se a AIDSESP (Peru), a ONIC e a OPIAC (Colômbia), a CONAIE (Equador) e a COIAB (Brasil). Estes sistemas de governança constituem o canal do processo de envolvimento.

Em relação à população afrodescendente na Bacia, para a Colômbia, há 15 organizações registradas (Tabela 22). Para o Peru (Loreto) e o Brasil, é relatada uma porcentagem mínima da população que se identifica como afrodescendente (4% da população de Santo Antônio do Içá, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mas não há registros de territórios próprios ou organizações estabelecidas. Para o Equador, ainda não há informações para identificar se existem comunidades afrodescendentes estabelecidas especificamente na Bacia. Essas informações serão verificadas em campo no início e durante a implementação do Projeto.

Tabela 22. Organizações que representam a população afrodescendente na Colômbia.

Organização	Número de pessoas representadas
AFROMOCOENSES	1315
AFROPUERTOCOLONENSE	394
AFRODES	986
AFRO ORITENSES	1253
ASCAC	3084
ADAFROCOD	172
AFROCOBA	126

Organização	Número de pessoas representadas
AFROLEGUIZAMO	1642
AFROTESALIA	578
AFRO VILLARBOLENSES	587
FUNPRODECAFROCVAG	976
AFROASISENSE	992
Organização da comunidade afro de Villagarzón	1040
ORCONEPUL	1509
Conselhos comunitários: Ranchería, San José de los Pinos, Tesalia, Versabal e Puerto Limón.	
Total geral	14654

Outras estruturas organizacionais importantes são as que representam os pescadores artesanais que não pertencem necessariamente a povos indígenas ou afrodescendentes: 7 associações no Brasil, 3 na Colômbia e 7 no Peru (Tabela 23). No Equador, não foram encontradas associações registradas. É importante mencionar que na área do projeto também existem diversos grupos associados às atividades agrícolas, pesqueiras e produtivas; no entanto, essa informação precisa ser precisada e validada em campo durante a implementação do projeto.

Tabela 23. Organizações que representam associações ou colônias de pescadores artesanais no Brasil, Colômbia e Peru.

País	Organizações
Brasil	ASSCOMAL/Rio Içá (representa 76 pescadores), Associação de Pescadores de Santo Antônio do Içá, Colônia de Pescadores de Santo Antônio do Içá, FEPESCA, Colpesca-SPO, Ass. Pescadores de São Paulo de Olivença, Sindicato dos Pescadores do Amazonas.
Colômbia	Associação de Pescadores do Rio Putumayo em Puerto Asís, ASOPESTAR e APIPOATA
Peru	Associações de Pescadores e Processadores Artesanais – APPA: Arahua, Fronteras Vivas, Lleego, Los Bufeos del Yaguas, Los Catalanes del Putumayo, Los Cocodrilos, Los Delfines del Muntúm.

Associações produtivas:

As associações produtivas surgiram como estratégias das comunidades locais e indígenas para gerar renda de forma sustentável, fortalecer a economia local e reduzir a dependência de atividades extrativas ou ilegais. Essas associações produtivas são relevantes para a gestão sustentável dos recursos naturais, a promoção de economias baseadas na biodiversidade e o fortalecimento das capacidades organizacionais e comerciais das populações ribeirinhas e camponesas.

Da mesma forma, elas contribuem para criar alternativas que melhoram a qualidade de vida das comunidades e buscam estabelecer relações com os mercados locais e regionais. Apesar disso, as associações produtivas têm acesso limitado a mercados e financiamento, pouca infraestrutura e vias de comunicação, requerem maior fortalecimento técnico e comercial e devem enfrentar a pressão das economias extrativas.

País	Nível regional/local
Colômbia:	• Associação de produtores AGROCAMUCAMU Leguizamo • Associação Agroflorestal de Cultivos Amazônicos e Alternativos de Leguizamo • Associação de Produtores Agrícolas El Paraíso - ASOPARAISO • Associação de Meliponicultores Bionativas Abejas del Putumayo • Associação de Produtores de Frutas de Putumayo – ASOFRUMAYO • Associação de Desenvolvimento Integral Sustentável - Perla Amazónica- ADISPA • ADMUCINAM - Associação Departamental de Mulheres Camponesas, Indígenas e Negras da Amazônia • Fundo Mulher Livre e Produtiva • Associação de Pescadores do Rio Putumayo em Puerto Asís, • ASOPESTAR • APIPOATA
Equador:	• CORPOSUCUMBIOS • Associação Aroma Amazônico • Centro Agrícola Lago Agrio • Associação de Produtores Agro-Palmicultores “Palma de Ouro” de Shushufindi • Associação Agroprodutiva Comuna Rivera • Associação Agroprodutiva Aguas Blancas • Associação Agroprodutiva Virgen del Huayco • Associação Agroprodutiva Sinchi Runa • Associação Agroprodutiva Manzana Dos • Associação Playas del río Due • Associação Brisas Amazónicas • Associação Palma Roja • Associação Primavera Oriental (rede Aroma Amazônico) • APROCE El Eno (Associação de Produtores de Café e Cacau El Eno) • APROCASH (Associação de Produção Agrícola de Café e Cacau de Shushufindi) • Associação de Pecuaristas de Shushufindi • Associação de Palmicultores de Shushufindi • Associação Agroprodutiva “Unidos pelo Trabalho e pela Amizade” • Associação de Piscicultores Rurais (Cuyabeno-Cascales)

País	Nível regional/local
Peru:	• Associação de Produtores Agrícolas e Piscícolas de Mashunta • Associação de Produtores Agrícolas e Piscícolas de Soplin Vargas • Associação de Produtores Agrícolas e Piscícolas de Estrecho • Associações de Pescadores e Processadores Artesanais – APPA • Arahua • Fronteiras Vivas • Lleego • Os Bufeos do Yaguas • Os Catalães do Putumayo • Os Cocodrilos • Os Golfinhos do Muntúm
Brasil:	• Comunidade Vila de Betânia Mecürane (aldeia indígena da etnia Ticuna) • Colônia de Pescadores Z54 de Santo Antônio de Içá • Associação de pescadores e pescadoras artesanais, agricultores e agricultoras familiares do município de Santo Antônio do Içá.

Fonte: linha de base ambiental e social do projeto da Colômbia, Equador, Peru e Brasil, 2025

6.3 Outras partes interessadas no projeto

A Tabela 24 apresenta as partes interessadas das instituições públicas e governos; a lista é bastante ampla na região e é constituída por atores estratégicos que desempenham um papel fundamental na gestão do território, dos recursos naturais e das populações que habitam a região. Cada país exerce sua soberania por meio de ministérios e órgãos públicos responsáveis por diferentes setores, e os governos regionais são os mais próximos da população. Essas instituições costumam enfrentar grandes desafios para garantir serviços básicos, gerenciar conflitos territoriais e ambientais e articular-se com as políticas nacionais e internacionais.

Tabela 24. Partes interessadas no projeto e funções.

País	Nível Nacional	Nível regional/local
Colômbia:	• PNN - Parques Nacionais Naturais • AUNAP - Autoridade Nacional de Aquicultura e Pesca	• CORPOAMAZONIA • Governo de Putumayo • Prefeitura de San Miguel • Prefeitura de Leguízamo

País	Nível Nacional	Nível regional/local
	- MADS - Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Ministério de Minas e Energia - DAFP - Departamento Administrativo da Função Pública - UPME - Unidade de Planejamento Mineiro-Energético - ECOPETROL - Procuradoria - ANH - Agência Nacional de Hidrocarbonetos - MADR - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural - Ministério da Fazenda - Ministério das Relações Exteriores e Chancelaria	- Prefeitura de Puerto Asís - Prefeitura de Orito - Prefeitura de Puerto Caicedo - Prefeitura de Villagarzón - Prefeitura de Valle del Guamuez - Governadoria de Amazonas - Prefeitura de Leticia - Prefeitura de Puerto Nariño - Rotas do Conflito - CORPONARIÑO - Câmara de Comércio de Putumayo - Câmara de Comércio do Amazonas - Sociedade Civil
Equador:	- MAATE - Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica - MAATE - Direção de Cooperação Internacional - MAATE - Subsecretaria de Recursos Hídricos - MAATE - Subsecretaria do Patrimônio Natural - MAATE - Subsecretaria de Qualidade Ambiental - FIAS - Fundo de Investimento Ambiental Sustentável - Programa BioEmprende - Ministério de Energia e Minas - ARCOM - Agência de Regulação e Controle Mineiro - ARCOH - Agência de Regulamentação e Controle de Hidrocarbonetos - MPCEIP - Ministério da Produção, Comércio Exterior, Investimentos e Pesca	- MAATE Sucumbíos - Direção Zonal 9 - MAG - Ministério da Agricultura e Pecuária - Direção de Sucumbíos - STCTEA - Secretaria Técnica da Circunscrição Territorial Especial Amazônica - GAD Provincial de Sucumbíos - GAD Cantonal de Cascales - GAD Cantonal de Cuyabeno - GAD Cantonal de Gonzalo Pizarro - GAD Cantonal de Lago Agrio - GAD Cantonal de Putumayo - GAD Cantonal de Sucumbíos - GAD Paroquial de Cuyabeno - GAD Paroquial de Puerto Libre - GAD Paroquial de 10 de Agosto - GAD Paroquial de General Farfán - GAD Paroquial de Pacayacu - GAD Paroquial de Jambelí

País	Nível Nacional	Nível regional/local
	PETROAMAZONAS EP	- GAD Paroquial de Santa Elena - GAD Paroquial de Puerto Rodríguez - GAD Paroquial de Rosa Florida - MNE - Comunidade do Norte do Equador
Peru:	- MINAM – Ministério do Meio Ambiente - MIDIS - Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social - MIDIS - Programa Nacional TAMBOS - MIDIS - Programa Nacional Plataformas de Ação para a Inclusão Social - PAIS - MIDIS – Programa Nacional de Apoio Direto aos Mais Pobres – JUNTOS - MIDIS – Programa Nacional de Assistência Solidária PENSIÃO 65 - Marinha do Peru – Programa Plataformas Itinerantes de Ação Social - PIAS - MINCULTURA - Ministério da Cultura - MIDAGRI - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Irrigação - MIDAGRI-AGROIDEAS - Programa de Compensações para a Competitividade - ANA – Autoridade Nacional da Água - SERNANP - Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas do Estado - SERFOR - Serviço Nacional Florestal e de Fauna Selvagem - OSINFOR - Organismo de Supervisão dos Recursos Florestais e da Fauna Selvagem - OEFA - Organismo de Avaliação e Fiscalização Ambiental	- GERFOR - Gerência Regional de Desenvolvimento Florestal e Fauna Silvestre - GRAM - Gestão Regional do Meio Ambiente - GRDPO - Gestão Regional de Desenvolvimento dos Povos Indígenas - GERDAGRI - Gerência Regional de Desenvolvimento Agrário e Irrigação - GERESA - Gerência Regional de Saúde - DREM - Direção Regional de Energia e Minas - DIREPRO - Direção Regional de Produção - ANA - Administração Local da Água de Iquitos - Gerência Sub-regional de Putumayo - GORE Loreto – Governo Regional de Loreto - Município Provincial de Putumayo - Município Distrital de Tenente Manuel Clavero - Município Distrital de Rosa Panduro - Município Distrital de Yaguas - PEDICP - Projeto Especial de Desenvolvimento Integral da Bacia do Rio Putumayo - SERNANP - Reserva Comunal Airo Pai - SERNANP - Reserva Comunal Huimeki - SERNANP - Parque Nacional Gueppi Sekime - SERNANP – Parque Nacional Yaguas - CITEproductivo - Centro de Inovação Produtiva e Transferência Tecnológica Produtiva Maynas

País	Nível Nacional	Nível regional/local
	• DEVIDA - Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Vida Sem Drogas • Defensoria do Povo • FEMA - Promotorias Especializadas em Matéria Ambiental • ANECAP - Associação Nacional de Executores de Contratos de Administração	
Brasil:	• MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. • ANA – Agência Nacional das Águas • IBAMA - • EMBRAPA • Ministério dos Povos Indígenas. Ministério dos Povos Indígenas	• SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente • Secretaria Estadual de Assistência Social • IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas • IDAM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas • Prefeitura de Santo Antônio do Içá

Fonte: linha de base ambiental e social do projeto da Colômbia, Equador, Peru e Brasil, 2025

Institutos de Pesquisa:

Esses atores são importantes e potenciais aliados que permitem o intercâmbio de informações, o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares e a geração de dados essenciais para a tomada de decisões sobre conservação e desenvolvimento sustentável na bacia.

Atores da bacia do Putumayo-Içá: Institutos de Pesquisa

País	Nível nacional	Nível regional/local
Colômbia:	• AGROSAVIA - Corporação Colombiana de Pesquisa Agropecuária • IAVH - Instituto de Pesquisa de Recursos Biológicos Alexander Von Humboldt • IDEAM - Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais • Field Museum – Instituto do Bem Comum • SINCHI - Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas	

País	Nível nacional	Nível regional/local
Equador:	• INABIO - Instituto Nacional de Biodiversidade • IPIAP - Instituto Público de Pesquisa em Aquicultura e Pesca • INAMHI - Instituto Nacional de Meteorologia e Hidrologia • LANCAS - Laboratório de Águas e Sedimentos do INAMHI	• INIAP - Instituto Nacional de Investigaciones Agropecuárias - Estação Central Amazônia
Peru:	• IGP - Instituto Geofísico do Peru • SENAMHI - Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia do Peru • INIA - Instituto Nacional de Inovação Agrária • INAIGEM - Instituto Nacional de Investigação em Glaciares e Ecossistemas de Montanhas • IRTP - Instituto Nacional de Rádio e Televisão do Peru • IGN - Instituto Geográfico Nacional • INEI - Instituto Nacional de Estatística e Informática • INGEMMET - Instituto Geológico, Mineiro e Metalúrgico • IPEN - Instituto Peruano de Energia Nuclear	• IIAP - Instituto de Investigación da Amazônia Peruana • CIRNA - Centro de Investigación de Recursos Naturais da UNAP • Gestão de Investigación da UNAP • CILIAP - Centro de Investigación de Línguas Indígenas da Amazônia da UNAP
Brasil:	• Museu Field • Museu Emilio Goeldi • Museu Sueco de História Natural	• Museu Magüta

Fonte: linha de base ambiental e social do projeto da Colômbia, Equador, Peru e Brasil, 2025

Instituições acadêmicas:

A bacia do Putumayo-Içá é um território de grande interesse acadêmico devido à sua enorme riqueza natural e cultural e às suas complexas dinâmicas sociais e ambientais. Nesta região amazônica, diversas universidades e centros de ensino superior desenvolvem atividades educacionais, de pesquisa e extensão social, contribuindo para a geração de conhecimento e o fortalecimento das capacidades locais. Esses são atores-chave que também enfrentam desafios; por exemplo, precisam ampliar o acesso ao ensino superior em áreas remotas, buscam construir currículos que respondam à realidade e às necessidades da Amazônia e exigem a integração do conhecimento tradicional indígena na formação acadêmica.

Atores da bacia do Putumayo-Içá: Instituições Acadêmicas

País	Nível Nacional	Nível regional/local
Colômbia:	• Universidade do Magdalena • Universidade Nacional Aberta e à Distância (UNAD) • Corporação Universitária Minuto de Deus • Fundação Universitária Cervantes San Agustín - UNICERVANTES	• Instituto Universitário do Putumayo - UNIPUTUMAYO • Universidade da Amazônia • SENA - Serviço Nacional de Aprendizagem - Putumayo
Equador:	• EPN - Escola Politécnica Nacional • FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais • PUCE - Pontifícia Universidade Católica do Equador • UCE - Universidade Central do Equador • USFQ - Universidade San Francisco de Quito • Universidade Simón Bolívar	• IKIAM - Universidade Regional Amazônica • UEA - Universidade Estadual Amazônica • PUCE Amazonas / ISTE - Instituto Superior Tecnológico Crecermas
Peru:	• Universidade Politécnica do Peru S.A. • Universidade Nacional Federico Villarreal • Universidade Nacional de Educação Enrique Guzmán y Valle • Universidade Privada Norbert Wiener • Universidade Nacional Tecnológica de Lima Sur • Universidade Nacional Mayor de San Marcos • Universidade Nacional de Engenharia • Universidade Nacional Agrária La Molina • Universidade Politécnica do Peru S.A. • Universidade Tecnológica do Peru • Universidade Científica do Sul • Universidade ESAN • Universidade de Ciências e Humanidades • Universidade San Ignacio de Loyola	• UNAP - Universidade Nacional da Amazônia Peruana • Universidade Nacional Autônoma do Alto Amazonas

País	Nível Nacional	Nível regional/local
	• Universidade Peruana de Ciências Aplicadas • Universidade de San Martín de Porres • Universidade Ricardo Palma • Universidade Peruana Cayetano Heredia • Universidade do Pacífico • Universidade de Lima • Pontifícia Universidade Católica do Peru • Universidade de Engenharia e Tecnologia	
Brasil:	• INPA – Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas • UFPA – Universidade Federal do Pará • IFAM – Instituto Federal do Amazonas • UFAM – Universidade Federal do Amazonas • UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará • Universidade da Flórida Central • Universidade Federal do Acre • Universidade de Louisiana • Universidade de Auckland • Universidade do Norte do Arizona • UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro • UnB – Universidade de Brasília • UFAL – Universidade Federal de Alagoas • UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina • Universidade Paul Sabatier • Universidade de Washington	• UNESP – Universidade Estadual Paulista • UEM – Universidade Estadual de Maringá • USP – Universidade de São Paulo

Fonte: linha de base ambiental e social do projeto da Colômbia, Equador, Peru e Brasil, 2025

Setor privado

Além das organizações comunitárias de caráter privado mencionadas anteriormente e que são potenciais beneficiárias do projeto, o projeto envolverá empresas do setor privado ligadas ao uso dos recursos naturais da bacia.

Dentro das atividades do projeto contempladas no componente 1, o setor privado será convidado a participar dos grupos temáticos relevantes para construir a visão compartilhada e elaborar o plano estratégico da bacia. Seu envolvimento permitirá, então, gerar vínculos com setores produtivos comunitários e criar espaços de discussão onde suas perspectivas possam ser coletadas.

Para o componente 2, o projeto prestará assistência técnica a empresas do setor privado envolvidas em atividades que possam causar contaminação da água, com o objetivo de gerar acordos e promover melhores práticas sustentáveis. Além disso, para a concepção e o teste do sistema de alerta precoce, o setor privado desempenhará um papel crucial como parceiro do projeto. O sistema ativará a comunicação com os órgãos de gestão de emergências locais e regionais, que, por sua vez, deverão iniciar planos de contingência e, acima de tudo, priorizar a atenção às comunidades locais localizadas nas zonas baixas da bacia. Para implementar com sucesso essa abordagem, o projeto oferecerá assistência técnica para que as empresas privadas melhorem seus planos de contingência.

Além disso, o fortalecimento das cadeias de valor produtivas por meio de subprojetos envolverá atores privados com funções específicas: (i) organizações privadas locais de produtores como beneficiárias (incluindo organizações lideradas por mulheres); (ii) investidores privados, contribuindo com capital e conhecimentos sobre desenvolvimento empresarial, empreendedorismo e marketing; (iii) instituições de pesquisa privadas que oferecem conhecimento científico; (iv) autoridades ambientais regionais, articulando as atividades do projeto com seus programas de Negócios Verdes e gerando vínculos com possíveis compradores privados; e (v) outras ONGs locais e instituições privadas, compartilhando lições aprendidas com experiências semelhantes na região. Além disso, o projeto desenvolverá análises de mercado para avaliar a viabilidade dos produtos selecionados para se conectarem a mercados com um preço diferenciado que reflita sua origem e práticas sustentáveis. Essa análise envolverá a identificação de potenciais desafios e oportunidades, inovações para melhorar o acesso ao mercado e a avaliação da participação do setor privado, entre outros pontos.

Durante a formulação do projeto, foram identificadas empresas potenciais interessadas em comercializar produtos elaborados de forma sustentável com um preço superior em reconhecimento e fomento às boas práticas. Uma das empresas identificadas é a Natura, a maior multinacional brasileira de cosméticos, que utiliza principalmente produtos locais amazônicos (Castanha, Açaí, Ucuuba, Patauá, entre outros) e envolve as comunidades locais em suas cadeias de valor. A Natura tem iniciativas em algumas áreas da Amazônia brasileira que se encontram dentro da bacia do Putumayo-Içá e espera expandir suas operações para o Peru, Equador e Colômbia. Nesse sentido, sua participação será fundamental para a comercialização de PFNM na região.

As organizações de produtores comunitários privados também se beneficiarão do mercado e dos cursos ministrados por autoridades ambientais como a Corpoamazonia (Colômbia), para fortalecer sua capacidade de estabelecer negócios com o setor privado sob acordos de comércio justo.

Como parte dos planos de manejo pesqueiro, o projeto dará apoio às organizações comunitárias beneficiárias para a concepção e desenvolvimento de planos de negócios e análises de viabilidade, dando-lhes as ferramentas para negociar em termos justos com investidores privados interessados em apoiar cadeias de valor sustentáveis de recursos naturais.

Como exemplo a destacar, a Associação Nacional de Industriais da Colômbia (ANDI) participou da formulação do projeto para identificar áreas de interesse comum e também se comprometeu a apoiar com cofinanciamento. Especificamente, a ANDI identificou o departamento de Putumayo

como uma área prioritária para canalizar recursos do setor privado devido ao seu alto valor de conservação.

Por fim, o projeto, em colaboração com os projetos GEF GOLD, buscará estabelecer alianças com empresas privadas para avançar em esforços conjuntos que garantam a rastreabilidade do ouro, o consumo responsável e apoiem a conscientização sobre os impactos negativos do uso do mercúrio.

ONGs / Fundações / Doadores / Organizações Solidárias:

A bacia Putumayo-Içá é uma região importante para várias ONGs e fundações nacionais e internacionais, que desempenham um papel importante na defesa do meio ambiente, na proteção dos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais e na promoção do desenvolvimento sustentável em um território. Várias dessas organizações trabalham de forma coordenada com as comunidades indígenas, os governos locais e as instituições de pesquisa, formando redes de cooperação que buscam fortalecer a gestão territorial integral.

Além disso, muitas ONGs internacionais desenvolvem projetos transfronteiriços que abordam problemas comuns. As ONGs e fundações enfrentam o desafio de operar em territórios de difícil acesso e em contextos sociais e políticos complexos. No entanto, seu trabalho tem sido fundamental para visibilizar as questões socioambientais da bacia, acompanhar os processos de titulação e autogoverno indígena, promover a conservação de uma das regiões mais biodiversas do planeta e impulsionar modelos de desenvolvimento alternativos e sustentáveis.

Atores da bacia do Putumayo-Içá: Organizações Não Governamentais e Doadores

País	Nível nacional	Nível regional/local
Colômbia:	- Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (WCS) - Conexão - Fundação Friedrich Ebert - Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS) - Equipe Colombiana da Amazônia (ACT) - Sociedade Zoológica de Frankfurt - SFZ - Fundo Mundial para a Natureza - WWF - Fundação Grupo Proa - CI - Conservação Internacional - Museu Field - TNC - The Nature Conservancy	- Aliança Mulheres Tecedoras de Vida - Associação de Mulheres Indígenas ASOMI - Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS) - Fundação Omacha - Fundação Gaia Amazonas

País	Nível nacional	Nível regional/local
Equador:	• WCS - Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem • CI - Conservação Internacional • TNC - The Nature Conservancy • WWF - Fundo Mundial para a Natureza • Fundação EcoCiencia • Fundação Herpetológica Gustavo Orcés	• Fundação Centro Lianas • Fundação CODESPA • Fundação Raíz Ecuador – Caemba
Peru:	• Instituto do Bem Comum • Natureza e Cultura Internacional • ONE PLANET, • RE WILD • Sociedade para a Conservação da Vida Selvagem (WCS) • Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS) • Sociedade Zoológica de Frankfurt - SFZ • Fundo Mundial para a Natureza - WWF • ANECAP • DRIS	• Vicariato Apostólico de São José do Amazonas • CEDIA - Centro para o Desenvolvimento Indígena Amazônico • Organização Nacional das Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru – ONAMIAP • Programa Mulher da Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente - ORPIO • Programa Nacional Mulher da Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana - AIDSESP • Mulheres líderes da Federação das Comunidades Nativas do Ampiyacu - FECONA • PRISMA • LAZOS DE ORO • PROPURUS • ECONOMIAS AMAZÔNICAS • DESPENSA AMAZÔNICA • CEDIA • DAR • SPDA • RFUS
Brasil:	• TNC • CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL • WWF Brasil	• ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento • Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT) de Porto Cordeirinho

País	Nível nacional	Nível regional/local
	- WCS Brasil - Instituto Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - Águas Amazônicas	- Organização Geral das Mulheres Indígenas Tikuna do Alto Solimões - Rede das Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira-Êta

Fonte: linha de base ambiental e social do projeto da Colômbia, Equador, Peru e Brasil, 2025

Organismos multilaterais:

Os organismos multilaterais têm sido relevantes na bacia como financiadores, facilitadores da cooperação regional e promotores de políticas para a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável e a proteção dos direitos humanos. Sua participação permitiu a execução de projetos de grande escala em conservação e desenvolvimento sustentável, a facilitação do diálogo entre governos, comunidades e outros atores, a promoção da cooperação transfronteiriça e o fortalecimento da governança e das capacidades técnicas locais.

No entanto, eles tiveram que enfrentar desafios para conseguir uma articulação eficaz com as comunidades indígenas e organizações de base, superar a sobreposição de interesses e abordagens entre os diferentes atores e a permanência de problemas estruturais, que muitas vezes freiam a ação dos projetos.

Atores da bacia do Putumayo-Içá: Organismos multilaterais

País	Nível nacional
Colômbia:	- OEA - Organização dos Estados Americanos – - OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos
Equador:	- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD-MAATE - Programa Pagamento por Resultados (antigo PROAmazonia) - FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Equador - - OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
Peru:	- FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
Brasil:	- OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - Águas Amazônicas

Fonte: linha de base ambiental e social do projeto da Colômbia, Equador, Peru e Brasil, 2025

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o apoio de seus oito países membros – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela –, implementa o Observatório Regional Amazônico como um espaço virtual para o armazenamento, intercâmbio e socialização das informações geradas na região amazônica. Nesse contexto, é estratégico articular essa iniciativa com o Projeto GEF Manejo Integral da Bacia do Rio Putumayo-Içá, particularmente na Estratégia de Gestão do Conhecimento e no Plano de Ação de Governança, abordando temas-chave como os recursos hídricos, orientados a fornecer informações sobre a qualidade e a quantidade das águas superficiais e subterrâneas na Bacia Amazônica com base na metodologia Pfafstetter¹¹, e os povos indígenas, com o objetivo de fortalecer a capacidade de resposta articulada e culturalmente pertinente dos serviços de saúde diante de emergências como a COVID-19 em territórios indígenas de fronteira. Essa articulação contribui para fortalecer o Plano de Ação, permitindo estabelecer mecanismos de coordenação e tomada de decisões entre atores-chave para alcançar uma visão comum sobre o uso, manejo e conservação da bacia, a partir da identificação de problemas, suas possíveis soluções e o aproveitamento das oportunidades decorrentes do diagnóstico da gestão dos recursos naturais.

Nesse contexto, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) constitui um ator-chave para a governança regional da Amazônia, por ser a única organização intergovernamental que reúne os oito países amazônicos. Seu papel tem sido fundamental na formulação de mecanismos de cooperação transfronteiriça, como o Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH), a criação da Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA) e o estabelecimento do Observatório Regional Amazônico (ORA), que consolidam informações e fortalecem capacidades em toda a bacia. Esses instrumentos representam oportunidades diretas para o Putumayo-Içá, ao fornecer metodologias de monitoramento ambiental, articulação institucional e participação indígena em processos de governança. Da mesma forma, a OTCA promove alianças financeiras e técnicas — como a agenda “Economia Resiliente Amazônia 2030” com a CAF — que permitem alavancar recursos para planos de ação integrados em temas de água, biodiversidade e meios de subsistência sustentáveis.

6.4 Grupos vulneráveis e menos favorecidos identificados como partes interessadas

Conforme indicado anteriormente, na Bacia do Putumayo-Içá existem povos indígenas que não estão representados pelas organizações apresentadas na Tabela 21. Além disso, na Auto 004 de 2009, a Corte Constitucional da Colômbia identificou que os povos indígenas Siona, Murui, Kichwas, Awa, Korebaju, Embera Chami, Inga, Camëntsá, Kofán, Nasa, Yanacona e Pijaos que habitam no departamento de Putumayo, na fronteira com o Equador, estão em risco de extermínio físico e cultural como consequência do conflito armado colombiano e dos impactos ambientais relacionados à expansão do cultivo de drogas ilícitas, à atividade extrativa da mineração e à exploração e exploração de hidrocarbonetos. Isso pode aumentar sua vulnerabilidade e limitar sua capacidade de se expressar, participar e se beneficiar do projeto. Consequentemente, serão garantidas ações como as seguintes: o estabelecimento de canais de comunicação diretos com as comunidades que possam ser afetadas de alguma forma pelas atividades do Projeto, de acordo com suas estruturas organizacionais (Conselho de Anciãos, etc.); reconhecimento de alertas precoces sobre os riscos de extinção de povos indígenas e as medidas de proteção que são realizadas nos territórios; articulação com outras entidades e iniciativas que desenvolvem atividades de proteção dos direitos dos povos indígenas.

Na Bacia, em questões de gênero, as mulheres desempenham papéis e atividades importantes nas famílias de agricultores, indígenas e camponeses que, por tradição, são fundamentais para as dinâmicas sociais e familiares. No entanto, nem sempre são reconhecidas e, portanto, as intervenções não respondem a abordagens diferenciadas. Nesta área e, em geral, nos países da Bacia, as mulheres costumam enfrentar formas diversas e sucessivas de discriminação histórica que, se combinam e se sobrepõem, expondo-as a uma maior vulnerabilidade em todos os aspectos de sua vida cotidiana. Um grupo especialmente vulnerável de mulheres são as indígenas. De acordo com a CEPAL (2015), é evidente que elas sofrem uma maior incidência de pobreza, recebem rendimentos mais baixos, têm muito poucas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, menor escolaridade, o que resulta em altas taxas de analfabetismo, menor expectativa de vida, maior mortalidade infantil e materna, bem como menor acesso a saneamento e água potável⁷⁰. Elas também enfrentam acesso limitado a programas e serviços sociais, pouca participação em processos políticos e marginalização social, pelo que sua voz e participação tendem a ser limitadas, somadas à escassez de leis e políticas públicas orientadas para abordar seus problemas específicos⁷¹. Isso ocorre apesar de as mulheres indígenas serem reconhecidas como protetoras e guardiãs dos valores culturais e garantes da permanência de seus povos. Nesse contexto, o Projeto, por meio da implementação do Plano de Ação de Gênero, buscará reconhecer as contribuições, capacidades e potencialidades das mulheres indígenas como agentes ativas de mudança, promovendo sua participação e a de suas organizações, entre as quais se encontram as seguintes (Tabela 25)⁷²:

Tabela 25. Organizações de mulheres no Brasil, Colômbia e Peru.

País	Organização
Brasil	Associação das Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT) de Porto Cordeirinho
	Organização Geral das Mulheres Indígenas Tikuna do Alto Solimões.
	Rede das Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas - Makira-Êta
Colômbia	Grupo de sabedoras Nimaïra Uaii Jagiyi Nimaïra Uaii Jagiyi.
	Associação de Mulheres Indígenas Ariana da Comunidade de Puerto Nuevo.
	Associação de Mulheres Comunitárias de Tarapacá – ASMUCOTAR.
	Associação de Mulheres Indígenas ASOMI.
Peru	Organização Nacional de Mulheres Indígenas Andinas e Amazônicas do Peru – ONAMIAP
	Programa Mulher da Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente - ORPIO
	Programa Nacional Mulher da Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana – AIDSESP
	Mulheres líderes da Federação das Comunidades Nativas de Ampiyacu - FECONA
	Comitês de vigilância formados por 180 mulheres
	Mulheres organizadas nas comunidades de Tres Esquinas e San Martín para o manejo e comercialização da Arahauana

⁷⁰ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL. 2014. Mulheres Indígenas. Novas protagonistas para novas políticas. Divisão de População e Divisão de Assuntos de Gênero. Editorial CEPAL. 34 p. Em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36779/1/S2014351_es.pdf

⁷¹ Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). 2017. As mulheres indígenas e seus direitos humanos nas Américas. p.157. ISBN 978-0-8270-6658-8. Em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/MujeresIndigenas.pdf>

⁷² De La Cruz, P. 2015. Feiras de Chagras na Amazônia colombiana, contribuições para os conhecimentos tradicionais e para a troca de produtos de associações indígenas e mulheres de Tarapacá. 218 p. Em: https://www.researchgate.net/publication/287205299_Ferías_de_Chagras_en_la_Amazonia_colombiana_contribuciones_a_los_conocimientos_tradicionales_y_al_intercambio_de_productos_de_las_asociaciones_indigenas_y_de_mujeres_de_Tarapaca

Para o Equador, não foi encontrada informação relacionada com associações de mulheres, o que será validado no território durante a implementação do projeto.

Reconhecendo a situação das mulheres em geral na Bacia, o Projeto conta com um Plano de Ação de Gênero que promoverá uma abordagem que leve em consideração as questões de gênero e e , tendo necessidades específicas, prioridades, estruturas de poder, situação e relações entre homens e mulheres para abordá-las na concepção, implementação e avaliação das atividades. Desta forma, procura garantir que mulheres e homens tenham oportunidades iguais de participar e obter benefícios adequados para o seu empoderamento.

Finalmente, na Bacia foi identificada a presença de povos indígenas em isolamento voluntário. Esses povos são afetados, entre outros fatores, pelos resíduos de mercúrio depositados nos rios pela mineração ilegal realizada em algumas zonas da bacia, o que gera uma alta contaminação nos peixes que são posteriormente consumidos por seus habitantes. Nesse sentido, esses povos são considerados uma população vulnerável, sendo prioritárias para o Projeto as considerações definidas no EAS 7, orientadas a tomar as medidas adequadas para reconhecer, respeitar e proteger suas terras e territórios, meio ambiente, saúde e cultura, bem como medidas para evitar qualquer contato indesejado com eles como consequência do projeto.

6.5 Estratégia de participação das partes interessadas no projeto

O Projeto GEF Putumayo-Içá busca promover e garantir a participação dos diferentes atores na identificação dos benefícios e oportunidades do Projeto Putumayo-Içá, partindo de uma reflexão sobre o valor da biodiversidade e da riqueza cultural presente na Bacia. Nesse sentido, todos os atores são fundamentais e suas interações são essenciais para alinhar objetivos, atividades e plano de trabalho. Com esse propósito, avançou-se na formulação do projeto com múltiplos atores, garantindo um processo participativo e inclusivo ao longo de três fases.

Numa primeira fase, a partir de janeiro de 2020, foram iniciadas consultas e espaços de trabalho virtuais com as partes interessadas dos quatro países para a formulação do Projeto Putumayo-Içá. Entre as partes interessadas fundamentais para o projeto, estão priorizadas as populações indígenas e afrodescendentes, bem como mulheres e jovens. No entanto, devido à situação da pandemia da Covid-19, as possibilidades de consultas presenciais com essas comunidades não foram viáveis nesta primeira fase. Em resposta a essa situação, e considerando as redes de governança descritas anteriormente, bem como as condições de alfabetização, idioma e meios de comunicação acessíveis, desde o final de 2020 e durante o primeiro semestre de 2021, avançou-se em uma segunda fase de socialização virtual da proposta do projeto às partes interessadas, com ênfase no envolvimento dos povos indígenas, comunidades afrodescendentes, associações de pescadores, organizações de mulheres e artesãos, partes interessadas fundamentais do projeto que não puderam ser contatadas devido às restrições de acesso à região e às medidas de biossegurança definidas pelos governos dos quatro países e pelas organizações indígenas e comunidades locais, em resposta à conjuntura atual da pandemia da Covid-19.

Por fim, espera-se implementar uma terceira fase de socialização presencial com o objetivo principal de garantir o envolvimento desses atores sociais. Para isso, durante essa fase serão desenvolvidas atividades presenciais — reuniões e workshops — como espaços de diálogo com comunidades indígenas, afrodescendentes e organizações de pescadores e mulheres, entre outras, para fortalecer a socialização e o feedback ao projeto, no âmbito de um processo de construção colaborativa e

inclusiva. Além de enfatizar aspectos fundamentais do projeto, como seu objetivo, componentes e benefícios, serão socializados os riscos e impactos potenciais identificados, bem como as medidas propostas para mitigá-los, que foram consolidadas em instrumentos do projeto, como o presente MGAS e o Marco de Planejamento para Povos Indígenas.

Esta terceira fase, que se estima começar em 2022, será cuidadosamente planejada e implementada progressivamente de acordo com os sistemas oficiais de monitoramento de risco da COVID-19 de cada país e em linha com as disposições e decisões manifestadas pelas estruturas organizacionais das comunidades locais, a fim de garantir o bem-estar das comunidades e da equipe de trabalho. Em todos os casos, serão garantidas medidas de biossegurança nesses espaços de encontro, seguindo os protocolos das autoridades nacionais, locais e das instituições executoras. Por outro lado, os espaços de trabalho presenciais serão articulados com as respectivas instituições parceiras do Projeto em cada país, que fornecerão apoio técnico, logístico e operacional para a socialização, e contarão com a participação dos governos comunitários, territoriais e regionais correspondentes.

É importante destacar que a comunicação e a socialização do projeto, em qualquer uma das três fases, levam em consideração os seguintes ênfases e públicos: (i) A comunicação interna manterá a equipe e os parceiros implementadores, como autoridades ambientais, academia, ONGs, institutos de pesquisa, em cada um dos países, informados sobre o andamento do projeto e apoiará a tomada de decisões ótimas; (ii) comunicações comunitárias que, levando em consideração os conhecimentos das comunidades locais e povos indígenas, procurarão fortalecer espaços e canais que fortaleçam sua capacidade de transmitir suas necessidades e expectativas sobre as atividades e processos do projeto; (iii) comunicações externas que promoverão e divulgarão as informações dos projetos a um público mais amplo (autoridades locais, ONGs, institutos de pesquisa, setor privado e empresarial, além de comunidades não beneficiadas diretamente) e buscarão sensibilizar sobre temas-chave, como os impactos da poluição da água nos ecossistemas e habitantes da Bacia. O acima exposto será mantido ao longo do projeto, com o objetivo de apoiar o diálogo entre as diferentes partes interessadas, a partir de uma base de conhecimento comum, com vistas a uma tomada de decisão informada.

Nesse sentido, para cada ator será definido um idioma, enfoque e mensagens específicas com referências particulares que lhes permitam se apropriar do projeto de maneira natural, a partir da identificação das vantagens, benefícios e incentivos de participar do mesmo. Por outro lado, continuará a ser fortalecido o site do projeto como espaço para receber observações, consultas e inquietações do público em geral, posicionando essa ferramenta como um dos principais mecanismos de comunicação interativa permanente.

6.6 Participação durante a implementação do projeto.

Garantir a participação oportuna e eficaz das partes interessadas é fundamental para obter resultados favoráveis para elas. Por isso, a implementação do projeto, assim como sua formulação, continuará sendo realizada de forma altamente participativa com essas partes, sob o modelo de diálogos, consensos e construção participativa. Com isso, espera-se gerar e consolidar uma relação colaborativa e de confiança com os diferentes atores, incentivando-os a interagir, dialogar e compartilhar conhecimento. A partir dessa abordagem, entre os principais objetivos a serem alcançados está o controle das expectativas das diversas partes interessadas por meio de uma boa comunicação e um acordo firme sobre o alcance regional e as limitações do projeto, destacando continuamente o valor da participação diversificada e inclusiva na tomada de decisões como eixo

para uma comunicação aberta e para a transparência, garantindo que o Projeto seja iniciado e implementado legitimamente.

Com esse propósito, o projeto partirá do reconhecimento dos povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais como partes interessadas, associadas e titulares de direitos, que desempenham um papel importante em matéria de uso sustentável, gestão e conservação do meio ambiente. Nesse sentido, o Projeto garantirá a facilitação e a geração de espaços próprios de trabalho e discussão com as partes beneficiárias do projeto, que serão projetados e implementados de acordo com sua cultura, tempos e estruturas organizacionais. Da mesma forma, buscar-se-á incluir com especial atenção as mulheres, os idosos e os jovens, tanto indígenas como de outras comunidades locais, em reconhecimento do seu papel na manutenção, recuperação e transferência do conhecimento tradicional, apoiando a sua inclusão e promovendo a sua participação e a de outros especialistas tradicionais nas diferentes atividades do projeto. O acima exposto será acompanhado de material informativo, que poderá ser elaborado em línguas nativas, conforme acordado.

A participação dos povos indígenas é promovida nas diferentes instâncias do projeto, como grupos de trabalho e socialização, inclusão e participação em subprojetos e doações de menor valor; inclusive, no âmbito dos subprojetos, existe uma linha própria de pesquisa por e para as comunidades, na qual elas podem participar. Além disso, abre-se a porta para que a participação, a tomada de decisões e a inclusão no desenvolvimento do projeto dos PPII e CL sejam fortalecidas através da contratação de um especialista em questões indígenas, estreitando a relação do Projeto e das diferentes instâncias com os PPII e suas comunidades.

Por outro lado, será promovida a participação de representantes indígenas, oficialmente delegados pelos respectivos povos, nos diferentes espaços de tomada de decisão do Projeto, como o Comitê Técnico e o Comitê Diretivo Regional (CDR), aspecto fundamental para levar em conta seus interesses e orientar as atividades a partir de suas realidades culturais.

Durante a execução dos subprojetos, as comunidades indígenas e locais não são meros receptores de ajuda; são protagonistas e gestores diretos. A participação das comunidades nos subprojetos está estruturada da seguinte forma: 1. Desenho e Priorização Participativa 2. Alinhamento com os Planos de Vida 3. Execução Direta dos Subprojetos As comunidades assumem funções operacionais e administrativas nas seguintes áreas-chave: 4. Aplicação dos EAS. 5. Abordagem Intercultural e de Gênero. 6. Monitoramento e Avaliação.

Finalmente, para garantir que todas as partes interessadas possam expressar suas dúvidas, consultas e comentários sobre a implementação do Projeto, será estabelecido um mecanismo de atendimento a reclamações e queixas, descrito a seguir na seção 6.6.

6.6 Mecanismo de atendimento a petições, reclamações e queixas

Com o objetivo de atender às dúvidas, preocupações e reclamações que possam surgir tanto na preparação quanto na implementação do Projeto, será criado um Mecanismo de Atendimento a Reclamações e Queixas – MAQR, voltado para fortalecer a participação direta das partes interessadas. O MAQR também vinculará os Mecanismos Globais de Reparação de Danos próprios da WCS e do BM, e sua implementação é concebida como um processo de melhoria que será aperfeiçoado em seu desempenho. Nesse sentido, o objetivo do MAQR é fornecer um mecanismo para que as pessoas ou comunidades afetadas, e outras pessoas com conhecimento das

circunstâncias e/ , possam apresentar reclamações e queixas de boa-fé sobre os impactos do Projeto, fornecendo uma estrutura que garanta que as reclamações e queixas sejam tratadas, respondidas e documentadas de maneira justa e oportuna. Isso permitirá igualmente obter contribuições para melhorar a implementação e os resultados do Projeto, e evitar que surjam conflitos, atendendo às reclamações e sugestões com agilidade, agindo sempre de acordo com os seguintes princípios:

- Liberdade de expressão,
- Respeito pela cosmovisão dos povos indígenas,
- Transparência e acessibilidade, fortalecendo as vias de participação das partes interessadas e fornecendo informações de acesso público sobre as propostas atendidas pelo MAQR,
- Legitimidade, proporcionando segurança e fortalecendo a governabilidade,
- Equidade, com ênfase em grupos vulneráveis com menos oportunidades, como povos indígenas e afrodescendentes, mulheres, jovens, entre outros.

Para os fins do MAQR, entende-se por reclamação ou queixa a apresentação de uma queixa feita de boa-fé sobre o Projeto e suas atividades, sobre a qual haja motivos razoáveis para acreditar que esteja contribuindo para ou causando abusos dos direitos humanos ou violações dos direitos humanos de indivíduos ou comunidades. É importante ressaltar que essas reclamações podem ser feitas de forma anônima, de modo que as informações não públicas, sensíveis e/ou pessoalmente identificáveis serão tratadas como confidenciais, na medida do possível, de acordo com as circunstâncias. Nos casos em que a apresentação de uma queixa e reclamação implique riscos para quem as denuncia, a WCS responderá de forma a proteger sua privacidade e garantir a confidencialidade das informações fornecidas, permitindo ao mesmo tempo que qualquer queixa confirmada seja devidamente corrigida. Em certas circunstâncias, a WCS pode ser legalmente obrigada a revelar informações fornecidas sob o MAQR.

Para iniciar o processo, estarão disponíveis os seguintes canais de acesso, que serão divulgados entre as partes interessadas:

- (i) recepção pessoal, por meio dos líderes e representantes das organizações e sistemas de governança próprios dos povos indígenas e comunidades locais; que, por sua vez, apresentarão o caso à UCP; contribuindo assim para um feedback ajustado à cultura e aos costumes dos povos indígenas e afrodescendentes na resolução de reclamações. Neste ponto, é importante destacar que os líderes e representantes serão treinados e vinculados ao funcionamento do MAQR,
- (ii) protocolo de reclamações e queixas por escrito por e-mail e/ou através das páginas web do Projeto e das entidades parceiras que serão definidas antes do início das atividades do projeto. Em relação à página web do Projeto, esta terá um link denominado “Contate-nos”, que hospedará um formulário para que qualquer parte interessada insira suas reclamações e queixas. Uma vez inseridas, será gerada uma resposta automática confirmando o recebimento da solicitação, gerando um número de registro e informando que em um prazo não superior a 15 dias úteis será dada uma resposta. Este mecanismo permitirá igualmente que a identidade das pessoas seja protegida, uma vez que não é obrigatório preencher os campos de nome, identidade e local,
- (iii) por telefone, nas linhas habilitadas para esse fim e que serão definidas antes do início das atividades do projeto.

Para poder adiantar a investigação respectiva e gerar uma resposta adequada de forma personalizada, propõe-se contar com as seguintes informações:

- Nome(s), afiliação(ões), endereço(s) e outras informações de contato da pessoa que apresenta a reclamação e/ou de seu(s) representante(s). Os representantes devem identificar a(s) pessoa(s) em nome da(s) qual(is) a reclamação é apresentada e fornecer provas de sua autoridade para representar tal(is) pessoa(s). **Em qualquer caso, reitera-se que o denunciante pode permanecer anônimo.** No entanto, é importante ter em conta que as denúncias anônimas podem limitar a capacidade das entidades parceiras de investigar e responder adequadamente à reclamação e queixa.
- Uma descrição dos fatos, circunstâncias e eventos específicos que deram origem à reclamação e queixa: local, data, hora, nomes e descrições das pessoas envolvidas, declarações feitas, incluindo citações exatas quando possível, ações observadas ou testemunhadas e nomes ou descrições de quaisquer testemunhas. Quanto mais específica e detalhada for a informação fornecida, mais completa e eficaz será a investigação e a resposta.
- Uma explicação dos danos sofridos e de como os direitos de um indivíduo ou de uma comunidade foram violados. Quem relata uma reclamação ou queixa pode se referir a códigos de conduta, normas, políticas ou outros marcos pertinentes ao caso e, quando aplicável, deve descrever qualquer esforço para resolver o caso por meio de outros mecanismos de reparação disponíveis.
- Uma descrição da reparação solicitada, quando pertinente ou apropriado.

Uma vez recebido um caso, ele é encaminhado à UMP, que desenvolverá um plano de revisão adequado à localização, natureza, gravidade e complexidade da reclamação e do pedido de indenização. Esse plano definirá o processo de investigação e resposta, incluindo as seguintes etapas (Figura 9):

i. Investigação: Todas as reclamações e queixas serão classificadas em duas grandes categorias: “Pertencem ao Projeto Putumayo-Icá” ou “Não pertencem ao Projeto Putumayo-Icá”, sendo essa classificação de responsabilidade da UMP, liderada pelo Coordenador de Padrões Ambientais e Sociais do Projeto. Os casos classificados como “Pertencentes” serão reclassificados nas seguintes categorias, de acordo com sua natureza:

- Solicitação de informações: refere-se às questões que levantam dúvidas sobre responsabilidades ou datas de execução de atividades.
- Compromissos assumidos pelo Projeto, referentes à aplicação dos protocolos ou planos estabelecidos para a implementação das diferentes atividades do Projeto, como Oficinas, Treinamentos, Assistência Técnica, Atividades de intervenção, Monitoramento e Acompanhamento.
- Cumprimento do Projeto nos Planos de Salvaguardas e no Quadro de Gestão Ambiental e Social,
- Desempenho institucional, que reúne todas as questões recebidas em relação à atuação das instituições parceiras do Projeto.

Por outro lado, serão classificadas como “Não correspondentes” as reclamações que forem consideradas falsas, frívolas ou apresentadas com intenção maliciosa, as quais serão rejeitadas e excluídas de qualquer consideração posterior, e as partes interessadas serão notificadas sobre a

decisão tomada, levando ao encerramento do caso. A investigação pode incluir entrevistas com o pessoal do Projeto, testemunhas e pessoas afetadas (na medida do possível e apropriado), revisão da documentação pertinente e outros materiais, tirar fotografias, bem como outra compilação de informações para determinar a base factual do caso.

ii. Documentação: todos os casos processados sob o MAQR serão documentados e rastreados. Os resultados da investigação e quaisquer recomendações para resolução ou ação corretiva serão documentados por escrito.

iii. Comunicação: o denunciante será notificado de que a reclamação foi recebida e será identificado um ponto de contato. Ao concluir a investigação, os resultados da investigação e as ações pertinentes serão comunicados através dos mecanismos que ele tiver informado para receber resposta.

iv. Monitoramento: se assim for recomendado no relatório de investigação do caso, a WCS supervisionará a aplicação das medidas corretivas adotadas e documentará o progresso.

Para qualquer reclamação apresentada, a resposta não poderá exceder 15 dias úteis. Em caso de atraso, as partes interessadas serão notificadas, explicando os motivos do atraso e o prazo para resposta.

De acordo com a natureza do caso, a UMP avaliará a viabilidade de atendê-lo e resolvê-lo diretamente. Se necessário, a UMP poderá recorrer a entidades parceiras para complementar a resposta a uma reclamação ou queixa ou poderá reatribuí-la diretamente, sendo que, neste último caso, será responsabilidade da entidade parceira assumir o processo e dar a resposta respectiva nos prazos definidos, informando sempre a UMP. Por outro lado, se a gravidade do caso assim o exigir, o diretor do Projeto poderá convocar extraordinariamente o CDR, ao qual será apresentada toda a documentação necessária para apoiar a tomada de decisões.

Em qualquer caso, as comunidades e as pessoas que considerarem que foram afetadas negativamente por um projeto apoiado pelo BM também podem apresentar suas reclamações diretamente ao Banco através do Serviço de reparação de injustiças pelos seguintes canais:

- Por e-mail: grievances@worldbank.org
- Por fax: +1.202.614.7313
- Por correio: Banco Mundial, Serviço de Reparação de Agravios, MSN MC10-1018, 1818 H Street Northwest, Washington, DC 20433, EUA.

Os subprojetos implementados decidiram adotar o Mecanismo de Atendimento a Reclamações e Queixas do Projeto GEF, o que gerou conformidade com os EAS do projeto, redução de custos operacionais, monitoramento consolidado e visibilidade do subprojeto, garantindo que o processo seja transparente e eficiente.

Por fim, é importante destacar que a UMP documentará todo o processo de reclamação e queixa, gerando o respectivo relatório ao CDR e consolidando as informações nos relatórios semestrais enviados ao BM.

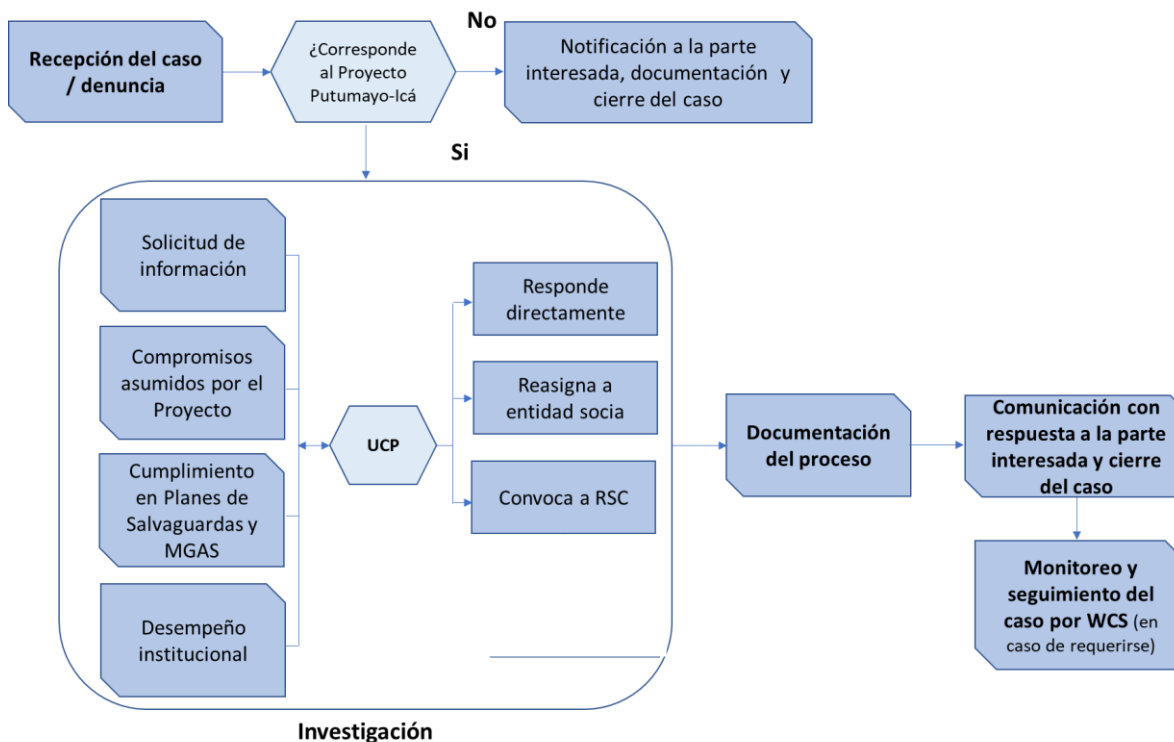


Figura 9. Esquema de análise, resposta e encerramento de reclamações e queixas recebidas no MAQR do Projeto Putumayo-Içá.

7. Avaliação ambiental e social

A estratégia para a gestão de riscos e impactos inclui a identificação dos riscos e impactos ambientais e sociais potenciais das diferentes atividades do projeto, com a proposta de medidas de mitigação e instrumentos de gestão que permitirão a implementação eficaz das medidas propostas, por exemplo, planos de gestão ambiental, procedimentos oficiais focados em recursos naturais, entre outros.

Com o objetivo de identificar e avaliar os riscos e impactos potenciais das atividades propostas por componente e definir mecanismos para evitar ou mitigar tais riscos e impactos, foram realizadas as seguintes análises:

- Identificação da estratégia geral para gerenciar os impactos e riscos ambientais e sociais.
- Definição dos instrumentos de gestão que servirão para gerenciar os riscos, por exemplo, Planos de Gestão Ambiental, estabelecimento de planos específicos, procedimentos, programas, indicadores gerais que sirvam para monitorar a gestão ambiental e social do projeto, entre outros
- Identificação de medidas de controle e acompanhamento para abordar os impactos e riscos encontrados na avaliação de impactos e riscos.
- Definição de estratégias de acordo com a classificação dos riscos e impactos identificados:
 - Programas ou estratégias de prevenção (se aplicável).
 - Programas ou estratégias de mitigação (se aplicável).

A seguir, detalha-se a metodologia seguida e, posteriormente, os resultados da análise de riscos e impactos ambientais e sociais potenciais, com a respectiva definição dos instrumentos de gestão ambiental e social necessários para a prevenção e mitigação de riscos e impactos na implementação de cada componente do Projeto.

7.1 Definição de riscos e impactos e gestão de medidas de prevenção e mitigação.

Para a presente avaliação, foram utilizados os conceitos estabelecidos pelo Banco Mundial no “Marco Ambiental e Social” (2016), descritos a seguir:

- i) **Risco:** Os riscos podem ser ambientais ou sociais e representam uma combinação da probabilidade de ocorrência de certos perigos e da gravidade dos impactos resultantes.
- ii) **Impacto:** Impacto potencial ou real sobre: i) o ambiente físico, natural ou cultural, e ii) a comunidade vizinha e os trabalhadores, como resultado da atividade do projeto a ser apoiado. São reconhecidos três tipos de impactos:
 - **Impacto direto:** é aquele impacto causado pelo projeto que surge contemporaneamente no local do projeto.
 - **Impacto indireto:** é aquele impacto causado pelo projeto que surge posteriormente ou a uma distância do projeto muito maior do que no impacto direto, mas ainda assim é razoavelmente previsível e não incluirá impactos induzidos.
 - **Impacto cumulativo:** é o impacto incremental que este tem quando se soma aos impactos de outros eventos passados, presentes e razoavelmente previsíveis, bem como atividades não planejadas, mas previsíveis, que são possíveis graças ao projeto e que podem ocorrer mais tarde ou em um local diferente. Os impactos cumulativos podem ser o resultado de atividades individualmente menores, mas coletivamente significativas, que ocorrem durante um período. Na avaliação ambiental e social, serão considerados os impactos cumulativos que são reconhecidos como importantes com base em preocupações científicas ou que refletem as preocupações das partes afetadas pelo projeto. Os impactos cumulativos potenciais serão determinados o mais rápido possível, idealmente como parte dos estudos de escopo do projeto (scoping).

7.2 Identificação e classificação de riscos sociais e ambientais

Foram identificados os tipos e níveis de riscos associados às atividades de cada um dos componentes do projeto e as medidas de mitigação que devem ser aplicadas para evitá-los, reduzi-los ou eliminá-los, bem como os instrumentos e instâncias em que tais medidas devem ser aplicadas. Além disso, o processo de avaliação especifica os padrões ambientais e sociais do Banco Mundial relacionados a cada um dos riscos, que delineiam as normas ambientais e sociais que devem ser consideradas para a conformidade do projeto.

Nesse contexto, foram formulados cenários de risco, ou seja, situações que potencialmente geram danos ao componente ambiental ou social. Para isso, uma vez identificados os riscos, determina-se a probabilidade de ocorrência e a gravidade de suas consequências e, a partir disso, eles são classificados como riscos muito altos, altos, médios, moderados ou baixos, permitindo assim propor as medidas necessárias para preveni-los e/ou mitigá-los. Para a avaliação, foi utilizada uma tabela de dupla entrada na qual cada cenário de risco é apresentado graficamente (Figura 10):

		GRAVEDAD DEL ENTORNO				
		1	2	3	4	5
PROBABILIDAD	1					
	2					
	3				E	
	4					
	5					

	Riesgo muy alto: 21 a 25
	Riesgo alto: 16 a 20
	Riesgo medio: 11 a 15
	Riesgo moderado: 6 a 10
	Riesgo bajo: 1 a 5

Figura 10. Cenários (E) de risco de acordo com a gravidade do ambiente e a probabilidade de ocorrência Fonte: WCS, 2021.

Fontes de percepção do risco

A fonte do risco refere-se ao conhecimento prévio que permite analisar de forma objetiva as causas e consequências da implementação das atividades do projeto. A identificação dos riscos requer um conhecimento de vários ambientes (ambiental, político, social, legal e cultural) associados à área de intervenção e aos atores envolvidos no processo de implementação do projeto. Foram estabelecidas quatro fontes possíveis para a análise eficaz dos riscos: a) consulta a especialistas, b) fontes de informação secundárias, c) comentários dos atores (por exemplo, líderes indígenas, autoridades locais, entre outros), d) experiências em contextos semelhantes ou locais.

Elementos potencialmente afetados

Os riscos podem ser classificados como ambientais ou sociais, e dentro dessas categorias estão incluídos alguns elementos que podem ser afetados (Tabela 26).

Tabela 26. Elementos dos riscos ambientais e sociais que podem ser afetados pelo projeto.

Tipo de risco	Elementos potencialmente afetados
Ambiental	Espécies (biodiversidade)
	Ecossistemas (perda de habitat)
	Serviços ecossistêmicos
	Água (hidrologia, qualidade da água)
	Ar (ruído, qualidade do ar)
	Solo (topografia, relevo, qualidade do solo, uso do solo)
Social	Cultura (incluindo conhecimentos indígenas e locais)
	Economia
	Direitos humanos
	Acesso a recursos (incluindo conhecimento)
	Gênero
	Saúde

Caracterização e avaliação de impactos

Uma vez que os riscos tenham sido identificados e categorizados, avalia-se os impactos potenciais que eles podem gerar e estabelece-se tanto o tipo (direto, indireto, cumulativo) quanto o alcance deles.

É importante destacar que se entende por “impacto” a alteração ambiental ou social, provocada direta ou indiretamente por um projeto ou atividade em uma determinada área. Nesse sentido, os impactos podem ser negativos, decorrentes de um risco não controlado ou não mitigado, ou positivos, que contribuem para melhorar as condições atuais da área de intervenção (linha de base) por meio de ações como restauração de ecossistemas degradados, redução de ameaças a ecossistemas vulneráveis, melhoria dos meios de subsistência e governança das comunidades, entre outras. Da mesma forma, a análise dos impactos positivos identifica os grupos ou setores que se beneficiarão, direta ou indiretamente, das atividades do projeto, por exemplo, espécies ameaçadas, comunidades e povos indígenas, governos locais, o setor científico, entre outros.

- **Tipo de impacto:** O tipo de impacto pode ser direto, indireto ou cumulativo.
- **Âmbito ou alcance:** Considerando que o projeto se concentra no manejo integrado de bacias hidrográficas, foram estabelecidas três categorias para definir o alcance dos impactos: (i) bacia alta, (ii) bacia média, (iii) bacia baixa. A categorização é baseada em uma análise geoespacial das bacias e da área de implementação das atividades associadas a cada componente.
- **Ações:** Para definir o tipo de medidas ou ações que devem ser empregadas para abordar um impacto específico, foram utilizadas como base as etapas da hierarquia de mitigação (JdM). A JdM estabelece que os impactos podem ser evitados, minimizados, restaurados ou compensados com base em uma estimativa semiquantitativa e de acordo com a fase do projeto, seja ela de concepção, implementação ou encerramento.

Uma vez concluída a fase de implementação do projeto, é necessária uma avaliação dos impactos gerados (positivos e negativos) e da eficácia das medidas propostas para sua prevenção, mitigação, restauração ou compensação. Para isso, durante a fase de planejamento, é necessário definir indicadores que permitam uma comparação posterior entre a situação da área de intervenção antes da implementação do projeto (linha de base) e depois dela.

Nesse sentido, os indicadores servirão de base para a análise do impacto residual do projeto, estimado através da aplicação da hierarquia de mitigação. A avaliação requer a determinação dos valores prioritários de conservação na área de intervenção do projeto, sobre os quais serão aplicadas as métricas indicadoras de mudanças (por exemplo, presença/ausência de espécies prioritárias, riqueza/uniformidade de espécies, perda de habitat, entre outros). Os valores prioritários de conservação selecionados incorporam critérios com uma abordagem tanto social quanto ambiental e são descritos na Tabela 27.

Tabela 27. Critérios para identificação dos valores de conservação da biodiversidade e ecossistemas prioritários.

Critérios	Ecossistemas	Fonte de referência
Vulnerabilidade	Ecossistemas que abrigam espécies prioritárias devido à sua vulnerabilidade	Tabela de espécies presentes na área listadas na categoria de ameaça da IUCN.

Critérios	Ecosistemas	Fonte de referência
	ou nível de ameaça (Categoria de ameaça da IUCN) Áreas com grande riqueza de espécies	Mapa da riqueza de espécies.
Irrepetibilidade	Ecosistemas: - Com presença mundial < 5 locais - Com uma área de ocupação < 50 km² - Que abrigam espécies prioritárias por sua insubstituibilidade.	Mapa de ecossistemas prioritários
Proteção legal	Ecosistemas protegidos pela legislação nacional, convenções ou regulamentos internacionais	Mapa de áreas protegidas
Preocupações das partes interessadas	Ecosistemas indispensáveis à sobrevivência dos povos indígenas (por exemplo: provisão de alimentos, valor intrínseco e cultural)	Mapa dos povos indígenas

7.3 Avaliação social e e

Nesta seção, são identificados os possíveis riscos e impactos sociais das atividades apresentadas pelo Projeto, em cada um dos seus três componentes. As medidas de mitigação propostas para os riscos e impactos identificados são apresentadas no ponto 8.3 – Plano de Gestão Ambiental e Social.

7.3.1 Potenciais riscos e impactos sociais do Componente 1

As Tabelas 28 e 29 apresentam os riscos e impactos sociais potenciais identificados nas atividades definidas para cada subcomponente do Componente 1 “Fortalecimento da governança e da capacidade para a tomada de decisões informadas para a gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH)”.

Subcomponente 1.1. Gestão do conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisões informadas.

Tabela 28. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 1.1.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Estabelecer e acordar princípios orientadores inclusivos para a gestão da informação.	Não envolver adequadamente os povos indígenas na concepção da estratégia de gestão do conhecimento e dos princípios orientadores para o desenvolvimento de um sistema de gestão da informação.	Colocar a WCS em risco de violar os regulamentos federais (45 CFR 46) dos EUA sobre a proteção de pessoas que são objeto de investigação. Não criar condições adequadas para aplicar conhecimentos indígenas com o devido consentimento.
	Não considerar grupos vulneráveis nas análises dos atores.	Disparidade e/ou sub-registro de conhecimentos de povos indígenas com fraca representação.
Sistematização e análise do conhecimento existente relevante	Não identificar quando se trata de “ <i>Pesquisa com Seres Humanos</i> ” e não aplicar os procedimentos correspondentes no âmbito das normas da WCS.	Violar os direitos de confidencialidade, privacidade ou consulta. Colocar a WCS em risco de violar os regulamentos federais (45 CFR 46).

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
para o manejo integrado da bacia hidrográfica	Fraca aplicação do consentimento prévio, livre e informado dos povos indígenas.	Não contar com o consentimento prévio, livre e informado dos povos indígenas.
	A análise não gera informações que respondam às questões priorizadas pelos povos indígenas e não considera as lacunas no acesso às plataformas.	Perder a oportunidade de fortalecer a capacidade dos povos indígenas de influenciar a tomada de decisões.
Realização de estudos e análises em escala da bacia hidrográfica relevantes para o seu manejo integrado.	Não considerar o impacto diferenciado de acordo com gênero, idade e sistemas de organização social dos impactos da contaminação da água por mercúrio.	Invisibilização dos impactos sobre populações vulneráveis.
Desenvolver eventos para o intercâmbio de conhecimentos	Se forem necessárias verificações no terreno, haveria um risco para a segurança devido à possível presença de grupos insurgentes, afetando a participação de atores isolados ou vulneráveis.	Excluir portadores de conhecimento tradicional e/ou perspectivas minoritárias
	Não considerar as desigualdades nas relações de poder no estabelecimento de programas de diálogo multilateral.	
	Desconhecer os sistemas de conhecimento e a cosmovisão dos povos indígenas.	

Subcomponente 1.2. Fortalecimento da governança em múltiplos níveis, com múltiplos atores e setores

Tabela 29. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 1.2.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Estabelecer/fortalecer grupos de trabalho temáticos multissetoriais e regionais e mesas redondas para acordar atividades e propostas conjuntas para o desenvolvimento de uma visão comum.	Não considerar grupos tradicionalmente excluídos ou vulneráveis no mapeamento dos atores	Excluir atores que mais precisam figurar no mapeamento de atores
	Atores isolados ou vulneráveis não podem participar em condições equitativas	Mesas de trabalho com baixa representatividade dos diferentes atores
Elaborar o plano de ação estratégico para a bacia	Processos de consulta e decisão que visam uma visão compartilhada limitam o reconhecimento de múltiplas cosmovisões	Simplificação da diversidade cultural e exclusão dos atores mais fracos e vulneráveis
	Os mecanismos binacionais não incluem estratégias para que os povos indígenas divididos por fronteiras internacionais mantenham contato.	Impedir que os povos indígenas ajam de forma coordenada e consistente em contextos binacionais
	Os insumos gerados não levam em consideração múltiplas cosmovisões	Os acordos alcançados não são suficientemente amplos e inclusivos
	Não considerar os impactos diferenciados de gênero, idade e grupos socioculturais diferentes da contaminação da água por mercúrio.	Aprofundar as lacunas ao não considerar grupos vulneráveis na execução dos tratados binacionais e no sistema de monitoramento
	Incumprimento das regulamentações relativas ao acesso aos recursos genéticos. Restrição ao acesso aos meios de subsistência a curto prazo.	Acesso restrito aos meios de subsistência sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Promover acordos setoriais para melhores práticas e planejamento territorial em linha com a visão compartilhada	Cosmovisões dos povos indígenas e usos associados a elas se perdem na construção de uma visão integrada	Acesso a meios de subsistência restrito sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto

7.3.2 Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 2

As Tabelas 30 e 31 apresentam os riscos e impactos sociais potenciais identificados nas atividades definidas para cada subcomponente do Componente 2 “Melhoria das intervenções de gestão para uma GIRH compartilhada”

Subcomponente 2.1. Mitigação dos impactos da poluição que afetam as águas da bacia e seus recursos.

Tabela 30. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 2.1.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Realizar esforços conjuntos para a prevenção e o controle	Não fortalecer as estruturas de governança dos povos indígenas para que participem plenamente da estratégia regional com capacidade de exigir o cumprimento nas áreas sob sua jurisdição.	Perda da oportunidade de fortalecer as instâncias de governança dos povos indígenas.
Fortalecimento das capacidades para a aplicação da lei e o julgamento	Baixa ou insuficiente transferência de conhecimentos para melhorar a capacidade de resposta a eventos de contaminação.	Perda de oportunidade para que os povos indígenas e as comunidades locais exerçam seus direitos.
	Não construir capacidades nas instâncias de governança das comunidades indígenas e locais para que interajam em condições equitativas com outros atores.	Aprofundamento das desigualdades ao não considerar os impactos da contaminação diferenciados por gênero, idade e cultura.
Estabelecer um sistema de alerta precoce sobre a contaminação da água em locais prioritários	Projetar um sistema que não considere adequadamente os mecanismos de participação e envolvimento dos atores locais e possíveis afetados	Aumento da exposição das comunidades aos riscos associados à contaminação da água por falta de informação.
Atividades de mitigação, recuperação/remediação da contaminação da água	Aumentar a exposição de pessoas e comunidades aos efeitos contaminantes do mercúrio. Aumento de um fluxo de resíduos concentrados. Contaminação secundária por agente e/ou produtos. Perturbação de rejeitos e liberação de sedimentos. Mobilização potencial de mercúrio residual	Impacto na saúde dos trabalhadores e membros das comunidades envolvidas. Contaminação do solo e da água. Várias das tecnologias de remoção de mercúrio utilizam reagentes químicos ou solventes, que podem representar riscos adicionais de toxicidade se forem descarregados sem tratamento prévio. A escavação ou o reprocessamento planejado dos rejeitos podem aumentar a turbidez e as cargas de sedimentos, afetando o ambiente circundante (incluindo habitats aquáticos e fontes de água). A manipulação física de rejeitos antigos remobilizará o mercúrio retido, o que possivelmente aumentará a exposição a vapores ou escoamento.

Subcomponente 2.2 Produção sustentável e apoio ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais.

Tabela 31. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 2.2.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Elaboração de planos de manejo de PFSM, pesca e tartarugas	Não considerar os papéis e a divisão do trabalho de acordo com o gênero e a idade, nem as disparidades de gênero em termos de educação, acesso a documentos de identidade e espaços públicos de tomada de decisão, gerando maiores desigualdades no acesso aos recursos, na distribuição da carga de trabalho e dos benefícios.	As medidas para tornar o aproveitamento sustentável afetam os meios de subsistência no curto prazo, enquanto se busca que sejam sustentáveis no longo prazo, e gera-se um déficit econômico no curto prazo que é necessário compensar de alguma forma.
	Não considerar adequadamente o conhecimento indígena sobre possíveis restrições no acesso a territórios ancestrais e uso de recursos naturais.	Acesso a meios de subsistência restritos sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto.
Implementar atividades de desenvolvimento de capacidades para as comunidades e as principais partes interessadas na gestão dos recursos naturais	Excluir grupos vulneráveis com nenhuma ou pouca representação e aprofundar as desigualdades econômicas e sociais dos grupos menos favorecidos.	Impacto negativo sobre os meios de subsistência de grupos vulneráveis cujas necessidades e interesses são fracamente representados
Implementar atividades para impulsionar as cadeias de valor regionais selecionadas para o peixe e os PFSM	Gerar ou acentuar conflitos e enfraquecer os sistemas de governança pré-existent e aprofundar as desigualdades socioeconômicas e de gênero.	Aumento dos desequilíbrios e conflitos, enfraquecendo a governança. A ausência de uma abordagem de gênero enfraquece a participação das mulheres e das crianças e aprofunda as desigualdades.
	Risco de que as atividades não sejam sustentáveis ao longo do tempo por falta de acompanhamento.	Abandono da iniciativa e retorno a atividades produtivas não sustentáveis.
Implementar atividades de meios de subsistência alternativos que promovam a segurança alimentar	Não considerar as implicações na tomada de decisões em matéria de segurança alimentar e na distribuição do tempo dos membros dos agregados familiares.	Aumento desigual na distribuição do trabalho, maior desigualdade na distribuição dos custos e benefícios e maiores perdas nos meios de subsistência

7.3.3 Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 3 e medidas de mitigação propostas

Para o Componente 3 “Gestão do projeto, monitoramento e avaliação”, especificamente para a atividade relacionada com a estratégia de comunicações, foi identificado como risco potencial o incumprimento das regulamentações relativas ao respeito pela propriedade intelectual individual e coletiva, gerando como impacto potencial a violação de direitos e a geração de conflitos.

Diante disso, como medidas de mitigação, propõem-se as seguintes ações:

- revisar e cumprir as regulamentações de cada país e as internacionais para divulgar e compartilhar informações, respeitando os direitos de propriedade intelectual,

- acordar previamente com os atores-chave os procedimentos e formas através dos quais serão reconhecidos os direitos de propriedade intelectual individuais e coletivos, documentando os acordos,
- implementar as estratégias definidas no SEP, para mitigar esse risco.

Da mesma forma, serão acolhidas as recomendações internacionais sobre propriedade intelectual que constam de tratados internacionais e das Decisões da Comunidade Andina 391 e 486.

7.4 Avaliação ambiental

Nesta seção, são identificados os possíveis riscos e impactos ambientais para as atividades apresentadas pelo Projeto, em cada um de seus três componentes. As medidas de mitigação propostas para os riscos e impactos identificados são apresentadas no ponto 8.3 – Plano de Gestão Ambiental e Social.

7.4.1 Riscos e impactos ambientais potenciais do Componente 1

A seguir, nas Tabelas 32, 33 e 34, são identificados os possíveis riscos e impactos ambientais para as atividades apresentadas pelo Projeto no Componente 1 “Fortalecimento da governança e da capacidade para a tomada de decisões informadas para a gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH)”.

Subcomponente 1.1. Gestão do conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisões informadas.

Tabela 32. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 1.1

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Realização de estudos e análises à escala da bacia hidrográfica relevantes para a sua gestão integrada	O pessoal não está suficientemente treinado para coletar amostras, aplicando os métodos de forma inadequada.	Alteração do equilíbrio do ecossistema por efeitos como derramamento de produtos químicos na água, levantamento de sedimentos e remoção de nutrientes.
	Falta de instruções, materiais e/ou infraestrutura para a gestão de resíduos, causando o uso e descarte inadequados de resíduos provenientes dos materiais utilizados para a coleta e armazenamento de amostras.	Contaminação da água e do solo com resíduos. Contaminação do ar por emissão de maus odores, que potencialmente atrairiam animais vetores de doenças (por exemplo, roedores, moscas) ou pragas. Emaranhamento de animais no lixo. Consumo acidental de plástico ou outros materiais nocivos por animais.

7.4.2 Riscos e impactos ambientais potenciais do Componente 2

As Tabelas 33 e 34 apresentam os riscos e impactos ambientais potenciais identificados nas atividades definidas para cada subcomponente do Componente 2 “Melhoria das intervenções de gestão para uma GIRH compartilhada”.

Subcomponente 2.1. Mitigação dos impactos da poluição que afetam as águas da bacia e seus recursos.

Tabela 33. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 2.1.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Atividades de mitigação, recuperação/remediação da poluição da água	Impactos no meio ambiente gerados pela implementação inadequada de técnicas de restauração e/ou remediação por falta de conhecimento especializado. Exposição dos habitantes da comunidade local e dos trabalhadores do local ao vapor de mercúrio. Deslocamento de mineiros informais ou perturbação dos meios de subsistência ligados à mineração. Problemas de percepção e confiança Distribuição desigual dos benefícios. Baixa taxa de adoção e uso após o projeto	Contaminação da água, do leito e das margens devido à gestão inadequada dos resíduos dos produtos e materiais utilizados. Afectação ou perda da flora e fauna do rio e dos seus ecossistemas associados. Sedimentação. Alterações na geomorfologia, propriedades físicas e químicas do solo devido à preparação do terreno. Aumento de partículas no ar e geração de maus odores que potencialmente atrairiam animais que podem ser vetores de doenças (por exemplo, roedores, moscas) ou pragas. Desequilíbrio no ecossistema devido à introdução de espécies exóticas e invasoras. Deslocamento de animais devido ao ruído causado pelos motores. Animais presos no lixo. Consumo acidental de plástico ou outros materiais nocivos por animais. Sem as medidas de proteção adequadas, os trabalhadores podem inalar vapores de mercúrio durante a extração, e os residentes próximos podem ficar expostos a emissões no ar, na água ou no solo. A introdução de novas tecnologias pode excluir ou deslocar os pequenos mineradores, reduzindo seu acesso a recursos ou renda; da mesma forma, isso pode diminuir a demanda local por mercúrio. As comunidades podem desconfiar de tecnologias novas e introduzidas externamente, especialmente se sua finalidade ou benefícios não forem claros. Os benefícios (por exemplo, renda proveniente do ouro recuperado ou de locais saneados) podem ser monopolizados por elites, intermediários ou contratados externos, e grupos comunitários vulneráveis podem ser excluídos do projeto. Os parceiros do projeto (incluindo comunidades, agências governamentais, ONGs e atores do setor privado) podem enfrentar dificuldades para adotar ou manter o uso de soluções tecnológicas após a conclusão do projeto, o que limita sua replicação e impacto a longo prazo.

Subcomponente 2.2 Produção sustentável e apoio ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais.

Tabela 34. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 2.2.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto
Implementar atividades para impulsionar as cadeias de valor regionais selecionadas para o peixe e os PFNM	- Implementação de tecnologias que geram impactos ambientais negativos durante a implementação das iniciativas. - Uso não sustentável de peixes e PFNM	Introdução de espécies exóticas, proliferação de pragas. Contaminação e uso não sustentável da água. Contaminação do solo com resíduos poluentes que alteram a química, a geomorfologia ou a constituição da paisagem. Contaminação do ar por emissão descontrolada de maus odores e/ou material particulado. Contaminação do ar pela geração de emissões de CO₂ devido ao uso de energia não renovável. Impacto nas populações naturais de peixes e PFNM

No processo de formulação de subprojetos e subprojetos de menor valor, as organizações, entidades e ONGs, como parte dos requisitos exigíveis para a apresentação das propostas, devem identificar os possíveis riscos ambientais e sociais que o desenvolvimento das atividades próprias possa gerar. Esta matriz inicial própria da WCS e baseada nas diretrizes do EAS do Banco Mundial contém uma série de perguntas relacionadas com os impactos nos recursos naturais e nas comunidades. A partir da aprovação das propostas e das que forem selecionadas para execução, deve-se realizar uma avaliação detalhada dos riscos ambientais e sociais, de acordo com os EAs 1 e 6 do Banco Mundial.

O acompanhamento do cumprimento das ações de mitigação, dos prazos e do cronograma é de responsabilidade dos executores dos subprojetos, com o apoio dos especialistas do Projeto e do coordenador do EAS.

Os impactos devem ser identificados tendo como guia os impactos e riscos descritos para o projeto numeral 7 avaliação ambiental e social deste documento e relacionados com as dinâmicas próprias das atividades e dos territórios.

Nome da atividade: Objetivo da Proposta Organização Implementadora: Data:		Sim	Não	Se a resposta for Sim, o risco é:	
				Alto	Médio
Impacto nos recursos naturais e nas comunidades					
1	O projeto implicará a construção de algum tipo de estrutura (edifício, barragem de contenção, etc.)?				
2	O projeto implicará a construção ou reconstrução de estradas ou trilhas?				
3	O projeto envolverá o uso, o planejamento ou o treinamento no uso de qualquer composto químico, como pesticidas, herbicidas, tintas, vernizes, etc.?				
4	O projeto envolverá a construção ou reparação de sistemas de irrigação?				
5	O projeto envolverá a construção ou reparação de tanques de peixes?				
6	O projeto envolverá a eliminação de óleo de motor usado?				
7	O projeto envolverá a implementação da gestão da madeira ou a extração de produtos florestais?				
8	Existem áreas terrestres ou aquáticas potencialmente sensíveis perto do local do projeto, incluindo áreas protegidas ou de conservação?				
9	A atividade tem impacto sobre a vida selvagem (peixes, tartarugas, etc.), os recursos florestais ou os pântanos?				
10	As atividades propostas gerarão resíduos sólidos, líquidos ou gasosos no ar?				
11	Os resíduos gerados durante ou após o projeto terão impacto sobre as águas superficiais ou subterrâneas vizinhas?				
12	A atividade provocará o desmatamento da cobertura florestal?				
13	A atividade contribuirá para a erosão do solo?				
14	A atividade é incompatível com o uso do solo existente nas imediações?				

Nome da atividade: Objetivo da Proposta Organização Implementadora: Data:		Sim	Não	Se a resposta for Sim, o risco é:	
				Alto	Médio
15	A atividade irá gerar deslocamento de moradias ou residências?				
16	A atividade afetará características geológicas ou físicas únicas?				
17	A atividade alterará a quantidade ou a disponibilidade de água superficial em algum local?				
18	A atividade afetará florestas, pântanos ou savanas naturais?				
19	A atividade exporá pessoas ou propriedades a inundações ou enchentes torrenciais?				
20	A atividade contribuirá para uma redução substancial da quantidade de água subterrânea que, de outra forma, estaria disponível para o abastecimento público de água?				
21	A atividade irá gerar odores desagradáveis?				
22	A atividade afetará a qualidade do ar?				
LICENÇAS DE PLANEJAMENTO LOCAL					
23	A atividade envolve melhorias na infraestrutura que exigem licenças de planejamento?				
24	As melhorias de infraestrutura planejadas na atividade estão em conformidade com o Código Nacional de Construção?				
25	A atividade é incompatível com o uso atual do terreno?				
MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA NA COMUNIDADE					
26	As atividades do projeto criarão condições que favoreçam o aumento de doenças relacionadas à água ou transmitidas por vetores portadores de doenças?				
27	Foi apresentado um plano de manutenção para a reabilitação de estradas e subsídios para água e saneamento?				
28	A atividade irá gerar perigos ou barreiras para pedestres, motoristas ou pessoas com deficiência?				
29	A atividade aumentará os níveis de ruído existentes?				
30	O projeto implicará a eliminação de seringas, gases, luvas ou outros resíduos médicos com risco biológico?				

7.5 Análise da capacidade institucional atual para a implementação

A WCS, agência executora do Projeto Putumayo-Içá, é uma entidade global com quase 125 anos de experiência na conservação da vida selvagem, paisagens e recursos naturais. Suas operações abrangem 60 países e são organizadas em 16 grandes regiões, a partir das quais é fornecida assistência administrativa, estratégica e operacional, ao mesmo tempo em que se coordena com a sede principal d , localizada na cidade de Nova York. Juntamente com a Bolívia, os quatro países que compartilham a bacia do Putumayo formam a região dos Andes, Amazonas e Orinoco, que é a terceira maior região da WCS no mundo. Cada país conta com um diretor nacional e a região AAO conta com um diretor regional.

A estrutura organizacional da WCS articula linhas claras de gestão e apoio desde os escritórios locais até a sede principal. Os diretores de país trabalham em estreita colaboração com diretores

regionais, equipe de Finanças Globais, Recursos Humanos e outros funcionários de apoio, a fim de garantir o apoio necessário e o cumprimento dos objetivos, regras e procedimentos estabelecidos na sede da WCS. A estrutura regional permite encontrar eficiências de custo para a implementação de projetos que abrangem mais de um país, reduzindo redundâncias técnicas e administrativas entre os países. Esse é o caso dos projetos na bacia amazônica ou em suas sub-bacias constituintes, como a do Putumayo.

Com compromissos de longo prazo em dezenas de paisagens e presença em 60 países, a WCS acumulou conhecimento em biodiversidade, compreensão cultural e alianças com diferentes entidades, para garantir que a vida selvagem prospere junto às comunidades locais. A WCS trabalha de forma ativa, coordenada e consensual com governos, comunidades e outros parceiros para melhorar os resultados da conservação e a governança dos recursos naturais.

Na Amazônia, e em particular nos países da bacia do Putumayo, a WCS trabalha em alianças multiníveis com organizações governamentais e da sociedade civil (incluindo tanto organizações comunitárias quanto do setor privado). Em todos os países da Amazônia Ocidental, ela trabalha sob acordos-quadro de cooperação com os governos nacionais e em apoio aos governos regionais e às diferentes entidades que zelam pelo uso sustentável dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, a WCS se concentra em maximizar seu impacto por meio de parcerias com organizações da sociedade civil organizada, com o objetivo de alavancar e fortalecer sua expertise. A gestão de recursos é regida por uma Política Institucional, por meio da qual é exigida a avaliação de parceiros e a supervisão constante das subvenções concedidas. Os fundos recebidos para a execução dos diferentes programas são gerenciados de forma responsável e econômica para atingir os objetivos dos projetos.

Um elemento central na estratégia de conservação da WCS é construir parcerias eficazes com povos indígenas e tradicionais e comunidades locais para garantir o reconhecimento e o exercício efetivo de seus direitos sobre a terra e os recursos. Essas parcerias são uma fonte fundamental de nossa legitimidade e ajudam a garantir um apoio contínuo aos nossos esforços de conservação. Elas também permitem que os povos indígenas e tradicionais e as comunidades locais continuem ou retomem os papéis que historicamente desempenharam como administradores de primeira linha das terras selvagens que são elementos críticos do nosso patrimônio global.

Especificamente, o trabalho com comunidades ribeirinhas e indígenas na região amazônica começou no início da década de 1990, com três projetos pioneiros em: Mamiraua, Brasil, Reserva Comunal Tamshiyacu Tahuayo, no Peru, e Kaa-Iya do Grande Chaco, na Bolívia. No Peru, o trabalho foi articulado com povos indígenas e comunidades ribeirinhas para apoiar seus esforços para garantir a posse da terra, estabelecer áreas protegidas e desenvolver programas de monitoramento participativo da vida selvagem e dos meios de subsistência locais. Em Kaa-Iya, a WCS apoiou um exemplo pioneiro de compromisso indígena positivo com uma empresa privada de energia, que levou a uma melhor governança e territorialização da terra isoceña e ao estabelecimento de dois mecanismos financeiros de longo prazo. Juntamente com o povo Tacana, no noroeste da Bolívia, desenvolvemos uma compreensão clara dos sistemas de governança e das capacidades técnicas necessárias para garantir os direitos territoriais e permitir a gestão sustentável dessas terras e águas. No Equador, a WCS apoiou a gestão territorial indígena em torno das áreas protegidas e atualmente trabalha com os Waodani, Sáparos e Kichwas em torno da área protegida de Yasuní. Na Colômbia, foi fortalecida a capacidade dos povos indígenas Cofán e Awa de administrar seus territórios e enfrentar pressões externas legais e ilegais no sopé andino-amazônico. Entre os

indicadores específicos sobre o alcance do trabalho da WCS com comunidades indígenas, destacam-se:

- Apoio aos grupos indígenas Tacana e Lecos da Bolívia no desenvolvimento de um modelo de apoio à gestão territorial indígena (<https://bolivia.wcs.org/en-us/ITM.aspx>)
- Desenvolvimento de um conjunto de ferramentas para permitir que as populações locais monitorem seus meios de subsistência por meio de uma Pesquisa de Necessidades Básicas, na qual foram avaliados componentes como: eficácia do manejo territorial, possibilidade de caça de subsistência, captura de peixes e qualidade da água, e, em seguida, participação na agregação de dados locais para apoiar o manejo territorial.
- Apoio à titulação de terras de mais de 714.228 hectares, planos de vida de mais de 1.983.060 hectares e 60 projetos de gestão de recursos naturais com 33% de participação de mulheres.

7.6 Acordo institucional.

O Projeto GEF Putumayo-Içá será liderado pelos Ministérios do Meio Ambiente da Colômbia, Equador e Peru e pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amazonas no Brasil, e envolverá várias entidades governamentais desses países no Comitê Técnico do projeto. Também contará com a participação de organizações da sociedade civil, incluindo organizações comunitárias de vários níveis e organizações não governamentais.

Como agência executora, os países participantes designaram a Wildlife Conservation Society (WCS), dada a sua presença em cada um dos países, sua experiência na promoção do trabalho articulado em escala regional com diversas instituições e comunidades locais e por sua capacidade técnica em temas associados e relevantes ao projeto. Para a execução do projeto, haverá (i) um Comitê Diretor Regional como máxima autoridade na tomada de decisões do projeto, (ii) uma Unidade de Gestão do Projeto (UMP) que responderá ao Comitê Diretor Regional e será apoiada por (iii) um Comitê Técnico (Figura 11).

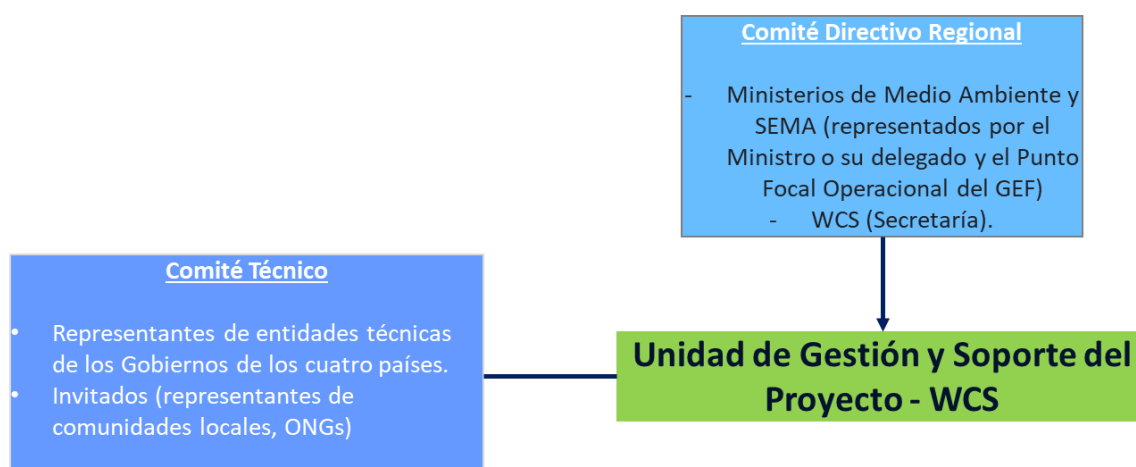


Figura 11. Instâncias de coordenação do Projeto GEF Putumayo Içá.

O Comitê Diretor Regional (CDR) será responsável pela supervisão e direção geral do projeto e será composto pelos Ministérios do Meio Ambiente e SEMA e WCS, que atuarão como Secretaria. Além

disso, o CDR prestará assessoria em políticas e orientação estratégica; especificará critérios e diretrizes para a implementação e sustentabilidade do projeto; buscará a coordenação com políticas públicas setoriais e outras iniciativas de cooperação internacional; aprovará os planos operacionais anuais e os relatórios semestrais de gestão e resultados a serem apresentados ao Banco Mundial; entre outras atividades que serão especificadas no Manual Operacional do projeto. É importante destacar que para todas as reuniões do CDR será convidado um representante das comunidades locais beneficiárias do projeto.

Por outro lado, o Comitê Técnico (CT) será presidido pela WCS, com a participação de representantes das principais instituições técnicas governamentais envolvidas na gestão e execução do projeto, e por um representante de uma organização comunitária ou não governamental de cada país. Entre suas responsabilidades, o CT fornecerá orientação estratégica e técnica ao projeto; garantirá a qualidade técnica das diferentes atividades, fornecerá suporte técnico, assessoria e recomendações à Unidade de Gestão de Projetos para o desenvolvimento dos planos operacionais anuais; assegurará a concorrência e a complementaridade entre os projetos e iniciativas das entidades parceiras na implementação dos componentes do projeto; e apoiará o planejamento e a execução das missões de supervisão do Banco Mundial, participando delas conforme necessário.

Por fim, a Unidade de Gestão do Projeto (UMP), operada pela WCS, será responsável pela gestão e coordenação das atividades diárias do projeto e pelo cumprimento de seus objetivos (Figura 12). Ela será responsável por canalizar e operacionalizar as diretrizes do CDR, por meio da coordenação com todas as entidades colaboradoras nas áreas prioritárias de intervenção, da coordenação com as entidades setoriais e territoriais, realizando a gestão financeira e operacional do projeto, incluindo a gestão de contratos, acordos com terceiros, a execução direta de atividades, o acompanhamento e avaliação de atividades e resultados, e o acompanhamento e avaliação da aplicação dos quadros de gestão de risco social e ambiental do projeto, bem como garantir a conformidade social e ambiental das ações apoiadas.

A UMP será composta por pessoal técnico e administrativo (Gráfico 3). O pessoal técnico será composto por (i) um diretor de projeto, que será o principal representante e responsável por as decisões de alto nível, (ii) um especialista em comunicações, (iii) coordenadores temáticos para cada área temática importante (por exemplo, governança, gestão do conhecimento, contaminantes e gestão de recursos naturais) e (iv) especialistas ambientais e sociais, responsáveis pela gestão e acompanhamento dos riscos do projeto. Por outro lado, o pessoal administrativo será composto por um especialista em finanças e operações e um especialista em monitoramento e relatórios. Além disso, haverá equipes de participação em cada país (CET), com pessoal que prestará apoio para gerenciar as relações entre parceiros e partes interessadas, e profissionais de apoio logístico e administrativo.

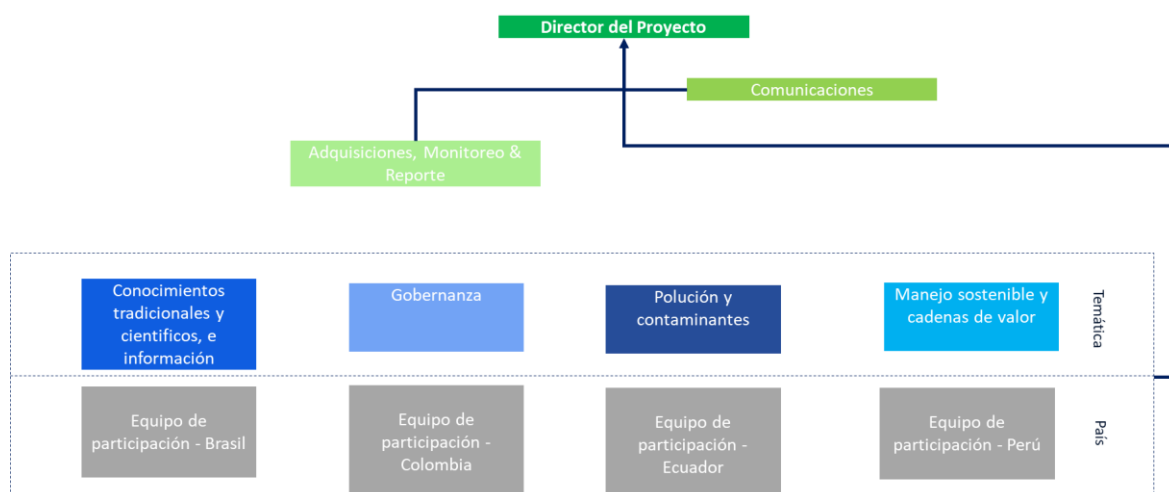


Figura 12. Representação esquemática da Unidade de Gestão do Projeto e Apoio

8. Quadro de Gestão Ambiental e Social – MGAS

A seguir, é descrito o Quadro de Gestão Ambiental e Social (MGAS), que constitui a base para a gestão ambiental e social do Projeto Bacia Putumayo-Içá, em conformidade com a regulamentação dos quatro (4) países da bacia e com os Padrões Ambientais e Sociais do Banco Mundial e da WCS, descritos no capítulo 4 do presente documento. É importante destacar que todas as instituições e contratados que participarem das atividades do Projeto deverão aplicar o MGAS em seu desenvolvimento.

8.1 Objetivos do MGAS

8.1.1 Objetivo geral

Estabelecer as diretrizes de gestão e monitoramento ambiental e social como instrumento orientador prescritivo para a execução do Projeto Bacia Putumayo-Içá, no âmbito da legislação do Brasil, Colômbia, Equador e Peru e dos Padrões Ambientais e Sociais (EAS) do Banco Mundial e da WCS.

8.1.2 Objetivos específicos

- Definir as medidas de mitigação e acompanhamento a serem implementadas na execução do projeto, com o objetivo de eliminar, compensar ou reduzir os riscos e impactos ambientais e sociais potenciais identificados no Capítulo 7.
- Propor a estrutura organizacional para a supervisão, monitoramento e acompanhamento da gestão ambiental e social do projeto.
- Estabelecer diretrizes para o monitoramento e acompanhamento do projeto em aspectos ambientais e sociais.
- Estabelecer um plano de trabalho e cronograma geral da gestão ambiental e social do projeto, incluindo a frequência e o escopo do conteúdo dos relatórios ambientais e sociais que informam o andamento do cumprimento do MGAS e o plano de capacitação e divulgação do mesmo.
- Estabelecer o orçamento necessário para a implementação do MGAS.

8.2 Diretrizes gerais

A fim de garantir o cumprimento das medidas para a gestão ambiental e social do projeto, apresentam-se a seguir as diretrizes gerais relativas à estrutura organizacional, ao plano de capacitação e aos relatórios.

8.2.1 Estrutura organizacional e

De acordo com o apresentado na seção 7.5 deste documento, para gerenciar e garantir a gestão adequada dos riscos potenciais do projeto, será constituída uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UMP), que contará com especialistas ambientais e sociais e um especialista em monitoramento e relatórios. Em anexo ao MGAS, encontram-se os Termos de Referência de toda a equipe da UMP (Anexo 6). Além disso, e de acordo com as condições específicas de cada componente, contará com o apoio de profissionais especializados nas áreas exigidas pelo Projeto.

Essa equipe será contratada no prazo máximo de 60 dias após a Data de Entrada em Vigor do Projeto. A UMP apoiará a elaboração dos respectivos TdR de contratação e a posterior supervisão e monitoramento da contratação de organizações e/ou consultores individuais. Isso inclui garantir que as diferentes organizações e/ou consultores individuais cumpram em seus respectivos contratos as especificações ambientais, sociais, de saúde e segurança, e os códigos de conduta que fazem referência explícita às ações pertinentes para prevenir situações de vulnerabilidade de jovens, crianças e adolescentes e a prevenção e resposta a situações de Violência Baseada em Gênero (VBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual no Trabalho (AS).

Esta UMP será mantida durante toda a implementação do projeto.

Durante a missão de avaliação intermediária e, levando em consideração as recomendações das comunidades locais, a UMP do projeto contratará um especialista em questões indígenas para apoiar diretamente o relacionamento do projeto com as comunidades e povos indígenas.

8.2.2 Plano de Capacitação

Será desenvolvido um plano de capacitação do Projeto, a cargo da UMP, especialmente do coordenador de padrões ambientais e sociais, com o apoio do especialista em comunicações, para a gestão eficaz dos riscos ambientais e sociais detalhados no presente MGAS. Uma vez aprovado pelo Banco Mundial, o Plano será implementado e atualizado anualmente, de acordo com as necessidades emergentes do Projeto. Este Plano incluirá os temas dos treinamentos, metodologias e recursos necessários, público-alvo e cronograma de implementação. Esses treinamentos do MGAS serão realizados por meio de diferentes mecanismos (por exemplo, workshops regionais e espaços virtuais do tipo webinar), seguindo as orientações definidas no SEP. Esses espaços de capacitação disponibilizarão o MGAS às autoridades ambientais, territoriais, indígenas e outras comunidades locais vinculadas ao projeto, sendo importante destacar que, caso ocorram mudanças significativas durante a implementação do projeto, o MGAS será atualizado e esses ajustes serão divulgados.

É importante ressaltar que os treinamentos serão adaptados às características sociais e culturais da população beneficiária e das áreas de influência do Projeto, de modo a garantir que o que for divulgado seja compreensível para todas as partes interessadas, independentemente da natureza de seu interesse. A divulgação e socialização do MGAS e dos correspondentes PGAS serão realizadas a partir do início do projeto e durante todo o seu ciclo.

Da mesma forma, o MGAS estará disponível no site do projeto (www.cuencaputumayoica.com) e dos seus parceiros.

8.2.3 Relatórios do projeto e d

A equipe de trabalho da UMP apresentará relatórios ao RSC no âmbito das reuniões semestrais deste Comitê, ou de forma extraordinária a pedido de uma das partes, nos quais serão incluídos a identificação dos riscos e a aplicação das medidas de mitigação. Essas ações serão igualmente relatadas nos relatórios de atividades e nos relatórios de aplicação e acompanhamento das Normas Ambientais e Sociais que cada entidade parceira e consultores deverão entregar à UMP trimestralmente ou de acordo com o estabelecido nos contratos.

Da mesma forma, a UMP gerará relatórios para o Banco Mundial, de acordo com os períodos de relatório semestral e anual do avanço técnico e financeiro do Projeto. Em ambos os processos, serão anexados os respectivos suportes que dão conta dos avanços e da implementação do MGAS e apresentarão sugestões de melhorias para garantir a prevenção e a gestão adequada de potenciais conflitos sociais e ambientais.

8.3 Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS

A seguir, é apresentado o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do projeto, no qual são estabelecidas as medidas e ações necessárias para gerenciar e mitigar eficazmente os riscos ambientais e sociais. Para esse fim, serão incorporadas as recomendações propostas na Avaliação Ambiental e Social - EAS (Capítulo 7) para evitar, minimizar, reduzir ou mitigar os possíveis riscos e efeitos ambientais e sociais ao longo de toda a vida útil do projeto, incluindo os resultados do processo de participação.

8.3.1 Objetivos do PGAS

- Definir as medidas e ações necessárias para eliminar, prevenir, mitigar e/ou compensar os riscos potenciais e impactos ambientais negativos identificados no Capítulo 7 do presente documento e aqueles decorrentes da implementação de planos, procedimentos, guias ou diretrizes que constituem o MGAS ou que o complementam.
Definir a estratégia social para garantir a execução oportuna e culturalmente adequada das medidas de gestão dos riscos e impactos sociais por parte de todas as instituições, organizações e consultores individuais que realizam atividades no âmbito do projeto.
- Definir o arranjo institucional a ser implementado para garantir a gestão ambiental e social de acordo com o estabelecido no MGAS.
- Definir ações para o monitoramento e acompanhamento da gestão ambiental e social do Projeto.

8.3.2 Estratégia social e medidas de gestão de riscos e impactos sociais

Com base nos riscos e impactos sociais potenciais das atividades do projeto identificados na Avaliação Social (seção 7.3 do presente documento), apresentam-se a seguir as respectivas medidas de mitigação propostas.

É importante destacar que, de acordo com os padrões ambientais e sociais do Banco Mundial e da WCS, o projeto conta com diferentes instrumentos para a gestão social, nos quais essas medidas são coletadas e ampliadas. Esses instrumentos, igualmente definidos no PCAS e incluídos no presente MGAS, são:

- Estrutura do Processo (MP), seção 8.4, anexo 7.
- Estrutura de Planejamento para Povos Indígenas (MPPI), seção 8.5, anexo 8.
- Plano de Participação das Partes Interessadas (PPPI), seção 8.6, anexo 9.
- Plano de Gestão Trabalhista (PGL), seção 8.7, anexo 10,
- Medidas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), seção 8.9, anexo 12
- Guia sobre Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Banco Mundial (GMAS), seção 8.10, anexo 13.

Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 1 e medidas de mitigação propostas.

As Tabelas 35 e 36 apresentam os riscos e impactos sociais potenciais identificados nas atividades definidas para cada subcomponente do Componente 1 “Fortalecimento da governança e da capacidade para a tomada de decisões informadas para a gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH)” e as medidas identificadas para mitigá-los.

Subcomponente 1.1. Gestão do conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisões informadas.

Tabela 35. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 1.1 e medidas de mitigação propostas.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
Estabelecer e acordar princípios orientadores inclusivos para a	Não envolver adequadamente os povos indígenas na concepção da estratégia de gestão do conhecimento e não envolver adequadamente	Violar os direitos de confidencialidade, privacidade ou consulta ao revelar, armazenar ou divulgar informações sobre o conhecimento e/ou	- Identificar e avaliar os riscos no âmbito do IRB, gerenciar a revisão pelo Comitê de WCS e aplicar as propostas e recomendações. - Envolver representantes indígenas na definição dos princípios

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
gestão da informação.	os povos indígenas na definição dos princípios orientadores para o desenvolvimento de um sistema de gestão da informação, causando a não identificação de quando se trata de “Investigação com Seres Humanos” e gerando a aplicação dos procedimentos correspondentes no âmbito das normas da WCS e do BM.	conhecimentos indígenas. Colocar a WCS em risco de violar os regulamentos federais (45 CFR 46) dos EUA sobre a proteção de pessoas que são sujeitos de investigação. Não criar condições adequadas para aplicar conhecimentos indígenas com o devido consentimento.	orientadores e na concepção do sistema de gestão, de modo que as diretrizes de gestão da informação sejam acordadas e preparadas de forma culturalmente adequada. - Monitorar esse envolvimento de acordo com os indicadores da Estrutura de Resultados. - Revisar e adotar as recomendações sobre propriedade intelectual que constam em tratados internacionais ou nas Decisões da Comunidade Andina 391 e 486. - <u>Cláusula de propriedade intelectual</u> incluída no acordo de doação assinado entre a WCS e os subexecutores dos subprojetos.
	Não considerar grupos vulneráveis nas análises dos atores, por exemplo, povos indígenas com fraca representação, mulheres e grupos exclusivamente com tradição oral e não escrita.	Não incluir na análise de lacunas os conhecimentos específicos de povos indígenas com fraca representação, conhecimentos de mulheres e de povos com tradição oral, levando a uma disparidade e/ou sub-registro de seus conhecimentos.	No planejamento, deixar explícita a atenção que deve ser dada aos grupos vulneráveis, levar em conta as <u>orientações do SEP</u> e monitorar, por meio dos diferentes instrumentos sociais preparados, que a inclusão desses grupos na análise das lacunas de informação seja cumprida.
Sistematização e análise do conhecimento existente relevante para o manejo integrado da bacia	Não identificar quando se trata de “Pesquisa com Seres Humanos” e não aplicar os procedimentos correspondentes no âmbito das normas da WCS.	Violar os direitos de confidencialidade, privacidade ou consulta ao revelar, armazenar ou divulgar informações sobre o conhecimento. Colocar a WCS em risco de violar as regulamentações federais (45 CFR 46) dos EUA sobre a proteção de pessoas que são sujeitos de pesquisa.	Apresentar qualquer pesquisa que envolva a coleta de informações de seres humanos ao IRB da WCS para revisão correspondente. Planejar como será o envolvimento desses atores no processo de coleta de informações e respeitar os processos que esses grupos estabelecerem.
	Fraca aplicação do consentimento prévio, livre e informado dos povos indígenas sobre as informações coletadas ou divulgadas sobre o projeto.	Não contar com o consentimento prévio, livre e informado dos povos indígenas sobre as informações coletadas ou divulgadas sobre o projeto.	Será adotada a Convenção 169 da OIT, as políticas do BM e a legislação aplicável em cada país sobre o Consentimento Prévio, Livre e Informado. Além disso, existe um <u>quadro de planejamento para povos indígenas</u> para gerenciar esse risco.
	A análise não gera informações que respondam às perguntas priorizadas pelos povos indígenas.	Perder a oportunidade de fortalecer a capacidade dos povos indígenas de influenciar a tomada de decisões sobre o uso e a solos, o impacto das mudanças climáticas e a análise de cenários futuros.	No planejamento, serão definidos em conjunto os objetivos da compilação dos conhecimentos tradicionais e os benefícios decorrentes de sua apropriação e aplicação. Serão implementadas ações para a proteção desses conhecimentos, conforme acordado no processo

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
			com as comunidades e os tratados e legislação aplicáveis.
	Não considerar as lacunas no acesso às plataformas e/ou que em sua articulação existam vazamentos que impeçam ou coloquem em maior desvantagem os grupos excluídos no acesso à informação.	Violar os direitos de confidencialidade, privacidade ou consulta ao coletar, armazenar ou divulgar informações sobre o conhecimento. Colocar a WCS em risco de violar as regulamentações federais (45 CFR 46) dos EUA sobre a proteção de pessoas que são objeto de investigação.	Considerar as lacunas no acesso à internet e, na articulação das plataformas, garantir uma diversidade de meios para acessá-las. Além disso, serão projetadas e implementadas conjuntamente estratégias social e culturalmente adequadas e viáveis que permitam resolver essas lacunas de conectividade.
Realização de estudos e análises em escala da bacia hidrográfica relevantes para seu manejo integrado.	Não considerar o impacto diferenciado de acordo com gênero, idade e sistemas de organização social dos impactos da contaminação da água por mercúrio.	Invisibilização dos impactos sobre populações vulneráveis.	Considerar os impactos diferenciados por gênero, idade e sistemas de organização social culturalmente determinados no programa de monitoramento. Isso será feito por meio da análise das informações existentes sobre esses fatores por gênero, idade e sistemas de organização, bem como da consulta direta às organizações e comunidades indígenas beneficiárias do projeto, por meio de pesquisas, entre outros mecanismos participativos.
Desenvolver eventos para o intercâmbio de conhecimentos	Caso a identificação e o mapeamento incluam verificações em campo, haveria um risco à segurança, pela possível presença de grupos insurgentes, fazendo com que atores isolados ou vulneráveis não possam participar em condições equitativas	Excluir portadores de conhecimento tradicional e/ou perspectivas minoritárias	Desenvolver e implementar protocolos de segurança em relação à ordem pública. Identificar, adotar e respeitar as medidas cautelares emitidas pelas autoridades competentes para proteger a população da área do projeto.
	Não considerar as desigualdades nas relações de poder no estabelecimento de programas de diálogo multilateral.	Excluir detentores de conhecimento tradicional e/ou perspectivas minoritárias	Implementar as medidas definidas no <u>Marco de Planejamento dos Povos Indígenas</u> , que permitem gerenciar esse risco.
	Desconhecer os sistemas de conhecimento e cosmovisão dos povos indígenas.	Excluir portadores de conhecimento tradicional e/ou perspectivas minoritárias	Fazer um balanço sobre o tipo de conhecimento e as particularidades dos agentes que os sustentam (por exemplo, xamãs ou outros especialistas) e garantir que os espaços de diálogo sejam sensíveis às condições desse tipo de conhecimento e aos seus especialistas. Identificar e implementar conjuntamente ações para proteger esse conhecimento, com base no

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
			que foi acordado no processo com as comunidades e nos tratados e legislação aplicáveis.

Subcomponente 1.2. Fortalecimento da governança em múltiplos níveis, com múltiplos interessados e setores

Tabela 36. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 1.2 e medidas de mitigação propostas.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
Estabelecer/fortalecer grupos de trabalho temáticos multissetoriais e regionais e mesas redondas para acordar atividades e propostas conjuntas para o desenvolvimento de uma visão comum.	Não considerar grupos tradicionalmente excluídos ou vulneráveis no mapeamento dos atores	Excluir atores que mais precisam figurar no mapeamento de atores	Controlar a inclusão de grupos frequentemente excluídos (mulheres, indígenas, afrodescendentes). <u>Implementar as medidas definidas no SEP</u> para mitigar esse risco, principalmente aquelas destinadas a garantir a criação e manutenção de espaços para a divulgação do projeto e promover a participação e consulta dos diferentes atores da bacia, de maneira culturalmente adequada
	Atores isolados ou vulneráveis não podem participar em condições equitativas	Mesas de trabalho dominadas por atores mais fortes	Elaborar e implementar estratégias para promover a participação de grupos vulneráveis
Elaborar o plano de ação estratégico para a bacia hidrográfica	Processos de consulta e decisão que visam uma visão compartilhada limitam o reconhecimento de múltiplas cosmovisões	Simplificação da diversidade cultural e exclusão dos atores mais fracos e vulneráveis	Elaborar e implementar um sistema que inclua múltiplas visões, em consonância com a diversidade cultural da região. Adotar uma abordagem de “baixo para cima”, considerando as visões e práticas em bacias menores, garantindo a governança e identificando lacunas em escalas sucessivas superiores, construindo propostas interculturais para preenchê-las. <u>Implementação do SEP</u> e suas medidas para mitigar esse risco.
	Os mecanismos binacionais não incluem mecanismos para que os povos indígenas divididos por fronteiras internacionais mantenham contatos, relações e cooperação.	Impedir que os PPIL ajam de forma coordenada e consistente em contextos binacionais	Considerar a situação dos povos indígenas transfronteiriços e outros grupos vulneráveis ou povos indígenas em isolamento voluntário; promovendo a harmonização, mas garantindo a proteção e os direitos dos povos isolados, de acordo com a legislação e os protocolos em vigor.
	Os insumos gerados não levam em consideração adequadamente múltiplas cosmovisões	Os acordos alcançados não são suficientemente amplos e inclusivos	O SEP conta com um mapa exaustivo dos atores e avalia sua situação e possibilidades de participação e representação de seus interesses e necessidades.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
			Implementação da <u>estratégia de divulgação proposta no SEP</u> .
	Não considerar os impactos diferenciados de gênero, idade e grupos socioculturais diferentes da contaminação da água por mercúrio.	Aprofundar as lacunas ao não considerar grupos vulneráveis na execução dos tratados binacionais e no sistema de monitoramento	Garantir a inclusão dos impactos diferenciados sobre grupos específicos no monitoramento e nos tratados binacionais. Como ferramentas-chave para atingir esse objetivo, contam-se o <u>SEP</u> e o <u>Marco dos Povos Indígenas</u> .
	Incumprimento das regulamentações relativas ao acesso aos recursos genéticos. Restrição do acesso dos povos indígenas às espécies sem a devida consulta e restrições no acesso aos meios de subsistência e aprofundamento das disparidades de desigualdade ao articular normas comuns sem considerar as especificidades ou medidas de mitigação ou compensação.	Acesso restrito aos meios de subsistência sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto	Avaliar cuidadosamente as normas propostas e incluir nelas medidas de mitigação ou compensação, garantindo o consentimento prévio, livre e informado.
	Restrição ao acesso aos meios de subsistência no curto prazo.	Acesso restrito aos meios de subsistência sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto	Realizar análises participativas sobre o limite admissível de perda de meios de subsistência no curto prazo e o equilíbrio com a sustentabilidade no longo prazo. Prever medidas de compensação se a redução no acesso aos recursos estiver abaixo do limite admissível. Além disso, a aplicação das medidas previstas no Quadro de Processo do Projeto permite mitigar esses riscos.
Promover acordos setoriais para melhores práticas e planejamento territorial em linha com a visão compartilhada	Cosmovisões dos povos indígenas e usos associados a elas se percam na construção de uma visão integrada	Acesso a meios de subsistência restritos sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto	Os instrumentos de gestão territorial devem ser facilitados e “personalizados” para serem eficazes, considerando a ampla participação.

Riscos e impactos sociais potenciais do Componente 2 e medidas de mitigação propostas

As Tabelas 37 e 38 apresentam os riscos e impactos sociais potenciais identificados nas atividades definidas para cada subcomponente do Componente 2 “Melhoria das intervenções de gestão para uma GIRH compartilhada” e as medidas identificadas para mitigá-los.

Subcomponente 2.1. Mitigação dos impactos da poluição que afetam as águas da bacia e seus recursos.

Tabela 37. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 2.1 e medidas de mitigação propostas.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
Realizar esforços conjuntos para a prevenção e o controle	Não fortalecer as estruturas de governança dos povos indígenas para que participem plenamente da estratégia regional com capacidade de exigir o cumprimento nas áreas sob sua jurisdição.	Perda da oportunidade de fortalecer as instâncias de governança dos povos indígenas.	Considerar o impacto e gerar medidas de mitigação na concepção e implementação da estratégia regional de controle e vigilância da contaminação por mercúrio e outros contaminantes.
Fortalecimento das capacidades para a aplicação da lei e o julgamento	Baixa ou insuficiente transferência de conhecimentos para melhorar a capacidade de resposta a eventos de contaminação.	Perda de oportunidade para que os povos indígenas e as comunidades locais exerçam efetivamente seus direitos.	Elaborar e implementar programas de desenvolvimento de capacidades que identifiquem os atores e suas necessidades específicas em termos de exposição e risco à contaminação.
	Não desenvolver capacidades nas instâncias de governança das comunidades indígenas e locais para que interajam em condições equitativas com outros atores.	Aprofundamento das desigualdades ao não considerar os impactos da contaminação diferenciados por gênero, idade e cultura.	Elaborar e implementar programas de capacitação que identifiquem exaustivamente os atores e suas necessidades específicas de acordo com suas especificidades em termos de exposição e risco à contaminação.
Estabelecer um sistema de alerta precoce sobre a contaminação da água em locais prioritários.	Projetar um sistema que não considere adequadamente os mecanismos de participação e envolvimento dos atores locais e possíveis afetados	Aumento da exposição das comunidades aos riscos associados à contaminação da água por desconhecimento e falta de informação	Mapeamento adequado dos atores e da área de influência com base no plano de contingência ajustado aos riscos
Atividades de mitigação, recuperação/remediação da contaminação da água	Aumentar a exposição de pessoas e comunidades aos efeitos contaminantes do mercúrio durante as ações de controle, remediação e/ou restauração Aumento de um fluxo de resíduos concentrados. Contaminação secundária por agente e/ou produtos. Perturbação de rejeitos e liberação de sedimentos.	Sobre a saúde dos trabalhadores e membros das comunidades envolvidos em atividades de remediação e/ou restauração de áreas afetadas pela contaminação por mercúrio e outros contaminantes O processo foi projetado para extrair mercúrio dos rejeitos da mineração artesanal e de pequena escala (MAPE) de ouro, o	O MGAS contempla ações de mitigação desse risco no <u>plano de segurança e saúde</u>. Para o projeto e a implementação dos projetos-piloto, propõem-se, entre outras: - considerar a redução da exposição dos trabalhadores e membros das comunidades aos contaminantes durante as ações de remediação e/ou restauração das áreas, - aplicar protocolos e meios de segurança para reduzir a exposição e seus efeitos. - garantir a estabilização segura do mercúrio (por exemplo, amalgamação com enxofre), o manuseio seguro (incluindo o uso de equipamentos de proteção individual, EPI), o armazenamento e

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
	Mobilização potencial de mercúrio residual	que gerará um fluxo de resíduos que, se não for armazenado adequadamente, poderá contaminar o solo e a água. Várias das tecnologias de eliminação de mercúrio utilizam reagentes químicos ou solventes, que podem apresentar riscos adicionais de toxicidade se forem descarregados sem tratamento. A escavação ou o reprocessamento planejado dos rejeitos pode aumentar a turbidez e as cargas de sedimentos, afetando o ambiente circundante (incluindo habitats aquáticos e fontes de água). O manuseio físico de rejeitos antigos removerá o mercúrio retido, aumentando possivelmente a exposição por vapores ou escoamento.	transporte, e a coordenação com as autoridades nacionais de resíduos perigosos para o descarte final (observando que várias das empresas trabalham com laboratórios no Peru e na Colômbia para o descarte/armazenamento seguro do mercúrio). -exigir uma avaliação completa do ciclo de vida dos reagentes (por exemplo, a tecnologia DRAM conta com isso) e dos fluxos de resíduos; utilizar agentes biodegradáveis ou de baixa toxicidade (por exemplo, Micromax) sempre que possível, com limpeza/descarte regular dos reagentes (por exemplo, placas de cobre). - implementar medidas de controle de sedimentos (por exemplo, tanques de sedimentação, barreiras/tanques de filtragem, conforme praticado pela DRAM) e considerar a operação durante períodos de baixa pluviosidade. -Utilizar sistemas de contenção e captura; exigir monitoramento ambiental contínuo durante o reprocessamento e a disposição/armazenamento seguro do mercúrio.

Subcomponente 2.2 Produção sustentável e apoio ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais.

Tabela 38. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 2.2 e medidas de mitigação propostas.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
Elaborar planos de gestão de PFNM, pesca e tartarugas	Não considerar os sistemas de papéis e a divisão do trabalho de acordo com o gênero e a idade, bem como as disparidades de gênero em termos de educação, acesso a carteiras de identidade e aos espaços públicos de tomada de decisão, gerando potencialmente maiores desigualdades em termos de acesso a recursos,	As medidas para tornar o aproveitamento sustentável afetam os meios de subsistência no curto prazo, enquanto se busca que sejam sustentáveis no longo prazo, e gera-se um déficit econômico no curto prazo que é necessário compensar de alguma forma.	A gestão desse risco será realizada por meio <u>da estratégia de gênero do Projeto</u> , que inclui ações como: - Realizar uma análise prévia e tornar visíveis os papéis e a divisão do trabalho de acordo com o gênero e a idade - Envolver nos acordos os grupos envolvidos de acordo com o gênero, a idade e o tipo de atividade para o manejo. - Realizar análises participativas dos impactos potenciais sobre a economia familiar a curto, médio e

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
	distribuição da carga de trabalho dentro dos lares e benefícios.		longo prazo e promover a identificação conjunta de medidas de mitigação ou compensação.
	Não considerar adequadamente o conhecimento e a percepção das comunidades indígenas sobre possíveis restrições no acesso a territórios ancestrais e no uso e aproveitamento dos recursos naturais.	Acesso a meios de subsistência restritos sem a devida consulta e definição de medidas para gerenciar o impacto	A gestão desse risco será realizada por meio da <u>estratégia de gênero do Projeto</u> , que inclui ações como a análise participativa sobre a distribuição do tempo de trabalho e descanso e das cadeias de valor com enfoque de gênero
Implementar atividades de desenvolvimento de capacidades para as comunidades e as principais partes interessadas na gestão dos recursos naturais	Excluir grupos vulneráveis com nenhuma ou pouca representação e aprofundar as desigualdades econômicas e sociais dos grupos menos favorecidos.	Sobre os meios de subsistência de grupos vulneráveis cujas necessidades e interesses estão fracamente representados	Identificar todos os grupos afetados e garantir sua participação nos processos de fortalecimento de suas capacidades, gestão, monitoramento, vigilância e comercialização ou identificar medidas que os compensem.
Implementar atividades para impulsionar as cadeias de valor regionais selecionadas para o peixe e os PFNM	Gerar ou acentuar conflitos e enfraquecimento dos sistemas de governança pré-existent e aprofundar as desigualdades socioeconômicas e de gênero	A ausência de uma visão integral dos sistemas de governança gera desequilíbrios, conflitos e acaba enfraquecendo a governança. A ausência de uma abordagem de gênero nas análises da cadeia de valor obscurece a participação das mulheres e das crianças, reduzindo o potencial de contribuições para o manejo adaptativo e aprofundando as desigualdades no acesso aos benefícios e à assistência técnica.	Desde a concepção das cadeias produtivas, incluir a análise dos diferentes níveis de governança, os sistemas de acesso aos recursos naturais, os sistemas culturais, a distribuição de papéis e a divisão do trabalho, e projetar e acordar mecanismos de distribuição de funções e benefícios entre os diferentes níveis de governança, de acordo com o tipo de acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo controles cruzados para assegurar a prestação de contas ("accountability") e reduzir a probabilidade de conflitos. Na identificação dos elos das cadeias, garantir a consideração da participação por gênero e idade e assegurar uma distribuição justa de encargos e benefícios.
	Risco de que as atividades não sejam sustentáveis ao longo do tempo devido à falta de acompanhamento.	Abandono da iniciativa e retorno a atividades não sustentáveis, legais e, ilegais, sobre exploração de recursos naturais, perda de habitat, etc.	Considerar as particularidades culturais de cada povo indígena e equilibrar as relações entre diferentes povos indígenas, considerando a existência de relações de poder assimétricas entre eles. Além disso, destaca-se que o <u>Marco de Planejamento para Povos Indígenas</u> propõe medidas para gerenciar esse risco.
Implementar atividades de meios de subsistência	Não considerar as implicações na tomada de decisões em matéria de	Como geralmente a manutenção das hortas e a alimentação dos	Realizar análises participativas e integrais das economias domésticas e das cadeias de produção para uso

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
alternativos que promovam a segurança alimentar	segurança alimentar e na distribuição do tempo dos membros dos agregados familiares, gerando como consequência potencial uma maior desigualdade na distribuição dos custos e benefícios e maiores perdas nos meios de subsistência.	animais domésticos menores recai sobre as mulheres, novas atividades relacionadas a esses itens impactam as mulheres, aumentando a distribuição desigual do trabalho.	doméstico. Monitorar sistematicamente o comportamento das economias domésticas e a distribuição do tempo de trabalho e descanso por gênero e idade.

Riscos potenciais e impactos sociais do Componente 3 e medidas de mitigação propostas

Para o Componente 3 “Gestão do projeto, monitoramento e avaliação”, especificamente para a atividade relacionada à estratégia de comunicação, foi identificado como risco potencial o descumprimento das regulamentações relativas ao respeito à propriedade intelectual individual e coletiva, gerando como impacto potencial a violação de direitos e a geração de conflitos.

Diante disso, como medidas de mitigação, são propostas as seguintes ações:

- revisar e cumprir as regulamentações de cada país e as internacionais para divulgar e compartilhar informações, respeitando os direitos de propriedade intelectual,
- acordar previamente com os atores-chave os procedimentos e formas através dos quais serão reconhecidos os direitos de propriedade intelectual individuais e coletivos, documentando os acordos,
- implementar as estratégias definidas no SEP para mitigar esse risco.

Da mesma forma, serão adotadas as recomendações internacionais sobre propriedade intelectual que constam em tratados internacionais ou nas Decisões da Comunidade Andina 391 e 486.

8.3.3 Estratégia ambiental e medidas de gestão de riscos e impactos ambientais

Nesta seção, são identificados os riscos e impactos ambientais potenciais e as medidas de mitigação propostas para as atividades apresentadas pelo Projeto, nos componentes 1 e 2, de acordo com o identificado na Avaliação Ambiental (seção 7.4 deste documento).

Além disso, o projeto conta com diferentes instrumentos para a gestão ambiental definidos no PCAS, nos quais essas medidas são coletadas e ampliadas. Esses instrumentos, que estão incluídos no presente MGAS, são:

- Guia sobre Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Banco Mundial (GMAS), seção 8.10, anexo 13.
- Plano de Gestão de Resíduos (PGR), seção 8.8, anexo 11

Riscos e impactos ambientais potenciais do Componente 1 e medidas de mitigação propostas

A seguir, na Tabela 39, são identificados os possíveis riscos e impactos ambientais e as medidas de mitigação propostas para as atividades apresentadas pelo Projeto no Componente 1

“Fortalecimento da governança e da capacidade para a tomada de decisões informadas para a gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH)”.

Subcomponente 1.1. Gestão do conhecimento tradicional e científico para a tomada de decisões informadas.

Tabela 39. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 1.1 e medidas de mitigação propostas.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
Realização de estudos e análises à escala da bacia hidrográfica relevantes para a sua gestão integrada	O pessoal não está suficientemente treinado para realizar a coleta de amostras e, consequentemente, aplica os métodos de forma inadequada, afetando o meio ambiente.	Alterar a estrutura física e química do habitat por efeitos como derramamento de produtos químicos na água, levantamento de sedimentos e remoção de nutrientes.	Selecionar protocolos de amostragem adequados que devem ser contemplados no plano de trabalho antes da execução do monitoramento e verificar se os coletores de amostras estão devidamente treinados.
	Não dispor de instruções, materiais e/ou infraestrutura para a gestão de resíduos, causando o uso e descarte inadequado de resíduos provenientes dos materiais utilizados para a coleta e armazenamento de amostras.	Afetação da água e do solo com resíduos que alteram a paisagem. Contaminação do ar por emissão de maus odores. Emissão de odores que potencialmente atraíam animais que podem ser vetores de doenças (por exemplo, roedores, moscas, mosquitos) ou pragas. Animais presos no lixo. Consumo acidental de plástico ou outros materiais nocivos por animais.	Elaboração de diretrizes para o gerenciamento de resíduos, que incluirão ações como: Procurar utilizar materiais biodegradáveis. Dispor de recipientes adequados e diferenciados para o armazenamento intermediário de resíduos. Transporte adequado de resíduos (recipientes e meios de transporte que evitem vazamentos ou derramamentos). Realizar o descarte final dos resíduos em locais adequados para sua separação e tratamento por meio de gestores autorizados. Procurar que o pessoal que realiza o monitoramento utilize produtos reutilizáveis e não descartáveis (por exemplo, garrafas térmicas e recipientes para alimentos).

Riscos e impactos ambientais potenciais do Componente 2 e medidas de mitigação propostas

As Tabelas 40 e 41 apresentam os riscos e impactos ambientais potenciais identificados nas atividades definidas para cada subcomponente do Componente 2 “Melhoria das intervenções de gestão para uma GIRH compartilhada”.

Subcomponente 2.1. Mitigação dos impactos da poluição que afetam as águas da bacia e seus recursos.

Tabela 40. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 2.1 e medidas de mitigação propostas. Ver Anexo 11 – Plano de Gestão de Resíduos

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
Atividades de mitigação,	Impactos no meio ambiente gerados	Contaminação da água, leito e margens.	*Adequação dos protocolos de remediação de acordo

recuperação/remediação da contaminação da água	pela implementação inadequada de técnicas de restauração e/ou remediação por falta de conhecimento especializado.	Sedimentação. Alterações na geomorfologia, propriedades físicas e químicas do solo devido à preparação do terreno. Aumento de partículas em suspensão no ar e geração de maus odores. Perda da camada orgânica do solo. Contaminação por gestão inadequada dos resíduos dos produtos e materiais utilizados. Contaminação, afetação ou perda da flora e fauna do rio e seus ecossistemas associados. Desequilíbrio no ecossistema devido à introdução de espécies exóticas e invasoras, como plantas ou bactérias degradadoras que competem com espécies nativas e causam desequilíbrio nos ecossistemas e proliferação de pragas. Deslocamento de animais devido ao ruído causado pelos motores na zona de implantação. Emissão de odores que potencialmente atrairiam animais que podem ser vetores de doenças (por exemplo, roedores, moscas, mosquitos) ou pragas. Animais presos no lixo. Consumo acidental de plástico ou outros materiais nocivos por animais.	com a natureza dos distúrbios e as condições biofísicas de cada local a ser intervenção. *Contratação de especialistas para o desenvolvimento e implementação do plano de remediação e/ou restauração. *Uso de espécies nativas como critério preferencial. *Uso de adubos orgânicos e/ou bioinsumos de fonte conhecida e proveniência garantida. *Incorporação do controle biológico de pragas e doenças no plano de remediação e/ou restauração. *Elaboração de um protocolo/lista de critérios para a seleção das metodologias possíveis de remediação e das técnicas de biorremediação. *Protocolo/lista de verificação para a análise específica dos possíveis impactos das metodologias selecionadas e suas medidas de prevenção/mitigação.
--	---	--	--

Subcomponente 2.2 Produção sustentável e apoio ao uso sustentável e equitativo dos recursos naturais.

Tabela 41. Riscos e impactos potenciais das atividades do Subcomponente 2.2 e medidas de mitigação propostas. Ver Anexo 11 – Plano de Gestão de Resíduos

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
Implementar atividades para impulsionar as cadeias de valor regionais selecionadas para o peixe e os PFNM	Implementação de tecnologias que possam gerar impactos ambientais negativos durante a implementação das iniciativas.	Introdução de espécies exóticas, proliferação de pragas. Contaminação e uso não sustentável da água. Contaminação do solo com resíduos poluentes que alterem a química, a geomorfologia ou a constituição da paisagem. Contaminação do ar por emissão descontrolada de maus odores e/ou material particulado.	Proposta de diretrizes para o manejo de resíduos/gestão de resíduos resultantes dos diferentes processos das cadeias de valor. Implementação de medidas que garantam a sustentabilidade da iniciativa e da produção ao longo da cadeia de valor. Prestação de assistência técnica para garantir a sustentabilidade ambiental e econômica dessas atividades. Elaboração de diretrizes para o gerenciamento de resíduos, que incluirão ações como: Procurar utilizar materiais biodegradáveis.

Atividade	Descrição do risco	Caracterização do impacto	Estratégia para a gestão de riscos e impactos
		Contaminação do ar pela geração de emissões de CO ₂ devido ao uso de energia não renovável.	Dispor de recipientes adequados e diferenciados para o armazenamento intermediário de resíduos. Transferência adequada de resíduos utilizando recipientes e meios de transporte apropriados que evitem vazamentos ou derramamentos. Realizar o descarte final dos resíduos em locais adequados para sua separação e tratamento (por exemplo, populações urbanas que contam com um sistema de gestão de resíduos), por meio de gestores autorizados. Procurar que o pessoal que realiza o monitoramento utilize produtos reutilizáveis e não descartáveis (por exemplo, garrafas térmicas e recipientes para alimentos).

8.3.4 Estratégia de socialização e divulgação do PGAS

A estratégia de socialização e divulgação do PGAS considerará o definido no Capítulo 6 deste documento relacionado com as consultas significativas e a participação inclusiva e eficaz para o envolvimento das Partes Interessadas, tanto na formulação como na implementação do Projeto. Da mesma forma, será orientada pelo definido no Plano de Participação das Partes Interessadas – PPPI (seção 8.6, anexo 9), com o qual se busca garantir o devido relacionamento com todas as partes interessadas, de maneira social e culturalmente apropriada.

Esta estratégia de divulgação e socialização do PGAS tem os seguintes objetivos:

- Informar as Partes Interessadas sobre as atividades do Projeto.
- Apresentar os riscos e impactos sociais e ambientais potenciais identificados e as medidas de mitigação previstas.
- Identificar outros riscos e impactos sociais e ambientais a partir do conhecimento e da percepção que as Partes Interessadas têm de seu território, com suas respectivas medidas de mitigação.

Com o objetivo de garantir a participação do maior número possível de partes interessadas no Projeto, serão realizadas convocatórias por diversos meios de comunicação que garantam uma ampla cobertura, facilitando as condições para que as partes interessadas mais vulneráveis possam participar de forma eficaz. Além disso, a estratégia de comunicação do projeto incluirá a elaboração de mensagens e peças de comunicação com informações organizadas, relevantes e culturalmente adequadas, considerando:

- O espanhol e o português como idiomas principais para a elaboração das mensagens, por serem as línguas mais utilizadas pelos habitantes locais e pelas organizações com jurisdição na Bacia. No entanto, em previsão de comunidades monolíngues em língua nativa, se necessário, será considerada a emissão das mensagens também em seus respectivos idiomas.
- O uso de linguagem clara, simples e concreta, evitando tecnicismos, de modo que os diferentes públicos-alvo possam compreendê-las e replicá-las facilmente.

- Para ter maior impacto e credibilidade, as mensagens reconhecerão valores culturais e apelarão ao papel e à responsabilidade social das comunidades na gestão da Bacia, de modo que as comunidades se identifiquem com o objetivo do Projeto.

A socialização e divulgação do PGAS serão realizadas durante todo o ciclo do Projeto, com o objetivo de garantir uma gestão social e ambiental dinâmica e sistemática que responda às contingências de seu próprio desenvolvimento e focada nas necessidades das partes afetadas e outras partes interessadas, além de garantir a sustentabilidade do meio ambiente.

8.3.5 Relatórios de cumprimento do PGAS e d

De acordo com os períodos de relatórios semestrais e anuais sobre o avanço técnico e financeiro do Projeto, a equipe de trabalho da UMP fornecerá relatórios que incluirão o avanço no cumprimento do PGAS, com os respectivos suportes. Da mesma forma, serão apresentadas sugestões de melhorias para garantir a prevenção e a gestão adequada de potenciais conflitos sociais e ambientais.

Para este relatório de progresso no PGAS, serão incluídos os seguintes aspectos:

- Lista de atividades, indicando os contratos de consultoria ou assistência técnica contratados para o desenvolvimento dos diferentes componentes.
- Estado de avanço de cada um dos contratos realizados para o desenvolvimento do Projeto: envolve a descrição das atividades executadas para o desenvolvimento do Projeto em qualquer um de seus componentes, indicando os nomes dos contratados, a fiscalização e o pessoal responsável pela gestão ambiental, social, de saúde e segurança.
- Avanço da execução do PGAS em relação direta com as medidas de gestão social e as medidas de gestão ambiental, bem como de cada um dos instrumentos que o complementam: PPPI, MPPI, PGL, PGR e medidas SST.
- Relatório consolidando o avanço dos indicadores de gestão do Projeto estabelecidos no MGAS.
- Relatório e análise do comportamento do mecanismo de gestão do PQR.
- Conclusões e recomendações da gestão ambiental e social.

8.3.6 Acordo institucional para a gestão social e ambiental

Para gerenciar e garantir a gestão adequada dos riscos potenciais do projeto, a UMP contará com um coordenador de Padrões Ambientais e Sociais, um especialista em questões sociais e de governança, um especialista em monitoramento e avaliação, além de especialistas em temas específicos de cadeias de valor e ecossistemas aquáticos. Além disso, e de acordo com as condições específicas de cada componente, contará com o apoio de profissionais especializados da WCS nas áreas exigidas pelo projeto.

Essa equipe será contratada após o cumprimento das condições de desembolso para a implementação dos componentes 1 e 2 e antes da abertura dos diferentes processos para a contratação de organizações e/ou consultores individuais, e apoiará a elaboração dos respectivos TdR de contratação e a posterior supervisão e monitoramento. Isso inclui:

- garantir que as diferentes organizações e/ou consultores individuais cumpram em seus respectivos contratos as especificações ambientais, sociais, de saúde e segurança, e os códigos de conduta nos quais se faça referência explícita às ações pertinentes para prevenir situações de vulnerabilidade de jovens, crianças e adolescentes e a prevenção e resposta a situações de Violência Baseada em Gênero (VBG), Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual no Trabalho (AS);
- apoiar e dar suporte às organizações e consultores em relação aos requisitos ambientais, de SST e sociais do projeto;
- acompanhar e monitorar as ações previstas pelas organizações e consultores para cumprir os requisitos estabelecidos no MGAS;
- revisar e comentar os relatórios mensais das organizações e consultores para garantir o cumprimento do MGAS;
- elaborar relatórios semestrais para o Banco Mundial sobre a implementação do PGAS e o cumprimento dos requisitos definidos no MGAS.
- apoiar o acompanhamento, monitoramento e gestão ambiental e social durante a implementação dos subprojetos que forem atribuídos.

Essa estrutura organizacional será mantida durante toda a implementação do Projeto. No desenvolvimento dos subprojetos, a equipe de especialistas do Projeto e a UMP utilizarão as ferramentas de acompanhamento da matriz de riscos e impactos ambientais e sociais, PPI, MAQR para gerenciar as questões ambientais e sociais.

Por fim, é importante destacar que todas as organizações e consultores que realizam atividades para o desenvolvimento do Projeto assumem o compromisso de garantir a gestão adequada dos riscos e impactos ambientais e sociais potenciais que possam ser gerados na implementação do Projeto e de suas atividades.

8.3.7 Cronograma de gestão social e ambiental

A WCS desenvolverá um cronograma de gestão social e ambiental com base no cronograma geral do projeto, uma vez que este último tenha sido definido. Esse cronograma será enviado ao Banco Mundial antes do início das atividades de contratação e conterá, no mínimo:

- Medidas gerais de mitigação (medidas ambientais, de saúde e segurança no trabalho e sociais aplicáveis a todos os contratados).
- Medidas institucionais (contratação da equipe de especialistas ambientais e sociais e especialista em monitoramento e relatórios).
- Plano de capacitação dos diferentes instrumentos para a gestão social (MGAS, PCAS MPPI, PPPI, PGL, SST).
- Comunicação e divulgação às partes interessadas.
- Medidas de controle, acompanhamento e avaliação do projeto

8.3.8 Orçamento para a Gestão Ambiental e Social

A WCS estruturará um orçamento para a gestão ambiental e social assim que o orçamento geral definitivo do projeto estiver disponível, através do qual serão indicados os custos estimados e o pessoal necessário para cada uma das atividades a serem implementadas para a mitigação de potenciais riscos e impactos sociais e ambientais. Da mesma forma, definirá os mecanismos para

monitorar a execução orçamentária e realizar o relatório financeiro ao Banco Mundial a cada semestre.

8.3.9 Lista de exclusão

O projeto não apoiará as seguintes atividades, nem financeiramente, como contrapartida ou como atividades indiretamente relacionadas, uma vez que contrariam os EAS do BM e o espírito geral do Projeto:

- Atividades que promovam mudanças na cobertura e/ou uso do solo de vegetação natural para outra cobertura ou uso.
- A conversão, desmatamento, degradação ou qualquer outra alteração dos habitats naturais, incluindo, entre outras coisas, sua conversão para usos agrícolas ou monoculturas florestais.
- Atividades dentro das Áreas Protegidas do Sistema Nacional de Áreas Protegidas, com exceção de suas áreas de influência onde há pressão sobre os recursos florestais.
- Uso de pesticidas formulados que atendam aos critérios de carcinogenicidade, mutagenicidade ou toxicidade para a reprodução estabelecidos pelos organismos internacionais competentes. É proibido o uso de pesticidas que atendam aos critérios das classes IA e IB da Classificação Recomendada de Pesticidas por Perigo e Diretrizes de Classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) ou formulações de produtos da Classe II das Diretrizes da OMS, ou que não atendam aos seguintes critérios de seleção e uso de pesticidas.
- Alteração do curso hidráulico e/ou represamento.
- Construção de barragens.
- Construção e/ou reabilitação de sistemas de irrigação e/ou poços para usos específicos de irrigação.
- Compra de produtos químicos para combater pragas, como pesticidas sintéticos.
- Produção ou tráfico de produtos resultantes de atividades ilegais sob a legislação nacional ou convenções e acordos internacionais.
- Obras de infraestrutura que possam promover a conversão, desmatamento, degradação ou qualquer outra alteração dos habitats naturais.
- Comércio de vida selvagem ou seus produtos regulamentados pela convenção CITES.
- Atividades que não tenham recebido o apoio das comunidades que habitam as áreas onde as atividades serão realizadas.
- Atividades que gerem o deslocamento físico de pessoas.
- Atividades desenvolvidas em áreas em que o patrimônio cultural seja afetado ou não sejam tomadas as precauções estabelecidas no MGAS para evitar o impacto sobre o patrimônio cultural.
- Atividades realizadas em terras litigiosas ou em disputa.
- Apoio a campanhas eleitorais ou de proselitismo.
- O desenvolvimento de culturas associadas à produção de bebidas alcoólicas ou drogas.
- Produção ou tráfico de armas, munições, bebidas alcoólicas ou tabaco.
- O uso de organismos geneticamente modificados (OGM).
- Atividades que possam violar os direitos humanos.

8.4 Quadro de Processo (MP)

O projeto Bacia Putumayo-Içá busca apoiar os meios de subsistência das comunidades locais por meio da adoção de práticas que integrem considerações ambientais e sociais, promovendo a sustentabilidade das práticas de produção, a exploração adequada dos recursos naturais e a conservação do meio ambiente. Não envolve atividades que gerem reassentamentos ou deslocamentos involuntários; no entanto, algumas atividades podem ter efeitos adversos sobre a população. Consequentemente, foi elaborado um Quadro de Processo (Anexo 7) como instrumento fundamentalmente preventivo, que visa orientar as medidas necessárias para evitar efeitos adversos, como a restrição involuntária do acesso aos recursos naturais ou o impacto nos meios de subsistência das comunidades, de acordo com os requisitos previstos na norma 5 do Banco Mundial “Aquisição de terras, restrições ao uso da terra e reassentamento involuntário”.

O âmbito específico de aplicação do Quadro de Processo corresponde às atividades do componente 2 “Melhoria das intervenções-chave para a gestão integrada dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Putumayo-Içá”, que busca financiar intervenções centradas nas necessidades urgentes de prevenir e controlar a contaminação da água por mercúrio e outros contaminantes, e apoiar a gestão sustentável das cadeias de valor de determinados recursos hidrobiológicos transfronteiriços. No processo de planejamento e execução posterior, com este Marco de Processo, serão incorporadas as medidas necessárias para salvaguardar os direitos e interesses das pessoas eventualmente afetadas, em coerência com o presente Marco de Gestão Ambiental e Social do projeto (MGAS).

8.5 Quadro de Planejamento para Povos Indígenas (MPPI)

O Quadro de Planejamento para Povos Indígenas (Anexo 8) do projeto Bacia Putumayo-Içá busca cumprir a política operacional 4.10 de Povos Indígenas⁷³, como parte do processo de cumprimento das Normas Sociais e Ambientais do Banco Mundial (BM) pela Wildlife Conservation Society (WCS), como agência executora regional.

O MPPI inclui a descrição das atividades do projeto que envolvem povos e territórios indígenas e a identificação de riscos potenciais, a definição de diretrizes para a avaliação social das ações que envolvem territórios indígenas, o quadro para a identificação das partes interessadas e o desenvolvimento de um processo de informação, consulta e participação na preparação e implementação das ações da iniciativa que envolvem territórios indígenas, a definição de arranjos institucionais para a preparação, divulgação, relatório, acompanhamento e atendimento de petições, reclamações e queixas (PQR) dos Planos de Ação dentro do Quadro da Política de Povos Indígenas do Banco Mundial, os instrumentos para a proteção dos direitos individuais e coletivos das comunidades e povos indígenas, a caracterização sociodemográfica e cultural dos povos e territórios indígenas que podem ser afetados pelas atividades implementadas e as medidas que garantem seu acesso equitativo aos benefícios do projeto. Por fim, o MPPI inclui os acordos para o acompanhamento, atendimento de PQR e relatório de avanços e resultados dos Planos de Ação dentro do Quadro da Política de Povos Indígenas do Banco Mundial.

⁷³ Esta política contribui para o cumprimento da missão do Banco de reduzir a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável, garantindo que o processo de desenvolvimento seja realizado com total respeito pela dignidade, direitos humanos, economias e culturas dos povos indígenas.

É importante destacar que este documento será atualizado para refletir os resultados das consultas livres e informadas realizadas durante a preparação do projeto e será atualizado ao longo de toda a vida do projeto, conforme necessário.

8.6 Plano de Participação das Partes Interessadas (PPPI)

O Plano de Participação das Partes Interessadas ou Stakeholder Engagement Plan - SEP (Anexo 9) do projeto Bacia Putumayo-Içá faz parte do processo de cumprimento das Normas Sociais e Ambientais do Banco Mundial (BM) pela Wildlife Conservation Society (WCS), como agência executora regional do projeto, para dar resposta à Norma 10 do BM, que visa garantir o devido relacionamento com todas as partes interessadas, de forma social e culturalmente apropriada.

Nesse contexto, o PPPI apresenta uma análise do marco jurídico e legal para o relacionamento com as partes interessadas, incluindo a identificação de instrumentos internacionais assinados pelos países, o marco legal de cada país e as políticas da WCS, BM e GEF. Além disso, caracterizam-se as partes interessadas e afetadas, propondo-se a estratégia que será utilizada para promover sua participação nos processos de socialização e consulta do projeto. Por fim, define-se o mecanismo de atendimento a reclamações e queixas e as ferramentas de acompanhamento e monitoramento, bem como o pessoal envolvido que participará disso, a fim de cumprir as atividades estabelecidas neste documento. Ressalta-se que esses pontos-chave do PPPI foram igualmente descritos no Capítulo 6 do presente documento.

8.7 Plano de Gestão Trabalhista (PGL)

Como medida preventiva para a gestão de riscos e impactos sociais relacionados à saúde e segurança dos trabalhadores, existe o Plano de Gestão Laboral – PGL, de acordo com o definido no EAS 2 (Anexo 10), com os seguintes objetivos:

- Promover condições de trabalho que protejam a integridade física e psicossocial dos trabalhadores do Projeto nas diferentes atividades a serem realizadas, independentemente do tipo de contrato e do período de vínculo.
- Definir o código de conduta formal e adequado que os trabalhadores do Projeto devem assumir, bem como as medidas ou sanções consequentes em caso de incumprimento. Este código de conduta orienta-se por três princípios fundamentais: (i) Reduzir a força de trabalho externa ao mínimo possível, aproveitando a força de trabalho local, (ii) Abordar os riscos adversos com medidas adequadas ao nível de risco e impactos identificados em qualquer momento da execução do Projeto e (iii) Incorporar medidas de mitigação dos riscos e impactos sociais adversos nos contratos de todas as consultorias e empreiteiras vinculadas ao Projeto. Um tema central a ser considerado serão as medidas de segurança contra a Covid-19.
- Garantir as condições de saúde e segurança no trabalho durante todo o ciclo do projeto.
- Estabelecer um mecanismo de atendimento às reclamações e queixas dos trabalhadores vinculados ao projeto.

Como índice sugerido do PGL, propõe-se o seguinte:

1. Introdução.
2. Objetivos do PGL.

3. Quadro jurídico laboral por país.
 - 3.1 Termos e condições.
 - 3.2 Segurança e saúde no trabalho.
4. Descrição da equipe de trabalho do projeto.
5. Avaliação dos principais riscos laborais potenciais.
6. Responsabilidades e funções dos responsáveis pela implementação do PGL.
7. Políticas e procedimentos do projeto.
 - 7.1 Políticas.
 - 7.2 Procedimentos.
 - 7.2.1 Procedimentos para o tratamento ocupacional.
 - 7.2.2 Procedimentos para o gerenciamento de riscos trabalhistas identificados.
 - 7.2.3 Código de conduta.
8. Termos e condições laborais do projeto.
9. Gestão dos trabalhadores do projeto.
10. Mecanismo de atendimento a reclamações e queixas.

8.8 Plano de Gestão de Resíduos (PGR)

O Anexo 11 contém as diretrizes gerais para a gestão de resíduos produzidos pelas ações apoiadas durante a implementação do Projeto Bacia Putumayo-Içá. Este PGR inclui as medidas que devem ser igualmente consideradas nas obrigações contratuais das organizações e consultores, em atendimento ao cumprimento da legislação ambiental vigente em cada país e do quadro de gestão ambiental e social do Banco Mundial, de acordo com o EAS 3, para a gestão de resíduos.

Este Plano de Gestão de Resíduos inclui os requisitos específicos que cumprem a Convenção de Minamata para proteger a saúde humana e o meio ambiente dos efeitos adversos dos materiais perigosos que serão manipulados (incluindo mercúrio e outros contaminantes). O Plano será implementado durante toda a execução do projeto.

Como índice sugerido para o PGR, propõe-se o seguinte:

1. Introdução
2. Objetivos do PGR
3. Quadro regulatório por país
4. Plano de gestão de resíduos
 - 4.1 Gestão e Manuseio de Resíduos Perigosos (RESPEL)
 - 4.2 Gestão e manuseio de resíduos especiais
 - 4.3 Gestão e manuseio de resíduos comuns
5. Monitoramento e avaliação do PGR.

8.9 Medidas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST)

Como parte do MGAS e do PGL, são implementadas medidas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), próprias da regulamentação de cada um dos países, que protegem a integridade da saúde e a segurança de todos os trabalhadores do Projeto. Essas medidas de SST devem ser incorporadas nos documentos de licitação e nos contratos com empreiteiros e/ou consultores que realizam atividades para o Projeto, garantindo sua implementação em cada local de trabalho. Além disso, todas as empresas de consultoria e empreiteiras devem utilizar peças de comunicação e campanhas de sensibilização permanente sobre os comportamentos adequados perante a comunidade e a

cultura de tolerância zero com qualquer situação que viole os direitos e a integridade das mulheres, crianças e adolescentes. Nesse sentido, a partir do projeto Cuenca Putumayo-Içá, serão definidas e aplicadas Medidas de Saúde e Segurança no Trabalho – SST (Anexo 12), com os seguintes objetivos:

- Estabelecer as diretrizes gerais de Saúde e Segurança no Trabalho que todos os contratados devem adotar e integrar em suas operações.
- Estabelecer diretrizes gerais em Saúde e Segurança no Trabalho focadas na identificação de perigos potenciais e fatores de risco em Saúde e Segurança na implementação do projeto.
- Estabelecer as medidas gerais necessárias para eliminar, substituir, prevenir e mitigar os perigos e riscos à saúde e segurança dos trabalhadores.

Como índice sugerido para a SST, propõe-se o seguinte:

1. Introdução.
2. Objetivos do SST.
3. Requisitos gerais do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho.
4. Medidas de Gestão para a Saúde e Segurança no Trabalho.
5. Recursos humanos.
6. Saúde ocupacional.
7. Identificação de riscos e perigos.
8. Medidas de controle de perigos.
9. Plano de resposta a emergências.
10. Investigação e relatório de incidentes e acidentes.
11. Proibições.
12. Requisitos essenciais para a prevenção e mitigação da Covid-19.

8.10 Guia sobre Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Banco Mundial (GMASS)

O GMASS, que se encontra anexo ao Anexo 13, tem como principais objetivos:

- (i) Identificar, o mais rápido possível, os riscos que um projeto acarreta para o meio ambiente, a saúde e a segurança;
- (ii) Estabelecer a probabilidade de ocorrência e a gravidade dos riscos identificados, considerando a natureza das atividades do projeto, se estas irão gerar quantidades significativas de emissões ou efluentes ou se implicam o uso de materiais ou processos perigosos; e as possíveis consequências que decorrerão de um manejo inadequado dos riscos para os trabalhadores, comunidades e meio ambiente;
- (iii) Dar prioridade a estratégias de gestão de riscos, para alcançar uma redução generalizada dos mesmos na saúde humana e ambiental;
- (iv) Apoiar estratégias destinadas a eliminar as causas dos riscos desde a sua origem.

8.11 Processo de gestão e prevenção de incidentes e acidentes

No contexto do projeto, será considerado como um “*incidente*” um acidente ou evento negativo que ocorra como resultado de alguma falha (ou não conformidade) no cumprimento, por parte de qualquer uma das partes responsáveis⁷⁴, das tarefas/atividades próprias do projeto ou dos EAS do

⁷⁴ As partes responsáveis incluem qualquer parte encarregada da implementação do projeto, desde empreiteiros, subempreiteiros, consultores de supervisão ou unidades de implementação, entre outros.

BM. Também serão considerados incidentes aqueles eventos prejudiciais inesperados ou imprevistos que possam ocorrer durante a implementação do projeto. Como exemplos de incidentes no contexto deste Guia, podem ser mencionados: fatalidades, acidentes ou lesões graves; impactos sociais decorrentes do afluxo de trabalhadores estrangeiros nas comunidades (*labor influx*); casos de abuso ou exploração sexual (AES) ou outras formas de violência de gênero (VG); eventos importantes de contaminação ambiental; perda de biodiversidade ou destruição de habitats críticos; perda de recursos culturais físicos; ou perda de meios de subsistência e/ou acesso a recursos naturais por parte da comunidade (Tabela 42).

O escopo do gerenciamento de incidentes e acidentes não se aplicará a eventos não relacionados ao projeto, por exemplo, no caso de ações bélicas ou desastres naturais que afetem os trabalhadores do projeto ou membros da comunidade. No entanto, quando se tratar de fatos relevantes (fatalidades ou outros incidentes graves) ocorridos no entorno do projeto, mesmo que não estejam sob seu controle, eles devem ser relatados ao Banco para serem incluídos, conforme o caso, em algum documento do projeto, como os Relatórios de Apoio ou outros, a título de registro.

Tabela 42. Guia para a classificação dos incidentes

Indicativos
• Incidentes relativamente menores e de efeito local que impactam negativamente em áreas geográficas reduzidas ou em um número pequeno de pessoas. • Incidentes que não geram danos significativos ou irreparáveis. • Falhas (não conformidades) na implementação das medidas de controle ambiental, social ou de saúde e segurança ocupacional estabelecidas para os projetos que produzem impactos imediatos limitados.
Graves
• Incidentes que causaram ou podem causar danos significativos ao meio ambiente, às comunidades ou aos recursos naturais ou culturais. • Falhas (não conformidades) na implementação das medidas de controle ambiental, social ou de saúde e segurança ocupacional estabelecidas para os projetos que produzem impactos significativos, ou não conformidades repetidas em relação a políticas ambientais ou sociais (mesmo que cada incidente individualmente possa ser considerado de caráter indicativo). • Quando a incapacidade de resolver as não conformidades indicativas puder causar impactos significativos. • Quando for complexo e/ou dispendioso reverter o incidente ou seu efeito. • Quando puder causar algum tipo de dano ou lesões permanentes. • Quando exigirem uma resposta urgente. • Quando podem representar um risco significativo para a reputação do Mutuário ou do Banco.
Fatalidades
Incidentes que tenham causado ou possam causar danos importantes ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades.

8.11.1 Processo de Gestão e Relatório de Incidentes

O projeto, por meio da UMP, deverá relatar os incidentes ao Banco de acordo com a gravidade dos mesmos e garantir uma resposta eficaz e adequada a tais eventos. O processo de gestão e relatório de incidentes está estruturado nas seguintes etapas:

1. Relatório do Incidente (Em prazos de acordo com a gravidade)
2. Investigação (O que aconteceu? Como e por quê?)
3. Resposta (Ações corretivas. Medidas preventivas)
4. Acompanhamento (A resposta está completa? Foi eficaz?)

1. Relatório do incidente: A UMP deverá notificar o Banco Mundial no prazo de 48 horas, após receber a notificação do supervisor da obra designado, sobre qualquer incidente ou acidente relacionado com o projeto que tenha ou possa ter um efeito adverso significativo sobre o meio ambiente, as comunidades afetadas, o público ou os trabalhadores, incluindo, entre outros, qualquer acidente que provoque morte, ferimentos graves ou múltiplos. Será responsabilidade do projeto arbitrar todos os meios para conhecer os fatos ocorridos em profundidade, a fim de compreender o grau de gravidade da situação e tomar as medidas de resposta necessárias, entre elas, e se necessário, garantir que seja realizada a investigação apropriada do incidente, correspondendo aos mesmos requisitos de relatório e resposta para o mesmo.

2. Investigação: No caso de incidentes graves ou quando houver informações limitadas ou contraditórias sobre os fatos, será necessário realizar uma investigação sobre as causas do incidente, para avaliar o grau de gravidade do mesmo e definir os próximos passos a serem seguidos.

O Projeto (e/ou o Contratante) será responsável por realizar as investigações para entender os fatos no terreno. O Mutuário deverá garantir que os incidentes sejam investigados para estabelecer o que aconteceu e por quê, de modo que possam ser implementados procedimentos ou medidas para evitar a recorrência dos fatos e para que sejam aplicadas as ações de resposta ou remediação apropriadas. É essencial que o projeto e o Banco tenham uma compreensão clara da(s) causa(s) subjacente(s) do incidente para chegar a um acordo sobre as medidas para prevenir eventos recorrentes.

O escopo da investigação dos incidentes deve ser aceitável para o BM. Em particular, e caso considere necessário, o Banco poderá exigir que o Mutuário realize uma Análise da Causa Raiz (ACR) ou algum estudo de investigação equivalente para compreender e documentar as causas subjacentes do incidente. Nesses casos, o Mutuário deverá garantir que a ACR seja realizada conforme solicitado. O escopo da investigação da ACR será proporcional à gravidade do incidente. A realização de uma ACR nem sempre será imperativa, não sendo particularmente necessária nos casos em que as informações sobre o incidente forem claras e facilmente disponíveis.

O objetivo principal da RCA é a prevenção e será realizada por quem administra o local onde ocorreu o incidente/acidente, por exemplo, subvenção, empreiteiro, subempreiteiro, etc. A RCA⁷⁵ abordará o seguinte:

- a. Determinar o que aconteceu, identificando e descrevendo o incidente/acidente. Incluir fotos.
 - i. O que aconteceu? Quem foi afetado?

⁷⁵ Embora uma RCA não seja obrigatória, especialmente nos casos em que as informações são claras e estão disponíveis, é essencial que o Mutuário e o Banco compreendam a(s) causa(s) subjacente(s) do incidente para acordar medidas para prevenir recorrências.

- ii. Onde e quando ocorreu.
- iii. Qual é a fonte da informação? Como soube do incidente/acidente?
- iv. Os fatos básicos do incidente/acidente são claros e indiscutíveis, ou existem versões contraditórias?
- v. Quais foram as condições ou circunstâncias em que ocorreu o incidente/acidente?
- vi. O incidente ainda está em andamento ou foi contido?
- vii. Trata-se de perda de vidas ou danos graves?
- viii. Qual foi a gravidade do incidente?
- b. Determinar a causa raiz (RCA) do incidente/acidente
 - i. Compreender e documentar a(s) causa(s) raiz do incidente, que podem ser devidas aos seguintes fatores:
 - a. Procedimentos de trabalho
 - b. Equipamentos e tecnologia
 - c. Organizacionais/sistêmicos
 - d. Fatores humanos.
 - ii. ⁷⁶A RCA deve basear-se nos processos nacionais existentes, quando disponíveis. Somente na ausência de sistemas ou experiência insuficiente, o Contratante poderá contratar consultores (nacionais ou internacionais) para realizar a RCA.
 - iii. Uma RCA deve ser concluída o mais rápido possível, idealmente dentro de 10 dias após o incidente.
 - iv. O contratante e o projeto usarão as conclusões da RCA para desenvolver medidas que serão incluídas em um plano de ação corretivo.
 - v. A RCA será compartilhada com o Banco Mundial e serão fornecidas informações completas sobre o incidente.
 - vi. Serão facilitadas visitas adicionais ao local do incidente/acidente, se necessário.
- c. Identificar medidas corretivas imediatas, bem como ações de acompanhamento adicionais, se necessário, com seus prazos associados. Essas ações de acompanhamento adicionais poderão ser incluídas no
- 2. Plano de Ações Corretivas (CAP, na sigla em inglês) e terão como objetivo prevenir incidentes/acidentes semelhantes no futuro. O CAP terá, entre outros elementos, os indicados no anexo C.
- 3. Qualquer relatório posterior será fornecido dentro de um prazo aceitável para o Banco.

3. Resposta: Quando os fatos básicos do incidente estiverem suficientemente claros e inquestionáveis, particularmente no caso de incidentes indicativos, a documentação das características do incidente e sua resposta adequada de acordo com os requisitos do “Relatório do Incidente” pode ser a única ação exigida do Mutuário. No entanto, o Mutuário deverá garantir que sejam tomadas medidas para evitar a recorrência desses incidentes, a fim de evitar escaladas (por exemplo, verificar se o treinamento foi intensificado em caso de subutilização de EPI). A evidência desses controles deverá constar nos Relatórios Semestrais do Mutuário ao Banco.

⁷⁶ O mutuário ou empreiteiro geralmente é responsável pelo financiamento da preparação da RCA.

Nos casos em que as características do incidente tenham motivado o Mutuário a realizar uma ACR ou um estudo equivalente, o Mutuário apresentará ao Banco um conjunto de medidas adequadas para abordar as causas subjacentes do incidente e permitir prevenir sua recorrência. Essas medidas deverão ser aceitáveis para o Banco. As conclusões da ACR servirão de base para a implementação das medidas acordadas, que serão incluídas num “Plano de Ações Corretivas das Normas Ambientais e Sociais” (PACEAS).

O Mutuário será responsável por elaborar o PACEAS, que deverá incluir ações, responsabilidades, cronogramas para a implementação e um programa de monitoramento por parte do Projeto/Contratante. O Mutuário deverá assegurar que o conteúdo do PACEAS seja complementado com os instrumentos de salvaguardas/padrões existentes para o projeto e será responsável por garantir seu cumprimento, uma vez que eles constituirão novos requisitos ambientais, sociais e de saúde e segurança ocupacional de cumprimento efetivo.

4. Acompanhamento: Qualquer que seja o alcance das medidas de resposta ao incidente e independentemente da classificação deste, é necessário acompanhar as medidas que foram implementadas para evitar a recorrência de incidentes. A evidência disso deverá constar nos Relatórios Semestrais. Caso o Projeto tenha desenvolvido um PACEAS, ele também será responsável por executá-lo ou verificar sua execução por terceiros que estejam sob sua supervisão. O Banco monitorará a implementação do PACEAS. São responsabilidades do Projeto implementar o PACEAS, monitorar o progresso e informar o Banco sobre o andamento da implementação.

9. Sistema de Monitoramento e Avaliação

A WCS utiliza uma gestão baseada em resultados para medir a eficácia e adaptar as estratégias do projeto. A gestão baseada em resultados requer monitoramento em três níveis: Impactos, Resultados e Produtos, que refletem a teoria da mudança utilizada pela WCS. A WCS utiliza modelos conceituais para especificar uma teoria da mudança, incluindo as conexões causais entre as atividades perseguidas e os objetivos mensuráveis a serem alcançados. O modelo conceitual também inclui um quadro explícito de monitoramento e avaliação para monitorar o progresso na execução das atividades, a redução dos níveis de ameaça e o status dos objetivos. Esse quadro, denominado “Formulário de Relatório de Mitigação Ambiental (EMR)” da WCS, encontra-se no Anexo 5 e deve ser implementado antes do início das atividades e atualizado anualmente.

Este “Formato de Relatório de Mitigação Ambiental” é o insumo inicial para que os subprojetos que serão adjudicados na execução do Projeto em cada um dos Componentes 1 e 2, após sua aprovação, desenvolvam, no âmbito do EAS1 “Avaliação e Gestão dos Riscos e Impactos Ambientais e Sociais”, a matriz de mitigação de riscos, com ações, responsáveis, orçamentos, etc., caso os riscos identificados se apresentem. A matriz, juntamente com outras ferramentas, apoiará o monitoramento da gestão dos riscos.

A WCS aplicou sua experiência e aprendizado para melhorar as práticas e o monitoramento da conservação. A WCS é membro fundador da Parceria de Medidas de Conservação (Conservation Measures Partnership - <http://www.conservationmeasures.org>), que se reuniu inicialmente em 2002 para abordar as preocupações sobre como monitorar e medir o sucesso da conservação. Isso levou ao desenvolvimento dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação em 2004 (atualizados em 2007 e 2013). Os Padrões Abertos reúnem conceitos, abordagens e terminologia comuns no

projeto, gestão e monitoramento de projetos de conservação para ajudar os profissionais a melhorar a prática da conservação.

Para a implementação do MGAS, será trabalhado em conjunto com os pontos focais de cada país e as instituições parceiras correspondentes, de acordo com o arranjo institucional apresentado na seção 3.6, com o objetivo de identificar os efeitos sociais e ambientais das diferentes atividades do projeto, definir em conjunto os indicadores para monitorar a gestão ambiental e social do projeto, estabelecer a consecução dos resultados esperados, estabelecer a necessidade de ativar as medidas de mitigação propostas e avaliar sua eficácia e, se necessário, acordar e implementar os ajustes no projeto ou na execução das atividades.

Tudo isso será relatado nos relatórios semestrais e anuais a serem elaborados pela Unidade de Gestão do Projeto (UMP), para apresentação ao Comitê Técnico e ao Comitê Diretor Regional, e envio ao BM. Finalmente, a WCS contará com um Coordenador de Padrões Ambientais e Sociais para apoiar a implementação e o monitoramento das ações propostas, bem como as estabelecidas no Anexo 5 deste documento.

Anexos

Anexo 1. Exercício de priorização de áreas de intervenção.

Anexo 2. Espécies ameaçadas de acordo com o índice IBA.

Localização	Espécie	Categoria da Lista Vermelha da IUCN	População estimada	Critério IBA ativado
IBA Cofán Bermejo	Tinamu-preto <i>Tinamus osgoodi</i>	VU	Comum	A1
	Wattled Guan <i>Aburria aburri</i>	NT	Comum	A1
	Ecuadorian Piedtail <i>Phlogophilus hemileucurus</i>	VU	Incomum	A1, A2
	Brilhante-de-garganta-rosa <i>Heliodoxa gularis</i>	VU	Presente	A2
	Sabrewing-de-napo <i>Campylopterus villaviscensio</i>	NT	Incomum	A1, A2
	Periquito-de-asa-manchada <i>Touit stictopterus</i>	VU	Incomum	A1
	Arara-militar <i>Ara militaris</i>	VU	Incomum	A1
	Antpitta bigodudo <i>Grallaria alleni</i>	VU	Presente	A1
	Tiraneta equatoriana <i>Phylloscartes gualaquizeae</i>	NT	Presente	A2
	Tirano-de-garganta-amarela <i>Hemitriccus rufigularis</i>	NT	Comum	A1
	Elaenia-das-colinas <i>Myiopagis olallai</i>	LC	Incomum	A1
IBA Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno	Salvin's Curassow <i>Mitu salvini</i>	LC	raro	A3
	Topázio-de-cabeça-vermelha <i>Topaza pyra</i>	LC	presente	A3
	Barbthroat fuliginoso <i>Threnetes niger</i>	LC	presente	A3
	Águia-harpia <i>Harpia harpyja</i>	NT	presente	A1
	Jacamar-de-orelha-branca <i>Galbalcyrrhynchus leucotis</i>	LC	frequente	A3
	Jacamar-de-coroa-cereja <i>Galbula chalcocephala</i>	LC	pouco comum	A3
	Nonnula-castanha <i>Nonnula brunnea</i>	LC	presente	A2, A3
	Piquinho-de-Lafresnaye <i>Picumnus lafresnayi</i>	LC	raro	A3
	Papagaio-de-cabeça-preta <i>Pionites melanocephalus</i>	LC	pouco comum	A3
	Antwren-de-dugand <i>Herpsilochmus dugandi</i>	LC	raro	A3
	Antshrike-de-Cocha <i>Thamnophilus praecox</i>	NT	raro	A1, A2, A3
	Formigueiro-de-listras-ocre <i>Grallaria dignissima</i>	LC	raro	A2, A3
	<i>Synallaxis cherriei</i>	NT	presente	A1
	Manakin-de-crista-laranja <i>Heterocercus aurantiivertex</i>	LC	presente	A2, A3

Localização	Espécie	Categoria da Lista Vermelha da IUCN	População estimada	Critério IBA ativado
IBA La Paya – Gaoyá Leguízamo	<i>Microbates collaris</i>	LC	presente	A3
	Cacique-do-equador <i>Cacicus sclateri</i>	LC	presente	A2
	Picanço-fulvo <i>Lanio fulvus</i>	LC	presente	A3
	Pombinho-ruivo <i>Patagioenas subvinacea</i>	VU	33-99 indivíduos	A1
	Águia-harpia <i>Harpia harpyja</i>	NT	3-30 indivíduos	B1a
	Nonnula-castanha <i>Nonnula brunnea</i>	LC	1-30 indivíduos	A2
	Tucano-de-bico-canal <i>Ramphastos vitellinus</i>	VU	12-33 indivíduos	A1
	Papagaio-de-bochecha-laranja <i>Pyrilia barrabandi</i>	NT	13-39 indivíduos	B1a
	<i>Poecilatriccus calopterus</i>	LC	1-30 indivíduos 2017	A2
IBA PNN Amacayacu	Cacique-do-equador <i>Cacicus sclateri</i>	LC	9-30 indivíduos	A2
	Beija-flor-de-manchas-oliva <i>Leucippus chlorocercus</i>	LC	comum	A2, A3
	Águia-de-crista <i>Morphnus guianensis</i>	NT	comum	A1
	Jacamar-de-orelha-branca <i>Galbalcyrhynchus leucotis</i>	LC	comum	A3
	Jacamar-de-coroa-cereja <i>Galbula chalcocephala</i>	LC	comum	A3
	Papagaio-de-cabeça-preta <i>Pionites melanocephalus</i>	LC	comum	A3
	Antpitta-de-listras-ocre <i>Grallaria dignissima</i>	LC	comum	A2, A3
	<i>Microbates collaris</i>	LC	comum	A3

Anexo 3. Espécies em categorias de proteção no âmbito do projeto.

(i) Anfíbios, 231 espécies.

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Adelophryne adiasola</i>	LC	<i>Callimedusa atelopoides</i>	LC	<i>Gastrotheca andaquiensis</i>	LC
<i>Adelphobates quinquevittatus</i>	LC	<i>Callimedusa tomopterna</i>	LC	<i>Gastrotheca espeletia</i>	EN
<i>Adenomera andreae</i>	LC	<i>Centrolene buckleyi</i>	VU	<i>Gastrotheca nicefori</i>	LC
<i>Adenomera hylaedactyla</i>	LC	<i>Ceratophrys cornuta</i>	LC	<i>Gastrotheca orophylax</i>	VU
<i>Agalychnis buckleyi</i>	LC	<i>Chiasmocleis anatipes</i>	LC	<i>Gastrotheca ruizi</i>	NT
<i>Allobates brunneus</i>	LC	<i>Chiasmocleis antenori</i>	LC	<i>Gastrotheca weinlandii</i>	LC
<i>Allobates femoralis</i>	LC	<i>Chiasmocleis bassleri</i>	LC	<i>Hamptophryne boliviana</i>	LC
<i>Allobates fuscus</i>	DD	<i>Chiasmocleis carvalhoi</i>	LC	<i>Hemiphractus bubalus</i>	NT
<i>Allobates insperatus</i>	LC	<i>Chiasmocleis lacrimae</i>	EN	<i>Hemiphractus proboscideus</i>	LC
<i>Allobates marchesianus</i>	LC	<i>Chiasmocleis magnova</i>	LC	<i>Hemiphractus scutatus</i>	LC
<i>Allobates myersi</i>	LC	<i>Chiasmocleis shudikarensis</i>	LC	<i>Hyalinobatrachium munozeorum</i>	LC
<i>Allobates sumtuosus</i>	DD	<i>Chiasmocleis tridactyla</i>	LC	<i>Hydrolaetare schmidtii</i>	LC
<i>Allobates trilineatus</i>	LC	<i>Chiasmocleis ventrimaculata</i>	LC	<i>Hyloscirtus albopunctulatus</i>	LC
<i>Amazophrynella minuta</i>	LC	<i>Cochranella resplendens</i>	LC	<i>Hyloscirtus lindae</i>	LC
<i>Ameerega bilinguis</i>	LC	<i>Cruziohyla craspedopus</i>	LC	<i>Hyloscirtus phyllonathus</i>	LC
<i>Ameerega hahneli</i>	LC	<i>Ctenophryne geayi</i>	LC	<i>Hyloscirtus psarolaimus</i>	VU
<i>Ameerega parvula</i>	LC	<i>Dendropsophus bifurcus</i>	LC	<i>Hyloscirtus tigrinus</i>	EN
<i>Ameerega picta</i>	LC	<i>Dendropsophus bokermanni</i>	LC	<i>Hyloscirtus torrenticola</i>	VU
<i>Ameerega trivittata</i>	LC	<i>Dendropsophus brevifrons</i>	LC	<i>Hyloxalus bocagei</i>	LC
<i>Atelopus ardila</i>	CR	<i>Dendropsophus frosti</i>	LC	<i>Hyloxalus brevipartus</i>	LC
<i>Atelopus spumarius</i>	VU	<i>Dendropsophus haraldschultzei</i>	LC	<i>Hyloxalus pulchellus</i>	NT
<i>Boana boans</i>	LC	<i>Dendropsophus koechlini</i>	LC	<i>Hyloxalus sauli</i>	LC
<i>Boana calcarata</i>	LC	<i>Dendropsophus leali</i>	LC	<i>Leptodactylus bolivianus</i>	LC
<i>Boana cinerascens</i>	LC	<i>Dendropsophus leucophyllatus</i>	LC	<i>Leptodactylus diedrus</i>	LC
<i>Boana fasciata</i>	LC	<i>Dendropsophus marmoratus</i>	LC	<i>Leptodactylus discodactylus</i>	LC
<i>Boana geographica</i>	LC	<i>Dendropsophus microcephalus</i>	LC	<i>Leptodactylus fuscus</i>	LC
<i>Boana hutchinsi</i>	LC	<i>Dendropsophus minutus</i>	LC	<i>Leptodactylus knudseni</i>	LC
<i>Boana lanciformis</i>	LC	<i>Dendropsophus miyatai</i>	LC	<i>Leptodactylus latrans</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Boana microderma</i>	LC	<i>Dendropsophus parviceps</i>	LC	<i>Leptodactylus leptodactyloides</i>	LC
<i>Boana nympha</i>	LC	<i>Dendropsophus rhodopeplus</i>	LC	<i>Leptodactylus mystaceus</i>	LC
<i>Boana punctata</i>	LC	<i>Dendropsophus riveroi</i>	LC	<i>Leptodactylus pentadactylus</i>	LC
<i>Boana raniceps</i>	LC	<i>Dendropsophus rossalleni</i>	LC	<i>Leptodactylus petersii</i>	LC
<i>Boana wavrini</i>	LC	<i>Dendropsophus sarayacuensis</i>	LC	<i>Leptodactylus rhodomystax</i>	LC
<i>Bolitoglossa altamazonica</i>	LC	<i>Dendropsophus triangulum</i>	LC	<i>Leptodactylus rhodonotus</i>	LC
<i>Bolitoglossa equatoriana</i>	LC	<i>Edalorhina perezi</i>	LC	<i>Leptodactylus riveroi</i>	LC
<i>Bolitoglossa peruviana</i>	DD	<i>Elachistocleis ovalis</i>	LC	<i>Leptodactylus stenodema</i>	LC
<i>Caecilia bokermanni</i>	LC	<i>Engystomops petersi</i>	LC	<i>Leptodactylus wagneri</i>	LC
<i>Caecilia gracilis</i>	LC	<i>Epicrionops petersi</i>	LC	<i>Lithobates palmipes</i>	LC
<i>Caecilia orientalis</i>	LC	<i>Espadarana audax</i>	LC	<i>Lithodytes lineatus</i>	LC
<i>Caecilia tentaculata</i>	LC	<i>Espadarana durrellorum</i>	LC	<i>Microcaecilia albiceps</i>	LC
<i>Niceforonia brunnea</i>	EN	<i>Pristimantis colonensis</i>	VU	<i>Pseudopaludicola ceratophyes</i>	LC
<i>Niceforonia dolops</i>	VU	<i>Pristimantis conspicillatus</i>	LC	<i>Ranitomeya uakarii</i>	LC
<i>Niceforonia elassodiscus</i>	NT	<i>Pristimantis croceoinguinis</i>	LC	<i>Ranitomeya ventrimaculata</i>	LC
<i>Niceforonia nigrovittata</i>	LC	<i>Pristimantis curtipes</i>	LC	<i>Rhaebo glaberrimus</i>	LC
<i>Noblella myrmecoides</i>	LC	<i>Pristimantis diadematus</i>	LC	<i>Rhaebo guttatus</i>	LC
<i>Nyctimantis rugiceps</i>	LC	<i>Pristimantis eriphus</i>	VU	<i>Rhinella castaneotica</i>	LC
<i>Nymphargus megacheirus</i>	EN	<i>Pristimantis farisorum</i>	NT	<i>Rhinella ceratophrys</i>	LC
<i>Nymphargus posadae</i>	LC	<i>Pristimantis fenestratus</i>	LC	<i>Rhinella dapsilis</i>	LC
<i>Nymphargus siren</i>	VU	<i>Pristimantis gladiator</i>	VU	<i>Rhinella granulosa</i>	LC
<i>Oreobates quixensis</i>	LC	<i>Pristimantis lacrimosus</i>	LC	<i>Rhinella margaritifera</i>	LC
<i>Osornophryne bufoniformis</i>	NT	<i>Pristimantis lanthanites</i>	LC	<i>Rhinella marina</i>	LC
<i>Osornophryne guacamayo</i>	EN	<i>Pristimantis leoni</i>	LC	<i>Rhinella proboscidea</i>	LC
<i>Osteocephalus alboguttatus</i>	LC	<i>Pristimantis limoncochensis</i>	NT	<i>Rhinella roqueana</i>	LC
<i>Osteocephalus buckleyi</i>	LC	<i>Pristimantis lythrones</i>	LC	<i>Rulyrana flavopunctata</i>	LC
<i>Osteocephalus cabrerai</i>	LC	<i>Pristimantis malkini</i>	LC	<i>Scarthyla goinorum</i>	LC
<i>Osteocephalus fuscifacies</i>	LC	<i>Pristimantis martiae</i>	LC	<i>Scinax boesemani</i>	LC
<i>Osteocephalus heyeri</i>	LC	<i>Pristimantis ockendeni</i>	LC	<i>Scinax cruentommus</i>	LC
<i>Osteocephalus leprieurii</i>	LC	<i>Pristimantis orphnolaimus</i>	LC	<i>Scinax funereus</i>	LC
<i>Osteocephalus mutabor</i>	LC	<i>Pristimantis padiali</i>	LC	<i>Scinax garbei</i>	LC
<i>Osteocephalus planiceps</i>	LC	<i>Pristimantis paululus</i>	LC	<i>Scinax karenanneae</i>	LC
<i>Osteocephalus taurinus</i>	LC	<i>Pristimantis peruvianus</i>	LC	<i>Scinax nebulosus</i>	LC

Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN
<i>Osteocephalus verruciger</i>	LC	<i>Pristimantis petersi</i>	NT	<i>Scinax ruber</i>	LC
<i>Osteocephalus yasuni</i>	LC	<i>Pristimantis pseudoacuminatus</i>	LC	<i>Scinax x-signatus</i>	LC
<i>Phyllomedusa bicolor</i>	LC	<i>Pristimantis pugnax</i>	CR	<i>Siphonops annulatus</i>	LC
<i>Phyllomedusa tarsius</i>	LC	<i>Pristimantis quaquaversus</i>	LC	<i>Sphaenorhynchus carneus</i>	LC
<i>Phyllomedusa vaillantii</i>	LC	<i>Pristimantis repens</i>	EN	<i>Sphaenorhynchus dorisae</i>	LC
<i>Pipa pipa</i>	LC	<i>Pristimantis supernatis</i>	VU	<i>Sphaenorhynchus lacteus</i>	LC
<i>Pipa snethlageae</i>	LC	<i>Pristimantis thymelensis</i>	LC	<i>Strabomantis cornutus</i>	VU
<i>Pithecopus palliatus</i>	LC	<i>Pristimantis unistrigatus</i>	LC	<i>Strabomantis sulcatus</i>	LC
<i>Potamotyphlus kaupii</i>	LC	<i>Pristimantis variabilis</i>	LC	<i>Synapturanus rabus</i>	LC
<i>Pristimantis aaptus</i>	LC	<i>Pristimantis ventrimarmoratus</i>	LC	<i>Tepuihyla shushupe</i>	LC
<i>Pristimantis altamazonicus</i>	LC	<i>Pristimantis vicarius</i>	NT	<i>Tepuihyla tuberculosa</i>	LC
<i>Pristimantis altamnis</i>	LC	<i>Pristimantis vilarsi</i>	LC	<i>Teratohyla midas</i>	LC
<i>Pristimantis aureolineatus</i>	LC	<i>Pristimantis w-nigrum</i>	LC	<i>Trachycephalus coriaceus</i>	LC
<i>Pristimantis buckleyi</i>	LC	<i>Pristimantis zoilae</i>	EN	<i>Trachycephalus resinifictrix</i>	LC
<i>Pristimantis carvalhoi</i>	LC	<i>Pseudis paradoxa</i>	LC	<i>Trachycephalus typhonius</i>	LC
<i>Pristimantis chloronotus</i>	LC	<i>Pseudopaludicola boliviana</i>	LC	<i>Typhlonectes compressicauda</i>	LC

(ii) Répteis, 164 espécies.

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Alopoglossus angulatus</i>	LC	<i>Bachia trisanale</i>	LC	<i>Drepanoides anomalus</i>	LC
<i>Alopoglossus atriventris</i>	LC	<i>Bothrocophias microphthalmus</i>	LC	<i>Drymarchon corais</i>	LC
<i>Alopoglossus buckleyi</i>	LC	<i>Bothrops taeniatus</i>	LC	<i>Drymobius rhombifer</i>	LC
<i>Alopoglossus copii</i>	LC	<i>Caiman crocodilus</i>	LC	<i>Drymoluber dichrous</i>	LC
<i>Ameiva ameiva</i>	LC	<i>Cercosaura argulus</i>	LC	<i>Enyalioides cofanorum</i>	LC
<i>Amerotyphlops brongersmianus</i>	LC	<i>Cercosaura manicata</i>	LC	<i>Enyalioides laticeps</i>	LC
<i>Amerotyphlops minuisquamus</i>	LC	<i>Cercosaura ocellata</i>	LC	<i>Enyalioides microlepis</i>	LC
<i>Amerotyphlops reticulatus</i>	LC	<i>Chatogekko amazonicus</i>	LC	<i>Enyalioides praestabilis</i>	LC
<i>Amphisbaena alba</i>	LC	<i>Chironius exoletus</i>	LC	<i>Erythrolamprus aesculapii</i>	LC
<i>Amphisbaena fuliginosa</i>	LC	<i>Chironius fuscus</i>	LC	<i>Erythrolamprus bizona</i>	LC
<i>Anilius scytale</i>	LC	<i>Chironius monticola</i>	LC	<i>Erythrolamprus breviceps</i>	LC
<i>Anolis fitchi</i>	LC	<i>Chironius multiventris</i>	LC	<i>Erythrolamprus dorsocorallinus</i>	LC
<i>Apostolepis niceforoi</i>	DD	<i>Chironius scurrulus</i>	LC	<i>Erythrolamprus epinephelus</i>	LC
<i>Arthrosaura reticulata</i>	LC	<i>Clelia clelia</i>	LC	<i>Erythrolamprus melanotus</i>	LC
<i>Atractus alphonsehogeii</i>	LC	<i>Cnemidophorus lemniscatus</i>	LC	<i>Erythrolamprus miliaris</i>	LC
<i>Atractus collaris</i>	LC	<i>Copeoglossum nigropunctatum</i>	LC	<i>Erythrolamprus pygmaea</i>	LC
<i>Atractus elaps</i>	LC	<i>Corallus batesi</i>	LC	<i>Erythrolamprus reginae</i>	LC
<i>Atractus latifrons</i>	LC	<i>Corallus blombergi</i>	PT	<i>Erythrolamprus taeniogaster</i>	LC
<i>Atractus major</i>	LC	<i>Corallus hortulanus</i>	LC	<i>Erythrolamprus typhlus</i>	LC
<i>Atractus natans</i>	LC	<i>Crocodylus amazonicus</i>	LC	<i>Gonatodes concinnatus</i>	LC
<i>Atractus occipitoalbus</i>	NT	<i>Crocodylus acutus</i>	VU	<i>Gonatodes humeralis</i>	LC
<i>Atractus orcesi</i>	LC	<i>Dendrophidion dendrophis</i>	LC	<i>Helicops angulatus</i>	LC
<i>Atractus poeppigi</i>	LC	<i>Dipsas catesbyi</i>	LC	<i>Helicops hagmanni</i>	LC
<i>Atractus schach</i>	LC	<i>Dipsas indica</i>	LC	<i>Helicops leopardinus</i>	LC
<i>Atractus snethlageae</i>	LC	<i>Dipsas pavonina</i>	LC	<i>Helicops pastazae</i>	LC
<i>Atractus torquatus</i>	LC	<i>Dipsas peruana</i>	LC	<i>Helicops petersi</i>	NT
<i>Bachia flavescens</i>	LC	<i>Dracaena guianensis</i>	LC	<i>Helicops polylepis</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Hydrodynastes bicinctus</i>	LC	<i>Micrurus paraensis</i>	LC	<i>Potamites strangulatus</i>	LC
<i>Hydrops martii</i>	LC	<i>Micrurus putumayensis</i>	LC	<i>Pseudoboa coronata</i>	LC
<i>Hydrops triangularis</i>	LC	<i>Micrurus remotus</i>	LC	<i>Pseudoboa martinsi</i>	LC
<i>Iguana iguana</i>	LC	<i>Micrurus scutiventris</i>	LC	<i>Pseudoboa neuwiedii</i>	LC
<i>Imantodes cenchoa</i>	LC	<i>Micrurus spixii</i>	LC	<i>Pseudoeryx plicatilis</i>	LC
<i>Imantodes lentiferus</i>	LC	<i>Micrurus surinamensis</i>	LC	<i>Pseudogonatodes guianensis</i>	LC
<i>Iphisa elegans</i>	LC	<i>Morunasaurus annularis</i>	VU	<i>Ptychoglossus brevifrontalis</i>	LC
<i>Kentropyx altamazonica</i>	LC	<i>Neusticurus bicarinatus</i>	LC	<i>Riama anatorlos</i>	VU
<i>Kentropyx pelviceps</i>	LC	<i>Ninia hudsoni</i>	LC	<i>Salvator merianae</i>	LC
<i>Lepidoblepharis heyerorum</i>	LC	<i>Oxybelis aeneus</i>	LC	<i>Siphlophis cervinus</i>	LC
<i>Lepidoblepharis hoogmoedi</i>	LC	<i>Oxybelis fulgidus</i>	LC	<i>Siphlophis compressus</i>	LC
<i>Leptodeira annulata</i>	LC	<i>Oxyrhopus melanogenys</i>	LC	<i>Spilotes pullatus</i>	LC
<i>Leptophis ahaetulla</i>	LC	<i>Oxyrhopus occipitalis</i>	LC	<i>Spilotes sulphureus</i>	LC
<i>Leptophis cupreus</i>	LC	<i>Oxyrhopus petolarius</i>	LC	<i>Stenocercus bolivarensis</i>	DD
<i>Liotyphlops haadi</i>	DD	<i>Oxyrhopus vanidicus</i>	LC	<i>Taeniophallus brevirostris</i>	LC
<i>Loxopholis parietalis</i>	LC	<i>Paleosuchus palpebrosus</i>	LC	<i>Taeniophallus occipitalis</i>	LC
<i>Loxopholis percarinatum</i>	LC	<i>Paleosuchus trigonatus</i>	LC	<i>Tantilla melanocephala</i>	LC
<i>Mastigodryas boddaerti</i>	LC	<i>Palusophis bifossatus</i>	LC	<i>Thamnodynastes pallidus</i>	LC
<i>Mastigodryas pleei</i>	LC	<i>Philodryas argentea</i>	LC	<i>Thecadactylus solimoensis</i>	LC
<i>Melanosuchus niger</i>	LR/cd	<i>Philodryas georgeboulengeri</i>	LC	<i>Trilepida macrolepis</i>	LC
<i>Micrurus filiformis</i>	LC	<i>Philodryas olfersii</i>	LC	<i>Uracentron azureum</i>	LC
<i>Micrurus hemprichii</i>	LC	<i>Philodryas viridissima</i>	LC	<i>Uracentron flaviceps</i>	LC
<i>Micrurus langsdorffi</i>	LC	<i>Pholidobolus vertebralis</i>	LC	<i>Uranoscodon superciliosus</i>	LC
<i>Micrurus lemniscatus</i>	LC	<i>Plica umbra</i>	LC	<i>Varzea bistrata</i>	LC
<i>Micrurus narduccii</i>	LC	<i>Polychrus liogaster</i>	LC	<i>Xenodon rabdocephalus</i>	LC
<i>Micrurus nattereri</i>	LC	<i>Polychrus marmoratus</i>	LC	<i>Xenodon severus</i>	LC
<i>Micrurus obscurus</i>	LC	<i>Potamites cochranae</i>	LC	<i>Xenopholis scalaris</i>	LC
<i>Micrurus ornatissimus</i>	LC	<i>Potamites ecpleopus</i>	LC		

(iii) Aves, 1086 espécies.

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Aburria aburri</i>	NT	<i>Anhinga anhinga</i>	LC	<i>Aulacorhynchus derbianus</i>	LC
<i>Accipiter bicolor</i>	LC	<i>Anisognathus lacrymosus</i>	LC	<i>Automolus infuscatus</i>	LC
<i>Accipiter collaris</i>	NT	<i>Anisognathus lunulatus</i>	LC	<i>Automolus melanopezus</i>	LC
<i>Accipiter poliogaster</i>	NT	<i>Anisognathus somptuosus</i>	LC	<i>Automolus ochrolaemus</i>	LC
<i>Águia-de-asa-redonda</i>	LC	<i>Anthracothorax nigricollis</i>	LC	<i>Automolus rufipileatus</i>	LC
<i>Águia-de-testa-branca</i>	LC	<i>Anthus bogotensis</i>	LC	<i>Automolus subulatus</i>	LC
<i>Acropternis orthonyx</i>	LC	<i>Ara ararauna</i>	LC	<i>Avocetula recurvirostris</i>	LC
<i>Actitis macularius</i>	LC	<i>Ara chloropterus</i>	LC	<i>Bartramia longicauda</i>	LC
<i>Adelomyia melanogenys</i>	LC	<i>Ara macao</i>	LC	<i>Baryphthengus martii</i>	LC
<i>Aegolius harrisii</i>	LC	<i>Ara militaris</i>	VU	<i>Basileuterus tristriatus</i>	LC
<i>Aeronautes montivagus</i>	LC	<i>Ara severus</i>	LC	<i>Berlepschia rikeri</i>	LC
<i>Agamia agami</i>	VU	<i>Aramides cajaneus</i>	LC	<i>Boissonneaua matthewsii</i>	LC
<i>Aglaeactis cupripennis</i>	LC	<i>Aramus guarauna</i>	LC	<i>Brachygalba lugubris</i>	LC
<i>Aglaiocercus kingii</i>	LC	<i>Aratinga weddellii</i>	LC	<i>Brotogeris cyanopectus</i>	LC
<i>Agriornis montanus</i>	LC	<i>Ardea alba</i>	LC	<i>Brotogeris sanctithomae</i>	LC
<i>Akletos melanocephalus</i>	LC	<i>Ardea herodias</i>	LC	<i>Buteo albonotatus</i>	LC
<i>Amaurolimnas concolor</i>	LC	<i>Ardea herodias</i>	LC	<i>Buteo brachyurus</i>	LC
<i>Amazilia fimbriata</i>	LC	<i>Arremon assimilis</i>	LC	<i>Buteo nitidus</i>	LC
<i>Amazilia sapphirina</i>	LC	<i>Arremon aurantirostris</i>	LC	<i>Buteo platypterus</i>	LC
<i>Amazona amazonica</i>	LC	<i>Arremon brunneinucha</i>	LC	<i>Buteo swainsoni</i>	LC
<i>Amazona farinosa</i>	NT	<i>Arremon castaneiceps</i>	NT	<i>Buteogallus schistaceus</i>	LC
<i>Amazona festiva</i>	NT	<i>Arundinicola leucocephala</i>	LC	<i>Buteogallus solitarius</i>	NT
<i>Amazona mercenarius</i>	LC	<i>Asio flammeus</i>	LC	<i>Buteogallus urubitinga</i>	LC
<i>Amazona ochrocephala</i>	LC	<i>Asio stygius</i>	LC	<i>Buthraupis montana</i>	LC
<i>Ammodramus aurifrons</i>	LC	<i>Asthenes flammulata</i>	LC	<i>Butorides striata</i>	LC
<i>Ampelioides tschudii</i>	LC	<i>Asthenes fuliginosa</i>	LC	<i>Cacicus cela</i>	LC
<i>Ampelion rubrocristatus</i>	LC	<i>Atlapetes albinucha</i>	LC		
<i>Ampelion rufaxilla</i>	LC	<i>Atlapetes latinuchus</i>	LC		
<i>Anabacerthia ruficaudata</i>	LC	<i>Atlapetes leucopis</i>	LC		
<i>Anabacerthia striaticollis</i>	LC	<i>Atlapetes pallidinucha</i>	LC		
<i>Anabazenops dorsalis</i>	LC	<i>Atlapetes schistaceus</i>	LC		

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Anairetes parulus</i>	LC	<i>Atticora fasciata</i>	LC	<i>Cacicus haemorrhous</i>	LC
<i>Anas andium</i>	LC	<i>Atticora tibialis</i>	LC	<i>Cacicus latirostris</i>	LC
<i>Anas georgica</i>	LC	<i>Attila bolivianus</i>	LC	<i>Cacicus leucoramphus</i>	LC
<i>Ancistrops strigilatus</i>	LC	<i>Attila cinnamomeus</i>	LC	<i>Cacicus oseryi</i>	LC
<i>Andigena hypoglaucha</i>	NT	<i>Attila citriniventris</i>	LC	<i>Cacicus sclateri</i>	LC
<i>Andigena nigrirostris</i>	LC	<i>Attila spadiceus</i>	LC	<i>Cacicus solitarius</i>	LC
<i>Anhima cornuta</i>	LC	<i>Aulacorhynchus albivitta</i>	LC	<i>Cacicus uropygialis</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Cairina moschata</i>	LC	<i>Celeus spectabilis</i>	LC	<i>Chlorostilbon mellisugus</i>	LC
<i>Cairina moschata</i>	LC	<i>Celeus spectabilis</i>	LC	<i>Chlorostilbon mellisugus</i>	LC
<i>Cairina moschata</i>	LC	<i>Celeus spectabilis</i>	LC	<i>Chlorostilbon mellisugus</i>	LC
<i>Cairina moschata</i>	LC	<i>Celeus spectabilis</i>	LC	<i>Chlorostilbon mellisugus</i>	LC
<i>Cairina moschata</i>	LC	<i>Celeus spectabilis</i>	LC	<i>Chlorostilbon mellisugus</i>	LC
<i>Cairina moschata</i>	LC	<i>Celeus spectabilis</i>	LC	<i>Chlorostilbon mellisugus</i>	LC
<i>Cairina moschata</i>	LC	<i>Celeus spectabilis</i>	LC	<i>Chlorostilbon mellisugus</i>	LC
<i>Calidris bairdii</i>	LC	<i>Celeus undatus</i>	LC	<i>Chlorostilbon notatus</i>	LC
<i>Calidris fuscicollis</i>	LC	<i>Cephalopterus ornatus</i>	LC	<i>Chondrohierax uncinatus</i>	LC
<i>Calidris himantopus</i>	LC	<i>Ceratopipra erythrocephala</i>	LC	<i>Chordeiles acutipennis</i>	LC
<i>Calidris melanotos</i>	LC	<i>Cercomacra cinerascens</i>	LC	<i>Chordeiles minor</i>	LC
<i>Calidris minutilla</i>	LC	<i>Cercomacroides fuscicauda</i>	LC	<i>Chordeiles nacunda</i>	LC
<i>Calidris subruficollis</i>	NT	<i>Cercomacroides nigrescens</i>	LC	<i>Chordeiles rupestris</i>	LC
<i>Calliphlox amethystina</i>	LC	<i>Cercomacroides serva</i>	LC	<i>Chrysomus icterocephalus</i>	LC
<i>Calochaetes coccineus</i>	LC	<i>Cercomacroides tyrannina</i>	LC	<i>Chrysuronia oenone</i>	LC
<i>Campephilus haematogaster</i>	LC	<i>Certhiasomus stictolaemus</i>	LC	<i>Ciccaba albitarsis</i>	LC
<i>Campephilus melanoleucos</i>	LC	<i>Certhiaxis cinnamomeus</i>	LC	<i>Ciccaba huhula</i>	LC
<i>Campephilus pollens</i>	LC	<i>Certhiaxis mustelinus</i>	LC	<i>Ciccaba virgata</i>	LC
<i>Campephilus rubricollis</i>	LC	<i>Chaetocercus mulsant</i>	LC	<i>Cinclus leucocephalus</i>	LC
<i>Campostoma obsoletum</i>	LC	<i>Chaetura brachyura</i>	LC	<i>Cinnycerthia olivascens</i>	LC
<i>Campylopterus falcatus</i>	LC	<i>Chaetura chapmani</i>	LC	<i>Cinnycerthia unirufa</i>	LC
<i>Campylopterus largipennis</i>	LC	<i>Chaetura cinereiventris</i>	LC	<i>Circus cinereus</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Campylopterus villaviscensio</i>	NT	<i>Chaetura egregia</i>	LC	<i>Cissopis leverianus</i>	LC
<i>Campylorhamphus procurvoides</i>	LC	<i>Chaetura meridionalis</i>	LC	<i>Cistothorus platensis</i>	LC
<i>Campylorhamphus pusillus</i>	LC	<i>Chaetura pelagica</i>	VU	<i>Claravis pretiosa</i>	LC
<i>Campylorhamphus trochilirostris</i>	LC	<i>Chalcostigma herrani</i>	LC	<i>Clibanornis rubiginosus</i>	LC
<i>Campylorhynchus turdinus</i>	LC	<i>Chamaepetes goudotii</i>	LC	<i>Cnemarchus erythropygius</i>	LC
<i>Cantorchilus leucotis</i>	LC	<i>Chamaeza campanisona</i>	LC	<i>Cnemathraupis eximia</i>	LC
<i>Capito auratus</i>	LC	<i>Chamaeza mollissima</i>	LC	<i>Cnemoscopus rubrirostris</i>	LC
<i>Capito aurovirens</i>	LC	<i>Chamaeza nobilis</i>	LC	<i>Cnemotriccus fuscatus</i>	LC
<i>Capsiempis flaveola</i>	LC	<i>Charadrius collaris</i>	LC	<i>Cnipodectes subbrunneus</i>	LC
<i>Caracara cheriway</i>	LC	<i>Charadrius vociferus</i>	LC	<i>Coccyzua cinerea</i>	LC
<i>Cardellina canadensis</i>	LC	<i>Chelidoptera tenebrosa</i>	LC	<i>Coccyzua minuta</i>	LC
<i>Catamblyrhynchus diadema</i>	LC	<i>Chiroxiphia pareola</i>	LC	<i>Coccyzus americanus</i>	LC
<i>Catamenia homochroa</i>	LC	<i>Chloroceryle aenea</i>	LC	<i>Coccyzus erythrophthalmus</i>	LC
<i>Catamenia inornata</i>	LC	<i>Chloroceryle amazona</i>	LC	<i>Coccyzus melacoryphus</i>	LC
<i>Cathartes aura</i>	LC	<i>Chloroceryle americana</i>	LC	<i>Cochlearius cochlearius</i>	LC
<i>Cathartes burrovianus</i>	LC	<i>Chloroceryle inda</i>	LC	<i>Coeligena coeligena</i>	LC
<i>Cathartes melambrotus</i>	LC	<i>Chlorochrysa calliparaea</i>	LC	<i>Coeligena lutetiae</i>	LC
<i>Catharus aurantirostris</i>	LC	<i>Chlorophanes spiza</i>	LC	<i>Coeligena torquata</i>	LC
<i>Catharus fuscater</i>	LC	<i>Chlorophonia cyanea</i>	LC	<i>Coereba flaveola</i>	LC
<i>Catharus fuscescens</i>	LC	<i>Chlorophonia pyrrhophrys</i>	LC	<i>Colaptes punctigula</i>	LC
<i>Catharus maculatus</i>	LC	<i>Chloropipo flavicapilla</i>	VU	<i>Colaptes rivolii</i>	LC
<i>Catharus minimus</i>	LC	<i>Chlorornis riefferii</i>	LC	<i>Colaptes rubiginosus</i>	LC
<i>Catharus swainsoni</i>	LC	<i>Chlorospingus canigularis</i>	LC	<i>Colibri coruscans</i>	LC
<i>Celeus elegans</i>	LC	<i>Chlorospingus flavigularis</i>	LC	<i>Colibri delphinae</i>	LC
<i>Celeus flavus</i>	LC	<i>Chlorospingus flavopectus</i>	LC	<i>Colibri thalassinus</i>	LC
<i>Celeus occidentalis</i>	LC	<i>Chlorospingus parvirostris</i>	LC	<i>Colonia colonus</i>	LC

Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN
<i>Columbina minuta</i>	LC	<i>Cyanocorax yncas</i>	LC	<i>Dromococcyx phasianellus</i>	LC
<i>Columbina picui</i>	LC	<i>Cyanoloxia rothschildii</i>	LC	<i>Dryophila devillei</i>	LC
<i>Columbina talpacoti</i>	LC	<i>Cyanolyca quindiana</i>	LC	<i>Dryophila striaticeps</i>	LC
<i>Conirostrum albifrons</i>	LC	<i>Cyanolyca turcosa</i>	LC	<i>Dubusia taeniata</i>	LC
<i>Conirostrum bicolor</i>	NT	<i>Cyclarhis gujanensis</i>	LC	<i>Dysithamnus leucostictus</i>	VU
<i>Conirostrum fraseri</i>	LC	<i>Cyclarhis nigrirostris</i>	LC	<i>Dysithamnus mentalis</i>	LC
<i>Conirostrum sitticolor</i>	LC	<i>Cymbilaimus lineatus</i>	LC	<i>Egretta caerulea</i>	LC
<i>Conirostrum speciosum</i>	LC	<i>Cyphorhinus arada</i>	LC	<i>Egretta thula</i>	LC
<i>Conopias cinchoneti</i>	VU	<i>Cyphorhinus dichrous</i>	LC	<i>Elaenia albiceps</i>	LC
<i>Conopias parvus</i>	LC	<i>Cyphos macrodactylus</i>	LC	<i>Elaenia brachyptera</i>	LC
<i>Conopophaga aurita</i>	LC	<i>Cypseloides cherriei</i>	DD	<i>Elaenia flavogaster</i>	LC
<i>Conopophaga castaneiceps</i>	LC	<i>Dacnis albiventris</i>	LC	<i>Elaenia frantzii</i>	LC
<i>Contopus cooperi</i>	NT	<i>Dacnis cayana</i>	LC	<i>Elaenia gigas</i>	LC
<i>Contopus fumigatus</i>	LC	<i>Dacnis flaviventer</i>	LC	<i>Elaenia pallatangae</i>	LC
<i>Contopus nigrescens</i>	LC	<i>Dacnis lineata</i>	LC	<i>Elaenia parvirostris</i>	LC
<i>Contopus sordidulus</i>	LC	<i>Daptus ater</i>	LC	<i>Elaenia pelzelni</i>	LC
<i>Contopus virens</i>	LC	<i>Deconychura pallida</i>	NT	<i>Elaenia spectabilis</i>	LC
<i>Coragyps atratus</i>	LC	<i>Dendrexetastes rufigula</i>	LC	<i>Elaenia strepera</i>	LC
<i>Corythopsis torquatus</i>	LC	<i>Dendrocincla fuliginosa</i>	LC	<i>Elanoides forficatus</i>	LC
<i>Cotinga cayana</i>	LC	<i>Dendrocincla merula</i>	LC	<i>Elanus leucurus</i>	LC
<i>Cotinga-de-Maynana</i>	LC	<i>Dendrocincla tyrannina</i>	LC	<i>Electron platyrhynchum</i>	LC
<i>Cranioleuca curtata</i>	VU	<i>Dendrocolaptes certhia</i>	LC	<i>Empidonax alnorum</i>	LC
<i>Cranioleuca vulpecula</i>	LC	<i>Dendrocolaptes picumnus</i>	LC	<i>Empidonax traillii</i>	LC
<i>Cranioleuca vulpina</i>	LC	<i>Dendroplex kienerii</i>	NT	<i>Empidonax varius</i>	LC
<i>Crax alector</i>	VU	<i>Dendroplex picus</i>	LC	<i>Ensifera ensifera</i>	LC
<i>Crax globulosa</i>	EN	<i>Dichrozona cincta</i>	LC	<i>Epinecrophylia erythrura</i>	LC
<i>Creurgops verticalis</i>	LC	<i>Diglossa albilatera</i>	LC	<i>Epinecrophylia haematonota</i>	LC
<i>Crotophaga ani</i>	LC	<i>Diglossa caerulescens</i>	LC	<i>Epinecrophylia ornata</i>	LC
<i>Crotophaga major</i>	LC	<i>Diglossa cyanea</i>	LC	<i>Epinecrophylia spodiota</i>	LC
<i>Cryptopipo holochlora</i>	LC	<i>Diglossa glauca</i>	LC	<i>Eriocnemis alina</i>	LC
<i>Crypturellus bartletti</i>	LC	<i>Diglossa humeralis</i>	LC	<i>Eriocnemis derbyi</i>	NT
<i>Crypturellus brevirostris</i>	LC	<i>Diglossa lafresnayii</i>	LC	<i>Eriocnemis luciani</i>	LC
<i>Crypturellus cinereus</i>	LC	<i>Diglossa sittoides</i>	LC	<i>Eriocnemis mosquera</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Crypturellus soui</i>	LC	<i>Discosura langsdorffi</i>	LC	<i>Eriocnemis vestita</i>	LC
<i>Crypturellus undulatus</i>	LC	<i>Discosura popelairii</i>	NT	<i>Eubucco bourcierii</i>	LC
<i>Crypturellus variegatus</i>	LC	<i>Dolichonyx oryzivorus</i>	LC	<i>Eubucco richardsoni</i>	LC
<i>Cyanerpes caeruleus</i>	LC	<i>Doliornis remseni</i>	VU	<i>Euchrepomis callinota</i>	LC
<i>Cyanerpes cyaneus</i>	LC	<i>Donacobius atricapilla</i>	LC	<i>Euchrepomis spodioptila</i>	LC
<i>Cyanerpes nitidus</i>	LC	<i>Doryfera johannae</i>	LC	<i>Eucometis penicillata</i>	LC
<i>Cyanocorax violaceus</i>	LC	<i>Doryfera ludovicae</i>	LC	<i>Euphonia chlorotica</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Euphonia chrysopasta</i>	LC	<i>Geothlypis philadelphia</i>	LC	<i>Helicolestes hamatus</i>	LC
<i>Euphonia cyanocephala</i>	LC	<i>Geotrygon montana</i>	LC	<i>Heliodoxa aurescens</i>	LC
<i>Euphonia lanirostris</i>	LC	<i>Geotrygon saphirina</i>	LC	<i>Heliodoxa gularis</i>	VU
<i>Euphonia mesochrysa</i>	LC	<i>Geotrygon violacea</i>	LC	<i>Heliodoxa leadbeateri</i>	LC
<i>Euphonia minuta</i>	LC	<i>Geranoaetus melanoleucus</i>	LC	<i>Heliodoxa rubinoides</i>	LC
<i>Euphonia rufiventris</i>	LC	<i>Geranoaetus polyosoma</i>	LC	<i>Heliodoxa schreibersii</i>	LC
<i>Euphonia xanthogaster</i>	LC	<i>Geranospiza caerulescens</i>	LC	<i>Heliomaster longirostris</i>	LC
<i>Eurypyga helias</i>	LC	<i>Glaucidium brasilianum</i>	LC	<i>Heliornis fulica</i>	LC
<i>Eutoxeres aquila</i>	LC	<i>Glaucidium hardyi</i>	LC	<i>Heliophryx auritus</i>	LC
<i>Eutoxeres condamini</i>	LC	<i>Glaucidium jardinii</i>	LC	<i>Hellmayrea gularis</i>	LC
<i>Falco deiroleucus</i>	NT	<i>Glaucidium parkeri</i>	LC	<i>Hemithraupis flavicollis</i>	LC
<i>Falco femoralis</i>	LC	<i>Glaucis hirsutus</i>	LC	<i>Hemithraupis guira</i>	LC
<i>Falco rufigularis</i>	LC	<i>Glyphorhynchus spirurus</i>	LC	<i>Hemitriccus granadensis</i>	LC
<i>Falco sparverius</i>	LC	<i>Grallaria alleni</i>	VU	<i>Hemitriccus iohannis</i>	LC
<i>Florisuga mellivora</i>	LC	<i>Grallaria dignissima</i>	LC	<i>Hemitriccus rufigularis</i>	NT
<i>Fluvicola albiventer</i>	LC	<i>Grallaria guatemalensis</i>	LC	<i>Hemitriccus zosterops</i>	LC
<i>Formicarius analis</i>	LC	<i>Grallaria haplonota</i>	LC	<i>Henicorhina leucophrys</i>	LC
<i>Formicarius colma</i>	LC	<i>Grallaria hypoleuca</i>	LC	<i>Henicorhina leucosticta</i>	LC
<i>Formicarius rufipectus</i>	LC	<i>Grallaria nuchalis</i>	LC	<i>Herpetotheres cachinnans</i>	LC
<i>Forpus modestus</i>	LC	<i>Grallaria quitensis</i>	LC	<i>Herpsilochmus axillaris</i>	VU
<i>Forpus xanthopterygius</i>	LC	<i>Grallaria ruficapilla</i>	LC	<i>Herpsilochmus dugandi</i>	LC
<i>Frederickena unduliger</i>	LC	<i>Grallaria rufocinerea</i>	VU	<i>Herpsilochmus scapularis</i>	LC
<i>Furnarius leucopus</i>	LC	<i>Grallaria rufula</i>	LC	<i>Heterocercus aurantiivertex</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Furnarius minor</i>	LC	<i>Grallaria squamigera</i>	LC	<i>Hirundinea ferruginea</i>	LC
<i>Furnarius torridus</i>	LC	<i>Grallaria varia</i>	LC	<i>Hirundo rustica</i>	LC
<i>Galbalcyrhynchus leucotis</i>	LC	<i>Grallaricula flavirostris</i>	NT	<i>Hoploxypterus cayanus</i>	LC
<i>Galbula albirostris</i>	LC	<i>Grallaricula lineifrons</i>	NT	<i>Hydropsalis climacocerca</i>	LC
<i>Galbula chalcocephala</i>	LC	<i>Grallaricula nana</i>	LC	<i>Hydropsalis maculicaudus</i>	LC
<i>Galbula chalcothorax</i>	LC	<i>Graydidascalus brachyurus</i>	LC	<i>Hylatomus lineatus</i>	LC
<i>Galbula cyanicollis</i>	LC	<i>Griseotyrannus aurantioatrocristatus</i>	LC	<i>Hylexetastes stresemanni</i>	LC
<i>Galbula dea</i>	LC	<i>Gymnoderus foetidus</i>	LC	<i>Hylocharis cyanus</i>	LC
<i>Galbula pastazae</i>	VU	<i>Gymnomystax mexicanus</i>	LC	<i>Hylopezus fulviventrís</i>	LC
<i>Galbula tombacea</i>	LC	<i>Gymnopithys leucaspis</i>	LC	<i>Hylopezus macularius</i>	LC
<i>Gallinago delicata</i>	LC	<i>Habia frenata</i>	LC	<i>Hylophilus griseiventris</i>	LC
<i>Gallinago imperialis</i>	NT	<i>Habia rubica</i>	LC	<i>Hylophilus semicinereus</i>	LC
<i>Gallinago jamesoni</i>	LC	<i>Hafferia fortis</i>	LC	<i>Hylophylax naevius</i>	LC
<i>Gallinago nobilis</i>	NT	<i>Haplophaedia aureliae</i>	LC	<i>Hylophylax punctulatus</i>	LC
<i>Gallinago paraguayae</i>	LC	<i>Harpagus bidentatus</i>	LC	<i>Hypocnemis hypoxantha</i>	LC
<i>Gampsonyx swainsonii</i>	LC	<i>Harpia harpyja</i>	NT	<i>Hypocnemis peruviana</i>	LC
<i>Geospizopsis unicolor</i>	LC	<i>Helianthus exortis</i>	LC	<i>Hypocnemoides maculicauda</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria da IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Hypocnemoides melanopogon</i>	LC	<i>Leptasthenura andicola</i>	LC	<i>Megascops ingens</i>	LC
<i>Ibycter americanus</i>	LC	<i>Leptodon cayanensis</i>	LC	<i>Megascops watsonii</i>	LC
<i>Icterus cayanensis</i>	LC	<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	LC	<i>Megastictus margaritatus</i>	LC
<i>Icterus chrysater</i>	LC	<i>Leptopogon superciliaris</i>	LC	<i>Melanerpes cruentatus</i>	LC
<i>Icterus chryscephalus</i>	LC	<i>Leptosittaca branickii</i>	VU	<i>Merganetta armata</i>	LC
<i>Icterus croconotus</i>	LC	<i>Leptotila rufaxilla</i>	LC	<i>Mesembrinibis cayennensis</i>	LC
<i>Icterus galbula</i>	LC	<i>Leptotila verreauxi</i>	LC	<i>Metallura tyrianthina</i>	LC
<i>Ictinia mississippiensis</i>	LC	<i>Lesbia nuna</i>	LC	<i>Metallura williami</i>	LC
<i>Ictinia plumbea</i>	LC	<i>Lesbia victoriae</i>	LC	<i>Metopothrix aurantiaca</i>	LC
<i>Iodopleura isabellae</i>	LC	<i>Leucippus chlorocercus</i>	LC	<i>Micrastur buckleyi</i>	LC
<i>Iridophanes pulcherrimus</i>	LC	<i>Leuconotopicus fumigatus</i>	LC	<i>Micrastur gilvicollis</i>	LC
<i>Iridosornis analis</i>	LC	<i>Leucopternis melanops</i>	LC	<i>Micrastur mirandollei</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria da IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Iridosornis rufivertex</i>	LC	<i>Liosceles thoracicus</i>	LC	<i>Micrastur ruficollis</i>	LC
<i>Isleria hauxwelli</i>	LC	<i>Lipaugus fuscocinereus</i>	LC	<i>Micrastur semitorquatus</i>	LC
<i>Islerothraupis cristata</i>	LC	<i>Lipaugus vociferans</i>	LC	<i>Microbates cinereiventris</i>	LC
<i>Islerothraupis luctuosa</i>	LC	<i>Lochmias nematura</i>	LC	<i>Microbates collaris</i>	LC
<i>Ixobrychus exilis</i>	LC	<i>Lophornis verreauxii</i>	LC	<i>Microcerculus marginatus</i>	LC
<i>Jacamerops aureus</i>	LC	<i>Lophotrix cristata</i>	LC	<i>Micromonacha lanceolata</i>	LC
<i>Jacana jacana</i>	LC	<i>Lophotriccus galeatus</i>	LC	<i>Microrhopias quixensis</i>	LC
<i>Klais guimeti</i>	LC	<i>Lophotriccus pileatus</i>	LC	<i>Microxenops milleri</i>	LC
<i>Kleinothraupis atropileus</i>	LC	<i>Lophotriccus vitiensis</i>	LC	<i>Milvago chimachima</i>	LC
<i>Knipolegus poecilocercus</i>	LC	<i>Lurocalis rufiventris</i>	LC	<i>Mionectes galbinus</i>	LC
<i>Knipolegus poecilurus</i>	LC	<i>Lurocalis semitorquatus</i>	LC	<i>Mionectes oleagineus</i>	LC
<i>Knipolegus sclateri</i>	LC	<i>Machaeropterus striolatus</i>	LC	<i>Mionectes striaticollis</i>	LC
<i>Lafresnaya lafresnayi</i>	LC	<i>Machetornis rixosa</i>	LC	<i>Mitu salvini</i>	LC
<i>Lamprosars tanagrinus</i>	LC	<i>Malacoptila fusca</i>	LC	<i>Mitu tuberosum</i>	LC
<i>Laniisoma buckleyi</i>	NT	<i>Malacoptila rufa</i>	LC	<i>Mniotilta varia</i>	LC
<i>Lanio fulvus</i>	LC	<i>Manacus manacus</i>	LC	<i>Molothrus bonariensis</i>	LC
<i>Lanio versicolor</i>	LC	<i>Margarornis squamiger</i>	LC	<i>Molothrus oryzivorus</i>	LC
<i>Laniocera hypopyrra</i>	LC	<i>Maschalethraupis surinama</i>	LC	<i>Momotus momota</i>	LC
<i>Laterallus exilis</i>	LC	<i>Masius chrysotus</i>	LC	<i>Monasa flavirostris</i>	LC
<i>Laterallus melanophaius</i>	LC	<i>Mazaria propinqua</i>	LC	<i>Monasa morphoeus</i>	LC
<i>Lathrotriccus euleni</i>	LC	<i>Mecocerculus leucophrys</i>	LC	<i>Monasa nigrifrons</i>	LC
<i>Legatus leucophaius</i>	LC	<i>Mecocerculus minor</i>	LC	<i>Morphnarchus princeps</i>	LC
<i>Leiothlypis peregrina</i>	LC	<i>Mecocerculus poecilocercus</i>	LC	<i>Morphnus guianensis</i>	NT
<i>Leistes militaris</i>	LC	<i>Mecocerculus stictopterus</i>	LC	<i>Muscisaxicola alpinus</i>	LC
<i>Lepidocolaptes duidae</i>	LC	<i>Megascops torquata</i>	LC	<i>Muscisaxicola fluviatilis</i>	LC
<i>Lepidocolaptes lacrymiger</i>	LC	<i>Megarynchus pitangua</i>	LC	<i>Myadestes ralloides</i>	LC
<i>Lepidothrix coronata</i>	LC	<i>Megascops albogularis</i>	LC	<i>Mycteria americana</i>	LC
<i>Lepidothrix isidorei</i>	NT	<i>Megascops choliba</i>	LC	<i>Myiarchus cephalotes</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Myiarchus ferox</i>	LC	<i>Myrmochanes hemileucus</i>	LC	<i>Nyctiphrynus ocellatus</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria da IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Myiarchus swainsoni</i>	LC	<i>Myrmophylax atrothorax</i>	LC	<i>Nyctipolus nigrescens</i>	LC
<i>Myiarchus tuberculifer</i>	LC	<i>Myrmornis torquata</i>	LC	<i>Nyctiprogne leucopyga</i>	LC
<i>Myiobius atricaudus</i>	LC	<i>Myrmothera campanisona</i>	LC	<i>Nystactes tamatia</i>	LC
<i>Myiobius barbatus</i>	LC	<i>Myrmotherula assimilis</i>	LC	<i>Ochthoeca cinnamomeiventris</i>	LC
<i>Myiobius villosus</i>	LC	<i>Myrmotherula axillaris</i>	LC	<i>Ochthoeca fumicolor</i>	LC
<i>Myioborus melanocephalus</i>	LC	<i>Myrmotherula brachyura</i>	LC	<i>Ochthoeca rufipectoralis</i>	LC
<i>Myioborus miniatus</i>	LC	<i>Myrmotherula ignota</i>	LC	<i>Ochthornis littoralis</i>	LC
<i>Myiodynastes hemichrysus</i>	LC	<i>Myrmotherula longicauda</i>	LC	<i>Ocreatus underwoodii</i>	LC
<i>Myiodynastes luteiventris</i>	LC	<i>Myrmotherula longipennis</i>	LC	<i>Odontophorus gujanensis</i>	NT
<i>Myiodynastes maculatus</i>	LC	<i>Myrmotherula menetriesii</i>	LC	<i>Odontophorus speciosus</i>	NT
<i>Myiodynastes solitarius</i>	LC	<i>Myrmotherula multostriata</i>	LC	<i>Odontorchilus branickii</i>	LC
<i>Myiopagis cinerea</i>	LC	<i>Myrmotherula schisticolor</i>	LC	<i>Ognorhynchus icterotis</i>	EN
<i>Myiopagis flavivertex</i>	LC	<i>Myrmotherula sclateri</i>	LC	<i>Oneillornis lunulatus</i>	LC
<i>Myiopagis gaimardii</i>	LC	<i>Myrmotherula sunensis</i>	LC	<i>Oneillornis salvini</i>	LC
<i>Myiopagis olallai</i>	VU	<i>Nannopterum brasilianus</i>	LC	<i>Onychorhynchus coronatus</i>	LC
<i>Myiopagis viridicata</i>	LC	<i>Nasica longirostris</i>	LC	<i>Opisthocomus hoazin</i>	LC
<i>Myiophobus cryptoxanthus</i>	LC	<i>Nemosia pileata</i>	LC	<i>Opisthoprora euryptera</i>	LC
<i>Myiophobus fasciatus</i>	LC	<i>Neochen jubata</i>	NT	<i>Oporornis agilis</i>	LC
<i>Myiophobus flavicans</i>	LC	<i>Neoctantes niger</i>	LC	<i>Ornithion inerme</i>	LC
<i>Myiophobus phoenicomitra</i>	LC	<i>Neomorphus geoffroyi</i>	VU	<i>Orochelidon flavipes</i>	LC
<i>Myiornis ecaudatus</i>	LC	<i>Neomorphus pucheranii</i>	LC	<i>Orochelidon murina</i>	LC
<i>Myiotheretes fumigatus</i>	LC	<i>Neopipo cinnamomea</i>	LC	<i>Ortalis guttata</i>	LC
<i>Myiotheretes striaticollis</i>	LC	<i>Nephelomyias pulcher</i>	LC	<i>Orthopsittaca manilatus</i>	LC
<i>Myiothlypis coronata</i>	LC	<i>Nomonyx dominicus</i>	LC	<i>Oxyura ferruginea</i>	LC
<i>Myiothlypis fulvicauda</i>	LC	<i>Nonnula brunnea</i>	LC	<i>Pachyramphus albogriseus</i>	LC
<i>Myiothlypis luteoviridis</i>	LC	<i>Nonnula rubecula</i>	LC	<i>Pachyramphus castaneus</i>	LC
<i>Myiothlypis nigrocristata</i>	LC	<i>Nonnula ruficapilla</i>	LC	<i>Pachyramphus marginatus</i>	LC
<i>Myiotriccus phoenicurus</i>	LC	<i>Notharchus hyperrhynchus</i>	LC	<i>Pachyramphus minor</i>	LC
<i>Myiozetetes cayanensis</i>	LC	<i>Notharchus tectus</i>	LC	<i>Pachyramphus polychopterus</i>	LC
<i>Myiozetetes granadensis</i>	LC	<i>Nothocercus bonapartei</i>	LC	<i>Pachyramphus rufus</i>	LC
<i>Myiozetetes luteiventris</i>	LC	<i>Nothocercus julius</i>	LC	<i>Pachyramphus versicolor</i>	LC
<i>Myiozetetes similis</i>	LC	<i>Nothocrax urumutum</i>	LC	<i>Pachyramphus xanthogenys</i>	LC
<i>Myornis senilis</i>	LC	<i>Nyctibius aethereus</i>	LC	<i>Pachysylvia hypoxantha</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria da IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Myrmelastes hyperythrus</i>	LC	<i>Nyctibius grandis</i>	LC	<i>Pachysylvia semibrunnea</i>	LC
<i>Myrmelastes leucostigma</i>	LC	<i>Nyctibius griseus</i>	LC	<i>Pandion haliaetus</i>	LC
<i>Myrmelastes schistaceus</i>	LC	<i>Nyctibius leucopterus</i>	LC	<i>Panyptila cayennensis</i>	LC
<i>Myrmoborus leucophrys</i>	LC	<i>Nyctibius maculosus</i>	LC	<i>Parabuteo leucorrhous</i>	LC
<i>Myrmoborus lugubris</i>	VU	<i>Nycticorax nycticorax</i>	LC	<i>Pardirallus nigricans</i>	LC
<i>Myrmoborus myotherinus</i>	LC	<i>Nyctidromus albicollis</i>	LC	<i>Parkerthraustes humeralis</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Parkesia noveboracensis</i>	LC	<i>Phylloscartes gualaquiza</i>	NT	<i>Pogonotriccus ophthalmicus</i>	LC
<i>Paroaria gularis</i>	LC	<i>Piaya cayana</i>	LC	<i>Pogonotriccus orbitalis</i>	LC
<i>Patagioenas albilinea</i>	LC	<i>Piaya melanogaster</i>	LC	<i>Pogonotriccus poecilotis</i>	LC
<i>Patagioenas cayennensis</i>	LC	<i>Piculus chrysocloros</i>	LC	<i>Polioptila plumbea</i>	LC
<i>Patagioenas plumbea</i>	LC	<i>Piculus flavigula</i>	LC	<i>Porphyrio flavirostris</i>	LC
<i>Patagioenas speciosa</i>	LC	<i>Piculus leucolaemus</i>	LC	<i>Porphyrio martinicus</i>	LC
<i>Patagioenas subvinacea</i>	VU	<i>Picumnus aurifrons</i>	LC	<i>Porphyrolaema porphyrolaema</i>	LC
<i>Penelope jacquacu</i>	LC	<i>Picumnus lafresnayi</i>	LC	<i>Porzana carolina</i>	LC
<i>Penelope montagnii</i>	LC	<i>Picumnus rufiventris</i>	LC	<i>Porzana fasciata</i>	LC
<i>Petrochelidon pyrrhonota</i>	LC	<i>Pilherodius pileatus</i>	LC	<i>Premnoplex brunnescens</i>	LC
<i>Phaeomyias murina</i>	LC	<i>Pionites melanocephalus</i>	LC	<i>Premnornis guttuliger</i>	LC
<i>Phaethornis atrimentalis</i>	LC	<i>Pionus menstruus</i>	LC	<i>Progne chalybea</i>	LC
<i>Phaethornis bourcieri</i>	LC	<i>Pionus seniloides</i>	LC	<i>Progne elegans</i>	LC
<i>Phaethornis griseogularis</i>	LC	<i>Pipile cumanensis</i>	LC	<i>Progne subis</i>	LC
<i>Phaethornis guy</i>	LC	<i>Pipra filicauda</i>	LC	<i>Progne tapera</i>	LC
<i>Phaethornis hispidus</i>	LC	<i>Pipraeidea melanonota</i>	LC	<i>Protonotaria citrea</i>	LC
<i>Phaethornis malaris</i>	LC	<i>Pipreola arcuata</i>	LC	<i>Psarocolius angustifrons</i>	LC
<i>Phaethornis philippii</i>	LC	<i>Pipreola chlorolepidota</i>	NT	<i>Psarocolius decumanus</i>	LC
<i>Phaethornis ruber</i>	LC	<i>Pipreola lubomirskii</i>	LC	<i>Psarocolius viridis</i>	LC
<i>Phaethornis syrmatophorus</i>	LC	<i>Pipreola riefferii</i>	LC	<i>Psarocolius yuracares</i>	LC
<i>Phaetusa simplex</i>	LC	<i>Piprites chloris</i>	LC	<i>Pseudastur albicollis</i>	LC
<i>Pharomachrus antisianus</i>	LC	<i>Piranga leucoptera</i>	LC	<i>Pseudocolaptes boissonneaui</i>	LC
<i>Pharomachrus auriceps</i>	LC	<i>Piranga olivacea</i>	LC	<i>Pseudopipra pipra</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria da IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Pharomachrus pavoninus</i>	LC	<i>Piranga rubra</i>	LC	<i>Pseudospingus verticalis</i>	LC
<i>Pheucticus ludovicianus</i>	LC	<i>Piranga rubriceps</i>	LC	<i>Pseudotriccus pelzelni</i>	LC
<i>Pheugopedius coraya</i>	LC	<i>Pitangus sulfuroso</i>	LC	<i>Pseudotriccus ruficeps</i>	LC
<i>Pheugopedius euophrys</i>	LC	<i>Pithys albifrons</i>	LC	<i>Psittacara leucophthalmus</i>	LC
<i>Pheugopedius genibarbis</i>	LC	<i>Platalea ajaja</i>	LC	<i>Psittacara wagleri</i>	NT
<i>Philohydor lictor</i>	LC	<i>Platyrrinchus albogularis</i>	LC	<i>Psophia crepitans</i>	NT
<i>Philydor erythrocerum</i>	LC	<i>Platyrrinchus coronatus</i>	LC	<i>Pteroglossus azara</i>	LC
<i>Philydor erythropterum</i>	LC	<i>Platyrrinchus flavigularis</i>	LC	<i>Pteroglossus castanotis</i>	LC
<i>Philydor pyrrhodes</i>	LC	<i>Platyrrinchus platyrhynchos</i>	LC	<i>Pteroglossus humboldti</i>	LC
<i>Phlegopsis erythroptera</i>	LC	<i>Platyrrinchus saturatus</i>	LC	<i>Pteroglossus pluricinctus</i>	LC
<i>Phlegopsis nigromaculata</i>	LC	<i>Pluvialis dominica</i>	LC	<i>Pterophanes cyanopterus</i>	LC
<i>Phlogophilus hemileucurus</i>	VU	<i>Podiceps juninensis</i>	NT	<i>Pulsatrix melanota</i>	LC
<i>Phoenicircus nigricollis</i>	LC	<i>Podilymbus podiceps</i>	LC	<i>Pulsatrix perspicillata</i>	LC
<i>Phyllaemulor bracteatus</i>	LC	<i>Poecilotriccus calopterus</i>	LC	<i>Pygmytila stelleri</i>	LC
<i>Phyllomyias cinereiceps</i>	LC	<i>Poecilotriccus capitalis</i>	LC	<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	LC
<i>Phyllomyias nigrocapillus</i>	LC	<i>Poecilotriccus latirostris</i>	LC	<i>Pyriglena leuconota</i>	LC
<i>Phyllomyias uropygialis</i>	LC	<i>Poecilotriccus ruficeps</i>	LC	<i>Pyrrilia barrabandi</i>	NT

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Pyrocephalus rubinus</i>	LC	<i>Sclerurus caudacutus</i>	LC	<i>Sporophila atrirostris</i>	LC
<i>Pyrrhomyias cinnamomeus</i>	LC	<i>Sclerurus mexicanus</i>	LC	<i>Sporophila bouvronides</i>	LC
<i>Pyrrhura melanura</i>	LC	<i>Sclerurus ruficularis</i>	LC	<i>Sporophila caerulescens</i>	LC
<i>Pyrrhura roseifrons</i>	LC	<i>Scytalopus atratus</i>	LC	<i>Sporophila castaneiventris</i>	LC
<i>Querula purpurata</i>	LC	<i>Scytalopus latrans</i>	LC	<i>Sporophila crassirostris</i>	LC
<i>Ramphastos ambiguus</i>	NT	<i>Scytalopus micropterus</i>	LC	<i>Sporophila lineola</i>	LC
<i>Ramphastos culminatus</i>	VU	<i>Scytalopus opacus</i>	LC	<i>Sporophila luctuosa</i>	LC
<i>Ramphastos cuvieri</i>	LC	<i>Scytalopus spillmanni</i>	LC	<i>Sporophila murallae</i>	LC
<i>Ramphocaenus melanurus</i>	LC	<i>Selenidera langsdorffii</i>	LC	<i>Sporophila nigricollis</i>	LC
<i>Ramphocelus carbo</i>	LC	<i>Selenidera reinwardtii</i>	LC	<i>Steatornis caripensis</i>	LC
<i>Ramphocelus nigrogularis</i>	LC	<i>Sericossypha albocristata</i>	VU	<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	LC
<i>Ramphomicron microrhynchum</i>	LC	<i>Serpophaga cinerea</i>	LC	<i>Sternula supercilialis</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria da IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Ramphotricon fuscicauda</i>	LC	<i>Serpophaga hypoleuca</i>	LC	<i>Stigmatura napensis</i>	LC
<i>Ramphotricon megacephalum</i>	LC	<i>Setophaga cerulea</i>	VU	<i>Streptoprocne rutila</i>	LC
<i>Ramphotricon ruficauda</i>	LC	<i>Setophaga fusca</i>	LC	<i>Streptoprocne zonaris</i>	LC
<i>Rhegmatorhina melanosticta</i>	LC	<i>Setophaga petechia</i>	LC	<i>Sublegatus obscurior</i>	LC
<i>Rhynchocyclus aequinoctialis</i>	LC	<i>Setophaga pitaiayumi</i>	LC	<i>Synallaxis albescens</i>	LC
<i>Rhynchocyclus fulvipectus</i>	LC	<i>Setophaga ruticilla</i>	LC	<i>Synallaxis albigularis</i>	LC
<i>Rhytipterna simplex</i>	LC	<i>Setophaga striata</i>	NT	<i>Synallaxis azarae</i>	LC
<i>Riparia riparia</i>	LC	<i>Sicalis flaveola</i>	LC	<i>Synallaxis cherriei</i>	NT
<i>Rostrhamus sociabilis</i>	LC	<i>Silvicultrix diadema</i>	LC	<i>Synallaxis gujanensis</i>	LC
<i>Rufirallus castaneiceps</i>	LC	<i>Silvicultrix frontalis</i>	LC	<i>Synallaxis moesta</i>	NT
<i>Rupicola peruvianus</i>	LC	<i>Sirystes albocinereus</i>	LC	<i>Synallaxis rutilans</i>	LC
<i>Rupornis magnirostris</i>	LC	<i>Sittasomus griseicapillus</i>	LC	<i>Synallaxis unirufa</i>	LC
<i>Rynchops niger</i>	LC	<i>Snowornis cryptolophus</i>	LC	<i>Syndactyla subalaris</i>	LC
<i>Saltator coerulescens</i>	LC	<i>Snowornis subalaris</i>	NT	<i>Tachornis squamata</i>	LC
<i>Saltator grossus</i>	LC	<i>Spatula cyanoptera</i>	LC	<i>Tachycineta albiventer</i>	LC
<i>Saltator maximus</i>	LC	<i>Spatula discors</i>	LC	<i>Tachycineta bicolor</i>	LC
<i>Saltator striatipectus</i>	LC	<i>Sphenopsis frontalis</i>	LC	<i>Tangara aurulenta</i>	LC
<i>Sarcoramphus papa</i>	LC	<i>Sphenopsis melanotis</i>	LC	<i>Tangara callophrys</i>	LC
<i>Sarkidiornis sylvicola</i>	LC	<i>Spinus magellanicus</i>	LC	<i>Tangara chilensis</i>	LC
<i>Sayornis nigricans</i>	LC	<i>Spinus olivaceus</i>	LC	<i>Tangara chrysotis</i>	LC
<i>Schiffornis aenea</i>	LC	<i>Spinus spinescens</i>	LC	<i>Tangara cyanicollis</i>	LC
<i>Schiffornis major</i>	LC	<i>Spizaetus isidori</i>	EN	<i>Tangara cyanotis</i>	LC
<i>Schiffornis turdina</i>	LC	<i>Spizaetus melanoleucus</i>	LC	<i>Tangara episcopus</i>	LC
<i>Schistes geoffroyi</i>	LC	<i>Spizaetus ornatus</i>	NT	<i>Tangara gyrola</i>	LC
<i>Schistochlamys melanopsis</i>	LC	<i>Spizaetus tyrannus</i>	LC	<i>Tangara heinei</i>	LC
<i>Sciaphylax castanea</i>	LC	<i>Spodiornis rusticus</i>	LC	<i>Tangara mexicana</i>	LC
<i>Sclateria naevia</i>	LC	<i>Sporathraupis cyanocephala</i>	LC	<i>Tangara nigrocincta</i>	LC
<i>Sclerurus albigularis</i>	NT	<i>Sporophila angolensis</i>	LC	<i>Tangara nigroviridis</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Tangara palmarum</i>	LC	<i>Tinamus major</i>	NT	<i>Tyrannulus elatus</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria da IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Tangara parzudakii</i>	LC	<i>Tinamus osgoodi</i>	VU	<i>Tyrannus albogularis</i>	LC
<i>Tangara punctata</i>	LC	<i>Tinamus tao</i>	VU	<i>Tyrannus melancholicus</i>	LC
<i>Tangara ruficervix</i>	LC	<i>Tityra cayana</i>	LC	<i>Tyrannus savana</i>	LC
<i>Tangara schrankii</i>	LC	<i>Tityra inquisitor</i>	LC	<i>Tyrannus tyrannus</i>	LC
<i>Tangara vassorii</i>	LC	<i>Tityra semifasciata</i>	LC	<i>Tyto alba</i>	LC
<i>Tangara velia</i>	LC	<i>Todirostrum chrysocrotaphum</i>	LC	<i>Urochroa leucura</i>	LC
<i>Tangara xanthocephala</i>	LC	<i>Todirostrum cinereum</i>	LC	<i>Uromyias agilis</i>	LC
<i>Tangara xantogastra</i>	LC	<i>Todirostrum maculatum</i>	LC	<i>Uropsalis lyra</i>	LC
<i>Tapera naevia</i>	LC	<i>Tolmomyias assimilis</i>	LC	<i>Uropsalis segmentata</i>	LC
<i>Taphrospilus hypostictus</i>	LC	<i>Tolmomyias poliocephalus</i>	LC	<i>Urosticte ruficrissa</i>	LC
<i>Taraba major</i>	LC	<i>Tolmomyias sulfurescens</i>	LC	<i>Vanellus chilensis</i>	LC
<i>Tephrophilus wetmorei</i>	VU	<i>Tolmomyias traylori</i>	LC	<i>Veniliornis affinis</i>	LC
<i>Terenotriccus erythrurus</i>	LC	<i>Tolmomyias viridiceps</i>	LC	<i>Veniliornis dignus</i>	LC
<i>Tersina viridis</i>	LC	<i>Topaza pyra</i>	LC	<i>Veniliornis nigriceps</i>	LC
<i>Thalurania furcata</i>	LC	<i>Touit huetii</i>	VU	<i>Veniliornis passerinus</i>	LC
<i>Thamnistes aequatorialis</i>	LC	<i>Touit purpuratus</i>	LC	<i>Vermivora chrysoptera</i>	NT
<i>Thamnomanes ardesiacus</i>	LC	<i>Touit stictopterus</i>	VU	<i>Vireo altiloquus</i>	LC
<i>Thamnomanes caesius</i>	LC	<i>Tringa flavipes</i>	LC	<i>Vireo chivi</i>	LC
<i>Thamnomanes schistogynus</i>	LC	<i>Tringa melanoleuca</i>	LC	<i>Vireo flavoviridis</i>	LC
<i>Thamnophilus aethiops</i>	LC	<i>Tringa solitária</i>	LC	<i>Vireo leucophrys</i>	LC
<i>Thamnophilus amazonicus</i>	LC	<i>Troglodytes aedon</i>	LC	<i>Vireo oliváceo</i>	LC
<i>Thamnophilus cryptoleucus</i>	NT	<i>Troglodytes solstitialis</i>	LC	<i>Vireolanius leucotis</i>	LC
<i>Thamnophilus doliatus</i>	LC	<i>Trogon collaris</i>	LC	<i>Volatinia jacarina</i>	LC
<i>Thamnophilus murinus</i>	LC	<i>Trogon curucui</i>	LC	<i>Vultur gryphus</i>	NT
<i>Thamnophilus praecox</i>	NT	<i>Trogon melanurus</i>	LC	<i>Willisornis poecilinotus</i>	LC
<i>Thamnophilus schistaceus</i>	LC	<i>Trogon personatus</i>	LC	<i>Xenops genibarbis</i>	LC
<i>Thamnophilus tenuipunctatus</i>	VU	<i>Trogon rufus</i>	LC	<i>Xenops rutilus</i>	LC
<i>Thamnophilus unicolor</i>	LC	<i>Trogon violaceus</i>	LC	<i>Xenops tenuirostris</i>	LC
<i>Thlypopsis ornata</i>	LC	<i>Trogon viridis</i>	LC	<i>Xiphocolaptes promeropirhynchus</i>	LC
<i>Thlypopsis sordida</i>	LC	<i>Tunchiornis ochraceiceps</i>	LC	<i>Xiphorhynchus beauperthuyssii</i>	LC
<i>Thlypopsis superciliaris</i>	LC	<i>Turdus albicollis</i>	LC	<i>Xiphorhynchus chunchotambo</i>	LC
<i>Threnetes leucurus</i>	LC	<i>Turdus debilis</i>	LC	<i>Xiphorhynchus elegans</i>	LC

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria da IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Thripadectes flammulatus</i>	LC	<i>Turdus fulviventris</i>	LC	<i>Xiphorhynchus guttatoides</i>	LC
<i>Thripadectes holostictus</i>	LC	<i>Turdus fuscater</i>	LC	<i>Xiphorhynchus obsoletus</i>	LC
<i>Thripadectes melanorhynchus</i>	LC	<i>Turdus hauxwelli</i>	LC	<i>Xiphorhynchus ocellatus</i>	LC
<i>Thripadectes virgaticeps</i>	LC	<i>Turdus lawrencii</i>	LC	<i>Xiphorhynchus triangularis</i>	LC
<i>Thripophaga fusciceps</i>	LC	<i>Turdus leucops</i>	LC	<i>Zebrilus undulatus</i>	NT
<i>Thripophaga gutturata</i>	LC	<i>Turdus sanchezorum</i>	LC	<i>Zentrygon frenata</i>	LC
<i>Tigrisoma fasciatum</i>	LC	<i>Turdus serranus</i>	LC	<i>Zimmerius chrysops</i>	LC
<i>Tigrisoma lineatum</i>	LC	<i>Tyrannetes stolzmanni</i>	LC	<i>Zimmerius gracilipes</i>	LC
<i>Tinamus guttatus</i>	NT	<i>Tyrannopsis sulfurea</i>	LC	<i>Zonotrichia capensis</i>	LC

(iv) Mamíferos; 298 espécies.

Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN	Nome científico	Categoria IUCN
<i>Alouatta juara</i>	LC	<i>Chrotopterus auritus</i>	LC	<i>Euryoryzomys macconnelli</i>	LC
<i>Ametrida centurio</i>	LC	<i>Coendou bicolor</i>	LC	<i>Furipterus horrens</i>	LC
<i>Anoura aequatoris</i>	LC	<i>Coendou prehensilis</i>	LC	<i>Galictis vittata</i>	LC
<i>Anoura caudifer</i>	LC	<i>Coendou quichua</i>	DD	<i>Gardnerycteris crenulatum</i>	LC
<i>Anoura cultrata</i>	LC	<i>Coendou rufescens</i>	LC	<i>Glossophaga commissarisi</i>	LC
<i>Anoura fistulata</i>	DD	<i>Cormura brevirostris</i>	LC	<i>Glossophaga soricina</i>	LC
<i>Anoura geoffroyi</i>	LC	<i>Cryptotis squamipes</i>	LC	<i>Glyphonycteris daviesi</i>	LC
<i>Anoura latidens</i>	LC	<i>Cuniculus paca</i>	LC	<i>Glyphonycteris sylvestris</i>	LC
<i>Anoura peruana</i>	LC	<i>Cuniculus taczanowskii</i>	NT	<i>Handleyomys alfaroi</i>	LC
<i>Aotus lemurinus</i>	VU	<i>Cyclopes didactylus</i>	LC	<i>Herpailurus yagouaroundi</i>	LC
<i>Aotus nancymae</i>	VU	<i>Cynomops abrasus</i>	DD	<i>Histiotus montanus</i>	LC
<i>Aotus vociferans</i>	LC	<i>Cynomops greenhalli</i>	LC	<i>Holochilus sciureus</i>	LC
<i>Artibeus aequatorialis</i>	LC	<i>Cynomops milleri</i>	LC	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	LC
<i>Artibeus amplus</i>	LC	<i>Cynomops paranus</i>	DD	<i>Hyladelphys kalinowskii</i>	LC
<i>Artibeus concolor</i>	LC	<i>Cynomops planirostris</i>	LC	<i>Hylaeamys perenensis</i>	LC
<i>Artibeus lituratus</i>	LC	<i>Dactylomys dactylinus</i>	LC	<i>Hylaeamys yunganus</i>	LC
<i>Artibeus obscurus</i>	LC	<i>Dasyprocta fuliginosa</i>	LC	<i>Ichthyomys hydrobates</i>	LC
<i>Artibeus planirostris</i>	LC	<i>Dasyprocta kappleri</i>	LC	<i>Inia geoffrensis</i>	EN
<i>Ateles belzebuth</i>	EN	<i>Dasyprocta novemcinctus</i>	LC	<i>Isotrix bistriata</i>	LC

Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN
<i>Ateles chamek</i>	EN	<i>Dermanura anderseni</i>	LC	<i>Lagothrix lagothricha</i>	VU
<i>Atelocynus microtis</i>	NT	<i>Dermanura bogotensis</i>	LC	<i>Lamproncyteris brachyotis</i>	LC
<i>Bassaricyon alleni</i>	LC	<i>Dermanura glauca</i>	LC	<i>Lasiurus blossevillii</i>	LC
<i>Bassaricyon neblina</i>	NT	<i>Dermanura gnoma</i>	LC	<i>Lasiurus cinereus</i>	LC
<i>Bradypus variegatus</i>	LC	<i>Dermanura phaeotis</i>	LC	<i>Lasiurus ega</i>	LC
<i>Cabassous unicinctus</i>	LC	<i>Desmodus rotundus</i>	LC	<i>Lasiurus egregius</i>	DD
<i>Cacajao calvus</i>	VU	<i>Diaemus youngi</i>	LC	<i>Leontocebus fuscicollis</i>	LC
<i>Caenolestes fuliginosus</i>	LC	<i>Diclidurus albus</i>	LC	<i>Leontocebus nigricollis</i>	LC
<i>Callimico goeldii</i>	VU	<i>Diclidurus ingens</i>	DD	<i>Leopardus colocolo</i>	NT
<i>Caluromys lanatus</i>	LC	<i>Diclidurus scutatus</i>	LC	<i>Leopardus pardalis</i>	LC
<i>Carollia brevicauda</i>	LC	<i>Didelphis marsupialis</i>	LC	<i>Leopardus tigrinus</i>	VU
<i>Carollia castanea</i>	LC	<i>Didelphis pernigra</i>	LC	<i>Leopardus wiedii</i>	NT
<i>Carollia perspicillata</i>	LC	<i>Dinomys branickii</i>	LC	<i>Lichonycteris degener</i>	LC
<i>Cebus albifrons</i>	LC	<i>Diphylla ecaudata</i>	LC	<i>Lichonycteris obscura</i>	LC
<i>Centronycteris centralis</i>	LC	<i>Echimys saturnus</i>	DD	<i>Lionycteris spurrelli</i>	LC
<i>Centronycteris maximiliani</i>	LC	<i>Eira barbara</i>	LC	<i>Lonchophylla concava</i>	LC
<i>Cerdocyon thous</i>	LC	<i>Enchisthenes hartii</i>	LC	<i>Lonchophylla robusta</i>	LC
<i>Cheracebus lucifer</i>	LC	<i>Eptesicus andinus</i>	LC	<i>Lonchophylla thomasi</i>	LC
<i>Cheracebus medemi</i>	VU	<i>Eptesicus brasiliensis</i>	LC	<i>Lonchorhina aurita</i>	LC
<i>Chilomys instans</i>	LC	<i>Eptesicus furinalis</i>	LC	<i>Lonchorhina inusitata</i>	DD
<i>Chiroderma salvini</i>	LC	<i>Eumops auripendulus</i>	LC	<i>Lonchorhina marinkellei</i>	VU
<i>Chiroderma trinitatum</i>	LC	<i>Eumops glaucinus</i>	LC	<i>Lontra longicaudis</i>	NT
<i>Chiroderma villosum</i>	LC	<i>Eumops hansae</i>	LC	<i>Lophostoma brasiliense</i>	LC
<i>Chironectes minimus</i>	LC	<i>Eumops maurus</i>	DD	<i>Lophostoma carrikeri</i>	LC
<i>Choeroniscus minor</i>	LC	<i>Eumops perotis</i>	LC	<i>Lophostoma silvicolium</i>	LC
<i>Choloepus didactylus</i>	LC	<i>Eumops trumbulli</i>	LC	<i>Macrophyllum macrophyllum</i>	LC

Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN
<i>Makalata macrura</i>	LC	<i>Neacomys spinosus</i>	LC	<i>Platyrrhinus lineatus</i>	LC
<i>Marmosa demerarae</i>	LC	<i>Neacomys tenuipes</i>	LC	<i>Platyrrhinus nigellus</i>	LC
<i>Marmosa lepida</i>	LC	<i>Necomys punctulatus</i>	DD	<i>Plecturocebus cupreus</i>	LC
<i>Marmosa murina</i>	LC	<i>Nectomys apicalis</i>	LC	<i>Plecturocebus discolor</i>	LC
<i>Marmosa regina</i>	LC	<i>Nectomys rattus</i>	LC	<i>Potos flavus</i>	LC
<i>Marmosops neblina</i>	LC	<i>Neomicroxus latebricola</i>	EN	<i>Priodontes maximus</i>	VU

Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN
<i>Mazama americana</i>	DD	<i>Nephelomys albigularis</i>	LC	<i>Procyon cancrivorus</i>	LC
<i>Mazama nemorivaga</i>	LC	<i>Neusticomys monticolus</i>	LC	<i>Proechimys brevicauda</i>	LC
<i>Mazama rufina</i>	VU	<i>Noctilio albiventris</i>	LC	<i>Proechimys cuvieri</i>	LC
<i>Melanomys caliginosus</i>	LC	<i>Noctilio leporinus</i>	LC	<i>Proechimys quadruplicatus</i>	LC
<i>Mesomys hispidus</i>	LC	<i>Nyctinomops aurispinosus</i>	LC	<i>Proechimys simonsi</i>	LC
<i>Mesophylla macconnelli</i>	LC	<i>Nyctinomops laticaudatus</i>	LC	<i>Proechimys steerei</i>	LC
<i>Metachirus nudicaudatus</i>	LC	<i>Nyctinomops macrotis</i>	LC	<i>Promops centralis</i>	LC
<i>Micronycteris broseti</i>	DD	<i>Odocoileus virginianus</i>	LC	<i>Promops nasutus</i>	LC
<i>Micronycteris hirsuta</i>	LC	<i>Oecomys bicolor</i>	LC	<i>Pteronotus gymnonotus</i>	LC
<i>Micronycteris megalotis</i>	LC	<i>Oecomys concolor</i>	LC	<i>Pteronotus personatus</i>	LC
<i>Micronycteris microtis</i>	LC	<i>Oecomys paricola</i>	DD	<i>Pteronotus rubiginosus</i>	LC
<i>Micronycteris minuta</i>	LC	<i>Oecomys roberti</i>	LC	<i>Pteronura brasiliensis</i>	EN
<i>Micronycteris schmidtorum</i>	LC	<i>Oecomys superans</i>	LC	<i>Pudu mephistophiles</i>	DD
<i>Microryzomys minutus</i>	LC	<i>Oecomys trinitatis</i>	LC	<i>Puma concolor</i>	LC
<i>Microsciurus flaviventer</i>	LC	<i>Oligoryzomys destructor</i>	LC	<i>Reithrodontomys mexicanus</i>	LC
<i>Molossops mattogrossensis</i>	LC	<i>Oligoryzomys fulvescens</i>	LC	<i>Rhinophylla fischeriae</i>	LC
<i>Molossops neglectus</i>	DD	<i>Panthera onca</i>	NT	<i>Rhinophylla pumilio</i>	LC
<i>Molossops temminckii</i>	LC	<i>Pattonomys occasius</i>	DD	<i>Rhipidomys leucodactylus</i>	LC
<i>Molossus coibensis</i>	LC	<i>Pecari tajacu</i>	LC	<i>Rhynchonycteris naso</i>	LC
<i>Molossus molossus</i>	LC	<i>Peropteryx kappleri</i>	LC	<i>Saccopteryx bilineata</i>	LC
<i>Molossus pretiosus</i>	LC	<i>Peropteryx leucoptera</i>	LC	<i>Saccopteryx canescens</i>	LC
<i>Molossus rufus</i>	LC	<i>Peropteryx macrotis</i>	LC	<i>Saccopteryx leptura</i>	LC
<i>Monodelphis adusta</i>	LC	<i>Peropteryx pallidoptera</i>	DD	<i>Saguinus labiatus</i>	LC
<i>Mormoops megalophylla</i>	LC	<i>Philander andersoni</i>	LC	<i>Saguinus mystax</i>	LC
<i>Mus musculus</i>	LC	<i>Philander opossum</i>	LC	<i>Sapajus apella</i>	LC
<i>Mustela africana</i>	LC	<i>Phylloderma stenops</i>	LC	<i>Sciurillus pusillus</i>	LC
<i>Mustela felipei</i>	VU	<i>Phyllostomus discolor</i>	LC	<i>Sciurus ignitus</i>	LC
<i>Mustela frenata</i>	LC	<i>Phyllostomus elongatus</i>	LC	<i>Sciurus igniventris</i>	LC
<i>Myoprocta pratti</i>	LC	<i>Phyllostomus hastatus</i>	LC	<i>Sciurus pucheranii</i>	DD
<i>Myotis albescens</i>	LC	<i>Pithecia hirsuta</i>	DD	<i>Sciurus spadiceus</i>	LC
<i>Myotis keaysi</i>	LC	<i>Pithecia milleri</i>	VU	<i>Scolomys ucayalensis</i>	LC
<i>Myotis nigricans</i>	LC	<i>Pithecia monachus</i>	LC	<i>Sotalia fluviatilis</i>	DD
<i>Myotis oxyotus</i>	LC	<i>Platyrrhinus albericoi</i>	LC	<i>Speothos venaticus</i>	NT
<i>Myotis riparius</i>	LC	<i>Platyrrhinus brachycephalus</i>	LC	<i>Sphaeronycteris toxophyllum</i>	LC

Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN
<i>Myotis simus</i>	DD	<i>Platyrrhinus dorsalis</i>	LC	<i>Sturnira bidens</i>	LC
<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	VU	<i>Platyrrhinus helleri</i>	LC	<i>Sturnira bogotensis</i>	LC
<i>Nasua narica</i>	LC	<i>Platyrrhinus incarum</i>	LC	<i>Sturnira erythromos</i>	LC
<i>Nasua nasua</i>	LC	<i>Platyrrhinus infuscus</i>	LC	<i>Sturnira ludovici</i>	LC
<i>Nasuella olivacea</i>	NT	<i>Platyrrhinus ismaeli</i>	NT	<i>Sturnira magna</i>	LC

Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN	Nome científico	Categoría IUCN
<i>Sturnira tildae</i>	LC	<i>Thomasomys taczanowskii</i>	LC	<i>Trinycteris nicefori</i>	LC
<i>Tadarida brasiliensis</i>	LC	<i>Thomasomys ucucha</i>	VU	<i>Uroderma bilobatum</i>	LC
<i>Tamandua tetradactyla</i>	LC	<i>Thyroptera discifera</i>	LC	<i>Uroderma magnirostrum</i>	LC
<i>Tapirus pinchaque</i>	EN	<i>Thyroptera tricolor</i>	LC	<i>Vampyressa melissa</i>	VU
<i>Tapirus terrestris</i>	VU	<i>Tonatia saurophila</i>	LC	<i>Vampyressa thylene</i>	LC
<i>Tayassu pecari</i>	VU	<i>Toromys rhipidurus</i>	DD	<i>Vampyriscus bidens</i>	LC
<i>Thomasomys aureus</i>	LC	<i>Trachops cirrhosus</i>	LC	<i>Vampyriscus brocki</i>	LC
<i>Thomasomys baileyi</i>	LC	<i>Tremarctos ornatus</i>	VU	<i>Vampyrodes caraccioli</i>	LC
<i>Thomasomys cinnamomeus</i>	LC	<i>Trichechus inunguis</i>	VU	<i>Vampyrum spectrum</i>	NT
<i>Thomasomys paramorum</i>	LC				

Anexo 4. Áreas protegidas da bacia do Putumayo – Ica.

Área protegida	Localização	Superfície em km ²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais características	Principais ameaças
Reserva de Produção Faunística Cuyabeno ⁷⁷	Equador, na província de Orellana, cantão de Aguarico; e na província de Sucumbíos, cantões de Cuyabeno, Putumayo e Lago Agrio.	5.900	Valores de conservação: Mamíferos aquáticos: <i>Inia geofrensis</i> (golfinho cor-de-rosa), <i>Trichechus inunguis</i> (peixe-boi) e <i>Pteronura brasiliensis</i> (nutria gigante). Bacia do rio Cuyabeno e lagoas. Bacia do rio Lagartococha e lagoas. Comunidades indígenas dentro da Reserva. Onça-pintada (jaguar).	Abriga um dos sete refúgios pleistocênicos que sobreviveram à última era glacial do planeta e inclui o maior sistema lacustre da Amazônia equatoriana. Dentro da Reserva vivem as comunidades indígenas Sionas, Secoyas, Cofanes, Kichwas e Shuar, que cultivam principalmente mandioca, banana e milho e realizam atividades extrativas de subsistência (madeira, caça e pesca). Além disso, há áreas importantes dentro da Reserva que foram concessionadas para a exploração petrolífera.	Cuyabeno está seriamente ameaçada pelas pressões da colonização (especialmente em sua parte ocidental e sul), pelas concessões e exploração de poços de petróleo em seu interior e pela extração de madeira. As atividades petrolíferas causaram graves danos aos ecossistemas de Cuyabeno devido aos contínuos derramamentos e têm sido, além disso, uma séria ameaça à saúde dos habitantes indígenas locais. Nas frentes de colonização da Reserva, a pressão sobre a floresta e seus recursos (especialmente a madeira) é alta. Existem também outras ameaças, como a caça e o turismo informal e mal organizado, mas seu nível de impacto é comparativamente menor.
Reserva Ecológica Cofán Bermejo ⁷⁸	Equador, na província de Sucumbíos, cantão de Cascales.	554,51	Sem informação	Abrange amplos gradientes altitudinais (400–2.275 msnm), sendo uma zona de transição entre a flora da Amazônia e dos Andes, abrigando uma comunidade de plantas muito diversa e complexa, com uma heterogeneidade significativa na composição e estrutura florestal. A Reserva Ecológica Cofán-Bermejo inclui áreas de floresta intocadas que fazem parte do território ancestral da etnia Cofán de Sinangoe. As	As florestas da região estão seriamente ameaçadas pela nova rodovia Interoceânica, que vai de Lago Agrio a Tulcán e divide essas florestas. Essa via favoreceu a presença de colonos que desmatam áreas florestais para atividades agrícolas e pecuárias. Também foram relatadas incursões de empresas madeireiras ao longo das estradas, bem como de caçadores e pescadores furtivos. A extração de petróleo tem causado graves impactos na região, devido a derramamentos de petróleo e vazamentos de produtos químicos.

⁷⁷ Ministério do Meio Ambiente. 2012. Plano de Manejo da Reserva de Produção de Fauna Cuyabeno. Quito, Equador. 56 p. Acessado em 10 de fevereiro de 2021 em:

http://alfresco.ambiente.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/da166651-8566-4b91-a70f-2247b6641fa6/PM_Cuyabeno.pdf

⁷⁸ ECOLAP e MAE. 2007. Guia do Patrimônio das Áreas Naturais Protegidas do Equador. ECOFUND, FAN, DarwinNet, IGM. Quito, Equador. Consultado em 11 de fevereiro de 2021 em <https://www.parks-and-tribes.com/national-parks/reserva-ecologica-cofan-bermejo/reserva-ecologica-cofan-bermejo.pdf>

Área protegida	Localização	Superfície em km ²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais características	Principais ameaças
				comunidades Cofán que estão dentro da reserva são Soquié, Tayo'su Canque, Chandia Na'e e Alto Bermejo.	
Parque Nacional Natural Amacayacu ⁷⁹	Colômbia, Trapézio Amazônico. Nos municípios de Leticia, Puerto Nariño e no Corregimiento Departamental de Tarapacá.	2.935 km	Conservar uma amostra representativa de os ecossistemas do interflúvio Putumayo – Amazonas associados a as formações geológicas pebas, terciário superior e quaternário, que contribuem para a conectividade na zona fronteira. Contribuir para a manutenção da rede hídrica formada pelas bacias Cotuhé – Putumayo, Purité, Amacayacu e Matamatá, sua riqueza hidrobiológica e a importância para a soberania alimentar das comunidades relacionadas. Contribuir para o fortalecimento do uso e manejo sustentável dos recursos naturais e do relacionamento dos grupos	O Parque abriga a floresta úmida ou hidrofítica do piso térmico quente e faz parte da chamada hylea amazônica. Sobrepoem-se a Reservas Indígenas em suas partes sul e norte, que compartilham a responsabilidade pela administração e gestão com a UAESPNN.	As ameaças mais graves para a área a curto prazo são as atividades dos garimpeiros de ouro no setor norte, nos rios Cotuhé e Purité; e dos madeireiros comerciais em toda a região, particularmente nos setores norte e oeste da área protegida. Também se menciona o avanço das plantações ilícitas em zonas próximas ao setor norte da ANP. No setor sul, o desafio mais sério, tanto a curto como a longo prazo, é chegar a um acordo sobre os usos dos recursos naturais, compatíveis tanto com a conservação biológica como com o desenvolvimento econômico dos indígenas, atendendo às mudanças quantitativas em seus usos resultantes do crescimento demográfico nessas comunidades.

⁷⁹ Parques Nacionais Naturais da Colômbia. s/f. Plano de Manejo do Parque Nacional Natural Amacayacu. Consultado em 11 de fevereiro de 2021 em <https://www.parquesnacionales.gov.co/portal/wp-content/uploads/2013/12/PMPNNAMACAYACU.pdf> e <https://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/ecoturismo/region-amazonia/parque-nacional-natural-amacayacu/>

Área protegida	Localização	Superfície em km ²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais características	Principais ameaças
			étnicos presentes na área de influência do PNNA. Manter as funções dos ecossistemas para garantir a regulação climática local e contribuir para a mitigação das mudanças climáticas globais. Contribuir para a manutenção de locais representativos das paisagens bioculturais que favoreçam o conhecimento da importância da Amazônia para a sociedade em geral.		
Parque Nacional Güeppi Sekime ⁸⁰	Peru, departamento de Loreto, província de Putumayo, no distrito de Teniente Manuel Clavero; e província de Maynas, no distrito de Torres Causana.	2036,28	Proteger a diversidade de paisagens e ecossistemas das ecorregiões de Napo e Japurá-Negro e as espécies que elas abrigam, especialmente as ameaçadas, endêmicas e aquelas que sofreram forte pressão em seus níveis populacionais, permitindo o desenvolvimento natural de seus processos biológicos.	Abriga a ecorregião da Floresta Úmida do Napo, que apresenta uma biodiversidade excepcional e constitui uma das ecorregiões prioritárias para conservação em nível mundial, pois é um importante centro de especiação e concentra um grande número de espécies endêmicas.	Poluição por resíduos sólidos e manejo inadequado de combustíveis e lubrificantes, associada à presença de uma base das forças armadas. Ocorrência de desmatamento ilegal que afeta ecossistemas terrestres e zonas aluviais. Caça e pesca ilegais.
Parque Nacional Yaguas ⁸¹	Peru, departamento de Loreto, na província de	8.689,27	Conservar a diversidade biológica, os processos ecológicos e as formações geológicas existentes na bacia	Considera-se que a área provavelmente possui a maior diversidade de peixes de água doce de todo o território peruano e pelo	Desmatamento por corte ilegal. A mineração, especialmente no alto rio Cotuhé e no rio Purité, constitui uma grave ameaça à saúde das

⁸⁰ SERNANP. 2015. Plano Diretor do Parque Nacional Güeppi Sekime 2014-2019; e SERNANP. 2015. Diagnóstico do Parque Nacional Güeppi Sekime 2014-2019

⁸¹ SERNANP. 2016. Dossiê Técnico do Parque Nacional Yaguas. Lima, Peru.

Área protegida	Localização	Superfície em km ²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais características	Principais ameaças
	Putumayo, nos distritos de Putumayo e Yaguas; e na província de Mariscal Ramón Castilla, nos distritos de Pebas, San Pablo e Ramón Castilla.		do rio Yaguas, bacia que nasce na selva baixa sem conexão com os Andes; e por representar uma importante fonte de fauna ictiológica para as populações e comunidades nativas assentadas no médio e baixo Putumayo.	menos 10 espécies novas para a ciência. Abriga um gradiente de habitats aquáticos e processos hidrológicos exclusivos dentro de Loreto que não estão relacionados com os Andes, o que também gera importância biológica e evolutiva em termos de ecossistemas, espécies e genes ⁸² . É uma das 10 zonas onde se registram os maiores estoques de carbono no Peru.	espécies que habitam os ecossistemas aquáticos da região e também à saúde humana ⁸³ . Presença de narcotráfico, tráfico de armas e trânsito de grupos armados.
Parque Nacional Natural La Paya ⁸⁴	Colômbia, departamento de Putumayo, município de Leguízamo.	4220	Conservar a flora e a fauna, a beleza cênica natural, os complexos geomorfológicos, as manifestações históricas ou culturais, para fins científicos, educacionais, recreativos e estéticos.	Faz parte de um corredor de conservação integrado por outras áreas protegidas do Equador e do Peru. Apresenta uma riqueza excepcional de espécies de flora e fauna. Abriga florestas de várzea, um ecossistema especial pela homogeneidade de suas espécies.	Problemas na propriedade da terra e conflitos políticos locais, abertura de áreas para agricultura de queimada e derrubada por migrantes, exploração excessiva da fauna aquática, caça furtiva para o comércio ilegal de vida selvagem.
Reserva Comunal Huimeki ⁸⁵	Peru, no departamento de Loreto, na província de Putumayo, distrito de Teniente	1412.34	Conservar a diversidade biológica da área e a gestão sustentável dos recursos, para benefício das populações Kichwas, Huitotos e mestiços da zona fronteira peruano-colombiana.	Faz parte de um corredor de conservação junto com outras áreas no Peru, Colômbia e Equador. Abriga zonas de transição entre as Florestas Úmidas do Napo e as Florestas Úmidas do Japurá-Negro, o que lhe confere características especiais de flora e fauna. Ambas as ecorregiões	Aumento da demanda por recursos (madeira, peixe, fauna silvestre) de Puerto Leguízamo, Puerto Asís, entre outras cidades colombianas. O corredor de interconexão intermodal Amazonas – Putumayo, que ligaria o Equador ao Brasil. Ao aumentar o fluxo comercial, aumentaria a população e, consequentemente, a pressão sobre os recursos da

⁸² SERNANP. 2016. Dossiê Técnico do Parque Nacional Yaguas.

⁸³ Field Museum, 2020. Documento de trabalho: Demografia e Governança das Comunidades do Baixo Putumayo-Yaguas-Cotuhé.

⁸⁴ Parques Nacionais Naturais da Colômbia. s/f. Linha de base para a formulação do Plano de Manejo do Parque Nacional Natural La Paya.

TNC. s/d. Parque Nacional Natural La Paya.

⁸⁵ SERNANP. 2012. Dossiê da Reserva Comunal Huimeki.

Área protegida	Localização	Superfície em km ²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais características	Principais ameaças
	Manuel Clavero.			são consideradas de alta prioridade para a conservação em nível subcontinental. Abriga populações de espécies importantes, entre elas a Aniba roseadora (palo rosa). A zona também é importante pela alta diversidade e densidade de árvores (>200 espécies/ha) e por proteger amostras representativas de espécies de fauna selvagem restritas ao extremo nordeste da Amazônia peruana, que não se encontram em outras áreas protegidas.	área protegida, e provavelmente a desflorestação e as atividades ilegais. O aumento da agricultura e da pecuária conduzidas por colonos colombianos, o que gera conflitos com a população local. As culturas ilícitas e a presença da guerrilha colombiana.
Reserva Comunal Airo Pai ⁸⁶	Peru, no departamento de Loreto, província de Putumayo, distrito de Teniente Manuel Clavero; e na província de Maynas, nos distritos de Torres Causana e Napo.	2478, 87	Conservar, de forma participativa, as diferentes amostras representativas, biológicas e culturais; o ecossistema da floresta tropical úmida e suas zonas de vida transitórias; e os locais sagrados e de importância cultural dos Secoyas, permitindo assim que os processos naturais e culturais continuem a se desenvolver de forma adequada, de acordo com o disposto na Lei nº 28296, Lei do Patrimônio Cultural da Nação, e na Lei nº 29565, Lei de criação do Ministério da Cultura, no que for aplicável.	Faz parte de um corredor biológico de áreas protegidas na Colômbia, Equador e Peru. Abriga a ecorregião Florestas Úmidas do Napo e é o espaço geográfico de desenvolvimento sociocultural das etnias Secoya e Kichwa.	No setor do rio Napo, a extração ilegal de espécies madeiras para fins comerciais. Caça excessiva de espécies da fauna que pode ameaçar os meios de subsistência dos povos Secoya e Kichwa. Aumento da pesca indiscriminada por moradores de Cabo Pantoja e pescadores estrangeiros, utilizando tóxicos e artes de pesca não regulamentadas, que podem afetar a estrutura populacional do paiche, grandes bagres, sábalo, arahuana, entre outros. Resíduos poluentes de embarcações (combustível, lubrificantes, esgotos e lixo). Extração de recursos por estrangeiros para fins comerciais. Entrada de dragas de mineração em áreas próximas à área protegida. Aumento das culturas ilícitas associadas à guerrilha colombiana. Exploração de hidrocarbonetos no setor do Napo devido ao potencial de contaminação.

⁸⁶ SERNANP. 2012. Dossiê Técnico da Reserva Comunal Airo Pai.

Área protegida	Localização	Superfície em km ²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais características	Principais ameaças
Área de Conservação Regional Maijuna Kichwa ⁸⁷	Peru, no departamento de Loreto, província de Maynas, nos distritos de Napo, Mazán e Las Amazonas; na província de Putumayo, no distrito de Putumayo; e na província de Mariscal Ramón Castilla, no distrito de Pebas.	3910.39	Conservar os ecossistemas existentes, especialmente os terraços altos e as cabeceiras dos corpos d'água, garantindo o fornecimento de recursos naturais, água e outros serviços ecossistêmicos à população local.	Contribui para a manutenção da conectividade entre um mosaico de áreas que compõem o corredor biológico Napo-Putumayo. A conservação da área favorece a conservação da cultura e identidade dos grupos étnicos Maijuna e Kichwa.	Ameaças à integridade da área: extração de produtos florestais, caça ilegal, pesca ilegal, mineração aluvial, projeto da rodovia Bellavista – El Estrecho. Ameaças socioculturais: perda da cultura indígena
Área de Conservação Regional Ampiyacu Apayacu ⁸⁸	Peru, no departamento de Loreto, província de Maynas, nos distritos de Las Amazonas e Mazan; na província de Putumayo, no distrito de Putumayo; e na província de Mariscal Ramón	4341.29	Conservar os ecossistemas das florestas amazônicas baixas ao norte do rio Amazonas, entre as bacias dos rios Ampiyacu e Apayacu, garantindo o acesso aos recursos naturais por meio do uso sustentável da flora e da fauna silvestres, promovendo assim o desenvolvimento e melhorando a qualidade de vida dos habitantes da região.	Faz parte da paisagem Putumayo – Amazonas, que foi identificada como uma zona prioritária para a conservação da biodiversidade biológica do Peru. Abriga uma grande diversidade cultural, com a presença de 8 povos indígenas	Cultivo ilegal de coca devido à necessidade de áreas de cultivo e ao uso de produtos químicos tóxicos que acabam nos corpos d'água. Pesca inadequada devido ao uso de artes e equipamentos de pesca não regulamentados e ao uso de substâncias tóxicas como o barbasco. Exploração ilegal de árvores madeireiras e não madeireiras, associada à presença de concessões florestais. Turismo informal devido à contaminação de ecossistemas terrestres e aquáticos com resíduos sólidos.

⁸⁷ GORE Loreto. s/d. Plano Diretor da Área de Conservação Regional Maijuna Kichwa 2016 - 2020. Iquitos, Peru.

⁸⁸ GORE Loreto. 2017. Plano Diretor da Área de Conservação Regional Ampiyacu Apayacu e sua Zona de Influência 2017 – 2021.

Área protegida	Localização	Superfície em km ²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais características	Principais ameaças
	Castilla, no distrito de Pebas.				
Santuário de Flora Plantas Medicinais Orito Ingi Ande ⁸⁹	Colômbia, no departamento de Nariño, nos municípios de Funes e Pasto; e no departamento de Putumayo, no município de Orito.	102.04	Proteger o território em suas duas dimensões – biológica e cultural – dada a relação recíproca e indissolúvel que une ambos os propósitos e a forma como esses conceitos se fundem nos grupos étnicos que compõem a “cultura do yagé”.	A área é tradicionalmente utilizada por diversos povos indígenas, entre os quais se destacam os povos Cofán, Inga, Siona, Kamentsa e Coreguaje, que praticam a tradição xamânica denominada cultura do “yagé”, contribuindo para a permanência dos sistemas medicinais tradicionais e a recuperação do patrimônio material e imaterial associado. É uma zona de transição andino-amazônica,	Risco de extinção da Paullinia yoco e outras plantas medicinais.
Parques Naturais Regionais Páramo de las Ovejas – Tauso ⁹⁰	Colômbia, no departamento de Nariño, nos municípios de Pasto, Tangua e Funes. Localiza-se no complexo de páramos La Cocha Patascoy.	150	Restaurar e preservar a integridade ecológica dos ecossistemas naturais de páramo, subpáramo, floresta altoandina e zonas húmidas presentes no Páramo Ovejas-Tauso, sendo este um corredor estratégico para a biodiversidade andina e do sopé da Amazônia na região. Gerar a apropriação social do conhecimento e dos processos que se desenvolvem no interior da área protegida para manter	Abriga ecossistemas de alta montanha influenciados bioclimaticamente pelas condições da encosta andino-amazônica, gerando características hidrológicas e climáticas tanto da encosta oriental da cordilheira quanto dos páramos. Tem uma função reguladora dos recursos hídricos, para a manutenção da diversidade biológica e das populações humanas assentadas na zona de influência.	Agricultura, pecuária, carvão vegetal, extração de lenha, contaminação de fontes de água.

⁸⁹ Parques Nacionais Naturais da Colômbia. s/d. Santuário de Flora Medicinal Orito Ingi Ande. Consultado em 11 de fevereiro de 2021 em <https://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/parques-nacionales/santuario-de-flora-plantas-medicinales-orito-ingi-ande/>

⁹⁰ CORPONARIÑO. s/d. Páramo de Las Ovejas – Tauso “Rumo a uma nova área protegida no sudoeste colombiano”. Documento de síntese. Consultado em 11 de fevereiro de 2021 em <https://corponarino.gov.co/wp-content/uploads/2019/06/Documento-Sintesis-PNR-p%C3%A0ramo-de-las-Oveja-Tauso-para-lAvH-1.pdf>

Área protegida	Localização	Superfície em km ²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais características	Principais ameaças
			a biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos. Recuperar o conhecimento tradicional para fortalecer a identidade cultural das comunidades estabelecidas em sua área de influência.		
Reservas Florestais Protetoras Nacionais Laguna La Cocha Cerro Patascoy ⁹¹	Colômbia, no departamento de Nariño, no município de Pasto.	499,05	Sem informação	A lagoa La Cocha recebe rios e córregos que dão origem ao rio Guamués, importante afluente do rio Putumayo. Oferece serviços ambientais essenciais para a população da área de influência: abastecimento de água, abastecimento de alimentos, fonte de recursos energéticos para a população local e de produtos medicinais. Abriga locais sagrados para as etnias Quillacingas e Pastos.	Desmatamento e ampliação da fronteira agrícola.
Santuário de Flora e Fauna Ilha de La Corota ⁹²	Colômbia. Está localizado na Laguna de la Cocha, no departamento de Nariño, e no município de Pasto, no	0,16	Conservar a floresta andina insular lacustre e o totoral associado à Ilha de la Corota, no âmbito da gestão do ordenamento ambiental regional e como cenário para o desenvolvimento de processos educativos e de investigação,	Faz parte do importante e complexo sistema ambiental da lagoa de La Cocha. Além disso, o local é uma fonte de energia reconhecida pelos indígenas e médicos tradicionais do Putumayo. Além disso, é um importante local de peregrinação para os católicos,	Ameaças de origem natural: Perda de cobertura florestal e deslizamentos Ameaças antropogênicas: Controle inadequado de inundações e drenagem de zonas úmidas para adequar áreas à produção, principalmente na parte nordeste; invasão e exploração excessiva de zonas úmidas; desmatamento e eliminação da vegetação arbórea; contaminação dos

⁹¹ CORPONARIÑO. 2015. Determinantes e questões ambientais para o ordenamento territorial. Acessado em 11 de fevereiro de 2021 em <https://corponarino.gov.co/expedientes/planeacion/DOCUMENTO%20DETERMINANTESDICIEMBRE2015.pdf>

⁹² Parques Nacionais Naturais da Colômbia. s/f. Santuário de Flora Isla de la Corota. Acessado em 12 de fevereiro de 2021 em <https://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/ecoturismo/region-andina/santuario-de-flora-y-fauna-isla-de-la-corota/>

Área protegida	Localização	Superfície em km ²	Objetivo da criação / Valores de conservação	Principais características	Principais ameaças
	distrito de El Encano.		que contribuam para a manutenção da integridade ecológica da zona húmida RAMSAR Laguna de La Cocha. Manter as condições naturais na SF Ilha de Corota através do ordenamento da atividade ecoturística, como estratégia de conservação e educação ambiental, que permita contribuir para a gestão sustentável da zona húmida RAMSAR Laguna de La Cocha.	especialmente durante as Festas da Virgem de Lourdes. É a área protegida mais pequena da Colômbia.	recursos hídricos do lago e dos cursos d'água pela eliminação de águas residuais, resíduos sólidos, agroquímicos, fumigação de culturas ilícitas e exploração de material arrastado no Vale de Sibundoy, e caça. Ameaças de natureza socioeconômica: Incursão de grupos armados, que afeta a gestão da área protegida.

Anexo 5. Formato do Relatório de Mitigação Ambiental (EMR) da WCS.

Relatório de Mitigação Ambiental (RMA)

PARTE 1: CAPA

O objetivo deste formulário é identificar os impactos ambientais associados às atividades realizadas durante as atividades do subprojeto, apoiar a definição de medidas de mitigação adequadas e supervisionar a aplicação dessas medidas.

O formulário e os relatórios associados devem ser preenchidos pelo subprojeto, conforme aplicável, de acordo com seus regulamentos e requisitos, pelos representantes dos doadores com responsabilidades de supervisão.

Estado de cumprimento das medidas de mitigação e supervisão:

Sim ___ Não ___ O EMR inicial, que descreve o plano de mitigação, está anexado.

Sim ___ Não ___ O EMR anual que descreve o estado das medidas de mitigação foi estabelecido e anexado.

Sim ___ Não ___ Não foi possível cumprir determinadas condições de mitigação e foram previstas medidas corretivas no EMR.

O relatório inicial e as atualizações anuais dos impactos ambientais e das medidas de mitigação associadas devem ser aprovados pela Unidade de Gestão do Projeto.

Parte 2. Esquema para o relatório narrativo sobre mitigação ambiental

Este relatório deve ser preenchido antes da implementação da atividade e atualizado.

1. Antecedentes, justificativa e resultados esperados:

2. Descrição da atividade:

3. Referência ambiental:

4. Avaliação do impacto ambiental potencial das atividades (Tabela 2):

5. Medidas de mitigação ambiental (Tabelas 2 e 3):

Parte 3-A. Formulário de avaliação ambiental (Tabela 1)

Nome da atividade: Objetivo da proposta Organização implementadora: Data:		Sim	Não	Se a resposta for Sim, o risco é:	
				Alto	Médio
Impacto nos recursos naturais e nas comunidades					
1	O projeto envolverá a construção de algum tipo de estrutura (edifício, barragem de contenção, etc.)?				
2	O projeto envolverá a construção ou reconstrução de estradas ou trilhas?				
3	O projeto envolverá o uso, o planejamento ou o treinamento no uso de qualquer composto químico, como pesticidas, herbicidas, tintas, vernizes, etc.?				
4	O projeto envolverá a construção ou reparação de sistemas de irrigação?				
5	O projeto envolverá a construção ou reparação de tanques de peixes?				
6	O projeto envolverá a eliminação de óleo de motor usado?				
7	O projeto envolverá a implementação da gestão da madeira ⁴ ou a extração de produtos florestais?				
8	Existem áreas terrestres ou aquáticas potencialmente sensíveis perto do local do projeto, incluindo áreas protegidas ou de conservação?				
9	A atividade tem impacto sobre a vida selvagem (peixes, tartarugas, etc.), os recursos florestais ou os pântanos?				
10	As atividades propostas gerarão resíduos sólidos, líquidos ou gasosos no ar?				
11	Os resíduos gerados durante ou após o projeto terão impacto sobre as águas superficiais ou subterrâneas vizinhas?				
12	A atividade provocará o desmatamento da cobertura florestal?				
13	A atividade contribuirá para a erosão do solo?				
14	A atividade é incompatível com o uso do solo existente nas imediações?				
15	A atividade irá gerar deslocamento de moradias ou residências?				
16	A atividade afetará características geológicas ou físicas únicas?				
17	A atividade alterará a quantidade ou a disponibilidade de água superficial em algum local?				
18	A atividade afetará florestas, pântanos ou savanas naturais?				
19	A atividade exporá pessoas ou propriedades a inundações ou enchentes torrenciais?				
20	A atividade contribuirá para uma redução substancial da quantidade de água subterrânea que, de outra forma, estaria disponível para o abastecimento público de água?				
21	A atividade irá gerar odores desagradáveis?				
22	A atividade afetará a qualidade do ar?				
LICENÇAS DE PLANEJAMENTO LOCAL					

Nome da atividade: Objetivo da proposta Organização implementadora: Data:		Sim	Não	Se a resposta for Sim, o risco é:	
				Alto	Médio
23	A atividade envolve melhorias na infraestrutura que exigem licenças de planejamento?				
24	As melhorias de infraestrutura planejadas na atividade estão em conformidade com o Código Nacional de Construção?				
25	A atividade é incompatível com o uso atual do terreno?				
MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA NA COMUNIDADE					
26	As atividades do projeto criam condições que favoreçam o aumento de doenças relacionadas à água ou transmitidas por vetores portadores de doenças?				
27	Foi apresentado um plano de manutenção para a reabilitação de estradas e subsídios para água e saneamento?				
28	A atividade irá gerar perigos ou barreiras para pedestres, motoristas ou pessoas com deficiência?				
29	A atividade aumentará os níveis de ruído existentes?				
30	O projeto implicará a eliminação de seringas, gases, luvas ou outros resíduos médicos com risco biológico?				

1. Os projetos de construção devem ser analisados em termos de escala, uso previsto, requisitos do código de construção e manutenção. Alguns projetos de construção pequenos, como a construção de uma placa de entrada para um parque, podem exigir medidas de mitigação simples, enquanto edifícios maiores exigirão uma análise e um acompanhamento mais exaustivos.

2 A construção de novas estradas e trilhas exigirá uma avaliação ambiental completa da construção prevista.

3 O uso previsto de pesticidas exigirá a elaboração de uma avaliação ambiental inicial complementar que cumpra os procedimentos governamentais e dos doadores em matéria de pesticidas.

4 Qualquer atividade que envolva o corte de árvores ou a conversão de florestas exigirá uma avaliação ambiental completa da atividade.

Parte 3-B. Identificação do plano de mitigação (Tabela 2)

à Este formulário deve ser preenchido para qualquer atividade que exija uma marca de verificação na coluna A da tabela 1 acima. Preencha uma tabela separada para cada atividade, descrevendo as medidas de mitigação para reduzir ou eliminar o problema identificado.

#	Subatividade e subcomponente	Descrição dos impactos	Medidas de mitigação

Ações recomendadas (marque a ação adequada)

(Marque)

(a) O projeto não tem potencial para causar efeitos adversos substanciais sobre o meio ambiente. Não é necessária nenhuma outra avaliação ambiental.	
(b) O projeto tem poucas chances de causar efeitos adversos substanciais ao meio ambiente; no entanto, as medidas de mitigação recomendadas serão incorporadas ao projeto da atividade. Não é necessária nenhuma outra avaliação ambiental.	
(c) O projeto tem efeitos adversos substanciais, mas mitigáveis, sobre o meio ambiente, e as medidas necessárias para mitigar esses efeitos serão incorporadas.	
(d) O projeto tem efeitos ambientais adversos potencialmente substanciais ou significativos, mas é necessária uma análise mais detalhada para se chegar a uma conclusão. Será preparada uma avaliação ambiental.	
(e) O projeto tem efeitos adversos potencialmente importantes sobre o meio ambiente, e é necessário revisar o projeto ou a localização do projeto ou desenvolver novas alternativas.	
(f) O projeto tem efeitos adversos substanciais e irremediáveis sobre o meio ambiente. As medidas de mitigação são insuficientes para eliminar esses efeitos e não existem alternativas viáveis. Não se recomenda o financiamento do projeto.	

Parte 3-C. Tabela de acompanhamento da supervisão e avaliação ambiental (Tabela 3).

Tipo de projeto:	
Nome do projeto:	
Executor do projeto:	
Locais de execução:	
Beneficiários:	
Comunidades impactadas:	
Responsáveis pelo projeto:	Datas dos relatórios:
Período de relatório:	

Descrição da medida de mitigação	Responsável pela implementação	Monitoramento			Custo estimado	Resultados			Ajustes e recomendações
		Indicador	Método de leitura	Frequência		Datas de monitoramento	Problemas encontrados	Ações de mitigação	

Anexo 6. Termos de Referência da equipe da Unidade de Gestão e Apoio ao Projeto - PMU.

Anexo 7. Quadro do Processo.

Anexo 8. Quadro de Planejamento dos Povos Indígenas.

Anexo 9. Plano de Participação das Partes Interessadas.

Anexo 10. Plano de Gestão Trabalhista (PGL)

Anexo 11. Plano de Gestão de Resíduos (PGR)

Anexo 12. Medidas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST)

Anexo 13. Guia sobre Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Banco Mundial (GMASS)